

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Escola de Arquitetura

Bárbara Monteiro Cordeiro e Silva

Patrimônio, referências culturais e memórias:

Olhares sobre o conjunto urbano de Congonhas/MG

Belo Horizonte

2019

Bárbara Monteiro Cordeiro e Silva

Patrimônio, referências culturais e memórias:

Olhares sobre o conjunto urbano de Congonhas/MG

Dissertação apresentada ao mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, como produto parcial para a obtenção do título de mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável.

Linha de Pesquisa: Patrimônio e Memória

Orientador: Leonardo Barci Castriota

Belo Horizonte

2019

FICHA CATALOGRÁFICA

S586p

Silva, Bárbara Monteiro Cordeiro e.
Patrimônio, referências culturais e memórias [manuscrito] :
olhares sobre o conjunto urbano de Congonhas-MG / Bárbara Monteiro
Cordeiro e Silva. - 2019.
184 f. : il.

Orientador: Leonardo Barci Castriota.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais,
Escola de Arquitetura.

1. Patrimônio cultural - Teses. 2. Memória - Teses. 3. Paisagem
urbana - Teses. 4. Congonhas (MG). I. Castriota, Leonardo Barci.
II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura.
III. Título.

CDD 351.8098151

Ficha catalográfica: Biblioteca Raffaello Berti, Escola de Arquitetura/UFMG

Bárbara Monteiro Cordeiro e Silva

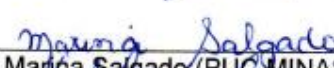
"Patrimônio, referências culturais e memórias: Olhares sobre o conjunto urbano de Congonhas/MG"

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais

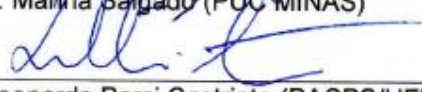
Comissão Examinadora:



Profa. Dra. Yacy Ara Froner Gonçalves (EBA/UFMG)



Profa. Dra. Marina Salgado (PUC MINAS)



Prof. Dr. Leonardo Barci Castriota (PACPS/UFMG - orientador)

Belo Horizonte, 01 de agosto de 2019.

Sempre e de qualquer maneira é ali que eu caminho e dela sinto as vozes.

(JOYCE, 1937 apud ANDREOTII;
FURLANETTO, 2012,p.7)

AGRADECIMENTOS

Agradeço à vida, pelas oportunidades e aprendizados neste período.

Agradeço à minha família, em especial aos meus pais, pelo amor e apoio.

Agradeço ao Arthur, ao Ronny e a Illa, por serem luz na minha vida.

Agradeço ao professor e orientador Leonardo Castriota pelos ensinamentos, pela tranquilidade transmitida e pela paciência – apesar de toda a minha ansiedade.

Aos professores Flávio e Frederico pela partilha dos conhecimentos referentes ao patrimônio cultural.

Aos colegas de turma, especialmente à Isabel e à Talissa, por contribuírem para que os momentos desafiadores fossem mais divertidos e os alegres ainda mais leves.

Agradeço à querida Tânia por acompanhar meus primeiros passos no campo do patrimônio, por ser um exemplo de profissional e, sobretudo, de ser humano. Ao Luciomar, por todo o encanto transmitido através das histórias sobre Congonhas e por toda a batalha para fortalecer a cultura desta cidade.

Ao senhor Roberto Candreva e ao André Candreva, pelas informações, fotos e, principalmente, por difundirem o quanto possível e com tanto carinho a cultura congonhense.

Aos ex-colegas de trabalho do IPHAN, por todo o aprendizado; em especial à Célia Corsino, pela grande gestora que é, por toda a troca, pela luz que irradia e pela confiança em seguir, defendendo o patrimônio cultural brasileiro, mesmo nos momentos difíceis.

Gratidão!

RESUMO

Esta pesquisa parte da problemática do habitual distanciamento entre os olhares do poder público e da população no que tange à preservação do patrimônio cultural, tendo como estudo de caso o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Congonhas, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1941. Buscar-se-á verificar se os olhares destes atores são compatíveis e como (se) a comunicação entre eles afeta o ambiente construído congonhense a partir das referências culturais locais, abarcando os valores e memórias vinculados a elas, tendo em vista que os discursos dos agentes de um território produzem padrões representativos dentre os quais estão os códigos espaciais. Para tanto, a visão do poder público foi pesquisada tendo como foco, principalmente, o processo de tombamento do IPHAN nº 238-T-41, uma vez que este embasou estudos posteriores; e através da análise de ações e leis da municipalidade desde a década de 1940. No que tange ao olhar da comunidade, este reconhecimento foi explorado a partir de revisão bibliográfica, grupos focais, entrevistas e elaboração de mapas mentais. Tais elementos possibilitaram perceber o discurso fragmentado e voltado para o ordenamento urbano por parte dos órgãos públicos, enquanto a aproximação com a população possibilitou perceber que os discursos simbólicos ultrapassam os discursos explícitos, resultando em uma apreensão mais abrangente do conjunto urbano sustentada, fundamentalmente, pelas práticas religiosas centenárias no município.

Palavras-chave: Referências Culturais. Patrimônio Cultural. Conjunto Urbano. Memória. Paisagem.

ABSTRACT

This research starts from the habitual distance between the public administration and the citizens concerning the Historical Heritage Preservation, taking for analyses the Congonhas Architectural and Urbanistic Set, recognized by Brazilian National Historical Heritage Institute (IPHAN) from 1941. We intent check if the public administration from IPHAN is in accordance with the Congonhas people culture, taking as reference the local culture as their values and memories, considering that agent's concept from one area made representatives standards, as the spatial code. The public administration context was researched having as special attention for IPHAN criteria (IPHAN nº 238-T-41) Cultural Heritage Process, because this process was one support for others technical analyses. We made so analyses of actions and public administration laws from 1940 years. From the citizens concerning, this historical heritage sets were used from the bibliographic revision, focal teams and interviews. As results, we could know the tendential propose having as goal the urbanistic arrangement for the public administration, and at the same time, we could see the approximation with the citizens and these symbolic speeches exceeded. These explicit speeches, giving as result one hard worry for the sustained urban set, having as base centenaries religious habits in this local city.

Keywords: Cultural references. Cultural Heritage. Urban Set. Memory. Urban Landscape.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Brasão das Armas – símbolo ao centro da bandeira de Congonhas/MG	21
Tabela 1	Denominações da localidade no tempo	22
Figura 2	Visada da igreja Matriz para a Basílica, em 1942-44. Clara marcação dos eixos em cruz no traçado urbano	23
Figura 3	Visada a partir das imediações da igreja Matriz para o Santuário – eixo norte-sul do traçado urbano original –, em 1880	24
Gráfico 1	Crescimento demográfico de Congonhas entre 1941 e 1981	25
Gráfico 2	Produto Interno Bruto (PIB) de Congonhas – 1999-2016	26
Figura 4	Sanctuary of Bom Jesus do Congonhas (Brazil) (BR-334)	27
Tabela 2	Tombamentos do IPHAN em Congonhas	28
Tabela 3	Listagem de documentos da década de 1980 inseridos no processo IPHAN nº 238-T-41 – entre os documentos originais (1941) e o estudo de 1988	30
Mapa 1	Acervo histórico, arquitetônico e paisagístico identificado (1988)	32
Mapa 2	Comparação entre as áreas definidas no Mapa 1 (p.32) e a descrição perimétrica das poligonais de tombamento (em destaque), apresentada no Anexo I, p. 145 do estudo FNPM/IPHAN de 1988 (BRASIL, 1988)	35
Mapa 3	Zoneamento proposto para as ambiências do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Congonhas	37
Figura 5	Rua Barão de Congonhas, que conecta a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição à Igreja Nossa Senhora do Rosário, na década de 1940	40
Figura 6	Rua Feliciano Mendes, em 1987	40
Mapa 4	Zoneamento proposto no primeiro material do Volume I, denominado de Zona de Preservação Diferenciada – Congonhas/MG – texto preliminar (3ª etapa)	42
Figura 7	Visada parcial do conjunto urbano de Congonhas/MG, na década de 1940	44

Figura 8	Mapa de Congonhas na década de 1970, mostrando a expansão na ocupação do território	44
Figura 9	Visada parcial do conjunto urbano de Congonhas/MG na década de 1970	45
Mapa 5	Delimitação dos entornos dos bens tombados	46
Mapa 6	Zoneamento proposto no segundo material do Volume I, denominado de “Uso e Ocupação do Solo nas ambiências dos monumentos históricos – Congonhas/MG”	47
Mapa 7	Mapa de zoneamento – Lei de Uso e Ocupação do Solo do município de Congonhas nas ambiências dos monumentos históricos	51
Figura 10	Edificações de quatro pavimentos na Rua Marechal Floriano, no centro de Congonhas	62
Figuras 11 e 12	Visada para o centro de Congonhas. À esquerda, em 1940 a partir da Rua Padre João Pio, com visibilidade da linha férrea e, à direita, em 2007 a partir da Praça Dr. Mário Rodrigues, com a percepção do elemento comprometida	62
Figura 13	Esquema representativo da ocupação existente em trecho da Rua Padre João Pio na década de 1940 (à esquerda), em contraposição à situação no início do século XXI (à direita)	63
Figuras 14 e 15	Visada para a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição (em destaque) a partir da Praça Portugal: em 1967 com características construtivas do conjunto original preservadas, e em 2016 com alteração de características construtivas originais, como gabarito, proporção e tipologia, influenciando a percepção das principais referências urbanas	64
Quadro 1	Referências de Congonhas identificadas no material “Imaginário e Iluminuras: memória e desenho de um povo” (FREITAS, 2012)	70
Figura 16	Poema das igrejas	71
Quadro 2	Referências de Congonhas identificadas no material “Congonhas: a cidade da gente” (2018)	72
Quadro 3	Referências culturais presentes nas marchinhas que compõem o disco compacto “Nossas marchinhas nossa história – resgate das marchinhas do carnaval de Congonhas”	73
Figura 17	Samba da escola de samba Unidos da Jacuba, Congonhas: nossa terra, nossa gente	75
Quadro 4	Algumas referências culturais e memórias de Congonhas mencionadas em Soares (1990)	76
Figura 18	Ilustrações desenvolvidas durante a oficina “HQ- Congonhas	

	em Quadrinhos” (2019)	78
Quadro 5	Referências e memórias de Congonhas ilustradas na oficina “HQ- Congonhas em Quadrinhos” (2019)	78
Quadro 6	Referências identificadas pelos participantes dos grupos focais	81
Quadro 7	Principais referências físicas citadas como patrimônio cultural de Congonhas nas entrevistas <i>versus</i> principais referências físicas citadas como importantes para a cidade	87
Figura 19	Imagem panorâmica com sobreposição parcial de Congonhas em 1898 e em 2016	89
Quadro 8	Principais referências urbanas citadas nos mapas mentais	93
Figura 20	Mapa mental do entrevistado ID 5	94
Figura 21	Mapa mental do entrevistado ID 14	95
Quadro 9	Diferentes perspectivas: o olhar do poder público <i>versus</i> o da população	97
Figura 22	Visada parcial de Congonhas, com destaque para os casarios simplórios e sem ornamentação	101
Figuras 23 e 24	Praça Dom Helvécio na década de [1940?] (à esquerda) e em 2019 (à direita): de espaço cívico à via pública	102
Figura 25	A topografia reforçando a elucidação do alcance a Deus almejado pelos fiéis, na subida ao Santuário durante a festividade do Jubileu [19--?]	104
Figuras 26 e 27	O antes e o depois da Avenida Presidente Getúlio Vargas (esquina com Rua Padre João Pio): 1942 <i>versus</i> 2019	105
Figuras 28 e 29	Rua Monteiro de Castro: década de 1950 <i>versus</i> 2019	105
Figuras 30 e 31	Visadas da Rua Padre João Pio para o Santuário em 1934 (à esquerda) e em 2019 (à direita)	106
Mapa 8	As categorias de Magnani (2002) explanadas através do olhar da população	108
Mapa 9	As categorias de Magnani (2002) explanadas através do olhar do estudo da Fundação Nacional Pró-Memória de 1988	109

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEARC	Centro Artístico Cultural de Congonhas/MG
COMUPHAC	Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico de Congonhas
COPPLAMA	Comissão Municipal de Patrimônio, Planejamento e Meio Ambiente
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
DPHI	Diretoria Municipal de Patrimônio Histórico
EIV	Estudo de impacto de vizinhança
ET-I	Escritório Técnico do IPHAN em Congonhas
FNPM	Fundação Nacional Pró-Memória
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBPC	Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural
IEPHA	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
PMC	Prefeitura Municipal de Congonhas
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura
ZPP	Zona de preservação principal
ZPUI	Zona de paisagem urbana integrada

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DAS CONGONHAS À “CIDADE DOS PROFETAS” – HISTÓRIA E AÇÕES INSTITUCIONAIS	21
2.1 A trajetória institucional do IPHAN relacionada ao Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Congonhas/MG.....	28
2.1.1 O primeiro momento do estudo de 1988	31
2.1.2 As referências culturais evidenciadas no acervo fotográfico do estudo de 1988	39
2.1.3 As conclusões do estudo de 1988 em relação às Ambiências dos Monumentos Históricos de Congonhas/MG.....	40
2.1.4 O Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do solo do município de Congonhas nas ambiências dos monumentos históricos (2002).....	49
2.2 A trajetória institucional da Prefeitura Municipal em relação ao Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Congonhas/MG	55
2.3 As ações institucionais e sua interferência nas referências espaciais e no ambiente construído	61
3 A PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO EM RELAÇÃO AO PATRIMÔNIO CULTURAL CONGONHENSE	66
3.1 O conjunto urbano de Congonhas em reflexo: o olhar de seus moradores	68
3.1.1 Congonhas pelos congonghenses: algumas das referências culturais e memórias atuais.....	79
3.2 Diálogos e distanciamentos: valores oficiais <i>versus</i> valores populares	96
4 A PAISAGEM COMO AGLUTINADORA	100
4.1 O conjunto urbano de Congonhas enquanto produção: vínculos e rupturas	106
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
REFERÊNCIAS	123
APÊNDICE A – PIB de Congonhas por setor de produção (1999-2016)	127
APÊNDICE B – Tabela comparativa dos zoneamentos e parâmetros para as ambiências históricas de Congonhas – IPHAN e PMC	128

APÊNDICE C – Mapa comparativo das poligonais sugeridas pelo IPHAN em 1988 e 2002	140
APÊNDICE D – Síntese das informações presentes no estudo de 1988, por volume	141
APÊNDICE E – Tabelas sínteses das abordagens durante os grupos focais	145
APÊNDICE F – Tabela síntese das entrevistas semiestruturas (etapa 1A).....	150
APÊNDICE G – Tabela síntese das entrevistas semiestruturas (etapa 1B).....	157
Apêndice H - Tabela síntese das entrevistas semiestruturas (etapa 2)	159
APÊNDICE I - Tabela síntese das entrevistas semiestruturas (mapas mentais).....	167
APÊNDICE J - Comparativo das principais* referências urbanas citadas nos materiais pesquisados	175
ANEXO A – Mapa cadastral de Congonhas	177
ANEXO B – Planta de Congonhas (1954)	178
ANEXO C – Estrutura urbana de Congonhas (1988)	180
ANEXO D – Estudo de volumetria na área das ambiências históricas de Congonhas (1988)	181
ANEXO E – Intervenções urbanas propostas no estudo de 1988	182
ANEXO F - Doze questões sugeridas por Stevens (1996 <i>apud</i> COSTA, 2012, p. 158) que nortearam a análise das discussões durante os grupos focais	184

1 INTRODUÇÃO

[...] a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos: ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível – isto é, descritos com densidade.

(GEERTZ, 2008, p.10).

Tendo em vista a necessidade de se tratar o patrimônio cultural não apenas pelo discurso oficial, mas, sobretudo, pelo discurso da comunidade que o sustenta, esta pesquisa¹ se propôs a identificar as referências culturais presentes no conjunto urbano de Congonhas e suas respectivas associações às memórias e aos valores populares. Trazer reflexões e novos elementos a respeito do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Congonhas, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1941 se faz relevante considerando que, segundo autores como Rafael Winter Ribeiro (2007), este sítio urbano é um dos que mais sofreram com a descaracterização em relação ao seu estado original. Apesar disso, grande parte dos estudos sobre a cidade está centrada em assuntos relacionados aos aspectos geológicos do solo congonhense – devido ao viés extrativista existente na cidade (relacionado à exploração do minério de ferro) – e, no que tange aos aspectos culturais, as abordagens geralmente se concentraram no Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, reconhecido como Patrimônio Cultural Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura (UNESCO) em 1985. Por isso, decidiu-se nesta pesquisa pelo enfoque nas referências culturais e nas memórias deste conjunto urbano, a fim de levantar informações que facilitem a compreensão dos olhares sobre ele a partir do entendimento de dois dos principais agentes sociais: o poder público e a população.

Considerando que as referências culturais expõem os sentidos e valores atribuídos pelos sujeitos aos suportes materiais e às práticas sociais revelando, portanto, uma identidade (FONSECA, 2001), identificá-las e entendê-las foi a forma adotada aqui de avivar os aspectos relevantes do patrimônio cultural congonhenses por parte destes agentes. O poder público por ser aquele considerado até as últimas décadas do século XX como o responsável

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

por intervir e proteger os interesses dentro do âmbito cultural; e a população por ter sido reconhecida, a partir da Constituição Federal de 1988, como a principal responsável por criar, moldar e conduzir o contexto social que sustenta as culturas.

A apreensão desses dois olhares – em contraposição e complementação – possibilitou perceber algumas das (re) significações contidas nessas referências e quais eram/são os valores e memórias associados a elas. Segundo Fonseca (2001) isso acontece uma vez que os grupos sociais, ao identificarem certos elementos como significativos, “operam uma *ressementização* desses elementos, relacionando-os a uma representação coletiva a que cada membro do grupo de algum modo se identifica” (FONSECA, 2001, p.113). Desta forma, a correlação entre a materialidade e a importância cultural desses elementos através da memória permitiu refletir quanto aos seus significados para os moradores e para a história do município; e quanto à interlocução (ou a falta dela) entre o olhar dos habitantes e a leitura do poder público em relação aos valores e referências simbólicas que alimentam o patrimônio cultural congonhense. Isto porque antes de se avaliar quanto ao desaparecimento (ou permanência) dos meios de memória, se faz relevante refletir sobre suas transformações (CANDAU, 2014), uma vez que este deixou de ser um tema abordado apenas por alguns “portadores legítimos da memória e identidade coletiva” (CANDAU, 2014, p.194), passando a ser reconhecido também por indivíduos ou grupos de pessoas “comuns”. Segundo Joël Candau (2014) tal fato faz com que a produção das memórias seja menos evidente pela dificuldade de um “consenso memorialista”, tornando-se mais numerosa, dispersa e segmentada e, logo, mais heterogênea. Neste contexto, cabe destacar a escolha do termo “referência” pelo Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), criado em 1975 e incorporado à Fundação Nacional Pró-Memória (FNMP) – fusão do CNRC com o então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) – em 1979. A diversidade era almejada a partir da apreensão das dinâmicas culturais e da sua relação com os contextos socioeconômicos. Ao atingir os cenários até então excluídos da atividade do IPHAN denominados por Fonseca (2001) de cultura “morta” e que, apesar de concretas eram “estáticas e distantes da nacionalidade” (p.116), o CNRC através do conceito de referência cultural buscou identificar e compreender os bens cujos valores se encontraram além da escala do IPHAN, passando a incluir os indivíduos relacionados a este patrimônio (FONSECA, 2001) abrangendo a dimensão social e política, ou seja, se atentando para o que deveria ser preservado, quais os valores deveriam ser considerados e quais os interesses em jogo deveriam ser priorizados (FONSECA, 2000 *apud* IPHAN, 2000).

Assim, o conceito de “referências culturais” permeia toda a pesquisa tendo em vista que “o ato de apreender *referências culturais* pressupõe não apenas a captação de determinadas representações simbólicas, como também a elaboração de relações entre elas e a construção de sistemas que ‘falem’ daquele contexto cultural, no sentido de representá-lo” (FONSECA, 2001, p.113-114), tendo os sujeitos participantes de determinado contexto o papel tanto de informantes quanto de intérpretes do patrimônio cultural (FONSECA, 2001). Sendo a identidade uma construção social que dialoga constantemente com o Outro – influenciando e sendo influenciada por ele – e a memória uma contínua reconstrução de um passado remodelado (CANDAU, 2014), faz-se necessário compreender como o poder público, muito tempo tido como o responsável pela preservação do patrimônio cultural no Brasil; e o morador, para e por quem o patrimônio existe, só fazendo sentido ao ser apreendido e significado por ele, lidam e tratam este conjunto de elementos reunidos em um contexto institucionalizado, que é uma importante referência cultural do país, e está localizado no estado brasileiro onde existe cerca de 40% do patrimônio brasileiro protegido pelo IPHAN (O IPHAN EM MINAS GERAIS, 2017).

Embora a visão que considera o patrimônio cultural como um processo, tendo a sociedade como sua principal mantenedora, seja o que norteia as políticas preservacionistas do IPHAN atualmente, os primeiros anos de atuação do Instituto não foram nesta direção. Criado nos anos 1930 permaneceu até a década de 1960 no que Márcia Sant’Anna (1995) chamou de “fase heroica”, período em que o IPHAN esteve voltado aos valores cognitivos e estéticos e à ideia da cidade como obra de arte, se aproximando do que Ulpiano de Meneses (2017) denominou de “códigos estéticos oficiais”. Em Minas Gerais, dos sete conjuntos urbanos mineiros tombados pelo IPHAN, seis foram institucionalmente protegidos em 1938 e inscritos no Livro do Tombo das Belas Artes; exceto o de Congonhas, protegido três anos depois a partir de sua inscrição no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico sob o número 238-T-41. Considerando que cada bem é inscrito conforme as características atribuídas a ele e que nos primeiros anos de existência do IPHAN as deliberações aconteciam apenas segundo as visões técnicas, se faz ainda mais imprescindível compreender a escolha do conjunto urbano congonhense através do livro do tombo em que fora inscrito pela autarquia, a partir de um olhar contíguo às suas características etnográficas, tendo em vista que os estudos etnográficos devem

[...] descobrir as estruturas conceptuais que informam os atos dos nossos sujeitos, o “dito” no discurso social, e construir um sistema de análise em cujos termos o que é genérico a essas estruturas, o que pertence a elas porque são o que são, se destacam

contra outros determinantes do comportamento humano. Em etnografia, o dever da teoria é fornecer um vocabulário no qual possa ser expresso o que o ato simbólico tem a dizer sobre ele mesmo – isto é, sobre o papel da cultura na vida humana. (GEERTZ, 2008, p.19).

A ausência da participação e do entendimento popular neste processo sugere uma grande probabilidade de que as visões dos agentes em causa aqui sejam díspares, o que pode ter contribuído para a descaracterização arquitetônica e urbanística do conjunto atual em relação ao sítio original. Por isso, o segundo capítulo traz uma síntese da história da cidade para, em seguida, evidenciar o olhar do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) a partir de um estudo da Fundação Pró-Memória com o apoio da Prefeitura Municipal de Congonhas, realizado em 1988. Este estudo serviu como base para nossa pesquisa por estar inserido no processo de tombamento IPHAN nº 238-T-41, e por ter balizado as decisões posteriores das duas instâncias (federal e municipal). Foi também através desse material que se definiu a área estudada aqui, denominada na ocasião (1988) de “Ambiências dos Monumentos Históricos de Congonhas” (ou Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Congonhas) e definida a partir do que seria a porção territorial ocupada em 1941. Além deste estudo da década de 1980 na esfera federal, foi abordado um estudo de Lei de Uso e Ocupação do Solo elaborado pelo IPHAN junto à municipalidade em 2002 e que serve como embasamento para os pareceres técnicos da autarquia desde então; e a lei municipal com o mesmo viés regulamentada em 2004 – ambos fundamentados no estudo de 1988. No âmbito municipal, também foram analisadas algumas ações desde a década de 1940 – época do tombamento do conjunto urbano. Através dessas ações e estudos do poder público se percebe um conflito salientado por Meneses (2006), referente a uma atenção governamental voltada para o ordenamento urbano e não para a preservação.

Em complementação à visão do poder público, no terceiro capítulo buscou-se uma aproximação ao olhar popular, com o propósito de identificar as possíveis relações e contradições entre os “códigos estéticos oficiais” e os códigos estéticos conectados à vida social (MENESES, 2017). Sendo a estética “a ponte fundamental que os sentidos fornecem para sairmos de dentro de nós e organizarmos as múltiplas relações com o meio ambiente, com nossos semelhantes e até com o transcendente” (MENESES, 2017, p.48), ou seja, um sistema perceptivo próprio moldado a partir de dimensões, valores e práticas do dia a dia (MENESES, 2017), os primeiros (“códigos estéticos oficiais”) foram considerados por Meneses (2017) como aqueles padrões normativos de controle estético, enquanto os segundos seriam àqueles valores adquiridos a partir da fruição e da apropriação do espaço, ao se

conviver socialmente. Nesse contexto e tendo nas referências culturais uma importante alusão de como os indivíduos compartilham suas práticas, crenças e representações buscou-se, através da identificação desses elementos o entendimento de como eles, ao passarem da esfera individual para a coletiva, constroem uma cultura (CANDAU, 2014) formada por memórias e identidades. Para tanto, foram utilizadas metodologias ligadas à pesquisa qualitativa através de grupos focais, entrevistas semiestruturadas e projetivas, e mapas mentais; objetivando uma aproximação com as particularidades locais e com a forma na qual este conjunto é vivenciado e apreendido pelos habitantes.

Além disso, também se almejou compreender o território através da observação participante, de forma a complementar e/ou ponderar quanto aos discursos habituais, partindo dos hábitos dos congonhenses, ao estudar o sujeito dentro do seu contexto em uma abordagem etnográfica, o que possibilita coletar mais informações sobre o cotidiano e os envolvidos (MINAYO, 1992 *apud* SOUZA; ZIONI, 2003). Quanto aos grupos focais, foram realizados dois encontros (em dezembro de 2018 e em janeiro de 2019) com moradores de perfis heterogêneos e cerca de seis participantes em cada um deles. Já as entrevistas semiestruturadas foram feitas com dezesseis indivíduos em três etapas – dois questionários semiestruturados, avaliação de pares de imagens e elaboração de mapas mentais. As informações foram analisadas individualmente e através da triangulação dos dados coletados, a fim de aprofundar a interpretação das mensagens subliminares contidas nas narrativas. Esses procedimentos estão detalhados no terceiro capítulo, uma vez que foram utilizados como meios de ampliar as evidências e indícios sobre quais são as referências culturais para a população e quais os aspectos subjetivos que as sustentam, contribuindo para entender o olhar da população em relação ao patrimônio cultural de Congonhas.

Os resultados corroboraram no sentido de demonstrar que as referências culturais aludidas no discurso implícito – ligado às apreensões simbólicas, as representações e ao inconsciente – ultrapassam aquelas expostas no discurso explícito, ou seja, aquele que se deu de forma racional, verbal e consciente. Desta forma, o entendimento de Meneses (2006), que vê a cidade como um bem cultural, se mostra realçado nas três dimensões colocadas pelo autor: enquanto artefato, campo de forças e representação. Embora seja comumente vista como adversa, a cidade pode ser percebida positivamente, uma vez que não é um problema em si mesmo, mas, sim, a partir das relações criadas e sistematizadas pelos e entre os indivíduos (MENESES, 2006). Os discursos oficiais e populares ao produzirem padrões sociais, darem significados aos lugares e estabelecerem práticas, fabricam a cidade, que se transforma em um

artefato. Para que isso aconteça, é necessário constituir relações interpessoais que geram campos de forças nos quais há interesses e conflitos de natureza territorial política, econômica, social e cultural. Tais práticas, por sua vez, constituem-se em representações presentes no imaginário urbano; representações que, por trazerem significados, necessitam de elementos empíricos da urbe para existirem, se remodelarem e, até mesmo, para serem ignorados (MENESES, 2006).

O quarto capítulo buscou adentrar no entendimento dos valores – instituídos e populares – atribuídos ao conjunto arquitetônico e urbanístico de Congonhas através da paisagem, tendo em vista que “a dimensão simbólica do espaço costuma ser mais ‘vívda’ que conhecida” (FONSECA, 2001, p.114). Para evidenciar esses olhares se recorreu a José Guilherme Cantor Magnani (2002) e às cinco categorias espaciais sugeridas por ele – pedaço, mancha, pórtico, trajeto e circuito –, que buscam aproximar a apreensão espacial dos habitantes, considerando a paisagem como um conjunto de signos do passado e do presente que interagem com o observador e com sua visão particular (MAGNANI, 2002).

A partir da identificação das referências urbanas, das memórias e práticas associativas, se buscou ampliar as informações e reflexões sobre um sítio pouco estudado, pouco visto e razoavelmente alterado; demonstrando mais uma vez como fez Meneses (2006) e tantos outros autores, a necessidade de se ver cada contexto conforme suas especificidades. Uma vez que o tombamento não garante a preservação de um bem – seja ele físico ou intangível –, o diálogo entre poder público e população deve ser constante, mesmo perante as adversidades (e mesmo quando estas são abrangentes). Desta forma, seriam evitadas ações impositivas do poder público, que nem sempre são capazes de tornar a população subordinada ao que foi determinado pelo primeiro. Congonhas é um lugar onde esta divergência acontece: apesar de inicialmente se pressupor que as perdas físicas do conjunto influenciaram demasiadamente na apreensão das referências culturais locais; ao se aprofundar no olhar dos nativos se percebe que, embora a homogeneidade espacial do conjunto urbano tenha sido ora suprimida e ora camuflada, a (aparente) perda das referências urbanas se deu muito mais no discurso explícito (racional) do que no discurso implícito (simbólico). A parte histórica, por exemplo, é comentada de forma restrita à região da Basílica (entorno do Santuário) e à Ladeira Bom Jesus. Porém, ao se verificar as referências espaciais associadas às relações de proximidade e afeto, a população insere elementos distribuídos ao longo da parte ocupada originalmente na cidade, ampliando os lugares de reconhecimento. Essa redução de referências no discurso explícito pode ser justificada pelo fato da racionalidade quanto ao que é apreendido como

“histórico” estar restrita às construções do período colonial. Apesar disso, foi percebido que as referências culturais e os principais atributos do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico identificados em 1988, ainda se fazem presentes na memória da comunidade. Este fato, porém, não exclui a necessidade de se aprimorar e difundir o conhecimento sobre a história local para aqueles que vivem, desenvolvem suas atividades diárias e constroem suas relações e crenças na cidade – principalmente os cidadãos das gerações mais recentes – através de uma educação patrimonial crítica. Em longo prazo, se acredita que esta medida será favorável no sentido de reduzir as descaracterizações no conjunto urbano. Por se tratar de um movimento de conscientização dos agentes sociais, tem a capacidade de reacender as memórias individuais e coletivas relacionadas ao lugar, favorecendo a permanência das referências simbólicas e, portanto, possibilitando uma preservação mais eficiente daqueles elementos e valores que sustentam determinado contexto cultural e sua comunidade, satisfazendo a vontade popular manifestada durante a pesquisa qualitativa de resgatar as origens congonhenses, uma vez que se aproximaria e reforçaria as memórias tradicionais as quais a população se vincula até hoje.

2 DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DAS CONGONHAS À “CIDADE DOS PROFETAS” – HISTÓRIA E AÇÕES INSTITUCIONAIS

Congonhas, cidade eterna
Singela e pura capital da fé
Floriu no cenário mineiro e também no estrangeiro,
Onde se glorificou.
A arte é a tua glória,
Com os teus profetas apontando o céu
de Minas, conta a história,
És também a glória do Brasil.
(PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS, [201-?]²)

A origem da cidade está ligada à busca dos bandeirantes pelo ouro nas Minas Gerais, ao desbravar as margens do rio Maranhão. Quanto à data de seu surgimento, há divergências: enquanto no Brasão de Armas da bandeira do município (FIGURA 1) consta a data de 1691, o Cônego Trindade considera o ano de 1734 (FRANÇA, 2015), quando a localidade fora denominada de Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Congonhas. Em 1746, foi elevada à categoria de distrito pelo alvará em 6 de novembro, sendo nomeada na ocasião, de Arraial de Congonhas do Campo, quando ainda era subordinada ao município de Ouro Preto (FRANÇA, 2015). Em 7 de setembro de 1923, através da Lei Estadual nº 843, o distrito passa a pertencer a Queluz de Minas, atual Conselheiro Lafaiete. Sua emancipação política-administrativa veio a acontecer apenas em 17 de dezembro de 1938 pelo Decreto de Lei Estadual nº 148, compreendendo o distrito sede de Congonhas do Campo e o distrito de Lobo Leite, até então pertencente a Ouro Preto. Em 31 de dezembro de 1943, a Lei-Estadual nº1.058 incorpora também o distrito do Alto Maranhão à sede (FRANÇA, 2015), sendo esta a divisão administrativa mantida até hoje.

Figura 1 – Brasão das Armas – símbolo ao centro da bandeira de Congonhas/MG



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS, [201-?]². Adaptado pelo autor.

² Disponível em: <http://www.congonhas.mg.gov.br/index.php/simbolos-e-hino/>. Acesso: 02 dez.2018.

Sua denominação foi novamente alterada de Congonhas do Campo para Congonhas, através da Lei Estadual nº 336 de 27 de dezembro de 1948, tendo sido instalada, em nove de outubro de 1955, a Comarca de Congonhas. Como a localidade sempre foi mais conhecida pelo antigo nome, na tentativa de retomá-lo foi feito um plebiscito, em 2003, tendo sido decidido pela população a manutenção da designação simplificada.

Tabela 1 – Denominações da localidade no tempo

Ano	Denominação
1734*	Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Congonhas
1746	Arraial de Congonhas do Campo
1938	Congonhas do Campo (emancipação)
1948	Congonhas

*Como mencionado no texto, há divergências quanto à data de surgimento da localidade.

Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

Nota: Informações obtidas em FRANÇA, 2015.

A origem do nome “Congonhas do Campo” é proveniente da erva congonha, utilizada em chás e muito encontrada na região em seus primórdios. Do tupi-guarani *kõ-gõi*, que significa “o que mantém o ser” (FRANÇA, 2015) ou, ainda, da expressão indígena *cahã-nhonha* (mato desaparecido), remetendo a um campo extenso em que o mato desaparece (VASCONCELLOS, 1904). Segundo Diogo Vasconcellos (1904), a denominação da localidade se associa à planta não apenas foneticamente, mas, também, sob o aspecto geográfico, uma vez que a divisão do país era feita conforme a cobertura vegetal, estando a cidade na região da Congonha ou dos “Campos Geraes” (VASCONCELLOS, 1904). Significados e datas que são lembrados no brasão da bandeira da cidade (FIGURA 1).

Localizada dentro do percurso do caminho velho da Estrada Real que ligava Paraty no Rio de Janeiro a Ouro Preto em Minas Gerais, Congonhas se tornou um importante centro de mineração aurífera no estado. Um dos legados deixados neste período foram as igrejas barrocas com características próprias, muitas vezes compostas por admiráveis entalhes com douramento, muito comuns nas Minas Gerais (CUNHA, 2008). Dentre estas igrejas, duas estão localizadas no distrito sede de Congonhas: a igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição (1749) e a Basílica do Senhor Bom Jesus de Matosinhos (1757).

O entendimento da ocupação da cidade no século XVIII passa pela implantação desses templos, inseridos um defronte ao outro em morros opostos e marcando o eixo norte-sul do tecido urbano que, segundo o estudo desenvolvido pelo Ministério da Cultura junto à prefeitura local em 1988 era formado, basicamente, por uma cruz (BRASIL, 1988). Já o eixo leste-oeste, era marcado pelo rio Maranhão – que corta a localidade – e pelas construções ao

longo de suas margens (FIGURA 2). As outras duas igrejas do período colonial existentes na sede do município são: a igreja de Nossa Senhora do Rosário, tida como a primeira igreja local e cuja construção do final do século XVII fora atribuída aos escravos; e a igreja de São José, cujo início da construção se deu em 1817, não se beneficiando da riqueza proveniente do Ciclo do Ouro (FRANÇA, 2015).

Figura 2 – Visada da igreja Matriz para a Basílica*, em 1942-44.
Clara marcação dos eixos em cruz no traçado urbano



Fonte: GAUTHEROT, 2009.

*Basílica do Senhor Bom Jesus de Matosinhos destacada na imagem pela autora.

A ocupação deste território de topografia acentuada aconteceu, inicialmente, pela margem direita do rio, onde se localizam as igrejas Matriz e de Nossa Senhora do Rosário – esta, no caminho de acesso entre Congonhas e Ouro Branco. Posteriormente, com a construção do Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos³, aconteceu a ocupação em sua margem esquerda – cujo morro se encontrava no caminho da cidade até São João Del Rei. Construção que levou às peregrinações de fiéis ao local sagrado, contribuindo para a expansão de construções nesta região e materializando o que seria, mais tarde, o maior patrimônio edificado do município.

A situação geográfica, o traçado sinuoso das vias, condicionado pela topografia, e a praça constituíam os elementos urbanísticos que proporcionaram a valorização das perspectivas urbanas, e a ênfase à monumentalidade, requisito importante nas

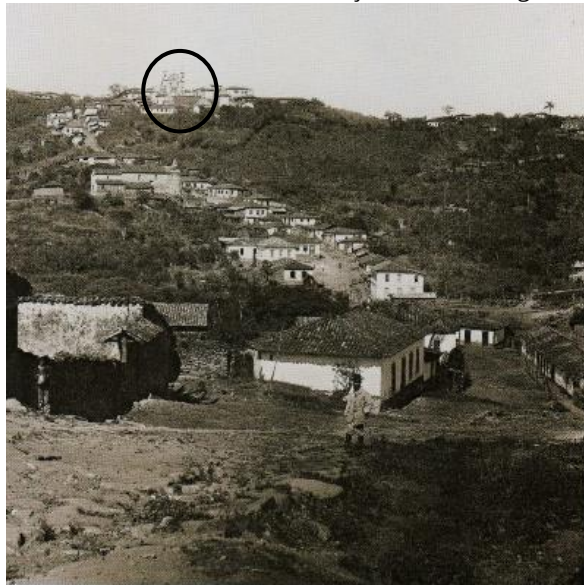
³ O Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos é composto pela Basílica, pela escadaria e o adro com os doze profetas em pedra-sabão, os seis Passos da Paixão e suas 64 (BRASIL, 1988) esculturas em cedro – conjunto considerado a obra prima do mestre Antônio Francisco Lisboa (Aleijadinho); além da Sala dos Milagres, anexa à igreja.

imponentes construções religiosas dessa época. Esses bens eram os elementos básicos que caracterizaram a urbanização de então.

Quanto às ruas, estas se organizavam, mais favoráveis, como ligações entre os pontos de maior importância da vida do núcleo, sem intenção de ordenação geométrica. (BRASIL, 1988, VOLUME I, p.35-36)

O espaço urbano e a arquitetura, gerados no período da extração aurífera, se mantiveram conservados pelas recessões econômicas do final do século XVIII ao século XX (BRASIL, 1988). A partir dos relatos de Saint-Hilaire ([18--?] *apud* BRASIL, 1988) é possível ter uma noção de quão pequeno era o lugarejo no início do século XIX. Em 1813, a população aproximada era de 2.412 habitantes, passando para 2.640 em 1822 e alcançando os 3.750 habitantes em 1890 – crescimento inferior a 56% em 77 anos. Segundo o Almanack administrativo, mercantil, industrial, científico e literário do município de Ouro Preto (*apud* BRASIL, 1988), no final do século XIX haviam cerca de 200 casas particulares no arraial (FIGURA 3); além das que se localizavam no entorno do Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos. Estas últimas eram as antigas Casas dos Romeiros, edificadas pela paróquia com o intuito de abrigarem os romeiros durante a festividade do Jubileu do Senhor Bom Senhor de Matosinhos, que acontece anualmente em setembro (de 7 a 14), desde 1779⁴; sendo a manifestação religiosa de maior significação da cidade” (FRANÇA, 2015, p.23).

Figura 3 – Visada a partir das imediações da igreja Matriz para o Santuário – eixo norte-sul do traçado urbano original –, em 1880



Fonte: CONGONHAS TEM HISTÓRIA, 2015⁵.

⁴ A festividade acontecia em maio e setembro, tendo permanecido apenas a segunda. Foi inspirada nas Romarias do Bom Jesus do Monte e de Bom Jesus de Matosinhos em Portugal, cujo início data de 1733 (FRANÇA, 2015).

⁵ Uma das fotos mais antigas de Congonhas, registrada em 1880 pelo fotógrafo de Dom Pedro II, o francês Marc Ferrez. Na imagem, nota-se a torre da Igreja São José em construção. Disponível em: <<https://www.facebook.com/congonhastemhistoria/photos/a.761058994029026/761157434019182/?type=3&theater>>. Acesso em: 26/08/2017.

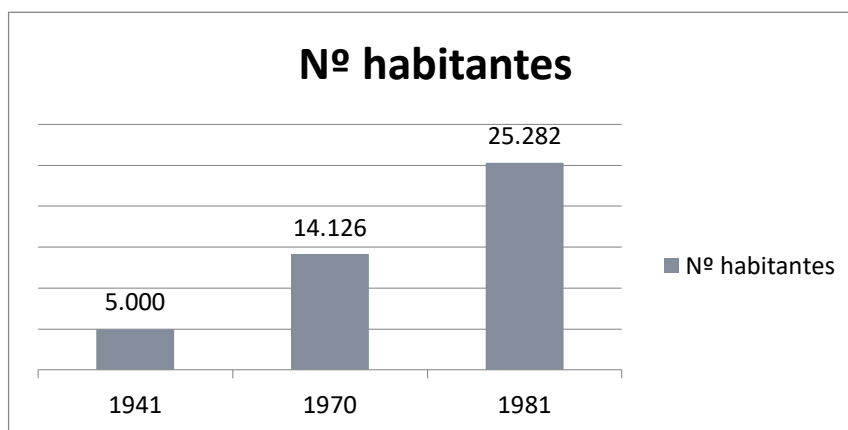
No início do século XX, o local ainda era narrado de maneira muito próxima ao que se encontrava em seus primórdios:

[...] Congonhas é hoje um arraial silencioso, com aquele aspecto colonial das nossas antigas freguesias mineiras, encantando pela polichromia da paisagem, porém é um duplo desapontamento para o viajante curioso. Quando o comboio, serpenteando pelas cercanias, sahe de um corte para metter-se n'outro, avista-se sobre dois morros o pontilhado do casario branco e duas velhas Igrejas que se defrontam. [...] Tudo ou quase tudo vive ainda porque resiste ao tempo ou está longe do assalto de exploradores ou finalmente porque não se acha ao alcance do camartelo do pregresso. (REVISTA ARCHITECTURA NO BRASIL, *apud* BRASIL, 1988, p.40-41)

Neste contexto de uma vida pacata, reservada e tranquila, alheia às influências culturais externas emerge, em 1914, um novo elemento na paisagem local: a ferrovia. Esta, por sua vez, possibilitou a intensificação do fluxo de devotos ao Jubileu e, conseqüentemente, o contato dos cidadãos com hábitos e costumes diversos além de facilitar, mais tarde, a expansão industrial, a partir da exportação do ferro e do manganês, resultado do processo de industrialização no século XX (BRASIL, 1988).

A atividade industrial se concentrou na mineração e na siderurgia focada, principalmente, na extração do minério de ferro cujo marco foi o início do funcionamento da Açominas na década de 1970, no município vizinho de Ouro Branco (BRASIL, 1988). Fato que resultou em um crescimento demográfico expressivo (GRÁFICO 1) e em uma urbanização desordenada, que transformou alguns bairros além de gerar a criação de novos aglomerados (BRASIL, 1988).

Gráfico 1 – Crescimento demográfico de Congonhas entre 1941 e 1981



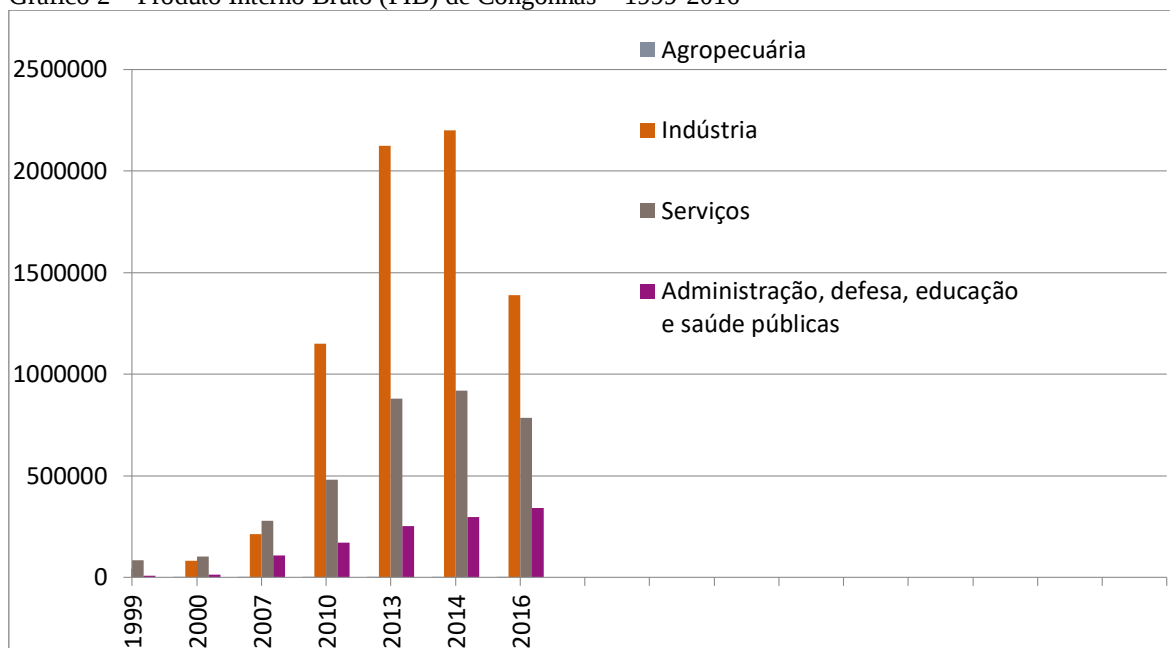
Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Nota: Informações obtidas em BRASIL, 1988.

As riquezas minerais que atraíram os bandeirantes portugueses no século XVIII continuavam, de forma análoga, a atraírem os investidores no século XX – do ouro ao minério de ferro, Congonhas manteve as atividades extrativistas que se tornaram a principal fonte de arrecadação municipal (GRÁFICO 2).

Sempre presente neste território também esteve/está a religiosidade. Enquanto as igrejas implantadas em pontos topograficamente elevados se fazem vistas de diversos pontos da cidade, as manifestações culturais transitam pelas ruas em festividades como o já citado Jubileu do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, a Semana Santa, as Congadas, a festa da padroeira Nossa Senhora da Conceição (em dezembro) e de Nossa Senhora do Rosário (em outubro).

Gráfico 2 – Produto Interno Bruto (PIB) de Congonhas – 1999-2016⁶



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Nota: Informações obtidas em INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2017.

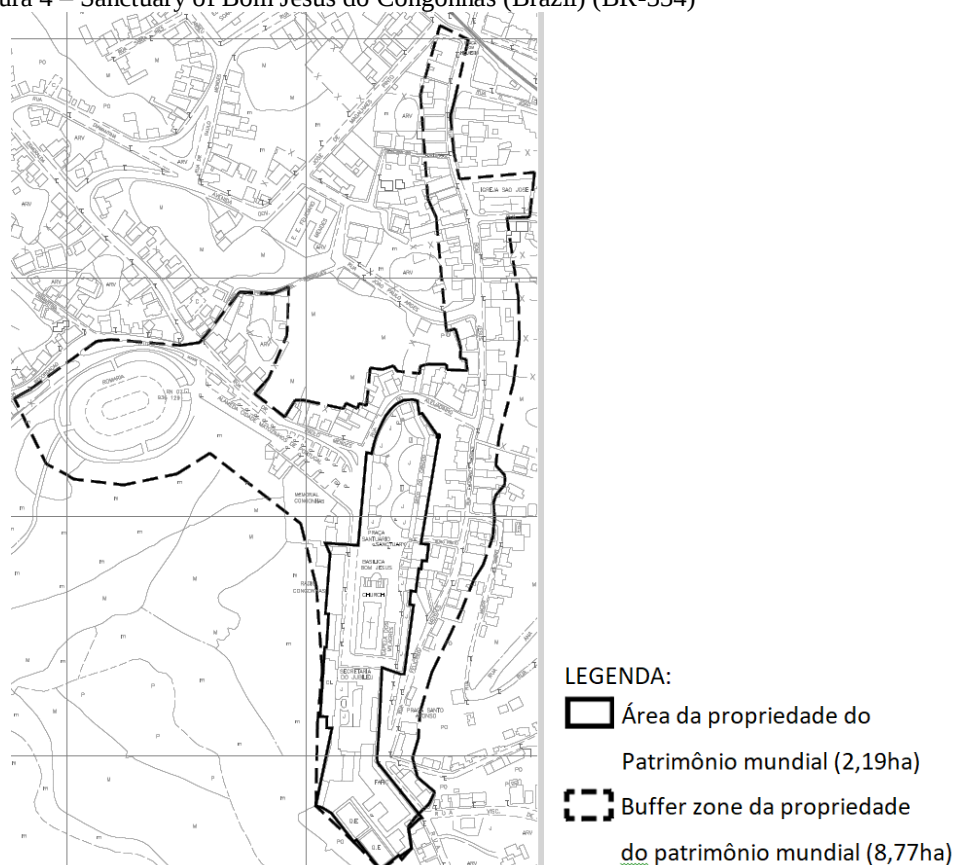
Acontecimentos que conectam as quatro igrejas católicas construídas até o século XIX e inseridas no município sede que junto ao Parque da Cachoeira, localizado a 5 km do centro da cidade, contribuíram para o ciclo do turismo (FRANÇA, 2015) em Congonhas. Ciclo este que é o quarto dos cinco⁷ descritos por Fábio França (2015) sendo, o último, identificado como a

⁶Ver gráfico completo no Apêndice A.

⁷Para França (2015), a história do município pode ser descrita em cinco ciclos. São eles: do ouro, da religião, da emancipação administrativa, do turismo e da consagração internacional.

“consagração internacional”⁷. Apesar de estar inserido no roteiro das “Cidades Históricas de Minas”, constituído principalmente por sete cidades – Ouro Preto, Mariana, Tiradentes, Diamantina, Sabará, São João Del Rei (p.25) – e de possuir outras atrações, o autor destaca o foco de pesquisadores e turistas no Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos. Este conjunto arquitetônico e escultórico, que foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1939 e inscrito no Livro do Tombo das Belas Artes veio em 1985, a ser reconhecido como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura (UNESCO). Na ocasião, não houve uma demarcação da área inscrita; o que veio a acontecer apenas em 2013, através do delineamento definido em duas áreas: a propriedade do patrimônio mundial e sua zona de amortecimento (*buffer zone*)⁸ (FIGURA 4).

Figura 4 – Sanctuary of Bom Jesus do Congonhas (Brazil) (BR-334)



Fonte: Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura, 2013.

⁸ Conforme descrição do programa “Man and Biosphere” da UNESCO, a zona de amortecimento ou zona tampão pode ser entendida como aquela que circunda ou limita as áreas principais, e são usadas com atividades compatíveis às últimas; podendo também ter suas próprias funções, objetivando a manutenção da diversidade antropogênica, biológica e cultural. Além disso, também podem ter uma importante função de conectividade, quando se trata de contextos espaciais mais amplos; uma vez que podem contribuir para interligarem os componentes responsáveis pela biodiversidade das áreas centrais com os das áreas de transição. (tradução nossa) Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/en/natural-sciences/environment/ecological-sciences/biosphere-reserves/main-characteristics/zoning-schemes/>>. Acesso em: 23 abr. 2019.

O Santuário inspirado nas igrejas de Bom Jesus de Braga e de Matosinhos, ambas em Portugal, foi o primeiro bem cultural edificado em Congonhas a ser tombado pelo IPHAN. Após a proteção legal em 1939, a autarquia tombou outros bens na cidade (TABELA 2). Dentre eles, está o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Congonhas, objeto de estudo desta pesquisa.

Tabela 2 – Tombamentos do IPHAN em Congonhas

Ano	Natureza do bem	Nome atribuído	Livro do Tombo em que foi inscrito
1939	Conjunto Arquitetônico	Santuário de Bom Jesus de Matosinhos: conjunto arquitetônico, paisagístico e escultórico.	Belas Artes
1941	Conjunto Urbano	Congonhas, MG: conjunto arquitetônico e urbanístico.	Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico
1950	Edificação e acervo	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição	Belas Artes
1981	Coleções e acervos	Coleção constituída de 89 ex-votos pintados pertencentes ao Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos*	Histórico e Belas Artes

*Ver FROTA, Lélia Coelho; CASTRO, Márcia de Moura. Ex-votos em Congonhas: o resgate de duas coleções. Brasília, DF: IPHAN, 2012.

Fonte: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2015. Adaptado pela autora.

2.1 A trajetória institucional do IPHAN relacionada ao Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Congonhas/MG

Legalmente salvaguardado em 1941 pelo IPHAN, o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Congonhas inscrito no livro do tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico sob o nº 238-T-41, não teve sua abrangência definida por uma poligonal de proteção na ocasião; tampouco alguma demonstração ou informação complementar que explicitasse o que estava incluído no tombamento ou quais eram as características urbanas que motivaram o ato. No processo de tombamento constam desta época apenas três documentos:

- Notificação nº 342, de 06/02/1941: comunicação da autarquia, através de seu diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade ao prefeito de Congonhas, sobre o tombamento do conjunto urbano pelo IPHAN;
- Ofício de 12/03/1941: ciência do prefeito municipal referente ao recebimento da notificação nº 342;
- Ofício de 17/03/1941: efetivação da inscrição do Conjunto Arquitetônico e

Urbanístico de Congonhas pelo Instituto, no Livro do Tombo I – Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

Os documentos seguintes datam da década de 1980 (TABELA 3). Um deles refere-se a um telegrama que trata do sítio arqueológico da Lapa da Cerca Grande, no município de Matozinhos em Minas Gerais. Considerando que ele informa o levantamento de informações do local objetivando delimitar sua área de entorno; se pressupõe que o estudo de Congonhas, feito no ano seguinte (1988), teve o mesmo objetivo; uma vez que a inserção do primeiro documento no processo de Congonhas foi equivocada, devido à natureza e localidade distintas entre os casos.

A partir daí, a documentação contida no processo seguiu até o fim por um estudo realizado em 1988, pelo Ministério da Cultura, através do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) junto à Fundação Pró-Memória, e com o apoio da prefeitura local. Segundo o representante municipal da época⁹, o estudo foi uma iniciativa da Prefeitura, que solicitou ao IPHAN informações capazes de contribuir com as principais demandas da população, quais sejam: a forma adequada de se intervir em imóveis inseridos na área protegida e quem poderia ajudá-los financeiramente no custeio das adequações. Entendimento complementar ao exposto no material de 1988, segundo o qual a motivação do estudo se deu a partir da ausência da definição de uma poligonal de proteção para o conjunto urbano na década de 1940 e ao fato de se perceber que, quatro décadas depois, a salvaguarda acontecia prioritariamente sobre os bens tombados isoladamente não se tendo uma efetiva preservação do conjunto. Questão que somada ao rápido e desordenado crescimento urbano intensificado a partir da década de 1960, e à carência de medidas que ponderassem quanto à necessidade de conciliação do tombamento existente e da dinâmica da cidade naquele momento (1988), contribuíram negativamente para as “sucessivas descaracterizações” (BRASIL, 1988, p.9 – ANEXO I) sofridas no conjunto urbano congonghense. Deste contexto participaram a administração municipal desprovida de leis municipais que auxiliassem eficientemente a organização desse crescimento e dos problemas advindos dele; e a administração federal, que não conseguiu frear tais processos que não corroboravam com o tombamento efetuado em 1941 (BRASIL, 1988).

⁹ Informação obtida em entrevista em abril de 2019.

Tabela 3 – Listagem de documentos da década de 1980 inseridos no processo IPHAN nº 238-T-41 – entre os documentos originais (1941) e o estudo de 1988

Referência do documento Data	Assunto	Folha
Não consta 30/01/1984	O diretor da Divisão de Registro e Documentação do IPHAN certifica, à pedido do subsecretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Congonhas/MG fora inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico em 1941	Volume I, p.4
TLX 091/87 19/05/1987	A representante da Divisão de Documentação e Pesquisa Histórica da 7ª regional do IPHAN reitera* ao Arquivo do SPHAN** no Rio de Janeiro, o pedido feito em 27/04/1987 quanto às informações sobre o tombamento da cidade de Congonhas/MG, através do envio do material existente sobre o bem.	Volume I, p.5
Of. Nº 12/87-Arquivo CRD 25/05/1987	O chefe do arquivo carioca envia à representante da Divisão de Documentação e Pesquisa Histórica da 7ª regional do IPHAN cópia do processo nº 238-T-41.	Volume I, p.6
TLX 172/86 02/12/1986	O diretor da 7ª regional do IPHAN comunica à Diretoria de Tombamento e Conservação sobre os levantamentos necessários para definir a delimitação das áreas de entorno da Lapa da Cerca Grande, em Matozinhos***; submetendo à proposta ao segundo.	Volume I, p.7

*Não consta no referido processo a solicitação original.

**Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN (1937-1946).

***Documento inserido no processo IPHAN nº 238-T-41 equivocadamente, por se tratar de bem não compreendido no município de Congonhas/MG.

Fonte: Autora, 2019.

Nota: Informações obtidas em BRASIL, 1988, ANEXO I.

A partir deste entendimento, a regional do IPHAN em Minas Gerais realizou junto ao executivo local, um estudo que objetivou “definir procedimentos e medidas de preservação do patrimônio histórico, arquitetônico e paisagístico” (BRASIL, 1988, ANEXO I, p.8), capazes de oferecer princípios norteadores que contribuíssem para a elaboração de uma legislação municipal de ordenamento quanto ao uso e a ocupação do solo urbano.

A organização do estudo aconteceu em três volumes (anexos I e II, volume I), a partir dos quais foram propostas as abordagens das seguintes questões (BRASIL, 1988):

- Identificação dos bens integrantes do acervo histórico, arquitetônico e paisagístico congonhense;
- Delimitação das áreas de influência (entornos) dos bens tombados isoladamente, e do conjunto arquitetônico e urbanístico; a partir da análise da configuração espacial e da paisagem urbana das respectivas áreas;
- Definição de zonas de preservação diferenciadas, a partir da proposição de uma estrutura urbana;
- Definição de diretrizes e critérios para intervenções arquitetônicas e urbanísticas nas áreas de entorno, a partir de diretrizes de parcelamento, taxa

de ocupação, volumetria, características arquitetônicas e usos permitidos por área.

Das quatro abordagens, a primeira e a última foram realizadas – principalmente a última, na qual o trabalho manteve-se focado grande parte do tempo. Em relação à segunda abordagem, foram propostas apenas os entornos dos bens tombados individualmente. Quanto ao terceiro item se propôs uma divisão de zonas de preservação diferenciada, mas não se entende que de forma coerente; uma vez que não considerou a integração da estrutura urbana existente, além dos fatores que motivaram a divisão sugerida não terem sido evidenciados.

Considerando que este material – elaborado em 1988 – foi o suporte para as demais proposições que trataram sobre o patrimônio cultural congonhense pelos organismos públicos, buscando a identificação das referências culturais locais e sua importância para a cidade, ele foi tomado como base aqui. Por oferecer subsídios que facilitam a compreensão para as ações posteriores, foi tratado de maneira pormenorizada a seguir, enquanto os outros atos institucionais (do IPHAN e da Prefeitura Municipal de Congonhas) foram abordados de forma mais breve, enfatizando no assunto que embasa este trabalho: as referências culturais e memórias congonhenses no espaço urbano e suas apreensões através de diferentes perspectivas.

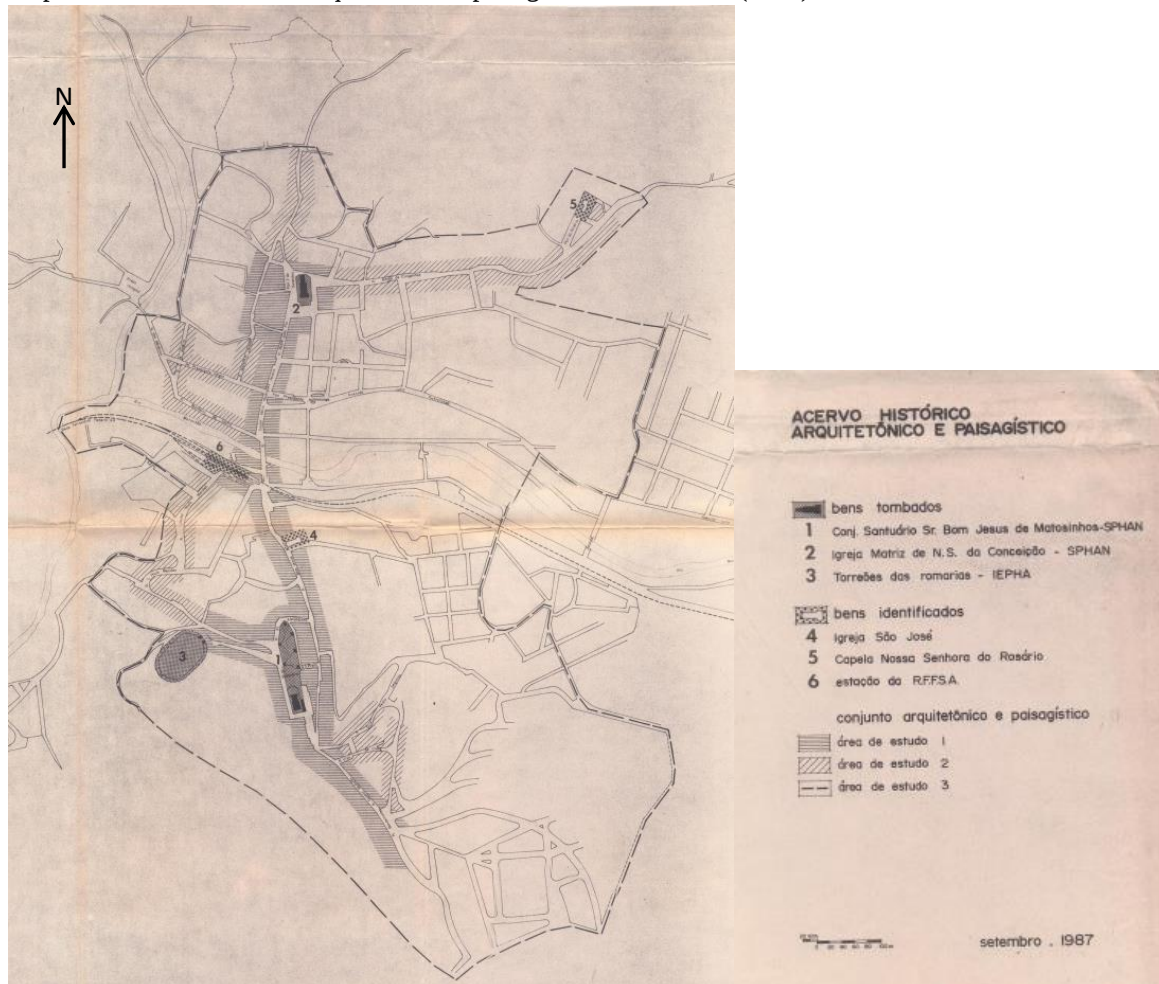
2.1.1 O primeiro momento do estudo de 1988

A primeira parte do trabalho desenvolvido pelo SPHAN/Fundação Pró-Memória junto à Prefeitura Municipal de Congonhas (PMC), denominado de “Anexo I”, inicia fazendo um levantamento da história da cidade e de sua evolução urbana, elencada em quatro fases (BRASIL, 1988):

- Primeira fase: a descoberta do ouro e a ocupação do século XVIII, junto à construção do Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos;
- Segunda fase: do final do século XVIII ao início do século XX, marcada pela construção das seis capelas dos Passos da Paixão, pelo declínio da extração aurífera e pela transformação do arraial em centro religioso;
- Terceira fase: marcada pelo início da mineração de ferro (1912); pela construção da estrada de ferro da Central do Brasil, em 1914; pela emancipação do município em 1938; e pelo tombamento do Santuário e do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico pelo IPHAN (1939 e 1941, respectivamente);

- Quarta fase: fase industrial, na qual ocorreu a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em 1946, cujas atividades efetivas passariam a acontecer de forma intensificada na década de 70, contribuindo para transformações na feição histórica congonhense.

Mapa 1 – Acervo histórico, arquitetônico e paisagístico identificado (1988)



Fonte: BRASIL, 1988, ANEXO I, p. 96. Adaptado pela autora.

A partir dessas informações, os bens integrantes do acervo histórico (MAPA 1), arquitetônico e paisagístico foram divididos em quatro categorias: conjuntos arquitetônicos e paisagísticos (subdivididos em três áreas de estudo); bens tombados isoladamente, bens identificados, área de estudo ambiental (BRASIL, 1988). Nota-se que, dentro da primeira categorização há uma leitura do conjunto enquanto unidade, no qual as partes se comunicam a partir de uma continuidade determinada pelas vias do início da ocupação que ligam as quatro igrejas católicas centenárias do município. A área de estudo 1 marca a conexão entre a igreja Matriz e o Santuário (eixo norte-sul) e suas adjacências; compreendendo vias que representam o tipo de ocupação original, além de possuírem construções com características arquitetônicas dos

séculos XVIII e XIX e integrarem o entorno dos bens tombados individualmente pelo IPHAN (BRASIL, 1988). Já na segunda área de estudo, foram inseridas a via de ligação entre as igrejas da Matriz e do Rosário, e outras vias que participaram da ocupação inicial do antigo arraial e que, por possuírem edificações que integravam o patrimônio edificado congonhense de forma dispersa, participavam da “paisagem dos monumentos ou dos conjuntos arquitetônicos e paisagísticos” (BRASIL, 1988, ANEXO I, p.54). Na terceira área de estudo, foi considerada o restante da área compreendida na delimitação estipulada que, em sua maioria, era desocupada e vegetada à época do tombamento, incluindo encostas íngremes e talvegues que conformam o entorno do singelo conjunto e de seus bens com proteção isolada.

Os bens tombados isoladamente foram aqueles cujo interesse público, seja por parte das instituições de cunho preservacionista federal, estadual ou municipal, fora demonstrado através das institucionalizações concretizadas até aquele momento. Os bens identificados foram aqueles tidos como referência na paisagem urbana, seja pelo seu valor simbólico para a população local ou enquanto testemunhos para a cultura e a história congonhense. Em relação à área de estudo ambiental, embora citada no texto ela não foi identificada no mapa; ausência que pode ser justificada pelo fato do estudo ter sido um produto inicial de levantamento de dados sobre o conjunto urbano não sendo possível, naquele momento, uma análise aprofundada sobre as questões ambientais. Além disso, é importante considerar a perspectiva que o patrimônio cultural era visto e difundido naquele período, ainda segregando a parte edificada (a cargo dos órgãos de preservação) da parte ambiental (a cargo dos órgãos ambientais); visão que se aproximava do entendimento adotado pela Convenção para a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural de 1972. Apesar de não adentrar no tema o estudo menciona, em vários momentos, a importância da Serra da Moeda como “moldura” para a cidade e das áreas florestais remanescentes, ameaçadas pela mineração e pelos reflorestamentos que substituem as florestas nativas.

[...] A Serra da Moeda, seus remanescentes florestais e ambientais naturais, constituem elementos de destaque na paisagem da cidade. A preservação destes recursos naturais implica em estudos detalhados sobre a situação atual quanto às condições ambientais, a estrutura fundiária existente, e seu potencial de uso, dentre outros. Deste modo, sugere-se a preservação dessa área após estudos envolvendo os órgãos municipais, estaduais e federais responsáveis pela preservação do meio ambiente natural. (BRASIL, 1988, ANEXO I, p. 65).

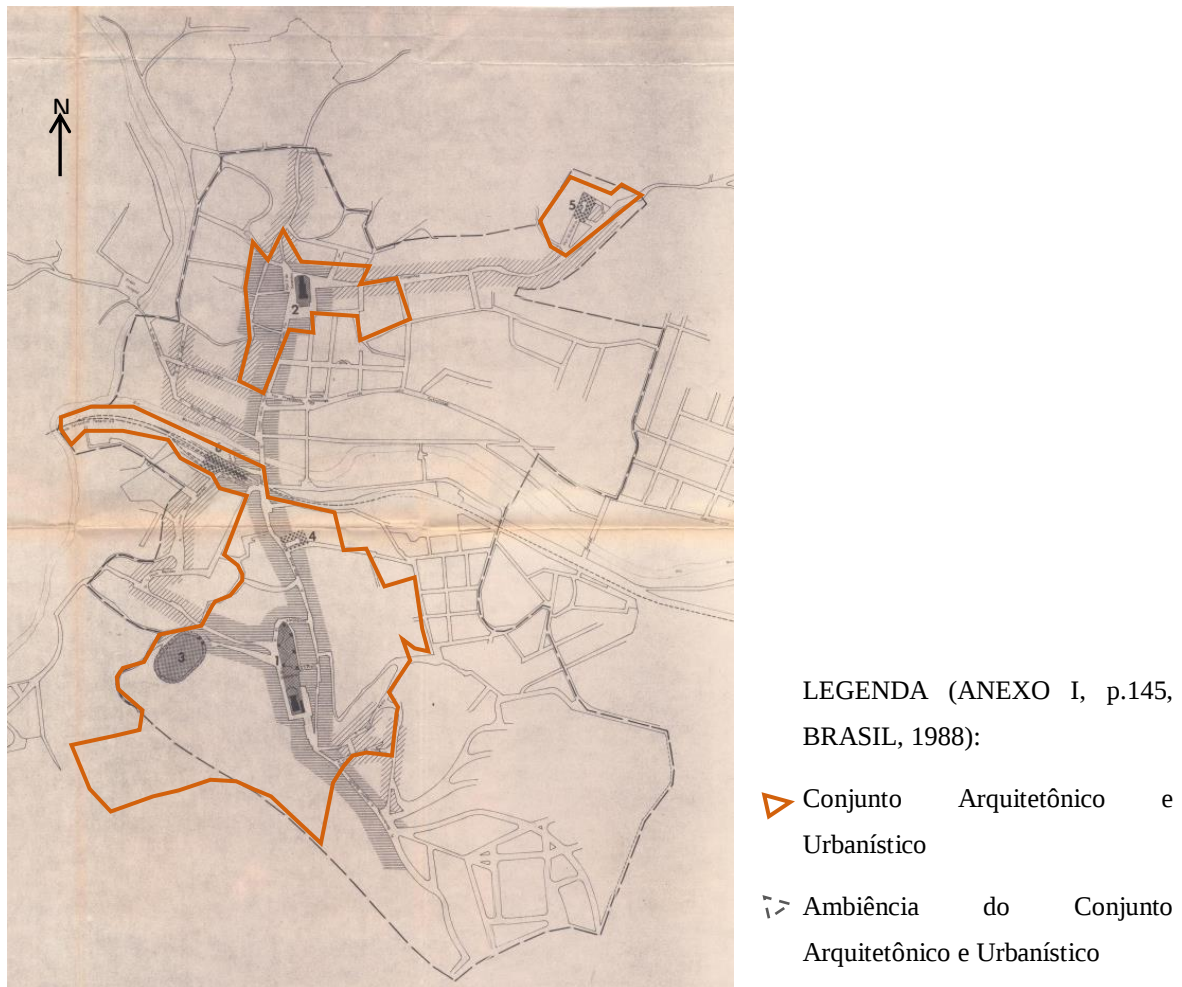
O mapa 1 é o primeiro conteúdo dentro do estudo, em que se sugeriu uma poligonal de proteção. Esta, segundo o mesmo estudo, definida a partir de mapas antigos da cidade – a planta cadastral, possivelmente contemporânea ao tombamento do conjunto urbano e uma planta de 1954 (ANEXOS A e B, respectivamente) – que, junto às análises fotográficas

realizadas, auxiliaram na delimitação do que seria a porção territorial ocupada em 1941. Após esta fase, as análises do estudo se voltaram à busca de uma delimitação das áreas de tombamento do conjunto urbano e de suas áreas de ambiência, a fim de “explicitar os níveis de preservação a que está sujeita a cidade de Congonhas” (BRASIL, 1988, ANEXO I, p.60). Para tanto se analisou, a partir das três áreas de estudo definidas no Mapa 1, as seguintes questões (BRASIL, 1988):

- Configuração urbana à época do tombamento do conjunto urbano;
- Levantamento da estrutura urbana existente no final da década de 1980 (ANEXO C);
- Estudo de volumetria das edificações (ANEXO D)
- Estudo da integração dos recursos paisagísticos – cobertura vegetal e vazios urbanos – à paisagem integrada aos monumentos e conjuntos arquitetônicos;
- Estudo de topografia;
- Estudo de visibilidade entre os pontos da paisagem definidos por constituírem referências urbanas: Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Capela Nossa Senhora do Rosário, Igreja São José, Prefeitura Municipal de Congonhas e antiga Câmara dos Vereadores (atual biblioteca municipal), ruas Padre João Pio e Bom Jesus, Morro Maranhão, Cemitério Nossa Senhora da Conceição, Torreões da Romaria, acesso rodoviário à cidade;
- Estudo de tendência de crescimento do município.

A partir destes pontos foram definidas três áreas de proteção, compreendendo o conjunto do Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, Igreja São José e Estação Ferroviária (setor sul); o conjunto da Igreja da Matriz de Nossa Senhora da Conceição (setor norte) e o conjunto da Capela de Nossa Senhora do Rosário (setor leste) (MAPA 2). Também foi estabelecido de maneira global o “entorno ou ambiência” (BRASIL, 1988, p.62 – Anexo I) do acervo arquitetônico e urbanístico que compreende essas três áreas, seus elementos paisagísticos e as áreas urbanas que compõem substancialmente a paisagem ou que, somados a ela, “destacam e reforçam visualmente” (BRASIL, 1988, ANEXO I, p.62).

Mapa 2 – Comparação entre as áreas definidas no Mapa 1 (p.32) e a descrição perimétrica das poligonais de tombamento (em destaque), apresentada no Anexo I, p. 145 do estudo FNPM/IPHAN de 1988(BRASIL, 1988).



Fonte: BRASIL, 1988, ANEXO I, p. 96. Adaptado pela autora.

Apesar de ter sido destacada a importância da região central junto ao conjunto remanescente – por estar inserida na ocupação inicial no eixo norte-sul do antigo Arraial de Congonhas, cujo uso foi reforçado com a chegada da ferrovia e, mais recentemente, vem sendo ameaçado devido ao processo de adensamento e expansão (BRASIL, 1988) – a nova configuração sugerida no estudo rompe com a continuidade e a noção de unidade do conjunto, proposta inicialmente (MAPA 1); ruptura que além de não considerar o conjunto em sua totalidade, não explicita os motivos que levaram a um segundo entendimento tão divergente do primeiro. Além disso, o perímetro global apresentado no mapa 2 difere, mesmo que ligeiramente, daquele apresentado no mapa 1, sem deixar claro o que motivou esta diferença, uma vez que ambas as poligonais foram sugeridas a partir dos mesmos mapas. Há, portanto, um salto conceitual e interpretativo entre as duas definições: se no primeiro o acervo a ser preservado

já havia sido definido, assim como as áreas de estudo compreendidas no conjunto arquitetônico e urbanístico, junto a uma breve descrição qualitativa de cada setor e dentro de uma visão integrada; o mesmo não acontece no mapa 2. Logo, não reforça o intuito inerente aos tombamentos urbanos, de integrar diferentes áreas e os aspectos que as unem, a partir de uma proteção mais ampla. Conforme mencionado no estudo, o segundo mapa buscou distinguir as áreas a serem consideradas como conjunto tombado e as áreas de entorno; porém, se entende que as três áreas definidas no mapa 1, já respondiam a esta indagação. Como compreender que esta etapa, que buscou identificar os bens integrantes do acervo histórico, arquitetônico e paisagístico (referente ao desenvolvimento do mapa 1), seja tão distinta daquela que buscou delimitar este mesmo acervo (referente ao desenvolvimento do mapa 2)? As reflexões posteriores levaram a caminhos até então não apresentados e que deveriam estar presentes no texto de forma clara, junto às questões que motivaram tamanha diferença de perspectiva. Da forma que foi exposta, a compreensão da abrupta mudança de percepções sobre o conjunto a partir deste momento é dificultada; isso porque a descontinuidade do olhar no mapa 2 prosseguiu nos próximos dois volumes.

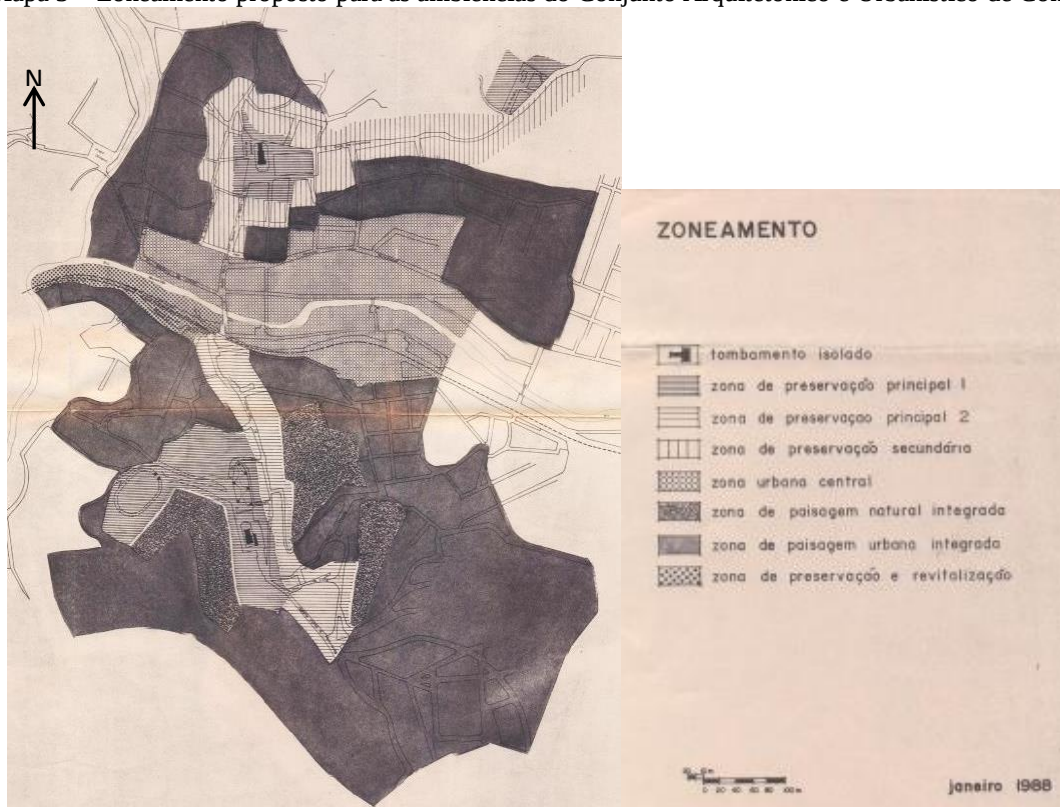
Após esses dois mapas, o intuito do Anexo I (1988) passa a ser estabelecer um “zoneamento das ambiências do conjunto arquitetônico e urbanístico” de Congonhas, tendo como premissa a integração das ações de preservação às de desenvolvimento urbano; a partir dos quais se determinou os níveis de preservação aos quais estavam sujeitos cada uma das áreas definidas. A poligonal proposta corresponde aquela do mapa 2, e se nota uma pequena comunicação entre as respectivas manchas; porém, distribuindo determinada porção do território em sete áreas¹⁰ (MAPA 3) e impedindo o uso industrial – questão até então não abordada. A visão segmentada do segundo mapa é mantida, indo na contramão da ideia de unidade desejada na preservação de qualquer conjunto urbano tombado. Neste terceiro mapa onde áreas de análise foram estabelecidas, se definiram duas zonas de preservação principal: a primeira compreendendo o entorno imediato do Santuário até a Romaria, além do entorno imediato da igreja Matriz; e a segunda englobando a via que liga à Estação Ferroviária ao Santuário e suas adjacências, além da parte posterior ao sacromonte, cujas vias são dos primórdios do antigo arraial. Nos dois casos se fala em preservação integral, ao mesmo tempo em que as áreas foram classificadas como entorno – o que não exigiria tamanha rigidez, conforme disposto no

¹⁰Para síntese da descrição e dos parâmetros urbanísticos propostos para cada área, ver Apêndice B.

Decreto de Lei nº 25/1937. As outras zonas definidas foram (BRASIL, 1988):

- Zona de preservação secundária, que abrange as proximidades da igreja Matriz e a via que a liga a igreja do Rosário, além de seu entorno imediato;
- Zona de preservação e revitalização, referente a região em que se encontra a Estação Ferroviária, incluindo as edificações próximas que compõe o conjunto representativo da arquitetura ferroviária, além da escadaria e da murada;
- Zona de paisagem natural integrada, composta por três (das quatro) áreas verdes e/ou acidentadas nas proximidades do Santuário; que contribuem na composição e harmonização da paisagem do mesmo, sendo representativos da “transição entre a ocupação atual e as dos séculos XVIII e XIX” (BRASIL, 1988, p.80 – Anexo I), além de auxiliarem no bem estar público, devido aos seus mananciais hídricos, fauna e flora;
- Zona urbana central, correspondente ao centro comercial da cidade;
- Zona de paisagem urbana integrada, que abrange todos os espaços remanescentes no perímetro estudado, sendo caracterizada como aquela que integra as “ambiências dos monumentos históricos” através da associação de sua localização e topografia.

Mapa 3 – Zoneamento proposto para as ambiências do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Congonhas



Fonte: BRASIL, 1988, ANEXO I, p. 99. Adaptado pela autora.

De forma a complementar esse zoneamento (MAPA 3), foram propostas intervenções urbanas com o objetivo de garantir a preservação do patrimônio histórico e cultural, atribuindo-lhe uma função social e indo de encontro à premissa anterior: conciliar preservação cultural e as demandas de desenvolvimento da cidade nos anos 1980 (BRASIL, 1988). Embora seja mencionado que tal desenvolvimento deveria estar condicionado à preservação, e que deveria existir uma relação entre o valor simbólico das intervenções e seu potencial de uso futuro, não é o que se observa de forma contínua ao longo do estudo. Isto porque a partir do levantamento do acervo arquitetônico e urbanístico da cidade (MAPA 1), se entende que o estudo teve seu objetivo desvirtuado, ou seja, durante grande parte do processo as análises foram focadas no desenvolvimento de um zoneamento, iniciado sem uma base sólida e abrangente de informações sobre os condicionantes daquele território. Com isso, o estudo se voltou consideravelmente para os problemas práticos do cotidiano da prefeitura local – como, por exemplo, atender ao interesse imobiliário através de uma maior permissividade construtiva e viabilizar respostas imediatas à população através de um zoneamento emergencial –, do que na preservação e na conservação do conjunto tombado – cujos estudos demandariam maiores recursos humanos, financeiros e de tempo. As reflexões não foram aprimoradas no sentido de se desenvolver diretrizes que norteassem a manutenção da memória e da cultura locais, a partir de uma leitura continuada e clara na qual os principais atributos detectados no conjunto fossem realçados, e cujas partes fossem vinculadas.

Apesar disto, nota-se que, diferente de grande parte dos instrumentos sugeridos até então, as intervenções urbanas (ANEXO E), embora sugeridas sem detalhamento e de forma pontual, parecem ter considerado a importância de motivar a população para uma participação ativa no que se refere aos assuntos da cidade e de seus espaços públicos; além de se voltar para a melhoria da qualidade espacial da cidade e da conservação de algumas das suas referências simbólicas. Dentre as medidas, sugeriram-se tratamentos e requalificações urbanas e paisagísticas (nas proximidades do Santuário, da igreja da Matriz e da Estação Ferroviária – incluindo as margens do Rio Maranhão), restaurações de algumas igrejas (como a igreja do Rosário), proteção ambiental de alguns locais (como a Serra da Moeda) e atenção às áreas suscetíveis à erosão. Algumas questões direcionadas à qualidade da composição volumétrica, embora citadas no estudo não foram aplicadas como no caso das faixas edificáveis; ou acontecem de forma extremamente acanhada, como é o caso das diretrizes referentes aos desmembramentos e remembramentos.

2.1.2 As referências culturais evidenciadas no acervo fotográfico do estudo de 1988

O Anexo II do estudo de 1988 é composto por documentação fotográfica; por isso será retratado brevemente aqui, destacando-se alguns referenciais mencionados nele, e cujas informações complementares podem ser verificadas no apêndice D (TABELA D-2). O apanhado de fotografias foi dividido em cinco grupos (BRASIL, 1988):

- O povoado e sua vida no final do século XIX até a década de 70 do século XX;
- Evolução de pontos da cidade;
- Tomadas visuais de pontos referenciais urbanos (1987);
- Congonhas e seu acervo (1987);
- Perímetro de tombamento.

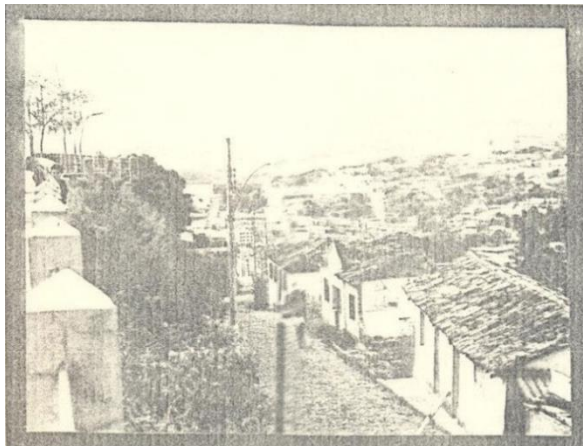
Considerando as informações citadas, se percebe que algumas referências urbanas foram citadas em dois ou mais desses grupos, podendo indicar a relevância delas no conjunto protegido. São elas: a Estação Ferroviária (citada ora individualmente, ora considerando seu conjunto); o seminário e o colégio das adjacências do Santuário; os torreões da Romaria; o Santuário; as igrejas da Matriz, do Rosário e de São José; a Ladeira Bom Jesus – composta pelas ruas Bom Jesus, Feliciano Mendes (FIGURA 6), Ouro Preto, do Aleijadinho – e seu casario (citada ora referindo-se ao conjunto de ruas assim denominado, ora referindo-se as suas ruas individualmente); as ruas Barão de Congonhas (FIGURA 5) e Padre João Pio; o Beco dos Canudos; a Serra da Moeda; praças Dom Silvério e Sete de Setembro; pontos estes cuja importância cultural fora demonstrada, anteriormente, na fase de levantamento de informações históricas de Congonhas contida no Volume I (1988), reforçando o interesse sobre os mesmos para esta pesquisa.

Figura 5 – Rua Barão de Congonhas, que conecta a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição à Igreja Nossa Senhora do Rosário, na década de 1940



Fonte: BRASIL, 1988, ANEXO II, p.16.

Figura 6 – Rua Feliciano Mendes, em 1987



Fonte: BRASIL, 1988, ANEXO II, p.40.

2.1.3 As conclusões do estudo de 1988 em relação às Ambiências dos Monumentos Históricos de Congonhas/MG

Realizado o levantamento das informações julgadas necessárias ao desenvolvimento das diretrizes de proteção para o conjunto urbano de Congonhas – presentes nos anexos I e II –, o estudo desenvolvido em 1988 pela Fundação Pró-Memória/IPHAN com o apoio da Prefeitura, partiu para a terceira e última etapa: o volume I. Além dos documentos originais do tombamento do conjunto urbano expostos na seção 2.1 e de outras informações da década de 80 (TABELA 3), foram inseridos nesta etapa documentos variados que por não estarem dispostos em ordem cronológica foram reorganizados no apêndice D. De forma geral, os escritos deste volume se referem à conclusão do estudo – definindo a poligonal de proteção e o zoneamento – e às análises iniciais dele por outros departamentos do IPHAN, como os setores de proteção e o jurídico, uma vez que se pretendia submetê-lo à análise do Conselho Consultivo do Instituto, objetivando sua oficialização enquanto base legal para as intervenções na área tombada.

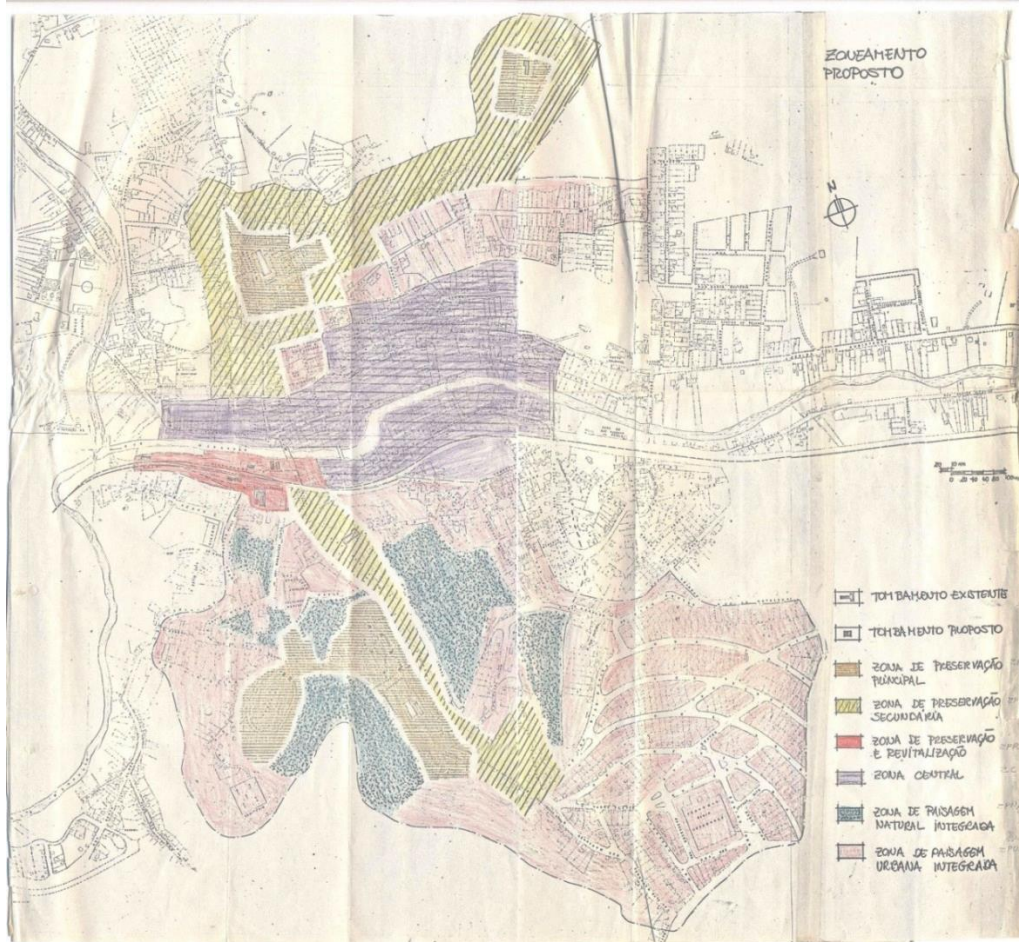
Constam dois materiais desenvolvidos nos últimos anos da década de 1980, inseridos no Volume I (1988): “Zona de Preservação Diferenciada - Congonhas/MG – texto preliminar” (3ª etapa) e “Uso e Ocupação do Solo nas ambiências dos monumentos históricos – Congonhas/MG”. E, segundo o exposto no ofício de 24/02/1988 (BRASIL, 1988), o segundo material se trata de uma complementação ao primeiro – ambos direcionados à definição de um zoneamento para a área protegida.

A parte denominada de Zona de Preservação Diferenciada inicia ressaltando a importância em se definir as áreas de proteção a partir dos tombamentos isolados existentes e de discussões quanto à possibilidade de reformulação deles como instrumentos de preservação. Isto devido à comparação entre a situação do sítio na década de 1940 em contraponto aos anos 1980 quando, segundo o estudo, parte significativa do patrimônio congonhense se encontrava descaracterizado e destruído, comprovando “a não efetivação do tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico” (BRASIL, 1988, VOLUME I, p.10). Mudanças que aconteceram, segundo as autoras, considerando principalmente (BRASIL, 1988)

- A vulnerabilidade da cidade no período de estagnação econômica (com o declínio do ciclo do ouro);
- As transformações ocorridas nas últimas décadas do século XX, despreocupadas com as referências históricas e os elementos simbólicos no espaço urbano;
- Ao aspecto ideológico, a partir do qual se negava o passado em prol da desejada renovação, que simbolizava a chegada do progresso.

Fatores que somados à ausência de iniciativas do IPHAN, cuja “prioridade era a preservação dos conjuntos urbanos maiores e considerados mais importantes como: Ouro Preto, Mariana, São João Del Rei e Diamantina, dentre outros” (BRASIL, 1988, VOLUME I, p.10), contribuiu para a realidade encontrada. Neste cenário, atribuiu a importância das manifestações religiosas – principalmente do Jubileu do Senhor Bom Jesus de Matosinhos – como suporte da preservação da memória local e dos exemplares que resistiam em meio às transformações nas últimas décadas.

Mapa 4 – Zoneamento proposto no primeiro material do Volume I, denominado de Zona de Preservação Diferenciada - Congonhas/MG – texto preliminar (3ª etapa)



Fonte: BRASIL, 1988, VOLUME I, p. 21.

Assim como no início do estudo (Anexo I do estudo de 1988), o ponto de partida para orientar as propostas de reformulação, definir as áreas de tombamento e delimitar as áreas de entono (BRASIL, 1988) foi a primeira planta localizada da cidade, possivelmente da época da proteção do conjunto. Prossegue-se, então, para a explicação do que motivou a delimitação sugerida para o que foi chamado de zona de preservação principal (MAPA 4). Na ocasião, deixa-se claro o que e o porquê se concluiu pelas delimitações do Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos e da Igreja Nossa Senhora do Rosário e seus respectivos entornos. Os motivos colocados se concentram na importância histórica e cultural, no porte construtivo, nas características arquitetônicas e na necessidade em se manter os bens visualmente desobstruídos; além de considerar a maneira com que os elementos secundários (relativo aos entornos) participam da paisagem e integram as ambiências dos bens protegidos ou de interesse individual. O mesmo não aconteceu quando se referiram à Igreja Matriz de Nossa Senhora Conceição e aos Torreões da Romaria, quando tais questões não foram explicitadas; sendo mencionado basicamente sobre o estado de conservação dos bens. A Igreja de São José,

embora tenha sido inserida na zona de preservação secundária, recebeu atenção especial por ser uma importante referência urbana (BRASIL, 1988), tendo sido proposto seu tombamento junto ao seu adro lateral. A motivação da proposição está na leitura dos monumentos junto aos seus entornos, o que se faz relevante uma vez que o último integra de forma categórica o meio onde os primeiros estão inseridos.

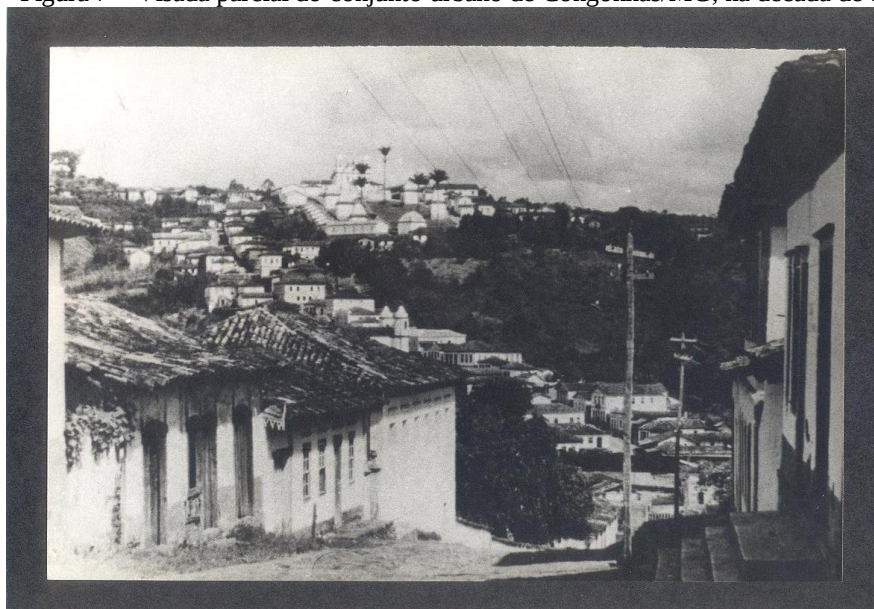
A poligonal utilizada difere das apresentadas anteriormente (mapas 1 ao 3, presentes no Anexo I, 1988), não englobando alguns trechos inseridos nesses momentos (APÊNDICE C). Em contraponto ao sugerido no Anexo I (1988), há diferenças nas proposições feitas neste material que indicam certa mudança no olhar sobre o conjunto. Menos preocupada com a definição de parâmetros urbanísticos que quantifiquem o que pode participar do espaço urbano, volta-se mais para o que deve ser controlado – embora exposto de forma genérica – a fim de manter e melhorar a qualidade e harmonia do conjunto urbano conforme o olhar técnico em voga. Apesar disso, os mapas propostos prosseguiram com um entendimento segmentado do conjunto, demonstrando a falta de avanço entre as etapas.

Em relação às diretrizes qualitativas para as seis manchas sugeridas, quando comparadas àquelas contidas no Anexo I (1988), foram suprimidos os usos definidos para cada área; as características urbanísticas foram sintetizadas e não se distinguiram as edificações existentes integrantes do “acervo histórico e arquitetônico” das novas edificações e daquelas que se encontravam em desconformidade com as características desejadas para um conjunto urbano harmônico. No que tange às diretrizes quantitativas, os pontos de interesse de controle foram apenas citados, não sendo sugeridas taxas específicas de uso e ocupação do solo – exceto para o gabarito, parâmetro que passou a informar apenas o número de pavimentos máximos, sem a referência em metros. Neste primeiro material apresentado no Volume I (1988), também foram sugeridas intervenções urbanas de forma idêntica àquelas expostas no Anexo I (1988).

Já no segundo material apresentado no Volume I (1988), denominado de “Uso e Ocupação do solo nas ambiências dos monumentos históricos – Congonhas/MG” se fez uma introdução que lembrou as características consideradas motivadoras do tombamento.

São estas as testemunhas sínteses da história de Congonhas, o sítio minerador, setecentista, com seu rico acervo rococó, palco do cenário de peregrinações consolidado no século XIX, renovado pela inauguração da estrada de ferro em 1914. Foi esse conjunto, então com 5.000 almas, onde a preciosa arquitetura colonial, preservada pelas recessões econômicas, convivia com o ecletismo inserido pela arquitetura “ferroviária” e seus redeseños, que o tombamento de 1941 pretendeu proteger. [faz-se referência ao mapa cadastral da cidade – ANEXO A – e a figura 7] (BRASIL, 1988, VOLUME I, p.29).

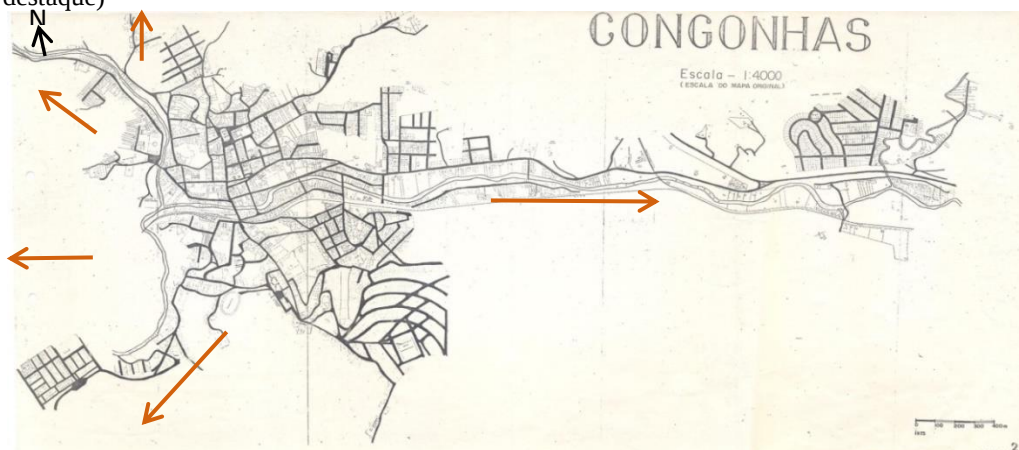
Figura 7 – Visada parcial do conjunto urbano de Congonhas/MG, na década de 1940



Fonte: BRASIL, 1988, VOLUME I, p.33.

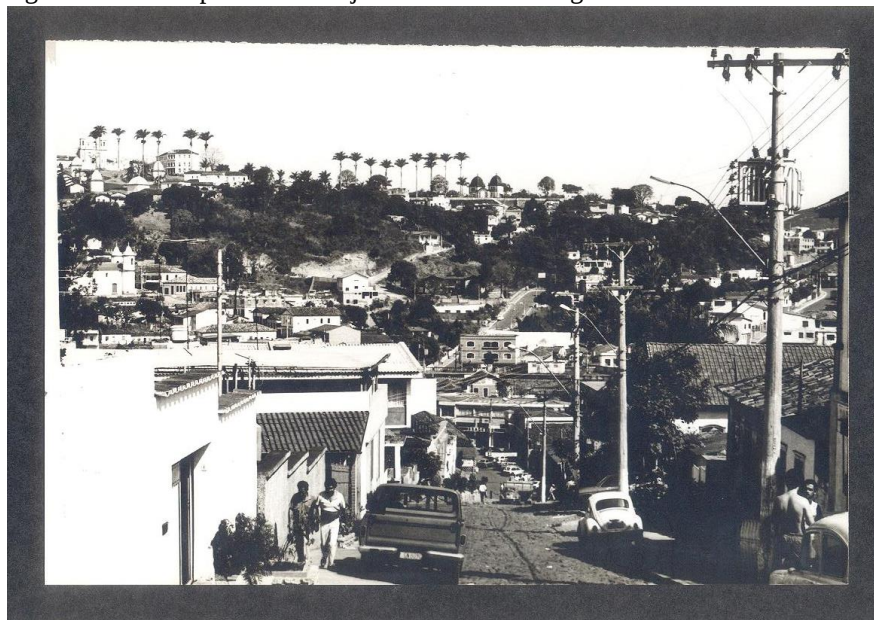
Aqui é importante perceber que esses eram os atributos que começaram a se transformar, devido à intensificação da atividade de mineração e siderurgia em alguns sítios históricos de Minas Gerais (BRASIL, 1988), como aconteceu em Congonhas. Segundo o estudo, as mudanças ali tiveram efeitos “desfiguradores e mutiladores” (BRASIL, 1988, VOLUME I, p.29), principalmente a partir da década de 1970 com a implantação efetiva do Complexo Siderúrgico da Aço Minas Gerais SA – Açominas. A vinda da empresa para o município ocasionou um crescimento demográfico na ordem de 79% entre as décadas de 1970 e 1980 (GRÁFICO 1), impactando na sua estrutura espacial através da ocupação desordenada da região central, além de expandir a zona periférica e demandar a criação de novos bairros (FIGURAS 8 e 9).

Figura 8 – Mapa de Congonhas na década de 1970, mostrando a expansão na ocupação do território (em destaque)



Fonte: BRASIL, 1988, VOLUME I, p.34. Adaptada pela autora.

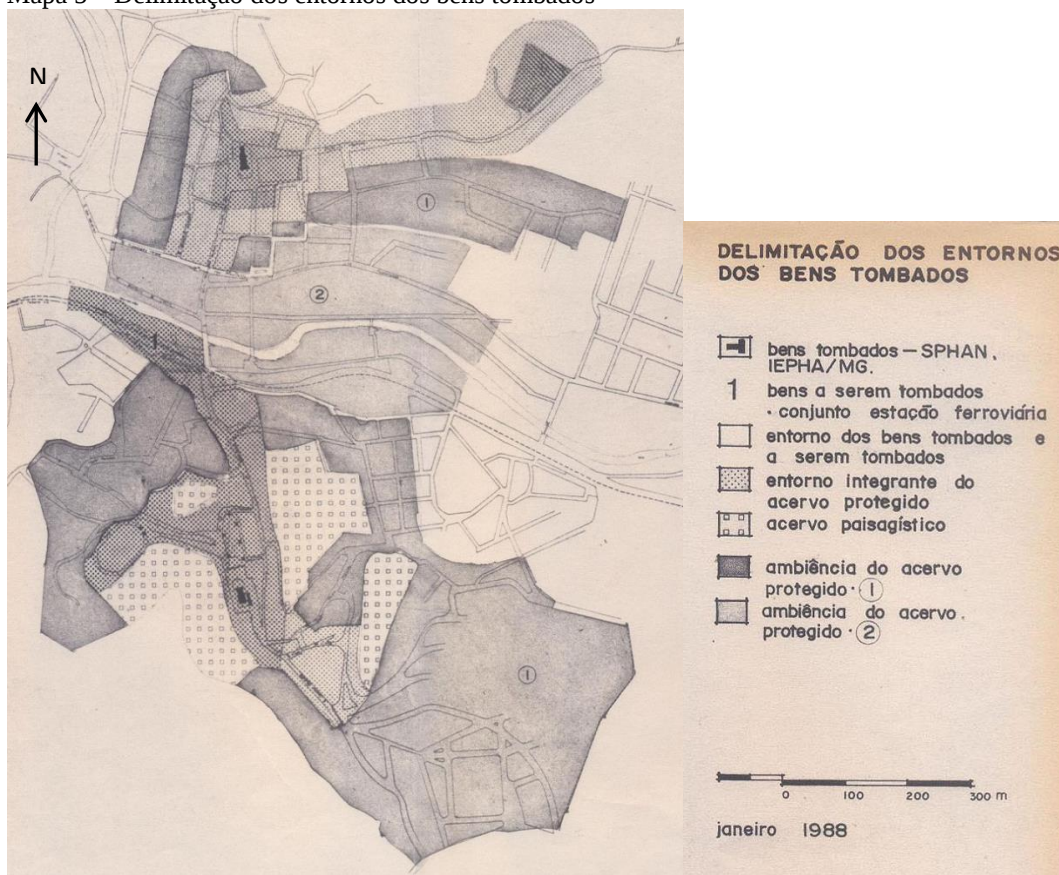
Figura 9 – Visada parcial do conjunto urbano de Congonhas/MG na década de 1970



Fonte: BRASIL, 1988, VOLUME I, p.35.

Essa realidade, já mencionada, motivou a regional do SPHAN/FNPM a analisar o conjunto urbano protegido junto ao executivo local, a fim de estabelecer diretrizes que concilhassem “a preservação do notável patrimônio histórico e artístico da cidade, com sua nova função de centro urbano em expansão” (BRASIL, 1988, VOLUME I, p.31); além de direcionar a municipalidade quanto às futuras intervenções. É ressaltado que o estudo foi apresentado em versão preliminar, na qual se buscou identificar e delimitar as áreas de tombamento, e de entorno e ambiência (MAPA 5), visando manter a integridade visual das paisagens urbana e natural protegidas, a partir do controle das novas edificações (BRASIL, 1988), o que seria uma maneira de manter os referenciais urbanos evidenciados, acentuando a memória da população. Porém, ao sugerir quais seriam as áreas de proteção rigorosa (tombadas) e quais as áreas de entorno e ambiência, o estudo não evidenciou as definições destes dois últimos conceitos. Pela compreensão obtida dos mapas, o primeiro foi entendido como a área imediatamente contígua aos bens identificados, enquanto a segunda foi interpretada como “o quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais” (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 1976), compreendendo o contexto em que o bem está inserido (IPHAN, 2004 *apud* MOTTA; THOMPSON, 2010). Do mesmo mapa, as delimitações foram transpostas para o zoneamento sugerido no mapa 6 sem que fossem reavaliados os instrumentos de controle; tampouco se explicou quais seriam as relações entre as definições dadas nesses dois mapas, o que justificaria tal transposição.

Mapa 5 – Delimitação dos entornos dos bens tombados

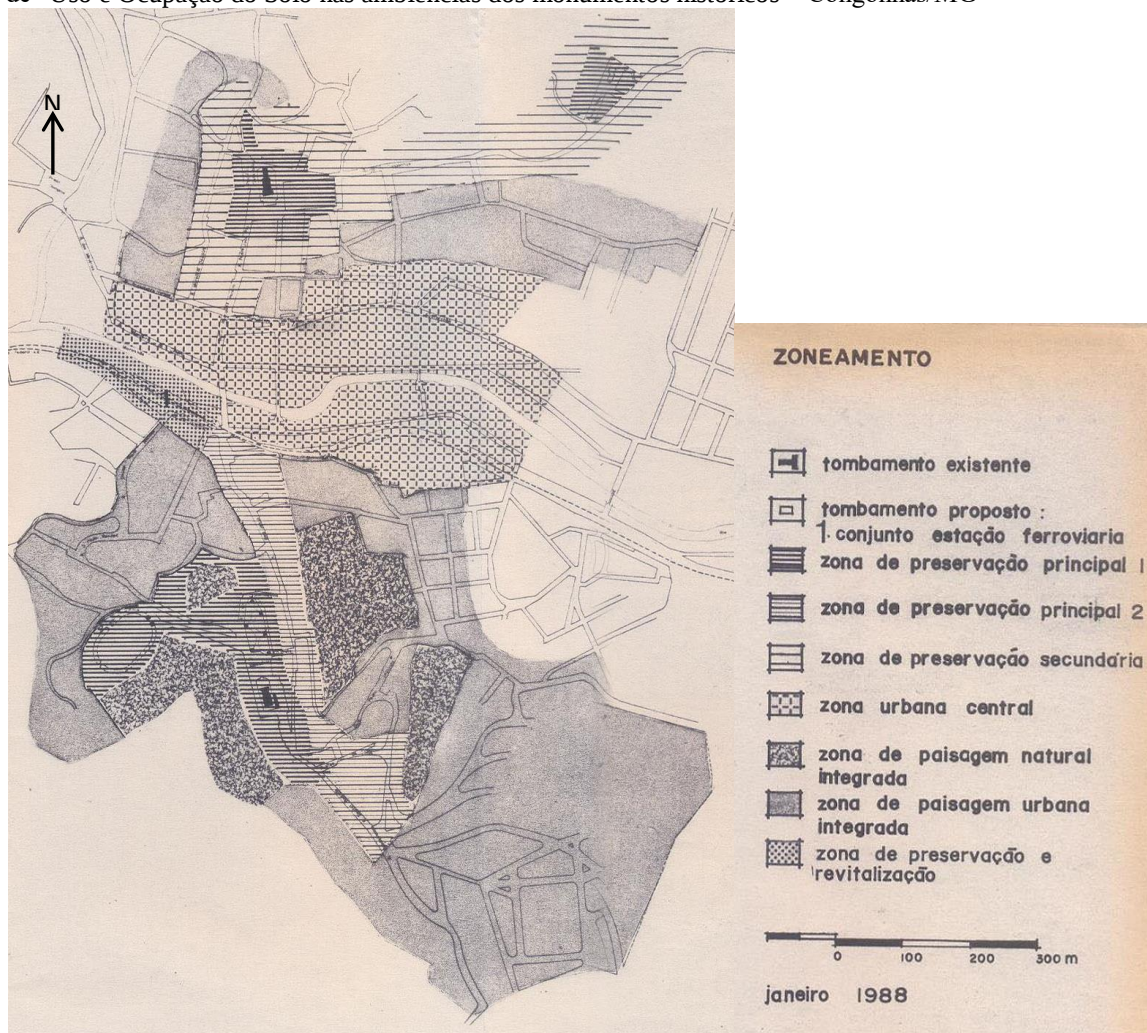


Fonte: BRASIL, 1988, VOLUME I, p.41. Adaptado pela autora.

O estudo prossegue recomendando um novo (e último) zoneamento (MAPA 6). De forma geral, este zoneamento se aproxima muito ao proposto no primeiro material desenvolvido no Volume I do estudo de 1988 (MAPA 3). Nos mapas, as maiores diferenças se deram com o acréscimo de uma zona – a zona de preservação principal deixou de ser única e se desmembrou em duas –, e com a supressão de áreas anteriormente inseridas na zona de paisagem natural integrada e que passaram a compor a zona de paisagem urbana integrada. Em relação ao texto deste novo zoneamento, houve poucas modificações como:

- Inclusão da necessidade de definições de critérios de parcelamento, embora sem defini-las;
- Complementação, em algumas áreas, quanto à necessidade de definição das características urbanísticas, incluindo placas indicativas e publicitárias;
- Supressão quanto à menção da metragem máxima para os gabaritos das novas edificações, permanecendo apenas o número máximo de pavimentos (agora, sugerindo-o de forma mais permissiva na zona de preservação principal 1);
- Exclusão da necessidade de definição quanto às áreas *non aedificandi*.

Mapa 6 – Zoneamento proposto no segundo material do Volume I, denominado de “Uso e Ocupação do Solo nas ambiências dos monumentos históricos – Congonhas/MG”



Fonte: BRASIL, 1988, VOLUME I, p. 46. Adaptado pela autora.

As intervenções urbanas sugeridas seguiram de forma idêntica à interpretação contida inicialmente no Anexo I do estudo (ANEXO E), encerrando o conteúdo do último volume do estudo. Constam no processo análises de diferentes repartições do IPHAN, como a Coordenação de Proteção e a Coordenação Jurídica, sobre o material (Volume I do estudo de 1988). Nelas, foram solicitadas revisões do mesmo, principalmente, devido aos seguintes equívocos (BRASIL, 1988):

- O foco do estudo se concentrou na utilização de instrumentos de planejamento urbano de responsabilidade do município e, não, no reconhecimento e na delimitação do espaço urbano existente em 1941 e vivo na década de 1980 e, apenas a partir deste ponto seria possível delimitar e distinguir, com clareza, as áreas tombadas e as áreas de entorno, e os critérios de intervenção permitidos; tendo como base o espaço urbano

de 1941, a forma de implantação do sítio, e os testemunhos materiais que acompanharam os processos culturais ao longo do tempo;

- Ausência de dados sobre a realidade urbana de Congonhas e dos prognósticos de seu desenvolvimento, que embasaram a instrumentalização das decisões contidas no estudo;
- Proposição das zonas de preservação a partir do patrimônio arquitetônico e de forma dispersa, o que não estaria em sintonia com as intenções do tombamento efetuado em 1941, por resultar na fragmentação do conjunto e na consequente perda de sua unidade urbana e espacial – fragmentação esta proposta, mas não fundamentada durante o trabalho;
- Proposição de normas de intervenção que estivessem diretamente relacionadas e subordinadas à competência específica do IPHAN, permitindo uma ação independente da Autarquia e sem interferência do poder municipal;
- A compreensão por vezes expressa no estudo de que o tombamento de 1941 não foi efetivado, uma vez que não existiam normas de proteção e tampouco, a fiscalização necessária ao seu cumprimento somada à ideia de que os atributos lidos no conjunto urbano existente em 1941 haviam se perdido;
- O estudo se contradiz ao sugerir a revisão do tombamento devido à descaracterização do núcleo histórico tombado em 1941 – cujas informações que levaram a esta conclusão não foram detalhadas –, ao mesmo tempo em que evidencia a permanência de elementos fundamentais na composição do conjunto protegido;
- O estudo ignora o fato de que todas as edificações, logradouros e áreas verdes existentes na cidade na ocasião do tombamento deveriam ser entendidos como tombados pelo processo IPHAN nº 238-T-41 (BRASIL, 1988).

Tais questões demonstravam a necessidade de que pontos fundamentais a serem levantados e analisados, como o entendimento do que seriam as áreas tombadas e as áreas de entorno, se concretizassem antes que o estudo prosseguisse para a definição de um zoneamento; evitando a constante falta de referência quanto àquilo que deu suporte às conclusões obtidas. Este levantamento prévio e minucioso das realidades do conjunto urbano – em 1941 e de 1988 – também teria contribuído para um estudo direcionado à promoção e à coordenação do processo de preservação do patrimônio cultural brasileiro, cuja missão e visão

[...] estão atreladas à manutenção de valores que englobam: a qualidade de vida; as memórias e identidades; o acesso ao patrimônio cultural; a valorização da diversidade; ao desenvolvimento sustentável; a cidadania cultural; a

descentralização, regionalização e desconcentração; e a inclusão social” (IPHAN, [201-], não paginado).

Esta ideia se aproxima mais das primeiras percepções obtidas a partir do mapa 1, único produto do estudo que demonstra um olhar inicial sobre o núcleo histórico enquanto conjunto, facilitando a compreensão quanto ao que se buscava/busca preservar e quais as referências culturais e memórias da cidade interessavam ser destacadas, de forma a também evidenciar os percursos e as práticas presentes durante as principais manifestações culturais da cidade (de cunho religioso), objetivo que logo no início do estudo pareceu se perder em meio ao foco deturpado em se enxergar o conjunto protegido, antes de tudo, enquanto elementos individuais desconectados e suscetíveis a um zoneamento generalizado. Zoneamento este mais preocupado com as questões que tangem ao planejamento urbano sob o enfoque dos problemas enfrentados pelo executivo local, do que ao planejamento urbano que priorizasse a identidade local para, a partir dela, se pensar o espaço de maneira a reforçar e cultivar sua essência em meio ao desenvolvimento contemporâneo. Assim sendo, a preocupação com um ordenamento da urbe atento às suas questões culturais e identitárias, poderia ter contribuído para que as dinâmicas urbanas inseridas no território delimitado pela poligonal se ajustassem ao tombamento, e não o contrário.

2.1.4 O Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do solo do município de Congonhas nas ambiências dos monumentos históricos (2002)

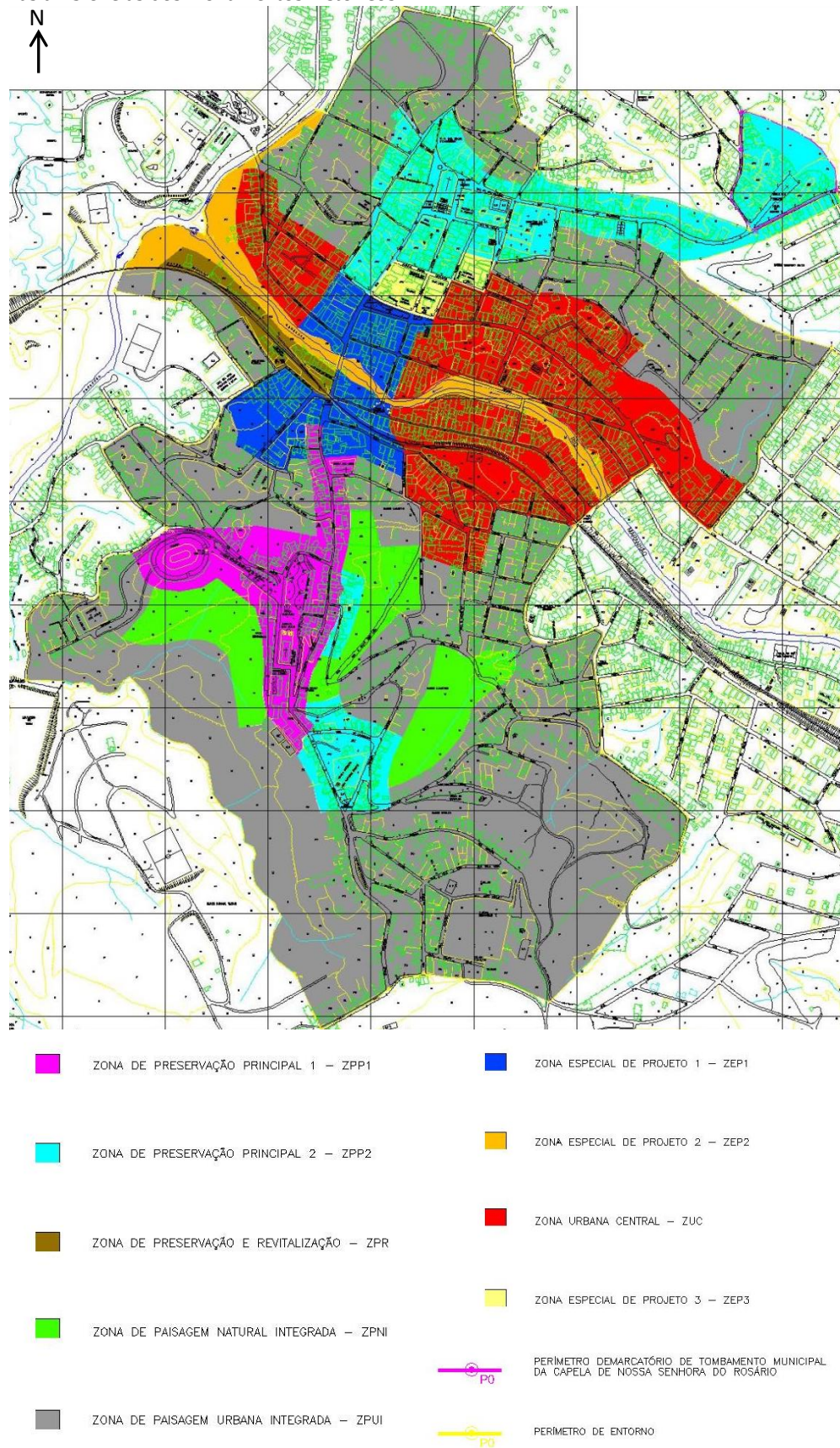
Além do estudo elaborado em 1988, também se pretendeu definir diretrizes de preservação para o conjunto urbano de Congonhas o trabalho denominado “Anteprojeto de Lei de uso e ocupação do solo do município de Congonhas nas ambiências dos monumentos históricos”. Viabilizado pelo Programa Monumenta, este trabalho foi desenvolvido em 2002 pelo IPHAN e pela Prefeitura Municipal de Congonhas e, segundo o memorando nº 10/2004 do Escritório Técnico do IPHAN¹¹ em Congonhas (ET-I Congonhas), tratou-se de uma atualização do estudo de 1988, intitulado como “Uso e Ocupação do solo nas ambiências dos monumentos históricos”. Ainda a partir do memorando nº 10/2004 ET-I Congonhas, foi sugerido que o anteprojeto servisse como instrumento jurídico interinamente embasando as análises de projetos do escritório técnico local no que tange às intervenções no conjunto urbano

¹¹Documento datado em 25 de novembro de 2004 elaborado pela então chefe do escritório técnico de Congonhas, Susana Leal Santana, constante no processo IPHAN nº 01514.000082/2001-54, acessado a partir de consulta à Superintendência do IPHAN/MG em fevereiro de 2019.

congonhense. Sugeriu-se, ainda, que o anteprojeto fosse encaminhado para a Prefeitura Municipal de Congonhas e para o Conselho Consultivo e Procuradoria do IPHAN, para sua aprovação definitiva.

O trabalho de 2002, embora tenha se proposto a ordenar o uso e a ocupação do solo no perímetro definido em 1988 – a fim de também ser utilizado enquanto lei específica pela municipalidade –, o fez a partir de um estudo que deveria ser aprimorado conforme as correções solicitadas pela Coordenação de Proteção e Coordenação Jurídica do IPHAN (ver item 2.1.2). Por ter tido como base o estudo de uso e ocupação do solo para Congonhas apresentado no Volume I (1988), o anteprojeto manteve o olhar para o território urbano segmentando-o em zonas e não o vendo de forma unificada, ou seja, enquanto conjunto. Assim, nada avançou no que diz respeito às delimitações das áreas protegidas e das áreas de entorno sem as quais era inviável partir para o desenvolvimento de um zoneamento urbano (BRASIL, 1988) – equívoco já cometido em 1988. O questionamento gerado é quanto ao que levou o Instituto a participar efetivamente desta reformulação sem, antes, fazer os ajustes solicitados nos anos 1980; fazendo “mais do mesmo” sem priorizar a preservação, a legibilidade e a manutenção dos atributos do conjunto urbano protegido em 1941.

Mapa 7 – Mapa de zoneamento – Lei de Uso e Ocupação do Solo do município de Congonhas nas ambiências dos monumentos históricos



Fonte: BRASIL, 2002. Adaptado pela autora.

Apesar disso, o anteprojeto serve desde sua elaboração até hoje, como fonte que embasa os pareceres técnicos do ET-I Congonhas. Mantendo a fragmentação do mapa de zoneamento proposto em 1988 (MAPA 6), as principais alterações no trabalho de 2002 se concentraram na criação das Zonas Especiais de Projeto 1, 2 e 3, na supressão da Zona de Preservação Secundária, e nas novas delimitações das Zonas de Preservação Principal 1 e 2 (MAPA 7). Em relação ao texto, os parâmetros se aproximam mais ao que foi exposto no Anexo I (1988) (APÊNDICE B), sendo que alguns se tornaram mais permissíveis, como é o caso da altura máxima admissível na Zona de Preservação Principal 1 e a não consideração do desnível da rua na contabilização do gabarito total (presente no Anexo I do estudo de 1988), omissão injustificável, considerando a topografia acidentada do município e típica nas cidades coloniais mineiras. Ao se permitir edificações de até quatro pavimentos e quinze metros de altura (maior altura admissível na poligonal de proteção) em áreas cujo gabarito junto à localização topográfica da edificação – como é o caso da Rua dos Cristais – influencia a ambiência do conjunto, a topografia também foi negligenciada. Algumas das outras principais alterações propostas consideradas capazes de impactar de forma mais acentuada – positiva ou negativamente – na percepção das referências espaciais do território congonhense, foram:

- Determinaram-se os afastamentos mínimos permitidos;
- Determinou-se a taxa de permeabilidade mínima;
- Alteração nas características das coberturas;
- Aceitação dos avarandados (telhados paulistas);
- Questões relativas aos parcelamentos, remembramentos e desmembramentos do solo.

Em relação aos afastamentos, embora nem sempre tenha sido determinado que as novas construções fossem implantadas conforme o alinhamento das edificações vizinhas a ela, ressalta-se a importância deste ponto em vias que possuam conjuntos homogêneos, representando uma melhora no que tange à forma de ocupação, que tende a ser espacialmente mais harmônica em relação ao conjunto urbano preexistente, mesmo que de maneira pontual. Quanto à taxa de permeabilidade mínima exigida, fora estabelecido apenas o percentual da área de escoamento de água, sem se detalhar o tipo de pavimentação admissível, o que caso feito de forma mais específica como, por exemplo, a partir da exigência do plantio de árvores de pequeno e médio porte, preferencialmente nos fundos dos lotes, seria uma forma análoga de referenciar à forma de ocupação do antigo arraial a partir dos quintais. Esta medida também reduziria os casos de pavimentação impermeável em tais áreas (muitas vezes permeáveis apenas no projeto), além de contribuir para a ampliação da harmonia da paisagem

e da ambiência do conjunto tombado, destacando as referências espaciais da cidade em meio a um contexto menos ocupado e mais vegetado; e para amenizar os possíveis problemas de inundação, de qualidade do ar e de temperatura advindos, respectivamente, de um insuficiente escoamento da água pluvial, da atividade mineradora e dos problemas ambientais da modernidade.

Sobre as coberturas, os textos redigidos em 1988 citavam apenas a permissividade de telhas cerâmicas, enquanto em 2002 passou-se a considerar os “materiais com o mesmo efeito de luz e cor da telha” cerâmica. Texto que, além de não permitir uma real apreensão do que foi considerado um efeito semelhante de luz do material cerâmico, contribuiu para a falta de padrão dos materiais e inclinações das coberturas em uma área caracterizada como “principal 1”; o que abriu margens para possíveis modificações das características volumétricas em parte da área tombada onde a concentração e a homogeneidade das edificações remanescentes acontecem de forma mais evidente. Apesar disso, há que se considerar que, embora existam edificações irregulares, os pareceres do ET-I Congonhas¹² sempre exigiram a utilização de telha cerâmica para a ZPP-1, embora em áreas como a Zona de Paisagem Urbana Integrada (ZPUI) tenha sido aprovada pela primeira vez em 2010, a pintura de telhas metálicas na “cor cerâmica”, abrindo precedentes para casos posteriores. Ainda referente às coberturas, os avarandados foram permitidos na ZPUI em 2002 como um terceiro pavimento, os avarandados impactaram negativamente na ambiência dos bens identificados como integrantes do acervo cultural da cidade em 1988, por ajudarem a obstruírem a visibilidade dos mesmos e provocarem uma alteração considerável nas características do conjunto, devido a grande incidência que ocorrem. Isto, porque esta zona conforma grande parte do que seria a zona de amortecimento das áreas de preservação principal e, por vezes, estarem inseridas geograficamente em altimetria similar as dos principais “monumentos” locais. A permissividade deste elemento indica, também, a inobservância técnica do anteprojeto perante as características de ocupação genuínas que motivaram o tombamento em questão; colocadas em segundo plano de forma a favorecer tipologias arquitetônicas descaracterizantes e que não deveriam ser incentivadas, por não colaborarem com a harmonia do espaço urbano.

No que se refere aos parcelamentos e afins, a temática foi pouco explorada na redação de 2002 e, quando mencionada nota-se omissão quanto ao assunto. Embora grande parte da área

¹²Conclusão obtida após a realização de pesquisa nos processos do Escritório Técnico do IPHAN em Congonhas, a fim de averiguar as justificativas e embasamentos contidos nos pareceres técnicos do Instituto.

compreendida pela poligonal de proteção já esteja loteada (e ocupada), caberia ter conjecturado quanto aos possíveis novos loteamentos na zona periférica a ela, da qual fazem parte morros e encostas visíveis de pontos de visada importantes – como é o caso da visada a partir do Santuário, onde já existiam loteamentos que vinham sendo aprovados e ocupados no início do século XXI.

Além dessas questões, percebe-se que as informações referentes às características que motivaram as diretrizes para cada zona, a partir das quais se justificariam as escolhas expressas no texto, continuam ausentes. Assim, se entende que o anteprojeto teria sido mais efetivo se pensado mirando a integridade, a totalidade, a visibilidade e a ambiência do conjunto edificado; o que contribuiria, inclusive, para uma posterior legislação municipal de uso e ocupação do solo mais assertiva. Isto, porque seria possível visualizar a situação e as pretensões referentes à preservação do patrimônio cultural local, conciliando-a na medida do possível às dinâmicas urbanas contemporâneas, o que favoreceria, por sua vez, uma gestão compartilhada verdadeiramente colaborativa, de forma a ultrapassar àquela baseada em interesses sazonais. Ao mesmo tempo, permitiria que as diferentes esferas – federal, estadual e municipal – agissem conforme competências específicas de cada uma delas, sem interferência umas das outras – embora se ressalte a importância de um trabalho cooperativo, cujas políticas de preservação e políticas públicas sejam integradas e complementares.

A decisão atropelada (e continuada) de se propor um zoneamento antes de se alcançar um diagnóstico mais completo do território e de seus processos ao longo do tempo, fez com que o olhar durante a elaboração deste novo produto se mantivesse distanciado das referências espaciais destacadas no Anexo I (1988), tais como a feição colonial e a singeleza das construções à época. Pontos não fomentados pelas diretrizes no que se refere à forma de ocupar o território, desconsiderando a relevância da leitura das faces de quadra e das faixas edificáveis, por exemplo; o que resultou em alterações visuais do espaço urbano que direta ou indiretamente, podem interferir na leitura e compreensão das referências culturais afetando, consequentemente, a memória da população.

2.2 A trajetória institucional da Prefeitura Municipal em relação ao Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Congonhas/MG

Políticas de patrimônio cultural urbano terão sempre um débito em aberto, se desconhecerem o universo de valores, que tornam humanas aquelas imbricações de vária natureza, produzidas e produtoras, na/da vida do habitante, como um todo.

(MENESES, 2017, p.50)

Nesta seção serão abordadas as ações do Executivo local, a partir de algumas legislações municipais desde a década de 1940 – época em que o conjunto urbano estudado foi tombado pelo SPHAN. Esta abordagem se faz necessária, considerando a ampliação das responsabilidades municipais a partir da Constituição Federal de 1988, além de se reconhecer a influência da municipalidade no direcionamento das memórias culturais do território, entendendo que a apreensão destas acontece antes e essencialmente como um enquadramento para, então, se tornar um conteúdo (CANDAU, 2014). Desta forma, as leis foram entendidas como uma importante referência para esta pesquisa, por representarem o meio através do qual as ações da Prefeitura se embasaram na condução da ênfase (ou falta dela) sobre os referenciais urbanos e, conseqüentemente, à salvaguarda do patrimônio cultural congonhense, sejam eles materiais ou não – instituídos ou não. As leis consultadas foram aquelas inseridas no endereço eletrônico da Câmara Municipal e que se relacionaram com as ações voltadas para a promoção, a preservação e a manutenção das referências culturais de Congonhas, principalmente aquelas identificadas no estudo de 1988 (BRASIL, 1988).

Segundo as informações coletadas, o primeiro código de posturas da cidade se deu através da Lei nº 16/1943¹³ e, embora seu conteúdo não tenha sido localizado, sua criação pode indicar relação com o tombamento do conjunto urbano de Congonhas, devido à proximidade entre esta proteção (1941) e sua elaboração. Também se encontrou menções à atualização da planta cadastral do município na Lei nº 43/1948, o que fortalece a ideia desta (ANEXO A) que serviu de base para o estudo de 1988 ter sido contemporânea ao tombamento. De forma geral, aquela foi uma década em que grande parte das leis se referiu às desapropriações de imóveis, incluindo exemplares civis localizados no entorno do Santuário do Senhor Bom Jesus de

¹³ Embora não tenha sido localizado o conteúdo desta lei, há menção da mesma na Lei nº 48/1949. Disponível em: <<https://congonhas.mg.leg.br/leis/legislacao-municipal>>. Acesso em: 05 jan. 2019.

Matosinhos, da Igreja da Matriz de Nossa Senhora da Conceição e da Igreja Nossa Senhora do Rosário passando, também, por logradouros com alta concentração de imóveis preservados como a Rua Bom Jesus. Essas ações, embora não tenham interferido por si só na legibilidade do conjunto pela baixa incidência em relação à totalidade do mesmo, facilitaram as ocupações posteriores que, por vezes, perturbaram a harmonia anteriormente existente nas proximidades desses bens. Neste período também houve aberturas de vias ordenadas ortogonalmente, se distinguindo do traçado sinuoso preexistente.

Na década de 1950, ações anteriores como a abertura de vias e as remodelações urbanísticas foram intensificadas, além da aprovação de novos loteamentos como parte do que hoje são os bairros Vila Andreza, Lamartine e Bom Jesus – localidades nem sempre inseridas dentro da poligonal de proteção estudada aqui, definida apenas em 1988. Neste período ocorreram várias extensões na região central como o na Rua Padre Antônio Corrêa, visando à construção de um cinema para a cidade – atual Cine Teatro Leon, construído na década seguinte. Também se deu a anuência para um loteamento no entorno da igreja Matriz, incluindo o vazio defronte a ela que, ao ser ocupado posteriormente, prejudicou o prolongamento que marcava originalmente a implantação do templo.

Já nos anos 1960 se determinou, pela primeira vez, sobre licenças e características construtivas das novas edificações, sendo esta última restrita aos imóveis localizados na Avenida Magalhães Pinto – um dos acessos ao Santuário –, que deveriam ter plantas futuristas, sendo previstas sanções regimentares e embargo para as obras em desconformidade. Além disso, foi prevista a construção de um ginásio em substituição ao Cemitério Nossa Senhora da Conceição, que, na época, ocupava uma área menor que a atual; além da materialização da atual Escola Municipal Engenheiro Oscar Weinschenk, no entorno da igreja Matriz e da desapropriação de terreno para a implantação do Parque da Cachoeira – embora fora da poligonal de proteção, o parque é um referencial urbano importante na cidade e, por isso, foi lembrado. Ações relevantes a se ponderar também se deram no que se refere ao calçamento em poliedro em logradouros no entorno do Santuário, da igreja Matriz e na região central; e à celebração do convênio que previu a instalação de torres transmissoras e repetidores para o sinal televisivo na cidade, tecnologia que ampliou a interação do congonhense com as informações midiáticas pasteurizadas e cujo resultado físico (as torres) se faz visível em diferentes partes da cidade. Também foi neste período, mais precisamente em 1964, que retorna a Congonhas o oratório de Feliciano Mendes, símbolo da peregrinação do português na busca de verba para a construção do Santuário. Cabe ressaltar que o terminal

rodoviário do município era instalado no centro, próximo à atual prefeitura, onde permaneceu até a década de 1980, podendo ser um indicador da vida e das dinâmicas estáveis que moldavam a cidade nesses tempos de pouco crescimento e baixos fluxos urbanos.

Na década seguinte, as legislações municipais se preocuparam com a cultura local a partir de medidas como: a) subsidiar algumas manifestações culturais como os desfiles de carnaval e os grupos musicais; b) reconhecer como de utilidade pública a guardas de congado, escolas de samba e corais locais; c) contar com o Departamento de Patrimônio, a partir do qual se poderia realizar inventários, registros e tombamentos de bens móveis e imóveis, a fim de garantir sua proteção e preservação (Lei nº 650/1975). Apesar das reduções nas intervenções sobre o tecido urbano a partir das leis pesquisadas, na prática o olhar se dirigiu para o setor industrial, devido à instalação da empresa de siderurgia Açominas, no município vizinho de Ouro Branco.

Os anos 1980 foram aqueles em que as atividades ligadas à mineração se intensificaram, ao mesmo tempo em que houve várias iniciativas ligadas ao patrimônio cultural, possivelmente por ter sido nesse ínterim que a cidade esteve voltada à candidatura do Santuário como Patrimônio Cultural Mundial pela UNESCO – fato consumado em 1985, como mencionado anteriormente. Antes desse reconhecimento, cabem citar algumas ações municipais que se relacionam com o patrimônio cultural local:

- A cidade passa a ser reconhecida como “Cidade dos Profetas” e se institui como lembrança oficial da cidade as réplicas em pedra sabão dos doze profetas, através da Lei nº 902/1981;
- Pela primeira vez foi mencionada uma parceria (1981) entre o IPHAN e a prefeitura referente à confecção de vitrines para acondicionar os ex-votos pertencentes à sala dos milagres – anexa à igreja do Santuário. Posteriormente, as partes fizeram um novo acordo, visando a restauração dos bens imóveis nas Capelas dos Passos da Paixão e na Basílica do Senhor Bom Jesus de Matosinhos;
- Criou-se o selo, a bandeira da cidade e seu brasão (FIGURA 1) em 1982;
- Foi criado o Centro Artístico Cultural de Congonhas – CEARC (1982), cujas atribuições incluíram a formação de um acervo fotográfico da cidade, e a partir do qual houve o envio de informações sobre possíveis intervenções não autorizadas na área protegida para a Superintendência do IPHAN em Minas Gerais;
- Dentre os feriados municipais, dois se relacionavam à sua história e às referências culturais locais: o dia da padroeira Nossa Senhora da Conceição (08/12) e o

aniversário de emancipação da cidade (17/12) – esta última sendo extinta em 1985 e substituída posteriormente pelo dia 14/09 (dia do Senhor Bom Jesus de Matosinhos), fazendo com que durante certo período todos os feriados locais estivessem vinculados às manifestações religiosas expressivas na cidade;

- Foi estabelecido o patrimônio histórico e artístico de Congonhas (Lei nº1.192/1984); e autorizada a instituição do Conselho Consultivo Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico (COMUPHAC), cujo objetivo específico era zelar pela preservação do patrimônio cultural local.

O dia em que o Santuário recebeu o reconhecimento oficial da UNESCO ainda é lembrado por diversos moradores como de euforia no município, onde todos festejaram juntos e com grande emoção e alegria. Nesta época, a prefeitura já solicitava a apresentação de projetos para novas construções, embora servidores municipais lembrem que não havia rigor nas análises, tampouco acompanhamento junto ao IPHAN.

Na década de 1990 foram propostas ações com uma visão mais ampla e integrada e que, embora não se refiram diretamente às referências culturais, foram identificadas como uma maneira associativa vinculada a uma preservação mais eficaz dos mesmos, devido à possibilidade de alargarem o senso de pertencimento da população. Dentre elas, está a proposição do executivo local para que os moradores cuidassem de uma árvore defronte às suas propriedades, cuja contrapartida aconteceria através de isenções e descontos em taxas municipais (Lei nº1.915/1993); e a sugestão de adoção de áreas verdes, que não poderiam sofrer alteração do uso (Lei nº 2.243/1999). Outra importante medida foi a inserção da disciplina “História cultural e turismo de Congonhas” como matéria individualizada na grade das escolas municipais, entendida como uma forma de reconhecer a importância dada pelo poder público no que tange a difusão e a perpetuação dos assuntos que atravessam as tradições, as memórias e a cultura local. Além disso, se propôs a identificação e a discussão sobre os principais problemas da cidade, estimulando os alunos na atividade de pesquisa e aumentando as chances de serem cidadãos mais conscientes e críticos. Deste período, cabem mencionar, ainda, outras duas iniciativas: a “Semana Cultural do Aleijadinho”, que evidenciava em seu nome uma referência cultural e a então Alameda das Palmeiras, via de ligação entre o Santuário à Romaria e que teve seu nome substituído por Alameda Cidade Matosinhos de Portugal, em alusão a cidade que abriga a obra que inspirou a construção do sacromonte – embora grande parte dos moradores ainda se refiram a ela pela antiga

denominação, podendo indicar a representatividade adquirida pela espécie vegetal existente na via, presente também em outras ruas da cidade, como na Avenida Júlia Kubitschek.

Ainda nos anos 1990, é elaborado o Código de Obras Municipal (Lei nº 2.116/1996), que já solicitava a análise ao COMUPHAC a qualquer intervenção dentro da poligonal de proteção. Embora não tenha sido estabelecida a necessidade de anuência do IPHAN, nesta época essa foi uma medida importante – pelo menos sob o viés legal – no sentido de regulamentar as modificações na área estudada reconhecendo sua importância.

O século XXI inicia com propostas de valorização do espaço urbano semelhantes àquelas da década anterior, a exemplo da lei nº 2.575/2005 que propôs a adoção de praças públicas e unidades de conservação. Em 2001, a lei nº 2.321/2001 se mostra atenta à cultura local através da autorização para que a prefeitura adquirisse o prédio da antiga Estação Ferroviária a fim de abrigar a biblioteca municipal. Já em 2004 (Lei nº 2.457/2004) foram estabelecidas as diretrizes de uso e ocupação do solo nas ambiências históricas de Congonhas (delimitadas pela Lei nº 2.419/2003); cuja poligonal seguiu àquela sugerida no volume I (1988) e cujo texto foi bastante semelhante ao do anteprojeto desenvolvido pelo IPHAN junto à prefeitura em 2002, embora mais permissivo em alguns parâmetros (APÊNDICE B). Uma decisão importante que vale ser destacada foi a tomada através da Lei nº 2.694/2007, que firmou a proteção parcial da Serra Casa de Pedra. Embora o tombamento não tenha acontecido como se esperava – uma vez que não abrangeu todo o perímetro solicitado pela comunidade, mas apenas sua silhueta –, foi representativo por ter sido a concretização de uma determinação popular.

Foi também neste decênio que se regulamentaram grande parte das legislações que trataram das questões concretas sobre o uso e ocupação do solo e o planejamento urbano – assuntos que permeiam constantemente o estudo do IPHAN em 1988 – e que aconteceram vários tombamentos de imóveis civis, reforçando a referência colonial na cidade, principalmente na área que abriga o maior número de remanescentes físicos deste período. Isso indica a preocupação em se manter as características de ocupação as mais fidedignas possíveis em relação ao estado original do conjunto – evidenciando, naturalmente, os principais pontos nodais do território. Além do Santuário, das igrejas da Matriz, do Rosário e do São José, da Romaria e da Estação Ferroviária, 119 imóveis civis foram protegidos: um localizado na margem direita do Rio Maranhão e os demais implantados nas ruas da Ladeira Bom Jesus e nas adjacências do Santuário – na Praça Santo Afonso e nas ruas da Recordação e Doutor Paulo Mendes.

Nos últimos oito anos a modificação das leis que tratam sobre o parcelamento, uso e ocupação do solo prosseguem, sendo uma questão preocupante por resultarem em mapas de zoneamento cada vez mais fragmentados, indicando o conflito colocado por Meneses (2006) entre a preservação e o ordenamento urbano quando ambos não são pensados de forma integrada. Fato que, possivelmente, prejudicou o intuito de se ter um espaço urbano no qual passado e presente são compatíveis, resultando em um conjunto cuja percepção visual é desarmônica; considerando aqui o acesso visual de forma abrangente uma vez que, enquanto “ponte perceptiva” (MENESES, 2006, p.42) é capaz de disponibilizar de maneira mais eficaz a fruição do espaço, que se dá, em grande parte, através do aspecto visual (MENESES, 2006). Situação agravada pelas leis de anistia (Lei nº 2.942/2010) e de regularização (Lei nº 3.291/2013). Na primeira, imóveis em não conformidade às diretrizes de uso e ocupação do solo passaram a ser passíveis de regularização, desde que comprovada que a construção foi anterior a 2006. Com a revogação da lei de anistia, passa a vigorar a lei de 2013, que considerou passível de regularização as edificações erguidas antes dela, colocando o “direito adquirido” acima de qualquer questão, e favorecendo a prática comum na cidade de se construir sem licença, na certeza que se estará pouco suscetível às fiscalizações e que, posteriormente, o imóvel poderá facilmente ser regularizado. Em 2016, a Lei de Uso e Ocupação do Solo nas ambiências dos monumentos históricos foi alterada (Lei nº 3.635/2016). Suas principais modificações se referem à proibição dos avarandados; a determinação (em metros) do gabarito máximo até o beiral e até a cumeeira, considerando o desnível da rua, e à determinação de que os projetos se preocupem com as composições das fachadas no que tange aos alinhamentos dos vãos, ao ritmo e proporção dos cheios e vazios.

De forma geral, percebe-se que embora algumas sugestões ao longo das últimas décadas sejam positivas, as ações municipais voltadas para a preservação do patrimônio cultural nunca foram uma prioridade de governo e, sim, parte de um planejamento urbano desenvolvido de forma não integradora. Isso coloca tais ações em contraponto ao cenário ideal exposto por Meneses (2006), que acredita que “a legislação, as instituições e as práticas deveriam operar tendo como quadro o território da cidade e seus atributos diferenciais e, como alvo, criar condições favoráveis para qualificar as práticas de seus cidadãos” (MENESES, 2006, p.41). Por se tratar de um espaço urbano sobre o qual há um interesse cultural reconhecido, se entende que a municipalidade deixou de contribuir de forma mais efetiva através de medidas integralizadas que, no que tange a esta pesquisa, evidenciassem a percepção sobre as

referências espaciais da cidade e que, conseqüentemente, fortaleceriam as memórias e a identidade da população.

2.3 As ações institucionais e sua interferência nas referências espaciais e no ambiente construído

Após a análise da visão sobre o conjunto urbano de Congonhas no estudo realizado em 1988, e de seus desdobramentos a partir das medidas administrativas do IPHAN e da prefeitura local, será verificado como tais ações influenciaram na percepção das características e das edificações ressaltadas na década de 1980, a fim de se verificar a importância dada aos referenciais urbanos citados na ocasião. Isso é importante para se entender como essas deliberações se relacionam com o grau de percepção das referências espaciais locais, reforçando ou não sua relevância cultural e considerando que à medida que tais elementos deixam de ser facilmente percebidos, passam a ser progressivamente esquecidos.

Ao se ponderar sobre as ações dos órgãos públicos que participam da tutela do patrimônio cultural de Congonhas, observa-se como a forma de lidar com este território influenciou na paisagem urbana de hoje e, conseqüentemente, na forma com que as referências culturais são apreendidas a partir dela. O olhar centralizado em diretrizes quantitativas e na porção a ocupar ao invés de um olhar qualitativo voltado para a forma de ocupação, deu lugar à adulteração e/ou supressão de edificações civis que ajudavam a ambientar o conjunto protegido, lembrando a população sobre as origens da cidade através das referências espaciais existentes e proeminentes no território e ajudando a fortalecer a identidade congonhense.

Uma das principais questões recorrentes desde 1988 foi o entendimento da área central enquanto região a ser adensada, cujas taxas são as mais permissíveis em todas as deliberações, seja do IPHAN ou da Prefeitura. Exemplo disso é a atual configuração desta área, onde há diversos prédios de quatro pavimentos em ruas estreitas – como as ruas Marechal Floriano (FIGURA 10) e Monteiro de Castro –; favorecendo a redução da visibilidade do pedestre em relação ao espaço urbano e a seus referenciais. O Rio Maranhão antes facilmente percebido nesse contexto, pouco é notado agora de pontos mais altos da cidade. Logo, a marcação do eixo leste-oeste tão evidenciada no estudo de 1988, deixa de ser realçada de diferentes pontos de visada em um primeiro olhar, também dificultando a percepção imediata da linha férrea (FIGURAS 11 e 12) – paralela ao rio.

Figura 10 – Edificações de quatro pavimentos na Rua Marechal Floriano, no centro de Congonhas



Fonte: AUTORA, 2017.

Figuras 11 e 12 – Visada para o centro de Congonhas. À esquerda, em 1940 a partir da Rua Padre João Pio, com visibilidade da linha férrea e, à direita, em 2007 a partir da Praça Dr. Mário Rodrigues, com a percepção do elemento comprometida



Fonte: ACERVO ANDRÉ CANDREVA, [1940?].
Nota: Fotografia cedida pelo proprietário do acervo fotográfico.



Fonte: Escritório Técnico do IPHAN em Congonhas, 2007.

Entende-se que a relevância do fator topografia também foi menosprezada, uma vez que em locais cuja cota topográfica é mediana em relação às igrejas – localizadas em pontos mais altos da cidade –, foram aceitos gabaritos que influenciam nas visadas e na conexão visual direta entre os bens. Não só a altura das edificações é relevante quando se trata da descontinuidade construtiva notada na cidade atualmente, dificultando a assimilação visual imediata das referências espaciais. É preciso ponderar, também, questões como a falta de padronização das tipologias, das cores e dos acabamentos das fachadas miradas dos pontos de

observação colocados em 1988, além do excesso de engenhos publicitários; elementos que ao coexistirem com as referências culturais preexistentes, demonstram a falta de sensibilidade com a ambiência original do conjunto urbano.

Outros pontos a serem considerados foram a negligência quanto aos remembramentos, permitindo lotes com áreas elevadas se comparadas àquelas existentes na época do arraial; a não consideração das faixas edificáveis e da altura do conjunto preexistente, perturbando características originais de ocupação fundamentais e impactando no entendimento global do conjunto; e a apreensão da cidade enquanto zonas independentes e não enquanto setores inter-relacionados. A junção dessas questões representou interferências na continuidade da ocupação, prejudicando características como a proporção, o ritmo e a horizontalidade (FIGURAS 13, 14 e 15), tão comuns nos conjuntos coloniais originais.

Figura 13 – Esquema representativo da ocupação existente em trecho da Rua Padre João Pio na década de 1940 (à esquerda), em contraposição à situação no início do século XXI (à direita)



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Nota: Informações obtidas em BRASIL, 1988 (ver ANEXO A) e através do Google Maps.

Figuras 14 e 15 – Visada para a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição (em destaque) a partir da Praça Portugal: em 1967 com características construtivas do conjunto original preservadas, e em 2016 com alteração de características construtivas originais como gabarito, proporção e tipologia, influenciando a percepção das principais referências urbanas



Fonte: ACERVO ANDRÉ CANDREVA, 1967.

Nota: Fotografia cedida pelo proprietário do acervo Fotográfico.



Fonte: Escritório Técnico do IPHAN em Congonhas, 2007.

Apesar da inadequação das características urbanas atuais em relação às peculiaridades citadinas existentes no período colonial, as referências identificadas em 1988 foram, em sua maioria, apontadas pelo poder público (em maior ou menor grau), embora não tenham sido priorizadas nas ações administrativas do IPHAN e da prefeitura. Inversão atribuída ao fato do foco institucional estar no ordenamento urbano e em medidas que possibilitassem que o conjunto absorvesse as demandas contemporâneas. O que resultou, como já exposto, em uma visão fragmentada do espaço e distante de medidas focadas na preservação dos atributos salutares identificados no conjunto urbano, explicitando que

[...] as contradições e as fronteiras tênues entre preservação e, por exemplo, o zoneamento, deixam claro um descompasso essencial: a problemática do patrimônio ambiental urbano – por natureza, urbanística – nunca poderia ser resolvida a contento por uma legislação de patrimônio cultural autônoma e independente de uma legislação de uso e ocupação do solo [e vice-versa]. Enquanto se espera realizar-se a utopia de uma legislação e práticas unificadas, os respectivos instrumentos, sistemática e instâncias hoje disponíveis, é óbvio, teriam que ter uma atuação diferenciada mas tão solidária quanto possível. (MENESES, 2006, p.41).

Apesar desse descompasso, aspectos realçados em 1988 como o traçado urbano marcado por dois eixos; as visadas entre o Santuário e as igrejas da Matriz e do Rosário; a existência de imóveis remanescentes do século XVIII e início do século XIX; as praças no entorno das igrejas; a serra emoldurando a cidade e seus principais “monumentos” e a topografia local, condicionante do arranjo da ocupação original, ainda são perceptíveis na paisagem urbana, embora de maneira menos evidente devido às perturbações visuais existentes hoje. Isso demonstra que, apesar das intervenções governamentais não tenham priorizado a preservação em benefício do ordenamento urbano, tais ações impactaram na visibilidade dos atributos

primordiais do conjunto, mas não significaram a supressão dessas referências, que ainda se fazem presentes mesmo em um contexto visual heterogêneo.

3 A PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO EM RELAÇÃO AO PATRIMÔNIO CULTURAL CONGONHENSE

Cidade e cidadão estão unidos até mesmo pelos vínculos indissolúveis da etimologia.

(MENESES, 2017, p. 49).

Além das esferas do poder público que deliberam sobre as questões relativas ao patrimônio cultural do município (IPHAN e Prefeitura), cujas ações foram abordadas no capítulo anterior tem-se o principal agente capaz de reconhecer, sustentar e valorizar o patrimônio cultural de uma cidade e, conseqüentemente, as referências culturais e memórias locais: a população. Por isso, este capítulo buscou retratar a visão do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Congonhas através da identificação de suas referências culturais a partir do olhar da população local, a fim de verificar se sua perspectiva se contrapõe ou complementa a visão dos órgãos públicos.

As referências culturais de um território são aqueles elementos que conferem singularidade a um determinado local e a partir dos quais a população cria vínculos afetivos, também se associando às suas memórias compreendendo, portanto, o patrimônio cultural que não foi consagrado oficialmente enquanto tal pelas instituições (FONSECA, 2001). Neste contexto, é imprescindível a compreensão da vivência e do entendimento da comunidade sobre quais são essas referências, ao que estão associadas e qual sua importância. Nesse sentido, são colocados dois conceitos: o de “espaço geográfico” e o de “lugar”. O primeiro, tendo sido definido por Santos (1996) como o sistema no qual objetos e ações coexistem associando, portanto, a natureza enquanto objeto, e a sociedade enquanto produtora das ações sobre o objeto. Já o segundo conceito pode ser entendido como aquele espaço geográfico ao qual os sujeitos que vivem e se apropriam dele atribuem valores. Conforme exposto por Yi-Fu Tuan (1983), a noção de “lugar” surge devido à necessidade humana de caracterizar suas vivências, o que inclui seu envolvimento à partir dos sentimentos e emoções, também vinculados à determinada experiência. Logo, o território enquanto lugar pode ser um “veículo de acontecimentos emocionalmente fortes” (TUAN, 1974, p.107).

Associada à noção de “lugar”, está outro conceito exposto por Tuan (1974): o de topofilia, considerada “o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico, [sendo] difuso como conceito, vívido e concreto como experiência pessoal” (TUAN, 1974, p.5). A topofilia está relacionada com a maneira com que o indivíduo responde ao ambiente físico, a partir de sua percepção sobre ele e do valor depositado – o que pode ser a base comum do comportamento

humano em diferentes situações. O autor acrescenta, ainda, que por mais variadas que possam ser as percepções do meio, enquanto membros da mesma espécie estamos limitados a ver de forma circunscrita. Devendo-se considerar, também, o fato de que algumas percepções dos indivíduos são moldadas por algum dogma culturalmente produzido, podendo a verdade ser admitida subjetivamente “como parte da experiência e da perspectiva global da pessoa” (CLAVALL, 2011, p.70).

Desta forma, a pesquisa qualitativa foi considerada a mais adequada à análise deste aspecto, por estar focada no estudo das particularidades do objeto em questão, respondendo às questões específicas do lugar em um nível de realidade que não pode ser quantificado (MINAYO, 2009), uma vez que trabalha

[...] com o universo de significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. O universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade e é objeto da pesquisa qualitativa dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos. (MINAYO, 2009, p.21).

Isto posto, vamos trabalhar em primeiro lugar, com dados documentais localizados a partir de fontes primárias relacionadas à cidade de Congonhas, tais como: livros e materiais sobre a cultura local, sambas enredo, e ilustrações obtidas dos moradores de 4 a 11 anos que participaram da oficina “HQ – Congonhas em quadrinhos”, realizada pelo Museu de Congonhas em janeiro de 2019. Esses materiais nos forneceram uma perspectiva das referências presentes na vida dos congonhenses e que, por estarem ligadas aos fatos históricos e culturais da cidade ajudaram a entender o que fez com que esse espaço se transformasse em um “lugar”, ou seja, como os valores e significados se constituíram ali, e como essas memórias ajudam a explicar o conjunto urbano em estudo em sua materialidade, mas, principalmente, em sua significação para a comunidade. Posteriormente, foi realizado um trabalho de campo em duas etapas principais: os grupos focais e as entrevistas; sendo que as últimas aconteceram através de questionário semiestruturado, entrevista projetiva e elaboração de mapas mentais. Embora se concorde quanto à dificuldade em quantificar as informações qualitativas, conforme salientado por Minayo (2009), em alguns momentos os resultados coletados foram expressos em número, na tentativa de se ter uma visão mais objetiva junto às análises valorativas.

Fez-se, também, a triangulação dos dados pesquisados, buscando um entendimento de quais seriam as principais referências e memórias da população em relação ao que foi denominado institucionalmente como “ambiências dos monumentos históricos de Congonhas”, a fim de superar os limites da observação e do levantamento e oferecendo maior embasamento científico a este estudo, já que “[...] a triangulação dos dados coletados [...] permite, concomitantemente, uma maior validade dos dados e uma inserção mais aprofundada dos pesquisadores no contexto de onde emergem os fatos, as falas e as ações dos sujeitos” (SOUZA; ZIONI, 2003, p. 78). E, para finalizar a seção, foi realizada a contraposição entre as visões da população e a dos órgãos públicos, a partir das informações levantadas no capítulo anterior.

3.1 O conjunto urbano de Congonhas em reflexo: o olhar de seus moradores

A minha terra é protegida por serras azuis repletas de riquezas: orquídeas, cachoeiras, minérios. Uma delas, somos nós, que a protegemos, porque nela tem uma casa de pedra onde moram nossos netos, bisnetos, tataranetos.

(JUNQUEIRA *apud* FREITAS, 2012, não paginado)

A importância em se perceber um território e sua construção como lugar pode ser justificada a partir do entendimento da cidade como um bem cultural, como é proposto, entre outros, por Ulpiano de Meneses (2006). Motivo pelo qual se justapõe a ela uma representação social, a partir da imagem formada pelos habitantes sobre o território ou fragmentos dele; o que, por sua vez, insere as matrizes dos “sentidos, da percepção e da cognição, dos valores, da memória e das identidades, das ideologias, expectativas, mentalidades, etc.” (MENESES, 2006, p.36). No entanto, o autor salienta que essas representações, ao extrapolarem o mundo psíquico, se integram à vida social, alcançando o campo sensorial do universo físico: o patrimônio ambiental urbano. Este é composto pela realidade física da cidade, através da qual os significados são “instituídos, criados, circulam, produzem efeitos, reciclam-se e se descartam” (MENESES, 2006, p. 37). Devido a esta natureza dinâmica, o sistema de referências e guias não se mostraria apenas a partir dos objetos físicos como um fim; mas seria através deles, dos sentidos e valores sustentados localmente, que a identificação dos significados conferidos ao lugar se tornaria viável e clara. Desta forma, serão apresentadas as referências espaciais identificadas pela população congonhense, fazendo-se uma correlação

entre sua materialidade e sua importância cultural para os moradores e para a história da cidade.

A partir de pesquisa bibliográfica, foram localizados alguns trabalhos específicos sobre a história de Congonhas que demonstram esta relação. Cabe ressaltar que toda escolha em se lembrar ou privilegiar determinado aspecto na criação de uma memória envolve a escolha em se esquecer ou omitir outros fatores, a partir da visão de quem identifica e elege o que está em jogo, sendo esta uma dialética comum nas políticas preservacionistas (CASTRIOTA, 2009). Também destacado por Joël Candau (2014), o esquecimento não é necessariamente uma fragilidade da memória, mas um meio para viabilizar sua estabilidade e a coerência nas representações feitas pelos indivíduos ou por um grupo de pessoas. Dentre os trabalhos pesquisados, está o desenvolvido em 2012, pela artista plástica Juliana Freitas. A partir das histórias e lembranças de alguns moradores da cidade – habitantes comuns e ilustres, que mantinham alguma relação com a cultura local –, foram feitos 49 postais com imagens criadas pela artista com narrativas contadas por essas pessoas. Neste material, foram identificadas diversas referências espaciais, geralmente bastante associadas aos aspectos culturais intangíveis do município (QUADRO 1). Além disso, foi observada nas ilustrações a recorrência de alguns elementos, comumente expostos como pano de fundo das figuras, mas, nem por isso, menos representativos: as palmeiras, presentes em alguns locais da cidade como nos arredores do Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos e na Avenida Júlia Kubitschek (compondo 22 dos 49 postais); as montanhas que circundam a cidade (em 18 dos 49 postais) e o calçamento centenário em pedras de aluvião, ainda existentes na Rua Padre João Pio e nas ruas que compõem a Ladeira Bom Jesus (também em 18 dos 49 postais).

Quadro 1 – Referências de Congonhas identificadas no material “Imaginário e Iluminuras: memória e desenho de um povo” (FREITAS, 2012)

Referências físicas	Referências intangíveis e/ou simbólicas	
Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos	Jubileu Cavaleiros que vinham para o Jubileu	Fé / religiosidade Semana Santa Prática de esculpir em pedra e madeira
Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição		
Igreja Nossa Senhora do Rosário	Congado	
Igreja São José		
Montanhas / topografia		
Estação Ferroviária	Recepção aos romeiros Venda de quitudes aos turistas/fiéis As ruas próximas eram as mais movimentadas na época do Jubileu Costume de ir à estação nos anos 40 aguardar a chegada do trem de passageiros (diariamente, às 18h)	
	Carnaval / escolas de samba / Vai quem quer*	
Antigos clubes dançantes	Bailes, encontros, lazer	
Ladeira [Bom Jesus]	Percurso da estação ao Santuário Local onde faziam shows durante o Jubileu	
Casario		
(antigo) Cinema	Cartazes, lazer, encontros sociais	
Praça Dom Silvério e Sete de Setembro	Lugar que as crianças brincavam	
Praça Dom Helvécio	Comércios durante o Jubileu	
CSN	Antiga comunidade de Casa de Pedra, onde todos se conheciam Fraternidade que existia na comunidade Jogos de futebol no antigo campo em Casa de Pedra Minério Poeira	
Rio Maranhão	Extração do ouro	
Rua de pedra (rua Padre João Pio)	Lugar que as crianças brincavam	
	Pessoas ilustres: Dom Silvério, imigrantes que ajudaram a desenvolver a cidade, Zé Arigó	
	Planta Congonha	
Igreja Nossa Senhora d'Ajuda (distrito do Alto Maranhão)		

*O “Vai quem quer” foi o nome dado ao automóvel adquirido pelo senhor Miguel Fernandes Torres Filho. Ele agitava o carnaval de Congonhas na década de 1970 com músicas, semelhante a um trio elétrico

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

**As referências físicas e intangíveis foram dispostas de forma a representar a conexão existente entre os elementos citados na mesma linha das diferentes colunas.

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Já no livro “Congonhas: a cidade da gente” (2018) se propôs junto aos alunos de treze escolas municipais do ensino regular integral, a representação da cidade através de seu patrimônio – edificado, imaterial e ambiental. Através de textos “em prosa e poesia” (FIGURA 16) foram identificadas diversas referências culturais – algumas coincidindo com as identificadas em Freitas (2012) e outras as complementando (QUADRO 2).

Figura 16 – Poema das igrejas

Poema das igrejas

Venha comigo passear por Congonhas
Conhecer nossos vales nossas montanhas

De vez em quando pare e veja
Um monumento, um casarão, uma igreja

Do alto do morro, a Igreja do Rosário
No alto do outro, a Basílica, nosso santuário.

Na Igreja do Rosário rezamos com fervor,
Todos juntos e sem preconceito de cor.

É igreja bem singela
Nem por isso menos bela

No meio deste belo cenário
Nossa Senhora da Conceição e São José Operário

A Matriz da Conceição nasceu com a cidade.
A festa da padroeira nos enche de felicidade

São José dos trabalhadores, me proteja!
Aqui paro e vejo sua bela igreja

Fica no início de uma ladeira
Esta joia da arte mineira.

No distrito do Alto Maranhão
Vão os fiéis com devoção.

Pedir a Nossa Senhora da Ajuda
Que nas aflições os proteja e acuda.

Rezam a Nossa Senhora da Soledade
Em Lobo Leite, outro distrito da cidade.

Venha comigo passear por Congonhas
Conhecer nossos vales, nossas montanhas.

Fonte: CONGONHAS: A CIDADE DA GENTE, 2018, p.67-69.

Quadro 2 – Referências de Congonhas identificadas no material “Congonhas: a cidade da gente” (2018)

Referências físicas	Referências intangíveis e/ou simbólicas correspondentes	
Rios (Maranhão, Paraopeba e Santo Antônio)	Usos do Rio Maranhão até a década de 1970 (banho, pesca e para lavar roupa)	Extração do ouro Estrada Real (caminho velho)
Mineração		
Escola Artesanal Cardeal Mota, fundada pelo escultor Raul Riberti (extinta)	Principais escultores da cidade até hoje: Raul Riberti, Braz Palmieri, Luciomar Sebastião de Jesus	
Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos	Jubileu Sala dos Milagres	
Romaria	Recepção dos romeiros durante o Jubileu	
Museu de Congonhas		
Parque das Cachoeiras*	lazer	
Montanhas		
Ladeira Bom Jesus		
Casario		
	Planta Congonha	
Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição		
Igreja Nossa Senhora do Rosário	Folia de Reis Congado	
Igreja São José		
Igreja Nossa Senhora da Soledade (distrito de Lobo Leite)		
Igreja Nossa Senhora d’Ajuda (distrito do Alto Maranhão)		

*Referenciais externos à poligonal estudada, mas, devido à importância cultural para a cidade, foram citados.

**As referências físicas e intangíveis foram dispostas de forma a representar a conexão existente entre os elementos citados na mesma linha das diferentes colunas.

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Nota: Informações obtidas em SANTOS *et. al.*, 2018.

Outras referências consultadas foram o livro “Jacuba: corpo e alma” (1990) e alguns sambas enredo das antigas escolas de samba da cidade (CONGONHAS, 2017) – das quais a Unidos da Jacuba fazia parte. Estes sambas foram compilados em um disco compacto composto por dez marchinhas, onde se percebeu a predominância de referências culturais ligada às pessoas e aos costumes da “cidade dos profetas” (QUADRO 3).

Quadro 3 – Referências culturais presentes nas marchinhas que compõem o disco compacto “Nossas marchinhas nossa história – resgate das marchinhas do carnaval de Congonhas”

Referências associadas ao antigo carnaval	. Blocos de carnaval: Tá Tinindo, Bloco Vai quem quer, Dez pras Oito, Manda Brasa e Mimosas; . Furiosa*; . Cordão do prazer*.
Referências de moradores da cidade	. Zé Maria fogueteiro; . Fuço Fuço beleza . Miguel Pereira
Referências de lugares da cidade	. Praça da Marechal [Floriano], rua onde as escolas de samba desfilavam; . Avenida Bias Fortes; . Ladeira [Bom Jesus].
Referências associadas aos costumes, festividades e afins	<u>Costumes:</u> . Carnaval de rua; . Novena, quermesse; leilão; procissão**; . Roda de violeiros durante o Jubileu; . Festa da padroeira (Nossa Senhora da Conceição) <u>Festividades:</u> . Jubileu (“festa de setembro”); <u>Afins:</u> . Alimentos típicos do Jubileu (maçã do amor, espetinho, pão molhado, torresmo, pingado); . Produtos típicos encontrados nas “barraquinhas” do Jubileu; . Romeiros e barraqueiros viajantes; . Vela acesa, sacrifício e fé (comuns de se ver/perceber durante o Jubileu); . Fila do beijo***; . Referência à cidade como “cidade dos profetas”.

*Componentes associados ao antigo carnaval de rua na cidade.

**Cita as matracas, que é um instrumento típico que substitui os sinos, em sinal de luto, durante as procissões da Semana Santa (de quinta-feira ao domingo de Páscoa). Fonte: <https://cleofas.com.br/por-que-o-silencio-dos-sinos-e-o-ruído-das-matracas/>. Acesso em: 17 maio 2019.

***Durante o Jubileu do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, uma das tradições dos fiéis é a subida da Ladeira Bom Jesus a pé, a participação na missa e o ato de beijar a fita do Senhor Bom Jesus de Matosinhos- três das cinco etapas costumeiramente realizadas pelos fiéis durante o Jubileu, sendo as outras duas a visita à Sala dos Milagres (onde são deixados os ex-votos pelos fiéis) e a visita ao Barracão da Alegria para fazer doação aos doentes carentes (antigamente, muitas pessoas com lepra – a doença que acometeu Aleijadinho – vinham à cidade).

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Nota: Informações obtidas em CONGONHAS, 2017.

Já no livro de Rovaldo Braga Soares (1990) “Jacuba: corpo e alma”, embora o foco seja a antiga escola de samba Unidos da Jacuba, também foram contempladas diversas memórias que participam do imaginário e da história da cidade. O morro da “encantada”¹⁴ onde está o Santuário, junto ao morro à sua frente onde está a igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição – região que também possuía uma escola de samba, a Unidos da Matriz –, não eram mais lembrados apenas por suas igrejas – implantadas estrategicamente conforme favoreceu a topografia, em dois pontos altos da cidade –, pela marcação do traçado urbano

¹⁴Denominação carinhosa pela qual a escola passou a ser chamada após o samba enredo de 1980.

original e devido à ligação com a história e a religiosidade tão presentes no município. Tais referenciais foram expostos a partir da rivalidade entre as escolas de samba Unidos da Jacuba e Unidos da Matriz, que reforçavam determinada localização geográfica.

Nas proximidades dos festejos carnavalescos, cada qual no seu canto. Nada de ficar zanzando por aí, não havia propriamente bairros, áreas ou regiões. A palavra mais correta para definir a localização das residências seria território. Isso: território, coisa de limitações rígidas, como em tempo de guerra.

Ai de quem ousasse transgredir a convenção das linhas divisórias! (SOARES, 1990, p.18).

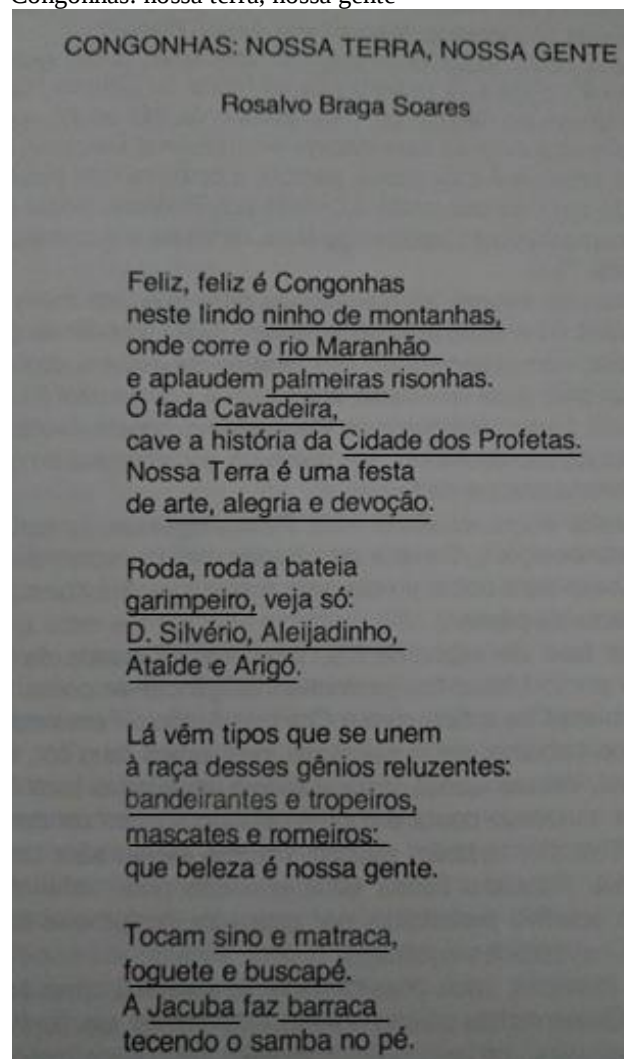
Rivalidade esta que também acontecia fora do carnaval, nas festas religiosas da cidade: de um lado o “pessoal” do Cruzeiro (do lado sul, ou seja, Jacuba) realizava as rezas de maio e acolhia o Jubileu; do outro lado, o “pessoal” do Ideal (posteriormente, relacionados aos integrantes e simpatizantes da escola de samba Unidos da Matriz¹⁵), organizavam a dança dos Marujos e a novena de Nossa Senhora da Conceição. Apesar deste embate, com o tempo esta rivalidade reduziu, em um processo “lento e contínuo” sustentado por um sentimento fraternal entre as famílias dos dois “territórios” (SOARES, 1990). Conexões factuais representativas uma vez que demonstram claramente como o território, suas referências culturais e condicionantes, participavam e serviam de suporte para as representações e dinâmicas sociais – mesmo que isso tenha ocorrido sem uma intenção inicial.

Essas dinâmicas sociais também foram retratadas a partir das vivências e processos da escola, sempre envolvendo a comunidade através de conversas, rodas de samba e encontros que aconteciam constantemente em um estabelecimento do bairro (SOARES, 1990). Questão percebida até hoje na região do bairro Basílica, onde muitas das antigas famílias que ali residiram permanecem, dando continuidade a uma relação cordial entre os vizinhos e, através da qual, se percebe a transmissão cultural da história da Jacuba, lembrada mesmo pelas gerações mais novas que não a vivenciaram de fato. Pelos sambas enredos e histórias contadas por Soares (1990) se percebe a proximidade nas relações interpessoais existentes naquela época e a (re) significação dos espaços públicos. Exemplos disso são: a Praça Dom Helvécio que já não acolhia mais as manifestações expressamente políticas, mas passara a ser local de concentração da Jacuba antes dos desfiles carnavalescos; a Praça JK passou de “alça urbana” segundo o estudo de 1988, para parte do percurso do desfile das escolas de samba. Já a Rua Marechal Floriano passou a ser a partir de 1981, palco para os desfiles que antes eram mais

¹⁵Os bairros da Matriz e do Ideal são áreas distintas, embora próximas.

extensos; enquanto a Praça Mário Rodrigues se manteve como palco para as manifestações culturais.

Figura 17 – Samba da escola de samba Unidos da Jacuba, Congonhas: nossa terra, nossa gente



Fonte: SOARES, 1990, p. 51, grifo nosso.

Ainda em Soares (1990), várias referências da cidade foram lembradas (QUADRO 4), sendo mais representativo o samba enredo da Jacuba em 1981, denominado de “Congonhas: nossa terra, nossa gente”. A composição foi considerada significativa por representar uma síntese das antigas referências locais, aludindo-as no enredo que abarca desde o surgimento da cidade até as figuras caricatas da cidade no final do século XX – destacados na figura 17. De autoria de Soares, estes versos demonstram a associação entre as palavras e as fantasias materializadas no desfile ocorrido na “passarela da Marechal”, o que permite fazer uma alusão dessa relação com a paisagem urbana, que através de sua materialidade ajuda a contar sobre a história e as referências culturais de um lugar. Além disso, se faz importante ressaltar este samba pelo fato da derrota da Jacuba (resultado dado através do desempate dos jurados)

ter sido, para seus dirigentes, “inconcebível”. Isto porque a ganhadora (Mocidade) apresentou um enredo que relatava as funções do circo. Os jacubeiros interpretaram a decisão dos jurados como uma desvalorização das tradições congonghenses, em prol de um tema que em nada se relaciona com a história da cidade.

Quadro 4 – Algumas referências culturais e memórias de Congonhas mencionadas em Soares (1990)

Referências físicas	Referências intangíveis
Alameda das Palmeiras (e as palmeiras)	Bailes dançantes nos antigos clubes
Morro “encantado” da jacuba (Basílica)	Garimpo; bandeirantes
Antigos clubes – Esportivo, Ideal	Carnaval de rua – blocos Tá Tinindo, Manda Brasa e Jacuba
Rio Maranhão	Pessoas ilustres que passaram por Congonhas e marcaram culturalmente a cidade: Dom Silvério; Barão de Congonhas, Aleijadinho, Ataíde
Montanhas	Pessoas que eram de Congonhas e se destacaram: Zé Arigó, Wenceslau (do teatro), José Patrocínio
Profetas	Pessoas caricatas que viveram na cidade: Maria Cavadeira
Ladeira Bom Jesus	Semana Santa, matraca
Praça Dom Helvécio	Arte, alegria e devoção
Rua Benedito Quintino	Romeiros
Rua Padre Antônio Corrêa Praça JK	Sino
Praça Dr. Mário Rodrigues	Jubileu
Praça Portugal	Prática de soltar foguete e buscapé durante a concentração de escola de samba
Rua Marechal Floriano	
Conjunto barroco	
Ruas	
Chá de Congonha	

*Referenciais externos à poligonal estudada, mas, devido à importância cultural para a cidade, foram citados.

**As referências físicas e intangíveis foram dispostas de forma a representar a conexão existente entre os elementos citados na mesma linha das diferentes colunas.

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Nota: Informações obtidas em SOARES, 1990.

Ainda sobre o samba enredo de 1981, as palmeiras foram novamente lembradas, fortalecendo a observação mencionada anteriormente de que sua aparição constante nos postais desenvolvidos por Freitas (2012) indicavam sua importância. Soares (1990) também se refere a elas quando comenta sobre seu retorno à Belo Horizonte, cidade onde morava.

Noite chegada, deixei Congonhas. Ônibus na voluta do trevo, minha cabeça a girar, querendo das aos olhos mais uma visão. Mais uma. Aquele topo de morro onde passeava meu coração. Ônibus ligeiro. Olhei. Só via, então, as palmeiras. Copa delas. Palmeiras. As palmeiras... (SOARES, 1990, p.49).

Além das palmeiras, foi mencionado o trevo rodoviário localizado na saída da cidade pela estrada federal BR-040, explicitando a imponência do Santuário e de seus arredores, avistados ao longe – o que já atualmente acontece com certa dificuldade, devido às construções existentes nesta perspectiva visual. O trevo também foi lembrado no estudo da Fundação Pró-

Memória de 1988 como um dos locais de visadas tomados para a análise do conjunto urbano, dando uma ideia da notoriedade que o Santuário e seus arredores possuíam não apenas da cidade, alcançando também aqueles que passavam próximos ao acesso para o município. De forma delicada e sensível, Soares (1990) lembrou-se da tamanha influência religiosa genuína do congonhense que, ao exclamar “- Senhor do Bom Jesus!” (SOARES, 1990, p. 46), mostrava na linguagem a força de sua fé. Cabe destacar, também, que em um período em que só havia os torreões da Romaria – demolida na década de 1960 e reconstruída apenas em meados dos anos 1990 – a Jacuba ensaiava e promovia encontros nas vias da então denominada Alameda das Palmeiras, passando pelas ruas Doutor Paulo Mendes e da Recordação, retornando à alameda; sendo que, atualmente, a Romaria é bastante lembrada como lugar de encontro, por abrigar as principais festas da cidade – vocação que provavelmente surgiu no final dos anos 1970, com a escola de samba Unidos da Jacuba, e que foi reforçada com os novos usos deste elemento após sua reconstrução parcial em 1995.

Outra importante referência na identificação dos símbolos e memórias dos congonhenses foi a oficina ministrada pelo Museu de Congonhas em janeiro de 2019 denominada de “HQ-Congonhas em Quadrinhos”. Esta oficina fez parte do programa “Férias nos Museus – Guardiões da Memória”, e foi desenvolvida em duas etapas: com crianças de 4 a 7 anos e com crianças de 8 a 11 anos, com quinze inscritos em cada etapa e com conteúdos e didáticas semelhantes – apenas adaptando a linguagem conforme a idade. As mediadoras contaram, de forma lúdica, algumas histórias de Congonhas baseadas em Santos *et. al* (2018) para os participantes sobre:

- a origem da cidade e de seu nome, contemplando datas importantes;
- o Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos e a festividade do Jubileu;
- a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição;
- a Igreja de Nossa Senhora do Rosário;
- a Igreja de São José Operário;
- a Estação Ferroviária;
- a Romaria;
- o Parque da Cachoeira;
- o Museu da Imagem e Memória;
- o Museu de Congonhas.

A partir dessas histórias, as crianças contaram na forma de quadrinhos o que apreenderam sobre a cultura da cidade (FIGURA 18), mesclando tais assuntos com temas do mundo infantil. As abordagens culturais foram expostas no quadro 5.

Figura 18 – Ilustrações desenvolvidas durante a oficina “HQ- Congonhas em Quadrinhos” (2019)



Fonte: MUSEU DE CONGONHAS, 2019.

Quadro 5* – Referências e memórias de Congonhas ilustradas na oficina “HQ- Congonhas em Quadrinhos” (2019)

Crianças de 4 a 7 anos	Crianças de 8 a 11 anos
Referências e memórias presentes na dimensão física	
. igrejas (sem menção de nomes) . planta Congonha . ouro (junto ao desenho de um rio) . Museu de Congonhas . Romaria . Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos . Serra Casa de Pedra . Minério . CSN	. Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos . planta Congonha . igrejas (sem menção de nomes) . Igreja do Rosário (associada aos escravos) . Romaria . Ouro . Minério de ferro
Referências e memórias intangíveis / simbólicas e pessoas que participaram da história de Congonhas	
. Jubileu . Feliciano Mendes	. Feliciano Mendes . Jubileu . Aleijadinho . Monsenhor Domingos . Tia Vichy

*As referências coletadas referem-se tanto às ilustrações quanto ao texto das histórias em quadrinhos analisadas e foram organizadas conforme o número de citações (as mais citadas, primeiro).

**Não há relação direta entre as referências e memórias citados nas mesmas linhas das diferentes colunas.

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Nota: Informações obtidas na Oficina HQ: Congonhas em quadrinhos, realizada no Museu de Congonhas em 2019.

A partir desses materiais, se percebe que vários dos referenciais urbanos citados no início do levantamento histórico feito no Anexo I do estudo de 1988, foram constantemente lembrados

pela população, confirmando a importância que adquiriram na identidade local; sendo as referências ligadas às igrejas e às manifestações religiosas as mais evidenciadas revelando, novamente, a presença da fé e da devoção neste território. Entretanto, cabe considerar que uma vez que o estudo realizado em 1988 buscou apresentar uma leitura referente à situação do território na década de 1940 surgiram, neste íterim, novas referências que complementaram a visão sobre o conjunto urbano de Congonhas.

3.1.1 Congonhas pelos congonhenses: algumas das referências culturais e memórias atuais

A fim de apreender e verificar quais são as referências culturais e memórias ainda vívidas na comunidade congonhense atualmente, foram propostos alguns procedimentos dentro da pesquisa qualitativa que possibilitam compreender de uma forma mais específica o “universo de significados” inseridos em determinado contexto sociocultural; adotando a perspectiva hermenêutica de que a experiência humana é indissociável deste contexto, que envolve tanto os valores do pesquisador quanto do grupo estudado (SMITH, 1994 *apud* GONDIM, 2003). Segundo o autor isso acontece, pois se reconhece que embora o pesquisador adote uma visão crítica ao interpretar as informações coletadas, o faz a partir de um olhar que é contextualizado na sociedade, na cultura e na história, além das experiências individuais – o que não anula ou reduz os méritos das pesquisas qualitativas, apenas considera um foco distinto daqueles utilizados nas pesquisas quantitativas. Há que se considerar, também, que “quem faz pesquisa qualitativa trabalha com a ideia de que ciência se faz por aproximações (BACHELARD, 1990) e de que as investigações seguem e se aprofundam no futuro com ele ou com outros pesquisadores” (MINAYO, 2017, p.9). Desta forma, o âmago dos estudos qualitativos está na compreensão particular de uma realidade, não sendo o conhecimento do mundo um fim em si mesmo e, sim, um mecanismo através do qual se pode compreender melhor a consciência e a ação humana (SMITH, 1994 *apud* GONDIM, 2003).

Dentro desta perspectiva, propôs-se o desenvolvimento de grupos focais e de entrevistas. Os primeiros foram definidos por Morgan (1997 *apud* GONDIM, 2003) como uma técnica de pesquisa onde, a partir de tópicos específicos sugeridos pelo pesquisador, há a coleta de informações provenientes da interação entre um grupo. Este diálogo permite que se chegue a um censo coletivo, onde significados são negociados e identidades são elaboradas; sendo a fala de um, o meio pelo qual se confirma, reforça ou contesta a fala do outro (COSTA, 2012). Por isso, Veiga e Gondim (2001) caracterizam-no como um recurso que facilita a

compreensão do processo de construção das percepções, atitudes e representações sociais de grupos humanos.

Foram realizados dois grupos focais com moradores comuns da cidade – um em dezembro de 2018, com seis participantes de gêneros e idades variados; e o outro em janeiro de 2019, com sete colaboradores, sendo a maioria mulheres com mais de sessenta anos. Partindo das doze questões sugeridas por Stevens (1996 *apud* COSTA, 2012) (ANEXO F), segundo as quais são possíveis apreender não apenas o que os participantes estão falando através de categorias, mas, sobretudo, o que eles tentaram aprender na experiência coletiva; a análise foi realizada, conforme sugerido por Gondim (2003), de duas formas: a partir de núcleos temáticos, embutidos nos questionamentos do pesquisador que nortearam os encontros; e pela busca de oposições, convergências e temas centrais obtidos no discurso coletado. Das seis perguntas que conduziram as discussões (APÊNDICE E), o objetivo foi apreender o entendimento dos participantes quanto às questões a seguir, a partir das quais se elencaram categorias de análise:

- Quais são as referências culturais da cidade?;
- Como a população enxerga o principal trecho do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Congonhas¹⁶?;
- Quais são as principais potencialidades e fragilidades do município?;
- Como os agentes desse território ajudam na permanência e na valorização das referências culturais locais?
- Como a população define a cidade?.

Questões que, ao serem avivadas, permitiram uma melhor percepção sobre a identificação das referências culturais congonhenses na atualidade, sua relação com a memória local e sua conexão com a história da cidade pela visão dos nativos. Interpretação que possibilitou verificar se o entendimento da população vai de encontro àquele descrito na seção 2.1 e como tais ações do poder público se relacionam com a compreensão popular no que tange às referências culturais de Congonhas. A identificação das referências culturais mostrou que elas abrangem de forma ampla as dimensões do patrimônio cultural (QUADRO 6) estando, geralmente, relacionadas à religiosidade intensa no território e que se faz presente desde os primórdios da cidade, conforme salientado no estudo de 1988 e em outras referências

¹⁶Conforme colocado no estudo de 1988, o principal trecho do conjunto urbano em estudo é composto pelas vias de ligação entre as igrejas da Basílica do Senhora Bom Jesus de Matosinhos, São José, Matriz de Nossa Senhora da Conceição e do Rosário.

históricas da cidade. Importante destacar, também, que não houve oposição em relação a nenhuma referência citada, em nenhum dos dois grupos focais.

Quadro 6 – Referências identificadas pelos participantes dos grupos focais

Referências físicas	Referências intangíveis / simbólicas
. Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos	. Jubileu
. Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição	. Festa da padroeira (Nossa Senhora da Conceição)
. Igreja Nossa Senhora do Rosário	. Congado
. Igrejas, de forma geral*	. Semana Santa
. Estação Ferroviária	. Festa de Nossa Senhora d'Ajuda (distrito do Alto Maranhão)
. Parque da Cachoeira	. Festival da Quitanda
. Romaria	. Antigo carnaval de rua (com escolas de samba)
. Alameda “das Palmeiras”	. Grupos de teatro
. Entorno do Santuário e seus prédios	. Grupos musicais e corais
. Rua Bom Jesus	
. Ladeira Bom Jesus	
. Beco dos Canudos	
. Rua Padre João Pio	
. Praça JK	
. Cine Teatro Leon	
. Cruz das Almas	

*Algumas igrejas (católicas) foram citadas nominalmente (linhas superiores); enquanto a igreja São José foi citada, apenas, de forma agrupada.

**Nas três primeiras linhas, as referências materiais e os imateriais estão diretamente e exclusivamente relacionados, o que não acontece, necessariamente, nos outros casos.

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

A partir da identificação das referências culturais, se percebe que o principal trecho do conjunto urbano de Congonhas é, mesmo que inconscientemente, reforçado. Isso porque grande parte das referências urbanas edificadas se encontra neste trecho e/ou bem próximas a ele, em ruas adjacentes – como é o caso, por exemplo, da Estação Ferroviária, da Praça JK e da Romaria. A partir daí, se considerou importante entender como esse percurso é visto pela parcela da população consultada, representando, como em todos os resultados obtidos na pesquisa qualitativa feita aqui, numa amostragem sobre a realidade em voga. Enquanto alguns entendem que as áreas que ligam o Santuário, passando pelo centro da cidade e subindo a igreja Matriz, alcançando a igreja do Rosário e os respectivos entornos são partes distintas, outros as veem como diferentes, embora detectem certa harmonia entre elas. Esta questão não obteve consenso entre os presentes, sugerindo uma visão popular objetiva que indica a fragmentação do conjunto, conforme verificado nas ações práticas do poder público. Enquanto isso foi notada a concordância integral de que a porção territorial considerada “histórica” pelos participantes é aquela que engloba a Basílica (Santuário e suas imediações) e a Ladeira Bom Jesus até a Praça Dom Helvécio (no início da Ladeira). Entendimento que se deve ao fato de ali estar concentrado o maior número de edificações com características

construtivas coloniais – o que distinguiria o que é ou não “histórico” para os ouvidos – enquanto consideraram as características construtivas do resto da cidade “mescladas”. Dentro dessa ideia, entendem que alguns lugares, como o entorno da igreja Matriz, “ainda tem conserto”, o que se resolveria a partir da reconstrução de edificações demolidas e da adequação de algumas fachadas descaracterizadas.

Destacam também a importância em se conservar os calçamentos na rua Padre João Pio e na Ladeira Bom Jesus, cuja pavimentação centenária em pedra de aluvião representa um período histórico vivido na cidade. Ressaltam, ainda, que a área central e aquela que liga a igreja da Matriz à igreja do Rosário rompem com o que ponderam ser ideal em uma “cidade histórica”, apesar de manifestarem a vontade de que o tombamento seja expandido para outras áreas da cidade, além da Basílica e da Ladeira Bom Jesus – o que já é um fato, embora os moradores entrevistados demonstrem desconhecimento. Essas questões elucidam, a nosso ver, uma controvérsia da população que, ao mesmo tempo em que limita aquilo que considera “histórico”, deseja estender a proteção institucionalizada do conjunto urbano por reconhecerem, ali, diversos pontos associados à história local; o que indica a atribuição popular de valor a esses lugares. Cabe destacar que, embora a porção territorial tombada pelo IPHAN em 1941 não tenha uma base legal convencionada, foi legitimada a partir da prática do órgão baseada no estudo de 1988, do qual também se baseou a legislação municipal regulamentada em 2004. A falta de informação da parcela de moradores consultada quanto ao que é ou não tombado aproxima ao relato nos grupos focais sobre a falta de repasse de informações relativas ao patrimônio por parte do poder público aos moradores, e à ausência de conhecimento desses quanto à história da cidade. Carência notada nos discursos explícitos, mas reduzida nos discursos simbólicos (implícitos), como será mostrado adiante.

Em relação às principais potencialidades da cidade, essas geralmente se vinculam à cultura congonhense; enquanto grande parte das fragilidades citadas está associada à mineração e à má gestão do poder público, além das questões relacionadas aos congestionamentos no trânsito. Da cultura local, ressaltam-se as festas religiosas (Jubileu, Semana Santa, Congado, Festa de Nossa Senhora da Conceição) e culturais (Festival da Quitanda¹⁷, grupos musicais e teatrais, corais). Já quanto às fragilidades da cidade destacam que, embora considerem que ela esteja melhor que há anos, as ações ainda são pouco voltadas para questões fundamentais

¹⁷ O Festival da Quitanda foi criado nos anos 2000 e acontece anualmente (no terceiro final de semana de maio). Busca valorizar e difundir a cultura de se fazer quitandas, saber fazer tipicamente mineiro.

como a educação sobre a história local, o turismo e a cultura de forma geral; o que traria mais empoderamento, senso crítico e perspectiva para a população que, segundo o entendimento do grupo focal desenvolvido em dezembro de 2018, não tem perspectiva de futuro, uma vez que se vêem restritos a seguir os caminhos dos familiares que, muitas vezes, trabalham nas empresas de mineração e siderurgia. Além disso, expandir as maneiras de difundir e explorar a cultura local e informar adequadamente a população foi considerada no grupo focal de 2018 como a melhor maneira de se formar cidadãos críticos e que conheçam a própria história, o que facilitaria para que os moradores deixassem de vincular a preservação a um castigo (APÊNDICE E) e para que os referenciais urbanos fossem mais bem cuidados, reduzindo a força e o poder da mineração na cidade. Mineração esta que foi considerada como uma das maiores fragilidades locais, pela poluição atmosférica e degradação ambiental que provoca, além de problemas sociais como o aumento da violência. Porém, é também desta fonte que o município recebe grande parte de sua arrecadação; motivo pelo qual os entrevistados associaram a pouca atenção dada pelo poder público no sentido de se valorizar o patrimônio cultural local. Para os participantes do grupo focal de 2018, a municipalidade não depende apenas da atividade extrativista, mas, também, do patrimônio local. Apesar disso, “aqui [Congonhas], devido à mineração, a questão do patrimônio é um problema menor, já que ele irá sobreviver além da população” (APÊNDICE E). A alta arrecadação municipal advinda da indústria resulta, então, em um desequilíbrio entre as prioridades de governo que, para os moradores ouvidos, não são pensadas em longo prazo.

Em relação às atitudes dos governantes, das empresas ligadas à mineração e da própria população sobre as referências culturais locais, os participantes entendem que os primeiros e os últimos, embora tenham afeto por elas, não as protegem. Consideram também que não há uma visão comum e/ou consentimento quanto às questões que envolvem o patrimônio cultural congonhense por parte desses dois agentes. O foco dos governantes e das mineradoras deveria, para os atores ouvidos, deslocar-se de uma visão cuja atenção está voltada para a exploração, passando a concentrar esforços no desenvolvimento e na qualidade de vida de toda a população, não utilizando o patrimônio apenas para fins comerciais (*marketing*). Enquanto isso entendem que a população (da qual fazem parte) deveria ser educada e se interessar espontaneamente pela história da cidade.

Ao definirem a cidade, os participantes dizem-na ser acolhedora e formada por um povo caridoso, e apesar das deficiências diagnosticadas, um dos presentes a definiu como uma “pedra preciosa ainda não lapidada” e “um ouro ainda não encontrado”, menções que

remetem à própria origem da cidade e que podem demonstrar a incessante busca da população em resgatar sua origem a partir, também, das referências culturais e memórias locais. Apesar de terem ocorrido silenciamentos esporádicos em algumas questões – percebidos mais como consentimentos do que como omissões –, esta busca foi percebida constantemente durante os grupos focais através das atribuições de valor aos aspectos particulares da cidade.

Desta forma, a realização dos grupos focais buscou contribuir na análise quanto à confirmação ou anulação da hipótese (FERN, 2002 *apud* GONDIM, 2003), indo ao encontro a uma das três modalidades de classificação colocadas por Morgan (1997 *apud* GONDIM, 2003), a partir da inserção em uma proposta com métodos qualitativos variados, cujos resultados foram agregados aos de outros procedimentos como a observação participante e a entrevista em profundidade. Esta complementação se deve ao fato de que, enquanto os grupos focais permitem perceber o jogo de influências recíprocas entre os indivíduos de um grupo, as entrevistas individuais possibilitam captar a visão do indivíduo de forma clara, sem as interferências externas. Assim, a contraposição entre os olhares individuais e coletivos, e a análise geral quanto à presença ou a ausência de discrepâncias entre o viés da população e o do poder público, explanado na segunda seção, são favorecidas. Para que este objetivo fosse alcançado de forma mais abrangente, as entrevistas aconteceram em três etapas: questionário semiestruturado, entrevista projetiva e elaboração de mapas mentais.

As entrevistas semiestruturadas foram conduzidas por seis perguntas, aplicadas a dezesseis moradores de Congonhas entre janeiro e abril de 2019 (APÊNDICE F); quantidade insuficiente para se obter uma informação do todo – considerando que a população atual gira em torno de cinquenta mil habitantes –, mas capaz de contribuir para uma amostragem que poderá indicar caminhos para pesquisas futuras. Desta forma, os questionamentos objetivaram identificar as memórias e as referências culturais da população, a partir das quais se pretendeu detectar como os usuários enxergam e vivem o território, o que possibilitou refletir sobre quais são os significados das referências culturais para os moradores, e sobre a interlocução (ou falta dela) entre o olhar dos habitantes e a leitura do poder público quanto aos valores e referenciais que sustentam o patrimônio cultural congonhense. Neste cenário, a realização de entrevistas se faz imprescindível conforme o entendimento de Duarte (2004); uma vez que possibilita mapear os valores, práticas, crenças e sistemas inseridos em determinado universo social, no qual os conflitos e contradições nem sempre estão claros.

Para que as narrativas se dessem de forma mais densa e, paralelamente, de forma menos rígida e sem constrangimentos, a escolha dos entrevistados se deu considerando certa

familiaridade com a pesquisadora conforme recomendado por Duarte (2004) e por Boni e Quaresma (2005) – o que deixou os participantes mais à vontade, ao mesmo tempo em que atendeu aos objetivos da pesquisa. Quanto às características dos participantes, pretendeu-se ouvir pessoas de diferentes faixas etárias, grau de escolaridade e classe social; que atuassem profissionalmente em áreas distintas e que morassem em bairros também distintos – dentro e fora do limite das ambiências históricas de Congonhas. Os entrevistados foram, por vezes, agrupados conforme a idade, o grau de instrução (com ou sem ensino superior) e conforme o local em que residem; a fim de verificar se esses fatores representam influências nas observações dos participantes sobre a cidade ou se esta era vista de forma semelhante por eles, independente da faixa etária ou do grau de escolaridade ou de estarem mais próximos ou afastados da região em que a cidade foi ocupada inicialmente, e onde se concentram as referências urbanas identificadas em 1988. Essas análises particulares são favorecidas pelas entrevistas, uma vez que esta é uma técnica que propicia subsídios importantes ao revelar a qualidade do sujeito e dos dados advindos dele – quando considerada isoladamente –, e por criar um encadeamento de informações que contribuem para uma visão ampla e integrada da realidade pelo pesquisador – quando considerada em conjunto (CICOUREL *apud* SOUZA; ZIONI, 2003).

Isto posto, partiu-se para a análise deste material, feita a partir da identificação de concordâncias, contradições, etc. A partir da interpretação dos fragmentos das narrativas dos participantes, foram estruturadas categorias cujas conclusões foram associadas às referências teóricas e conceituais que orientam esta pesquisa (DUARTE, 2004) e as observações de campo. Todas as seis questões se centraram em recolher diferentes discursos dos entrevistados, ao mesmo tempo em que possibilitaram respostas semelhantes e, também, complementares, facilitando o entendimento do universo simbólico exibidos ali, a partir de entendimentos ora racionais (explícitos), ora mais intuitivos (implícitos e simbólicos). Com isso, buscou-se perceber não apenas as referências culturais apreendidas por parte da população congonhense, mas as memórias e valores associados a elas. Novamente, grande parte das referências citadas está associada aos costumes e história da cidade e à vida em comunidade, como as igrejas e festividades religiosas; e as ruas e estabelecimentos que favorecem o encontro social. Também foram bastante lembrados moradores da cidade (ilustres e caricatos), e pessoas que passaram pelo lugar e se associam à igreja católica ou a alguma manifestação cultural.

As revelações dos entrevistados reforçam, então, que as suas maiores lembranças estão associadas aos “lugares de memória” da cidade e, conseqüentemente, às tradições locais; representando uma relação mútua e interdependente entre memória e tradição, onde a primeira sustenta, apoia e faz parte da segunda (e vice-versa). Desta forma, se pode associar tais lembranças à protomemória citada por Joël Candau (2014). Para o autor, é nela que se enquadra aquilo que, na esfera individual, estabelece “os saberes e as experiências mais resistentes e mais bem compartilhadas pelos membros de uma sociedade” (CANDAU, 2014, p. 22), ancorando as práticas e os códigos implícitos naquele contexto. O autor salienta que quando interpretadas no coletivo, as manifestações individuais devem ser entendidas de forma metafórica, ou seja, enquanto representação. Isto porque indicam determinada semelhança e uma inclinação natural para aquela perspectiva mais evidente, mas não deve ser apreendido como algo categórico.

Em relação às referências físicas do espaço urbano, enquanto o que foi considerado diretamente como patrimônio cultural congonhense geralmente está compreendido no que a população entende como “parte histórica”, conforme sintetizado no quadro 7¹⁸; quando questionados de forma indireta quanto às edificações que consideram importantes na cidade (existentes ou demolidas), os participantes inseriram outras referências palpáveis, incluindo edificações na região central e no bairro Matriz, dentro das quais algumas estão associadas às antigas residências de pessoas que despertaram o afeto e a admiração dos congonhenses, como a tia Vichy (que foi professora de balé e ajudava nas manifestações religiosas, como a Semana Santa) e o Zé Arigó (médium espírita reconhecido internacionalmente na década de 1970). Outra questão importante que é percebida, novamente, é a associação que os moradores fazem entre as edificações “históricas” e as edificações do século XX com características semelhantes àsquelas do período colonial, como o ritmo das aberturas, a proporção entre os cheios e vazados, telhados com telha cerâmica de quatro águas, dentre outras. Além disso, os participantes que moram fora da área denominada de “ambiências dos monumentos históricos” consideraram o patrimônio cultural local de forma mais abrangente do que àqueles que residem dentro da área de estudo – cada grupo representando 50% do total dos entrevistados. A metade daqueles que residem dentro da poligonal das ambiências históricas (MAPA 7) identificaram o patrimônio cultural de forma restrita às referências espaciais localizadas na “parte histórica”, além do Parque da Cachoeira. Quando analisada a

¹⁸Para informações completas, ver apêndice F – síntese da entrevista 1.

apreensão daqueles que vivem fora das ambiências históricas, este percentual sobe para 63%. O mesmo acontece quanto às menções relativas às manifestações culturais consideradas patrimônio cultural da cidade, que foram citadas por 25% dos participantes que moram fora da área estudada e por apenas 14% daqueles que moram dentro dela.

Quadro 7 – Principais referências físicas citadas como patrimônio cultural de Congonhas nas entrevistas *versus* principais referências físicas citadas como importantes para a cidade

Patrimônio cultural de Congonhas	Edificações importantes para a cidade
	Existentes
Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos	Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos
Romaria	Romaria
Basílica (Santuário e prédios do entorno)	Prédios na “parte histórica”***
Parque da Cachoeira*	Antigo prédio da Secretaria da Fazenda (em frente à prefeitura)
Igrejas (citadas de forma não específica)	Prédio da Prefeitura Municipal de Congonhas
Alameda das Palmeiras	Prédio que abriga a biblioteca pública
Museu de Congonhas	Demolidas
Museu da Imagem e Memória	Antigas edificações no centro da cidade (rua Marechal Floriano e Avenida Júlia Kubitschek)
Casas antigas, ainda preservadas	Antigas edificações na Ladeira Bom Jesus (citando aquelas construídas com vedações em pau-a-pique)
Ladeira Bom Jesus	Antigas edificações no bairro Matriz e início da via de acesso à Igreja do Rosário
Estação Ferroviária	Antiga residência da tia Vichy
	Antiga casa do Barão de Congonhas

*Não compreendido dentro da área estudada, mas, por ser uma referência frequentemente citada pelos entrevistados, foi considerada.

**De forma geral, os moradores entendem como parte histórica a porção territorial iniciada na Praça Dom Helvécio e finalizada na Basílica (Santuário e entorno).

***As referências espaciais destacadas são àquelas inseridas no que a população entende como “parte histórica”.

****As referências foram dispostas de forma a representar a conexão existente entre àquelas citadas na mesma linha e em colunas diferentes.

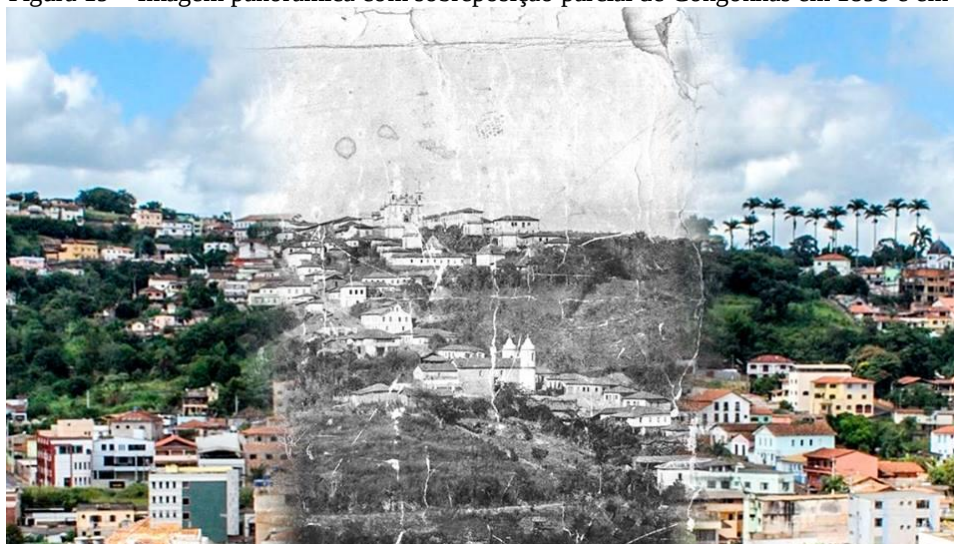
Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Estas referências (QUADRO 7) mostram, nos dois casos, que elas se associam mais à história religiosa da cidade do que à atividade original a partir da qual surgiu o antigo Arraial de Congonhas – associados à extração do ouro. Embora a atividade aurífera tenha dado espaço para a mineração, o princípio de ambas tem o mesmo foco: a exploração, o que leva a pensar se esta não seria uma forma de rejeitar aquela que, com a sua intensificação provocou mudanças espaciais e sociais na cidade, contribuindo para o distanciamento dos moradores das suas origens. Conclusão obtida a partir das narrativas colhidas, principalmente durante os grupos focais, nas quais se percebe que embora a população se perceba submissa à mineração, de onde derivam cerca de 55% (GRÁFICO 1) da arrecadação municipal, sente falta de se estar à vontade em sua própria cidade e da qualidade de vida que possuía. Questões manifestadas nas constantes queixas relacionadas à falta de segurança; à relação próxima com as pessoas da cidade que já não são mais conhecidas e à poluição atmosférica proveniente da

mineração – problemas estes associados à vinda de um grande número de trabalhadores para as empresas de mineração e siderurgia e ao aumento de suas atividades. O que reforça o fato de que o uso da cidade e dos locais públicos (ou acessíveis ao público) frequentados pelos entrevistados anteriormente *versus* aqueles frequentados atualmente perderam tanto em abrangência territorial quanto em diversidade de funções. Se pensados em categorias, os primeiros poderiam ser agrupados dentro de lazer em estabelecimentos particulares (cinema e clubes dançantes), lazer em espaços públicos (esporte, *footing*), atividades religiosas (missas e festividades religiosas relacionadas) e atividades culturais (grupos de teatro e atividades musicais). Já no segundo caso (locais frequentados presentemente) tais categorias se restringiam ao lazer em locais públicos (*footing*) e lazer em estabelecimentos particulares (bares).

Embora parte dos entrevistados associem tais mudanças ao novo estilo de vida com o intenso desenvolvimento tecnológico a partir do final do século XX, e não a fatores específicos de Congonhas, outros as associam diretamente à chegada de novos moradores à cidade. Apesar de não ser possível afirmar qual desses pontos foi mais determinante nas transformações urbanas e sociais diagnosticadas, fato é que a vivência na “antiga Congonhas” – seja pela proximidade nas relações interpessoais e diversidade das atividades culturais, seja pelas características urbanas e arquitetônicas – parece ser desejada pela maioria dos participantes, incluindo alguns que não a viveram, como demonstrado no apêndice G. Isto porque nove dos dezesseis entrevistados, ao serem apresentados a uma imagem na qual foram sobrepostas a “antiga” e a “nova” Congonhas (FIGURA 19), verbalizaram termos relacionados à carência e à privação, como “falta”, “supressão”, “descaracterização” e “redução”. Em relação às associações feitas pelos participantes ao visualizarem esta imagem, as mais citadas se aproximam da sensação de nostalgia – ligada à saudade do passado – e do sentimento de tristeza – ligada à ausência de edificações no estilo colonial; a supressão de áreas verdes; a sujeira e a percepção dificultada de características originais da cidade (como o traçado urbano, o Santuário e a Ladeira Bom Jesus).

Figura 19 – Imagem panorâmica com sobreposição parcial de Congonhas em 1898 e em 2016



Fonte: CONGONHAS TEM HISTÓRIA, 2016.

Já a etapa da entrevista projetiva buscou verificar se os valores presentes no imaginário da parcela da população consultada se associavam mais aos valores tradicionais ou aos modernos (e econômicos). Este exercício foi realizado a partir de pares de imagens alheios à cidade, mas cujas representações remetem aos fenômenos urbanos relacionados aos vividos localmente, como a expansão territorial e a aparente perda de referências culturais devido à vulgarização das características originais do espaço urbano. Aqui, cabe anotar que este procedimento foi também utilizado em Fisher (1993) que, na ocasião, demonstrou que as alterações arquitetônicas na cidade de Mariana (MG) poderiam se justificar pelo fato da população se identificar mais a um estilo de vida moderno do que àquele tipicamente vivido nas cidades interioranas. Já no caso desta pesquisa, o mesmo não aconteceu, embora ambos os municípios tenham passado por fenômenos urbanos semelhantes. Nos dois casos, o “contexto social adverso” (FISHER, 1993) à preservação histórica foi intensificado com a implantação de indústrias voltadas à atividade minerária, resultando em grande dependência econômica dos municípios a essas empresas. Também, por isso, e pelas consequências urbanas posteriores (ver seção 2), os dez pares de fotos apresentados se relacionaram à contraposição do “moderno” e do “antigo”, analisados como pontos ligados à predileção pelo estilo de vida contemporâneo ou por uma vida mais pautada nas tradições – cidades menores, com mais qualidade de vida, menos infraestrutura, dentre outros –, dentro de uma abordagem direcionada a partir das duas dimensões colocadas por Durham (1986 *apud* FISHER, 1993): a qualidade do espaço urbano e a ordem econômica.

[...] (a visão articulada da cidade) tende a se articular através da percepção de um eixo, que é dado pelo CONTINUUM rural-urbano. Este eixo, que abrange o campo, a cidade pequena, a cidade média e a grande metrópole, é definido de forma bastante precisa, porque, em geral, a população possui uma experiência muito próxima e

recente de migrações ao longo do continuum que lhe permite, através da própria história familiar, construir os parâmetros dessa geografia urbana. Ao longo do continuum, as cidades são avaliadas em função de duas dimensões ou duas ordens de atributos. As duas dimensões são muito nítidas e são gerais a toda a população entrevistada. A primeira, bipartida, diz respeito à qualidade do espaço urbano, que deve aliar ordem e tranquilidade com a presença de ‘recursos’ como serviços médicos, escolas, transportes, etc. A segunda se refere à ordem econômica e se traduz na abundância ou escassez de empregos bem remunerados [...]. São esses, portanto, os grandes temas em torno dos quais o discurso se estende e se enriquece: o urbano, traduzido no bairro e na casa; o econômico, traduzido no emprego. (DURHAM, 1986 *apud* FISHER, 1993, p. 114).

Como se poderão verificar, tais questões – o urbano e o econômico – também foram o ponto de partida nesta etapa, a partir de imagens associativas que remetem à moradia, ao lazer e ao desejo de consumo; objetivando identificar se os valores enraizados no imaginário do congonhense coincidem com os valores relacionados às práticas preservacionistas do patrimônio cultural; o que implicaria, teoricamente, em maiores chances de se manter as referências culturais e memórias locais, valorizando a cultura congonhense. Para Candau (2014), o uso de fotografias se justifica por favorecer o encadeamento e a manutenção de informações factuais, sejam elas históricas ou familiares, ao mesmo tempo em que permite a manipulação dessas memórias.

A análise dos resultados (APÊNDICE H) permite afirmar que os valores captados nas narrativas dos entrevistados estão fortemente associados aos valores tradicionais, embora em alguns momentos isso seja racionalmente negado. De forma geral, o grau de escolaridade apresentou diferença em quatro dos dez pares de imagens – enquanto os participantes que concluíram o ensino superior preferiram as imagens vinculadas às tradições, houve empate nesses pontos por parte daqueles sem ensino superior. Assim, não se considerou que este quesito tenha influenciado as conclusões finais. Já em relação à idade, houve uma diferença no olhar daqueles na faixa entre 41 e 59 anos (nascidos entre 1960 e 1978). Isto porque em apenas quatro dos dez pares de imagens apresentados – cidade colonial *versus* high tech; praça moderna *versus* tradicional; vila *versus* condomínio; telhado cerâmico *versus* metálico–, tais pessoas optaram pelas imagens conectadas à qualidade do espaço urbano, uma das dimensões colocadas por Durham (1986 *apud* FISHER, 1993). Ou seja, neste grupo predominaram as preferências familiarizadas ao estilo de vida moderno, vinculadas à dimensão de ordem econômica colocada por este autor, viés que sugere uma associação desta visão ao fato dos membros desta equipe terem passado os seus primeiros anos em meio a uma cidade em transformação, uma vez que o período entre as décadas de 1960 e 1980 marcou

diversas mudanças sociais em Congonhas, conforme exposto no estudo da Fundação Pró-Memória de 1988 (BRASIL, 1988).

Excetuando-se as ocorrências mencionadas acima, a grande maioria dos participantes optou pelas imagens correlatas à vida na “antiga” Congonhas (até meados da década de 1970); quando as tradições eram mais fortes, o contato entre as pessoas mais estreito, haviam mais áreas arborizadas e melhor qualidade do ar, as memórias eram mais reforçadas e as referências espaciais mais legíveis. O que demonstra, também, a força da memória na cidade, seja através da transmissão cultural ou pela absorção dos valores institucionalizados, uma vez que

[...] de uma maneira geral, todos os traços que têm por vocação “fixar” o passado (lugares, escritos, comemorações, monumentos, etc.) contribuem para a manutenção e transmissão da lembrança de dados factuais: estamos, assim, em presença de “passados formalizados”, que vão limitar as possibilidades de interpretação do passado e que, por essa razão, podem ser constitutivos de uma memória “educada”, ou mesmo “institucional”, e, portanto, compartilhada. (CANDAUI, 2014, p. 118).

A partir de todas as triangulações feitas nesta etapa, se conclui que a influência e a importância da tradição ainda se fazem bastante presentes no imaginário dos entrevistados e que, embora ocasionalmente as características da vida contemporânea e as características urbanas associadas ao “progresso” tenham sido preferidas por alguns, os costumes e a vida mais tranquila são desejos da maioria dos ouvidos.

Chega-se, então, ao último procedimento de checagem quanto às referências culturais e memórias reverberadas pela população congonghense e a relevância destes elementos, através da produção de mapas mentais (APÊNDICE I). Assim como nos pares de imagens, neste procedimento a intenção foi identificar se as narrativas condizem com as representações e com as questões ligadas ao imaginário coletivo, analisando o olhar do sujeito sobre o espaço que habita. Análise esta que parte do entendimento dos mapas enquanto representação capaz de ultrapassar a identificação das referências e das memórias permitindo, também, caracterizar a cidade de Congonhas pelo olhar desses indivíduos no que tange à dimensão espacial do patrimônio cultural local (MARTINS; LEAL, 2015), entendimento que se associa ao colocado por José Magnani (2002), ao ponderar a paisagem enquanto um conjunto de signos – tanto do passado quanto do presente – que interagem com o observador e com sua visão particular. Por isso, a paisagem é constituída de referências simbólicas, a partir de experiências individuais e de valores e crenças coletivas (SOUSA, 2010 *apud* MAGALHÃES FILHO; OLIVEIRA, 2013), que se fixam na memória do indivíduo que se encontra em constante interação com este ambiente.

Esta relação fica bem clara tendo como premissa o fato de que as cidades, antes de serem entendidas enquanto formas espaciais, devem ser percebidas a partir dos tipos de relações instituídas pelos seus agentes e pela forma com que estes a organizam (MENESES, 2006). Por isso o autor coloca que a cidade (no todo ou em parte) também é uma representação e uma imagem que seus habitantes fazem dela. De forma a complementar esta perspectiva, Claval (2011) lembra que o principal fator responsável pela diferenciação entre os processos mentais humanos e animais está na capacidade do homem, extremamente desenvolvida, para o comportamento simbólico. Desta forma, este tipo de comportamento permite, então, a construção de mundos mentais que se relacionam entre si e com o mundo externo; sendo esses mundos uma extensão da personalidade dos indivíduos.

A fim de conhecer esses códigos, foram identificadas as referências culturais mais presentes no imaginário popular congonhense (QUADRO 8). Percebe-se que a religiosidade na cidade é novamente destacada, uma vez que as referências mais citadas são as igrejas católicas centenárias localizadas dentro da área estudada, e as atividades relacionadas a elas. Importante ressaltar que, embora tenha sido pedido aos entrevistados para citarem tais pontos – já que a elaboração do mapa mental precedeu da questão “represente como você vê o trecho que liga o Santuário, a igreja da Matriz e a igreja do Rosário, passando pelo centro” –, 7 dos 16 participantes (ou seja, 44% deles) não citaram as três igrejas referidas no enunciado. O que demonstra que, mesmo direcionando os participantes ao principal percurso das vias originais da cidade (conforme destacado no estudo de 1988), as memórias pessoais e coletivas prevaleceram à sugestão inicial. As principais referências urbanas palpáveis citadas na década de 1980 foram lembradas atualmente (QUADRO 8), indicando uma continuidade e similaridade entre a leitura do município nas diferentes épocas e pelos diferentes agentes (habitantes e poder público), embora com focos e níveis de profundidade distintos.

Quadro 8 – Principais referências espaciais citadas nos mapas mentais

Referências espaciais	Nº de vezes em que foram mencionados
Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos	14
Basílica (compreendendo Santuário e prédios em seu entorno)	2
Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição	12
Romaria	10
Igreja São José	9
Indicação da praça próxima à igreja	1
Igreja Nossa Senhora do Rosário	9
Indicação do bairro Rosário	3
Pontilhão do trem	6
Calçamento em pedra de aluvião	5
Rua Padre João Pio	4
Ladeira Bom Jesus	3
Estação Ferroviária (ou referência a ela. Ex.: vagões de trem)	3
Rio Maranhão	3
Palmeiras	3
Serra Casa de Pedra	1
Quarteirão Açominas	1

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Nota: Em destaque, as principais referências mencionadas no estudo da Fundação Pró-Memória em 1988 (BRASIL, 1988) e que foram citadas também nos mapas mentais.

No que se referem aos aspectos subjetivos interpretados nos mapas mentais, dois desenhos em especial se sobressaíram. Um (FIGURA 20) pela ruptura do calçamento em pedra de aluvião na parte central da cidade, separando os dois morros opostos (a Ladeira Bom Jesus, que dá acesso ao Santuário; e a rua Padre João Pio, que dá acesso à igreja da Matriz de Nossa Senhora da Conceição). O primeiro morro sendo rompido pela linha do trem, conectando ao discurso verificado em um dos grupos focais (dezembro de 2018), no qual houve a distinção entre o lado “de cá” e o lado “de lá” (parte histórica e não histórica). Referência também presente em Soares (1990) ao citar a antiga rivalidade entre os dois morros; fator topográfico que contribuiu, naquela época, para a divisão dos territórios entre as respectivas escolas de samba (Unidos da Jacuba e Unidos da Matriz).

Figura 21 – Mapa mental do entrevistado ID 14*



*Parte frontal. No verso, foi representada a igreja do Rosário.

Fonte: Entrevistado ID 14.

Nota: Informação obtida durante a elaboração dos mapas mentais realizada para esta pesquisa, conforme APÊNDICE I.

Estas exposições demonstram a capacidade de complementação de informação por meio dos mapas mentais ao explicitarem e confirmarem, em 50% das representações, a conexão entre o Santuário e a igreja da Matriz trazida pelos habitantes. Ligação vista não apenas como um aspecto visual, mas, sobretudo, simbólico; remetendo aos percursos do imaginário e do cotidiano, das procissões religiosas e do calçamento original remanescente. Já a vinculação entre as igrejas da Matriz e do Rosário aconteceu em apenas 38% dos casos. Considerando o entendimento de Candau (2014), de que a memória necessita, além de um ponto de origem, de um eixo para ordenar as representações identitárias no qual há referências vinculadas a determinados acontecimentos, e que a ausência dessas referências gera um “vazio de lembranças”; a reduzida percepção de ligação entre as igrejas da Matriz e do Rosário pode ser

justificada pela falta de referências espaciais presentes no imaginário popular neste trecho, provocando o enfraquecimento da memória.

3.2 Diálogos e distanciamentos: valores oficiais *versus* valores populares

Cada homem particular se considera depositário de uma “memória-dever” que “obriga a recordar e recobrir de pertencimento o princípio e o segredo da identidade” na ausência de grandes memórias organizadoras, cada indivíduo toma seu próprio e isso resulta em memórias fragmentadas. (CANDAU, 2014, p.184).

A partir dos olhares coletados do poder público (IPHAN e Prefeitura Municipal de Congonhas) e da população, é perceptível o constante conflito entre a ordenação urbana e as políticas de preservação (MENESES, 2006), somado à ausência de consentimento da comunidade quanto ao que possui ou não valor cultural atribuído por ela. Porém, a principal questão entre os olhares não está nas referências urbanas que ambos os atores atribuíram/atribuem valor; mas na forma de apreender e lidar com elas.

Expostos alguns dos diversos olhares possíveis sobre o conjunto urbano de Congonhas buscar-se-á uma contraposição entre os dois olhares tratados aqui: o do poder público e o da população, visões priorizadas aqui por estes terem sido considerados os principais atores sociais. Enquanto o primeiro tem o poder legal para direcionar as ações interpretadas como necessárias; o segundo é aquele que vive intensamente e molda a cidade, e cuja vontade coletiva pode ajustar as medidas tomadas pelo primeiro. Desta forma, ambos são de fundamental importância no entendimento do percurso evolutivo da cidade e dos valores predominantes ali. Paralelo que também permitirá ver a urbe não apenas pelo sentido da visão, mas, principalmente, enquanto percepção e, conseqüentemente, como processo.

Ao analisar as informações coletadas, nota-se que as referências mencionadas em 1988 também o foram atualmente (APÊNDICE J), o que reforça a importância dos mesmos. Porém, a opção na década de 1980 em não seguir para um caminho voltado para as políticas de preservação, de forma a viabilizar orientações para os planos municipais de ordenação urbana, parece ser o principal motivo gerador do distanciamento dos olhares (QUADRO 9). Isto porque, embora grande parte das referências seja coincidente, a perspectiva do estudo de 1988 não buscou um entendimento pormenorizado dos valores atribuídos pela população concentrando-se, muitas vezes, nas características palpáveis dos bens tombados isoladamente ou nos atributos físicos de edificações associadas a eles – geralmente igrejas ou edificações de

maior porte, como a Estação Ferroviária e os prédios do seminário. Embora uma das intenções iniciais mencionadas em 1988 tenha sido identificar o suporte desses bens, o foco para a definição de um zoneamento desviou o percurso traçado inicialmente. Apesar disso, os suportes para os bens reconhecidos oficialmente pelo tombamento e para grande parte das outras referências urbanas citadas foram destacados pela população, explicitamente (de forma racional) ou não.

Quadro 9 – Diferentes perspectivas: o olhar do poder público *versus* o da população

	Prefeitura (2004)	IPHAN (1988/2002)	População	
			Discurso explícito	Discurso implícito (simbólico)
Olhar	Fragmentado	Fragmentado	Fragmentado	Pela apropriação
Foco	Ordenação urbana	Ordenação urbana	Deseja a preservação (integral: material e simbólica)	
Valor estético	Oficial	Oficial	Oficial	Conectado à vida social

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

A população reconheceu em seus discursos – principalmente nos simbólicos – além das referências identificadas pelo poder público em 1988, outros elementos urbanos mais recentes surgidos após 1941, data em que o estudo de 1988 foi realizado. A ação prioritária do poder público sobre as igrejas, ignorando as demais referências, facilitou que o discurso explícito (e consciente) dos entrevistados prevalecesse sobre as referências urbanas de um conjunto uno e inteiro, fragmentando-o – indo ao encontro do viés firmado pelas decisões oficiais. Essas percepções podem ser atribuídas ao que Meneses (2017) denomina de “códigos estéticos oficiais”; códigos que no Brasil podem ser sintetizados a partir dos padrões que balizam aquilo que parte da população entende como “patrimônio histórico”, associado às construções em pedra e cal tão priorizadas durante a fase heroica do IPHAN.

Apesar disso, intuitivamente, os moradores associaram as referências locais de forma mais ampla, compreendidas em uma porção territorial próxima àquela ocupada inicialmente pelo antigo Arraial de Congonhas e relacionadas às práticas cotidianas da população. Essa visão mais sensível por parte dos habitantes demonstra que as influências advindas das ações do poder público não foram a única orientação preponderante na apreensão do conjunto urbano em análise. As ações públicas, que nas últimas décadas geralmente não estiveram voltadas para a preservação e a difusão do patrimônio cultural local e cujo desenvolvimento urbano foi realizado de forma sazonal e afastado dos interesses populares, dificultou uma percepção objetiva e, portanto, não iminente das referências culturais congonhenses. Porém, os

moradores entrevistados, como não poderia deixar de ser, possuem uma interpretação própria da cidade, mesmo que esta não seja explícita; assimilação exposta nas subseções anteriores (capítulo 3), que certifica o descortinamento da estética além do que foi fortemente condicionado pelo poder público. Embora as igrejas tenham sido as referências espaciais mais citadas, tanto em quantidade quanto em recorrência, outras referências também foram lembradas continuamente. Com isso, se nota

[...] a estética como um sistema perceptivo próprio, com seus traços próprios, componente do mundo real que quer conhecer e que organiza a apropriação corporal do espaço, incluindo as múltiplas dimensões, valores e práticas do cotidiano, das contingências e das escolhas. (MENESES, 2017, p. 46).

Desta forma, a estética como escolha refletiu sobre as motivações reveladas pelos atores investigados. O estudo de 1988, geralmente se sustentou na importância histórica e cultural, no porte construtivo dos bens, em suas características arquitetônicas e na necessidade em mantê-los visualmente desobstruídos, contexto que engloba os bens do entorno – colocados como secundários – por participarem da paisagem que integram esses elementos. Enquanto isso, a população justificou os pontos destacados a partir da possibilidade de participação que as referências urbanas ofereciam para a realização de suas atividades cotidianas e dos costumes locais. Neste caso, o que foi considerado mais relevante foi a oportunidade de se apropriar de determinados espaços, criando laços afetivos e sociais a partir da sociabilidade e desenvolvendo, portanto, um senso de pertencimento por parte da população. De forma objetiva, enquanto o poder público avaliou os bens centrando na sua importância histórica e nas características arquitetônicas, os moradores entrevistados consideraram não apenas os “bens” instituídos, tampouco restritos à sua condição material. Esta, mesmo estando presente no discurso explícito dos habitantes sendo relacionada às características coloniais entendidas como “históricas” e associadas diretamente ao “patrimônio”, também foram apreendidas considerando a integridade física como condicionante a partir do qual o uso, a fruição e o encontro nos espaços são possíveis.

Essa questão permite relacionar tais associações dentro das três dimensões arraigadas na cidade colocadas por Meneses (2006), percebidas e justapostas constantemente na urbe: a cidade como artefato, como campo de forças e como representação. A dimensão do artefato, ou seja, a dimensão física da cidade, referente ao ambiente construído, foi percebida nos relatos explícitos da população, tendo como base o entendimento oficial do patrimônio cultural congonhense exposto no estudo de 1988, que norteou as ações posteriores do IPHAN

e da Prefeitura. Considerando que a apreensão popular se complementa entre aquilo que acreditam ser explicitamente o “patrimônio histórico” da cidade e aquelas referências culturais que nem sempre foram evidenciadas desta forma pelo poder público, tem-se a segunda dimensão: a do campo de forças, que acentua os distanciamentos entre o discurso oficial e o popular, uma vez que os atores ouvidos incluem e reconhecem as representações culturais locais, principalmente pelo ângulo de suas vivências, afetos e memórias presentes nos discursos simbólicos (implícitos). Ambas, ao serem interpretadas, alcançam a dimensão da representação, que é a imagem da cidade construída pela população a partir de suas apreensões (conscientes ou não, individuais e coletivas) sobre o espaço habitado (MENESES, 2006) abrangendo, também, as representações oficiais. O discurso simbólico demonstra, portanto, a ligação entre a cidade e as memórias associativas relativas às vivências na urbe somada aos discursos oficiais; sendo que as primeiras, mesmo quando enfraquecidas devido à baixa transmissão cultural verificada, ainda se fazem presentes. Neste sentido, a estética extrapola os “códigos estéticos oficiais”, passando a ser uma condição da vida social (MENESES, 2017).

4 A PAISAGEM COMO AGLUTINADORA

As formas da sociedade são a substância da cultura.
(GEERTZ, 2008, p.20).

Expostos os olhares do poder público e da população quanto ao conjunto urbano de Congonhas, busca-se verificar como a paisagem é moldada e participa da vida social, uma vez que se encontra em constante interação com essas visões. Para tanto, a cidade continuará sendo apreendida enquanto bem cultural que, convivendo em meio a campos de forças, adquire representações e se torna um artefato, construído a partir dessas relações e conflitos.

Tendo em vista que o Livro do Tombo em que o conjunto fora inscrito lhe confere caráter etnográfico e paisagístico, tentar-se-á entender como esta natureza orientou as escolhas do IPHAN ao decidir sobre o tipo de tombamento dos bens culturais congonghenses, a partir da perspectiva de Ribeiro (2007). As questões etnográficas também serão consideradas por retratarem as características sociais de um povo. Neste sentido, Geertz (2008) cita Max Weber esclarecendo que

[...] o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, [assumindo] a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. (GEERTZ, 2008, p.4).

Incluída enquanto categoria e sendo uma dimensão representativa da cultura, as paisagens já eram consideradas pelo campo do patrimônio desde o anteprojeto de Mário de Andrade devido a relação com as manifestações populares (RIBEIRO, 2007), sendo entendidas como

[...] um constructo da arte popular, a partir de uma concepção ampla de paisagem. Através do tombamento de paisagens, os bens materiais impressos no espaço pelo trabalho coletivo, desassociados daquilo que considera como arte erudita, poderiam ser reconhecidas como patrimônio e preservadas. (RIBEIRO, 2007, p.71).

Para Aldo Sestini (1963 *apud* ANDREOTTI; FURLANETTO, 2012), devido à complexidade em defini-la, a paisagem foi absorvida não enquanto conceito, mas enquanto um vocábulo com múltiplos significados. Em ambos os casos, as colocações remetem ao tombamento do conjunto urbano estudado considerando as possíveis associações com as questões etnográficas e paisagísticas. A singeleza tanto das características construtivas das edificações na década de 1940 quanto da pequena porção territorial ocupada na ocasião (FIGURA 22) se somam à preferência dos técnicos do IPHAN pelos bens “monumentais” reduzindo à relevância daqueles sítios mais modestos, o que incide sobre a intenção em se preservar o conjunto urbano de Congonhas desvinculando-o dos valores atribuídos ao Livro do Tombo das Belas

Artes, confirmando o exposto por Ribeiro (2007). Através da proteção de um sítio que não atendia aos requisitos da arte erudita, da monumentalidade e da excepcionalidade artística tão bem quista pelos modernistas, a salvaguarda do conjunto se deu então no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, almejando expandir a proteção do IPHAN na cidade – até então restrita ao Santuário (1939) –, uma vez que esta também se inseria contextualmente em um período marcante da história nacional.

Naquela época, Congonhas era ainda distrito de Ouro Preto e talvez o conjunto da cidade não tenha sido considerado bom o suficiente para inscrição no Livro de Belas Artes, segundo as exigências do Livro, não apresentando quantitativa e qualitativa densidade formal. Isso poderia explicar também a demora no tombamento da cidade em relação às demais, que foram inscritas no Livro do Tombo [das Belas Artes] ainda em 1938. Na atualidade, entre as cidades mineiras tombadas nessa época, Congonhas é aquela que mais sofre com a descaracterização de seu conjunto, tendo a atuação do IPHAN se voltado privilegiadamente para o Santuário. (RIBEIRO, 2007, p.78).

Figura 22 – Visada parcial de Congonhas, com destaque para os casarios simplórios e sem ornamentação



Fonte: ACERVO ANDRÉ CANDREVA, não datada.

Nota: Fotografia não datada, cedida pelo proprietário do acervo fotográfico.

Apesar de não possuir os valores estéticos valorizados na ocasião, o conjunto urbano em análise se harmonizava com as características naturais daquele território ao seguir sua topografia e expressava aspectos culturais pela suavidade em que as igrejas se implantaram ali e pela forma em que os espaços urbanos favoreciam as manifestações socioculturais daquele povo (FIGURAS 23 e 24). Afirmação que corrobora com o que o Decreto de Lei nº 25/1937

orienta que deva ser inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, incluindo as “coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular” (BRASIL, 1937, não paginado), assim como os monumentos naturais, sítios e paisagens, cuja conservação seja relevante pela “feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana” (BRASIL, 1937, não paginado).

Figuras 23 e 24 – Praça Dom Helvécio na década de [1940?] (à esquerda) e em 2019 (à direita): de espaço cívico à via pública



*O prédio de dois pavimentos à esquerda abrigava a antiga prefeitura da cidade nesta época, demolido para a abertura da Rua Doutor João Muniz.
Fonte: ACERVO ANDRÉ CANDREVA, [1940?].
Nota: Fotografia cedida pelo proprietário do acervo fotográfico.



Fonte: AUTORA, 2019.

Segundo Ribeiro (2007) entre as décadas de 1930 e 1960 – primeiros anos em que foi inserida a proteção dos conjuntos urbanos – existia certa padronização nos tombamentos inscritos no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Apesar disso, a inscrição de bens neste livro só veio a ser comum a partir dos anos 1970, quando a paisagem deixou de ser um elemento separado do bem (seja este uma edificação ou um conjunto), passando a se associar a ele de forma contextualizada ao seu entorno (RIBEIRO, 2007). Ao analisar os valores do bem enquanto paisagem, ou seja, sem considerar aqueles cuja inscrição fora motivada por suas características arqueológicas ou etnográficas, tais padrões foram classificados pelo autor da seguinte maneira:

- Tombamentos de jardins e bens mais diretamente ligados ao paisagismo;
- Tombamento de conjuntos;
- Tombamento de monumentos junto aos aspectos da natureza que os emolduram;
- Tombamentos de áreas cujo panorama seja importante para populações que vivem nos arredores (RIBEIRO, 2007, p. 75).

Dentro desta perspectiva e observando os possíveis valores atribuídos ao conjunto protegido de Congonhas enquanto (também) paisagísticos, não se entende que o objeto de estudo se enquadre no primeiro item por motivos óbvios, uma vez que não se trata de um contexto predominantemente paisagístico; tampouco dentro da ideia de paisagem naquele momento, bastante vinculada à ideia de uma natureza pura, quase intocada. Quanto ao terceiro item, não se entende que a intenção da salvaguarda do conjunto tenha sido apenas reforçar o tombamento do Santuário somado aos atributos naturais preeminentes ali – como a serra que emoldura o município –, embora esta questão seja inferida como uma das intenções.

No que se referem aos outros dois casos, é possível associar a salvaguarda do objeto de estudo enquanto conjunto, o que ele de fato é. No que tange ao quarto ponto, se considera que o sítio analisado também possa ser enquadrado no caso devido ao “seu valor de panorama, associado à identidade da cidade” (RIBEIRO, 2007, p.89). Ao compor de forma determinante a perspectiva visual desse território, junto à topografia e às referências urbanas, a paisagem e os demais elementos se fazem relevantes para as práticas socioculturais desenvolvidas ali. Como exemplo, pode-se citar a participação da topografia nas práticas religiosas centenárias (FIGURA 25) deste lugar ao celebrarem “as pessoas e a dignidade humana, a contemplação (ora) e o empenho social (labora) [pregados pelo cristianismo]” (ANDREOTTI; FURLANETTO, 2012, p.12). Desta forma, práticas como a festividade do Jubileu e as procissões religiosas comungam de um mesmo espaço (formado por elementos naturais que ora foram modificados pelo homem e ora são contemplados e ambientam as manifestações humanas) e, nele, são desenvolvidas manifestações cujos significados são apoiados pelo ambiente construído, marcado neste caso principalmente pelas referências religiosas. Nas duas situações colocadas por Ribeiro (2007), consideradas razoáveis na interpretação do sítio urbano analisado, além do caráter paisagístico também se sobressai o caráter etnográfico, justamente por esta associação entre as relações sociais e os atributos paisagísticos, tendo em vista que a urbe é o *locus* de tais práticas.

Figura 25 – A topografia reforçando a elucidação do alcance a Deus almejado pelos fiéis, na subida ao Santuário durante a festividade do Jubileu [19--?]



Fonte: ACERVO ANDRÉ CANDREVA, [19--?].

Nota: Fotografia cedida pelo proprietário do acervo fotográfico.

Considerando que, nos primeiros anos de atuação do IPHAN os conjuntos modestos eram considerados como conjuntos paisagísticos pelos técnicos do Instituto, enquanto os conjuntos mais íntegros eram enquadrados como conjuntos arquitetônicos (RIBEIRO, 2007), se entende que o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Congonhas, apesar de apresentar aspectos paisagísticos também foi lido por seus atributos etnográficos, tendo em vista sua denominação. Estas questões explicitam o entendimento quanto às prováveis justificativas para o livro do tombo e o nome conferido a esse sítio urbano, indicando os valores atribuídos a ele ao ser protegido pelo IPHAN. A partir delas, a paisagem subsidiará as reflexões sobre esse conjunto remetendo às dimensões da cidade enquanto artefato, campo de forças e representação, exibida por Meneses (2007). Para Andreotti e Furlanetto (2012) isso se dá

[...] porque nós modificamos o ambiente com todos os seus elementos naturais através das nossas atividades materiais, das necessidades políticas, das instâncias econômicas, dos ordenamentos jurídicos, mas sobretudo depositamos a nossa cultura e a nossa concepção de mundo (*Weltanschauung*), o nosso modo de pensar e viver, as nossas crenças religiosas, a nossa pulsão espiritual, os nossos símbolos e valores. Todos esses elementos constituem uma ética que, com o filtro do tempo, se torna uma estética. (ANDREOTTI; FURLANETTO, 2012, p.6)

Nesse jogo de expectativas, percepções e intenções, a paisagem apesar de ser genuinamente um componente independente dos juízos estéticos e de valor (CAUQUELIN, 2007), está inevitavelmente submetida a eles. Apesar disso, esta subordinação ocorre inclusive neste trabalho, devido à sua natureza acadêmica exigir reflexões que, naturalmente, levam a interpretações condicionadas às metodologias e/ou arcabouços teóricos admitidos pela ciência. Assim sendo, a paisagem está suscetível as categorizações uma vez que “[seus

processos invisíveis] exibem em plena luz os elementos da ‘grande’ forma simbólica que os rege” (CAUQUELIN, 2007, p.127). Para esta autora, a paisagem – não apenas urbana, mas pictórica, digital, etc. – é definida como “um conjunto de valores ordenados em uma visão” (CAUQUELIN, 2007, p.16); portanto, mantém uma relação estreita com as memórias e as referências culturais. Porém, quando há alguma inserção material desconhecida na paisagem, sua mensagem ética e estética se quebra, tornando-a “antinatural” e “antipaisagística” (ANDREOTTI; FURLANETTO, 2012), o que contribuiu na condução do entendimento quanto à descaracterização do conjunto urbano congonhense quando este passa a se submeter à ausência de homogeneidade construtiva (FIGURAS 26 a 29) e ordenamento urbano (FIGURAS 30 e 31).

Figuras 26 e 27– O antes e o depois da Avenida Presidente Getúlio Vargas (esquina com Rua Padre João Pio): 1942 *versus* 2019



Fonte: ACERVO ANDRÉ CANDREVA.
Nota: Fotografia cedida pelo proprietário do acervo fotográfico.



Fonte: AUTORA, 2019.

Figuras 28 e 29 – Rua Monteiro de Castro: década de 1950 *versus* 2019



Fonte: ACERVO ANDRÉ CANDREVA.
Nota: Fotografia cedida pelo proprietário do acervo fotográfico.



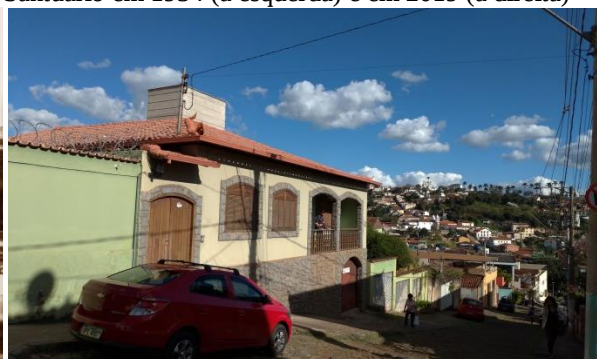
Fonte: AUTORA, 2019.

Figuras 30 e 31 – Visadas da Rua Padre João Pio para o Santuário em 1934 (à esquerda) e em 2019 (à direita)



Fonte: ACERVO ANDRÉ CANDREVA, 2019.

Nota: Fotografia cedida pelo proprietário do acervo fotográfico.



Fonte: AUTORA, 2019.

Neste contexto, as referências implícitas (CAUQUELIN, 2007) que participam da paisagem congonhense serão abordadas na seção a seguir, também, a partir das cinco categorias espaciais colocadas por Magnani (2002), tendo em vista que os aspectos intangíveis de um lugar, ou seja, sua ética, resultam naquilo que é materializado ali, ou seja, sua estética (ANDREOTTI; FURLANETTO, 2012). Há que se considerar também o que foi salientado por Peixoto (2003) quanto à construção móvel e múltipla da paisagem, fator que dificulta a apreensão integral da mesma, uma vez que ela se forma pela sobreposição de perspectivas e de códigos simbólicos; o que é agravado na vida contemporânea pelas constantes substituições. Desta forma, esta volatilidade da vida moderna pode ser considerada uma das principais motivadoras do distanciamento progressivo em diversos conjuntos urbanos – inclusive nos inscritos no Livro do Tombo das Belas Artes – dos “códigos estéticos oficiais” (MENESES, 2017) idealizados nas primeiras décadas de atuação do IPHAN (e que reverberam no imaginário popular e nas decisões técnicas até hoje). Sendo assim, a necessidade em se pensar os sítios protegidos dentro da realidade do século XXI se acentua, trazendo novas reflexões quanto à forma de lidar e apreender tais contextos conforme seus condicionantes, tendo em vista a importância em se salvaguardar os aspectos relevantes – físicos e, consequentemente, intangíveis – para a cultura local (e nacional), o que exige a aproximação com a visão da comunidade que sustenta este patrimônio cultural.

4.1 O conjunto urbano de Congonhas enquanto produção: vínculos e rupturas

[...] a sociedade não é uma simples soma de indivíduos, mas o sistema formado pela associação deles representa uma realidade específica que tem seus caracteres próprios. Certamente, nada de coletivo pode se produzir se consciências particulares não são dadas; mas essa condição necessária não é suficiente. É preciso ainda que essas consciências estejam associadas, combinadas, e combinadas

de certa maneira; é dessa combinação que resulta a vida social e, por conseguinte, é essa combinação que a explica.

(DURKHEIM, 2007, p.105)

A fim de facilitar o entendimento quanto à estruturação do território e da percepção dos usuários sobre ele, abordar-se-ão as cinco categorias sugeridas por Magnani (2002) a partir das quais se busca captar o que os moradores sentem e como vivem o lugar, denominando-as de pedaços, manchas, trajetos, circuitos e pórticos. Desta forma, os aspectos físicos da cidade foram percebidos a partir de suas correlações com as dinâmicas sociais, às quais servem de suporte, tendo em vista que “[...] é apenas ‘à medida que as lembranças podem ser dotadas de um sentido e vinculadas ao presente’ que a memória humana funciona, apoiando-se sobre a imaginação” (CANDAU, 2014, p.62), o que coloca a cidade como um bem cultural conforme o entendimento de Meneses (2006).

Assim, se entende salutar a inserção da perspectiva do morador, a fim de apreender o que eles identificam e como se organizam dentro de determinado território, ao invés de, apenas, procurar um princípio de ordenamento das dinâmicas percebidas na cidade, a partir de uma visão técnica e/ou política (MAGNANI, 2002). Segundo o autor, a visão “de perto e de dentro” permite assimilar alguns aspectos da urbe que poderiam passar despercebidos por uma visão mais macro. As informações que possibilitaram esta categorização foram coletadas a partir da pesquisa qualitativa realizada, da qual fizeram parte a elaboração dos mapas mentais, as narrativas da população e a observação participante (MAPA 8). As categorias de Magnani (2002) também foram analisadas conforme a perspectiva do poder público, a partir das informações coletadas no estudo desenvolvido pela Fundação Nacional Pró-Memória em 1988 sobre a situação do conjunto urbano em 1941 (MAPA 9), a fim de ampliar a compreensão quanto às influências e correspondências dos olhares e ações dos agentes sociais investigados (poder público e população) sobre o território e a paisagem urbana de Congonhas. Reconhece-se, porém, que devido ao foco do estudo da década de 1980 ter se concentrado nos aspectos relativos ao ordenamento urbano da cidade, a identificação das referidas categorias se deu de forma limitada uma vez que não foi explorado o viés sociocultural de Magnani (2002).

Para Magnani (2002), a aproximação dos aspectos visuais da cidade possibilita uma perspectiva que alcança além do que é visível aos olhos, uma vez que abarca a visão da população que só pode ser apreendida pela vivência do lugar. A partir desse entendimento, a referência da categoria “pedaço” alude a alguns códigos de reconhecimento e comunicação entre os membros que frequentam determinada porção territorial, uma vez que pode ser considerado o lugar dos “chegados”. Sendo aquele espaço intermediário entre o espaço público e o privado – remetendo à distinção entre a casa e a rua colocada por Roberto DaMatta (1985). Logo, se fazem presentes nesta classe tanto a ordem espacial (física) quanto à social (rede de relações) (MAGNANI, 2002) – a primeira não se enquadrando em um espaço fixo, podendo migrar conforme o deslocamento de seus frequentadores.

A partir da observação em campo e dos relatos coletados, se percebe que os “pedaços” atualmente estão, por vezes, inseridos em parte das manchas e acontecem, principalmente, devido às relações de proximidade entre as residências (relação de vizinhança) e dos locais de lazer (encontros sociais em locais públicos e vias onde há concentração de bares ou pontos comerciais nos quais os frequentadores adquiriram contato). A noção de vizinhança é percebida, geralmente, mais próxima às igrejas, o que pode sugerir um senso de pertencimento das famílias que viviam e/ou vivem ali, vinculado à relação de proximidade entre as referências culturais e o enraizamento territorial das moradias. Cabe-se destacar, neste sentido, que muitas vezes os moradores antigos ou as novas gerações das mesmas famílias permaneceram na mesma região (e até mesmo nas mesmas edificações), estabelecendo relações geracionais entre os grupos familiares e fortalecendo a identidade de determinado bairro/região.

Relacionando a ideia dos pedaços dentro da visão do conjunto urbano em 1941, apreendida no estudo da Fundação Pró-Memória em 1988, as informações deste permitiram identificar apenas os “pedaços” relacionados aos usos urbanos na década de 1940, bastante alterados em relação aos dias atuais. As duas praças identificadas possuíam usos culturais e, hoje, são apenas locais de passagem. Os espaços públicos deixaram de serem lugares de uso predominantemente social – concentrado em estabelecimentos como bares, por exemplo – em prol da circulação veicular.

Já as manchas sugerem porções maiores no território, capazes de abranger diferentes grupos de indivíduos e são tidas como pontos de referência por frequentadores diversificados e, por isso, sem o estabelecimento de laços mais estreitos entre eles (MAGNANI, 2002). Costumam

conter equipamentos que as delimitam, concentrando atividades e/ou práticas predominantes. Diferentemente do que ocorre nos “pedaços”, aqui já não há o reconhecimento com determinado território, embora haja o conhecimento em relação ao mesmo – sabe-se o tipo de coisas que se encontrará, mas não quais (MAGNANI, 2002). Algumas se assemelham, em maior proporção, aos pedaços identificados como é o caso da região central, devido à concentração de comércio e serviços. Esta mancha que marca o centro de Congonhas ajuda a reforçar o eixo leste-oeste mencionado em 1988 embora, anteriormente, este se relacionasse ao curso do Rio Maranhão e à linha férrea.

A parte histórica identificada pela população – restrita ao Santuário e a Ladeira Bom Jesus – é bem menor que àquela mencionada no estudo de 1988; porém, na prática as áreas são coincidentes tendo em vista que as ações efetivas do poder público também se concentram nesta área, embora o tombamento do conjunto conforme o entendimento do estudo de 1988 e das ações posteriores do IPHAN refiram-se à uma porção territorial superior. A área comercial se expandiu pelo centro da cidade e a Estação Ferroviária e a linha férrea já não participam ativamente das dinâmicas urbanas, que acontecem aparentemente alheias ao vai e vem incansável dos vagões que recolhem e levam para outras localidades o minério extraído no solo congonhense.

Ao analisar ambos os mapas (8 e 9) se percebe algumas novas referências que surgiram após 1941 como o Quarteirão Açominas que, naquela época era uma via pública comum que veio a ser fechada posteriormente e que, até os primeiros anos do século XXI acolhia constantemente práticas culturais como as rodas de capoeira. Atualmente, apesar dessas práticas serem quase ausentes neste espaço, ele ainda é uma referência urbana para os moradores. Cabe destacar também que os locais identificados há algumas décadas como pedaços perderam suas peculiaridades e foram “engolidos”, tornando-se parte de uma mancha com características genéricas.

Os trajetos também são bastante perceptíveis quando se observa um território. São aqueles caminhos mais percorridos pelas pessoas – seja de carro, a pé, etc. – e que marcam os fluxos recorrentes na cidade e no interior das manchas, devido à necessidade dos usuários se deslocarem no ambiente citadino. Além disso, estabelecem as ligações territoriais entre os equipamentos e outros pontos urbanos, o que permite a abertura dos pedaços para fora, ou seja, para o público (MAGNANI, 2002).

O principal trajeto destacado ao se analisar o estudo de 1988 foi o caminho que liga as cidades de Ouro Branco e São João del Rei, passando por um trecho da Estrada Real e, dentro de

Congonhas, percorrendo vias que ligam as igrejas do Rosário à igreja da Matriz e, desta, ao Santuário. Considerando o lapso de tempo entre os pontos de vista analisados, período que implica na extensão territorial e na ampliação das atividades desenvolvidas na cidade desde 1941 até hoje, se justifica a ampliação dos trajetos percebidos agora.

Quando se observa o percurso de veículos, nota-se que ele compreende a ligação entre os três templos mencionados; porém, por vias distintas daquelas destacadas no dossiê (ruas Bom Jesus, Padre João Pio e Barão de Congonhas). Isto acontece devido à preferência de se transitar em vias asfaltadas, evitando a trepidação dos carros gerada pelo calçamento com pedra de aluvião. O trajeto veicular identificado no mapa 8, que percorre a área central e as vias que ligam o centro ao bairro Basílica também acontecem a pé. Ainda sobre o trajeto dos pedestres, o percurso de ligação do centro à igreja da Matriz que antes fora traçado pela Rua Padre João Pio, hoje também compreende outras vias como a Rua Padre Antônio Corrêa. Um fato curioso a se ponderar é que, embora o Rio Maranhão não participe tão aprazivelmente da vida citadina como em 1941 – quando os moradores nadavam e pescavam nele e quando este era um elemento natural visível no contexto urbano devido à baixa ocupação do território – parte dos trajetos (veicular e de pedestre) na região central da cidade ajudam a marcar o curso do rio, uma vez que suas margens foram ocupadas por pontos comerciais.

De forma semelhante aos trajetos, mas enfatizando outro tipo de relação com a cidade, estão os circuitos. Sua identificação busca descrever a ocorrência de determinadas práticas ou a oferta de serviços que mantêm relação de contiguidade espacial entre si sendo, desta forma, reconhecido pelos usuários habituais. Característica que confere a tais lugares uma maior possibilidade de sociabilidade, mais livre e maleável que àquela que caracteriza os pedaços (MAGNANI, 2002). Dentro do foco deste estudo, o circuito identificado no plano de 1988 é, basicamente, o trecho recordado constantemente aqui pela ênfase que recebeu na ocasião e pela sua importância física e simbólica para a cidade, desde sua origem: as vias que ligam a Romaria e o Santuário à igreja da Matriz e, esta, à igreja do Rosário.

Já a identificação dos circuitos atuais acontece na região central e na ligação desta região com o bairro Basílica, mas, diferentemente do que acontecia em 1988 – quando o circuito se prolongava para as adjacências das igrejas da Matriz e do Rosário, e de forma contínua – os circuitos se dão de forma fragmentada. Assim como nos trajetos, a grande concentração de pontos comerciais e de serviços em uma das margens do Rio Maranhão ajuda a marcar o eixo que o curso d'água percorre. Agora, o elemento natural deixa de ser o ponto central de percepção, passando a ser vinculado indiretamente à categoria. Desta forma, o Rio Maranhão

deixou de ser um elemento percebido na paisagem, sendo substituído pela presença de pontos comerciais em suas margens; passando de lugar de estar para local de deslocamento, distanciando da vida urbana e quase invisível.

O último elemento colocado por Magnani (2002) são os pórticos. Caracterizados como os pontos no meio dos trajetos; podem ser espaços, marcos e vazios presentes na paisagem urbana, configurados como passagens. Ao se observar os mapas (8 e 9) nota-se que a maioria dos pórticos identificados atualmente coincidem com aqueles detectados em 1941 através do estudo de 1988. Porém, as motivações que justificam as inclusões nesta categoria se distinguem entre as épocas. A linha férrea deixa de ser um marco histórico e cultural na cidade e passa a ser lembrada apenas como uma referência espacial, ao dividir o centro do morro de acesso ao bairro Basílica. O início da Ladeira Bom Jesus, próximo à linha férrea, também foi considerado um pórtico atualmente por representar o começo da parte lida como “histórica” pelos moradores, o que também acontece pela diferenciação da pavimentação – de pavimentação com pedra portuguesa na Praça Dom Helvécio para pedra de aluvião na Rua Bom Jesus. O mesmo acontece na Rua Padre João Pio, morro de acesso denominado de “rua de pedra” pelos moradores e que, por essa peculiaridade (calçamento em pedra de aluvião) pode ser visto como um portal de acesso à igreja Matriz. O Rio Maranhão, antes lembrado por ser um elemento natural participante das práticas sociais hoje se faz presente no contexto social sendo lembrado, geralmente, referenciando as pontes sobre ele. O surgimento de outros pórticos atualmente é o resultado natural da expansão territorial e dos usos entre os períodos analisados, se relacionando aos espaços vazios da cidade e aos locais que marcam a transição entre alguns bairros.

As perturbações atuais inseridas no ambiente construído preexistente, ao serem analisadas pelas categorias de Magnani (2002), são percebidas a partir da fragmentação visual. O distanciamento entre os discursos orais e simbólicos dos entrevistados sobre a vida e a paisagem de Congonhas é favorecido quando vinculado à ideia do patrimônio cultural às cidades coloniais homogêneas, vistas como cenários e obras de arte, denominada por Márcia Sant’Anna (1995) de “cidade-monumento”, e cujos atributos sejam dotados de “significado de capacidade de expressão, prazer estético, ritmo, estímulo, escolha” (LYNCH, 1960, p.21). Considerando que a paisagem expõe sobre si mesma, possibilitando o enriquecimento das experiências pessoais ao satisfazer o espírito e os sentidos (ANDREOTTI; FURLANETTO, 2012), trazer a perspectiva da população significa, também, convidá-la à reflexão sobre o seu território.

Desta forma, as análises desta seção possibilitaram ultrapassar a primeira impressão sobre o conjunto urbano de Congonhas. A percepção inicial que se tem através da paisagem e dos discursos dos habitantes consultados é que o conjunto arquitetônico e urbanístico de Congonhas não seria compreendido como tal, e não é se se considerar as narrativas objetivas manifestadas pela população sobre o que seria o patrimônio cultural local. Apesar disso, é inegável que este conjunto urbano ainda é um lugar com fortes referências simbólicas conforme percebido nas entrevistas, cujo discurso simbólico se sobressai ao oral – esse último, anunciando o patrimônio restrito ao entorno do Santuário e à Ladeira Bom Jesus. Os mapas 8 e 9 direcionam para o mesmo entendimento. Apesar dos conflitos nos discursos, o patrimônio cultural congonghense se mostra legitimado para os moradores pela percepção e valores atribuídos às referências urbanas, embora a ideia de patrimônio cultural esteja muito vinculada aos códigos estéticos oficiais e pouco vinculada aos códigos estéticos associados à vida social (MENESES, 2017). Os moradores entrevistados têm dificuldade de reconhecerem a “parte histórica” da urbe com facilidade, devido às perturbações construtivas percebidas na paisagem urbana. Apesar disso, ainda foram identificados na área estudada elementos que ajudam a conformar a identidade local e as dinâmicas sociais, compondo o patrimônio cultural local.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou contribuir com informações adicionais sobre um conjunto urbano de relevância nacional, muitas vezes ignorado pelos próprios órgãos públicos. A intenção de ultrapassar a perspectiva que se tem em um primeiro momento, no qual o contexto cultural geralmente é considerado de forma restrita às imediações do Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos e aos aspectos relativos a ele, é alcançada. Embora esta seja, de fato, a maior referência da cidade pelo olhar da comunidade, das pessoas externas e das instituições, uma aproximação com os habitantes demonstra que outros aspectos culturais da cidade – sejam as referências materiais ou intangíveis – também são reconhecidos pelos nativos. As metodologias utilizadas foram aplicadas a uma ínfima parcela da população local (aproximadamente 0,30%). Apesar disso, o cruzamento de metodologias buscou recolher de diferentes maneiras informações capazes de aproximar e refletir de forma mais ampla a realidade global quanto à associação das memórias, das referências culturais e dos valores populares em contraponto àqueles estabelecidos pelo poder público, acredita-se que os indícios expostos aqui são direcionadores no que se refere à apreensão da comunidade sobre dado território.

Considerando-se que, no momento do tombamento do conjunto urbano pelo IPHAN em 1941 os atributos que motivaram a proteção não foram expostos – o que aconteceu apenas quase cinquenta anos depois e em um contexto adverso –, entender os olhares dos principais atores sociais sobre este lugar objetou identificar as confluências e distanciamentos entre essas duas perspectivas, a fim de compreender o estado de conservação atual deste sítio. A partir da interpretação do IPHAN e da Prefeitura e, principalmente, a partir da perspectiva de seus moradores, se almejou, também, interpretar a paisagem atual a partir das relações sociais do contexto em questão.

Para tanto, foi necessário entender a distinção que motivou o conjunto urbano de Congonhas a ser incluído no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico em época e com natureza distinta dos outros seis primeiros sítios de Minas Gerais tombados pelo IPHAN em sua “fase heroica” (SANT’ANNA, 2015), uma vez que esta diferenciação sugere uma contribuição para a descaracterização atual do conjunto urbano. Os levantamentos realizados demonstram que este conjunto urbano foi – e ainda é, exceto no que se refere aos altos investimentos recebidos pelo Programa de Aceleração ao Crescimento das Cidades históricas (PAC-CH) nos últimos quatro anos – desvalorizado pelo próprio poder público durante grande parte do tempo desde que foi tombado. Os primeiros pareceres encontrados na

Superintendência do IPHAN em Minas Gerais e no Escritório Técnico local datam dos anos 1980, confirmando esta indicação. Além disso, este último foi instalado apenas no século XXI, mesmo após vários alertas de sua necessidade ainda na década de 80 – quando os outros seis sítios urbanos tombados em Minas Gerais em 1938 já apresentavam unidade descentralizada. Estas ocorrências possivelmente se deram devido à predominância de uma perspectiva do patrimônio cultural ligada a atributos como a excepcionalidade, presente fortemente neste campo no século XX e que, nas últimas décadas, vêm abraçando vieses mais holísticos.

Tendo em vista que este sítio foi protegido pelas suas características etnográficas e paisagísticas e não por uma densidade formal, ambicionar que um conjunto urbano apresente aquilo que nunca lhe fora atribuído seria, também, uma forma de descaracterizá-lo perante uma expectativa que desconsiderou sua essência. Desta forma, se entende que o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Congonhas foi reduzido pelas esferas públicas que, ao perceberam a urgência em se atentar para este lugar, o viram em um processo de modificação das suas características físicas, que começara a atingir o território pela heterogeneidade construtiva e de ocupação. Ainda assim, as esferas governamentais insistiram em direcionar suas ações de maneira que a preservação do patrimônio cultural estivesse condicionada ao planejamento urbano, invertendo a ordem de prioridades. Por isso, faz-se urgente o alinhamento do olhar dos órgãos públicos junto ao entendimento da população, a partir do que esta considera importante para o contexto cultural do município, a fim de que os atributos identificados em 1988 se mantenham nas décadas (e séculos) subsequentes. Faz-se necessário, também, buscar soluções mitigadoras capazes de resgatar, dentro das possibilidades, a percepção da cidade e de suas referências físicas, de forma que tais características auxiliem enquanto meios de memória na difusão da história que testemunham e ajudam a contar.

Embora não sejam nítidas como na feição original da cidade, as referências simbólicas ainda participam do imaginário e da vida popular, prioritariamente entre aqueles entrevistados com mais de 60 anos, que viveram a cidade em seus “bons tempos”, período que denominam de “antiga Congonhas”. A menção a essas referências ocorre tendo como apoio as manifestações culturais locais, muitas delas centenárias e relacionadas aos valores religiosos que movem este povo; salientando a importância não apenas funcional dessas referências (no sentido de manter viva a materialidade do patrimônio cultural), mas, sobretudo, afetiva.

Ao se verificar os discursos orais e simbólicos dos entrevistados, nota-se que embora não sejam coincidentes, eles demonstram que as menções subjetivas têm muito a enriquecer sobre

o entendimento da cidade. Tendo em vista que o segundo evidencia a identidade e as memórias locais, a relevância das referências simbólicas no espaço urbano é afirmada. Além disso, as narrativas subjetivas complementam a oral que, por vezes, pareceu reproduzir o discurso difundido pelo poder público e, não, as apreensões populares genuínas associadas à noção de pertencimento. Isso porque, inicialmente, o discurso explícito dos entrevistados demonstrou uma proximidade ao que foi defendido pelo poder público, o que poderia comprometer e limitar o universo material dotado de importância para a sociedade, caso houvesse prosseguido no mesmo sentido da visão institucional. A indução no momento de se elaborar os mapas mentais quando solicitado que os entrevistados representassem o percurso das principais igrejas centenárias do município sede passando pelo centro da cidade, também se mostrou relevante. Isto porque, nos dois casos, as suposições iniciais não se confirmaram, e o discurso simbólico comprovou que a população se sente pertencente e possuidora da cidade, através de relatos legítimos. As narrativas que expressam o que é importante ali muitas vezes não seguiram os direcionamentos dados no enunciado, contrariando a impressão inicial de submissão às forças políticas e econômicas no município, e salientando a importância da história da urbe e de seu patrimônio cultural, muito além do Santuário e de seu entorno.

No que se refere à perda de alguns espaços de memória, este ponto foi constantemente lembrado pela geração entrevistada com mais de sessenta anos e, apenas eventualmente, citada no estudo de 1988. Ao não considerar tais lugares, o referido estudo provavelmente contribuiu para a redução da transmissão cultural nas últimas décadas, uma vez que ao não priorizar a manutenção desses espaços, desqualificou os valores simbólicos associados a eles. Ao serem subjugados, também são esquecidos com o passar do tempo – como vem acontecendo. A importância desses locais de encontro se deve ao fato de ao facilitarem o contato social com o outro e com a cidade, tendem a fazer aflorar o senso de pertencimento individual, que se transpõe para a dimensão coletiva através de um maior cuidado com o espaço urbano e com os aspectos coletivos representados ali. Com a perda da continuidade de um importante eixo urbano através da modificação desses espaços (e entornos) e sua subutilização – como é o caso de praças como a Dom Helvécio e Mário Rodrigues e como a Estação Ferroviária –, a cidade se viu fragmentada. Na medida em que teve parte de seus espaços de memória reduzidos, ocorreu a interrupção da teia que ligava os lugares de encontros ao longo do território ocupado originalmente, que serviam de palco para parte significativa do convívio social e aflorava nas pessoas a noção de coletividade e as respectivas memórias. A sinalização da perda e/ou ocultação das ordens sociais tradicionais implícitas,

capazes de influenciar enormemente as características físicas do território devido à perda dessas referências, assinala a urgência em se perceber as novas necessidades deste lugar para que ele não prossiga caminhando na mesma direção das últimas décadas, ou seja, na ausência de uma conscientização e de um olhar atento ao patrimônio cultural local tanto por parte das esferas públicas quanto da população.

Apesar do enfraquecimento da transmissão cultural e das modificações na paisagem urbana ter sido diagnosticado, as entrevistas mostraram que o anseio por processos socioculturais vinculados a uma vida inserida nos valores tradicionais congonghenses é o desejo da maioria dos entrevistados. Inferência que só não foi constatada nos relatos dos participantes que nasceram e cresceram nas décadas de 1960 e 1970 (hoje, entre 41 e 59 anos). Tendo em vista esta predileção pelos atributos vinculados à vida moderna por parte dessa geração, sugere-se que isto tenha se dado ao crescerem com a ideia de “progresso” que prosperava à época na cidade, evidenciando um desejo constante de desenvolvimento, de novas possibilidades e de maior liberdade. Em uma localidade que até então não conhecia processos abruptamente distintos dos que estava acostumada, a ideia do novo seduziu parcela dos moradores. Após décadas mergulhadas na efemeridade defendida pelas revoluções tecnológicas que impactaram profundamente as relações socioculturais atuais, a ideia do “progresso” foi recusada tanto pelos entrevistados com mais de 60 anos quanto pelos com idade inferior a 40 anos, contrariando a faixa etária de 41 a 59 anos. Desta forma, a continuidade de uma rotina de substituição e de troca trazida nos últimos anos parece não ser o caminho almejado pela parte consultada dos habitantes e, caso prossiga, caminhar-se-á no sentido contrário aos anseios dos congonghenses, tendo como base a pesquisa qualitativa realizada. Neste sentido, apesar das alterações urbanas nem sempre compatíveis com o estado original do sítio e responsáveis por influenciar suas características arquitetônicas, urbanísticas, paisagísticas e culturais, os resultados desta pesquisa direcionam para a vontade popular quanto à permanência e a valorização dos atributos etnográficos, arquitetônicos e urbanísticos de Congonhas e, portanto, tradicionais da cidade.

Isto porque a população explicitou em seus depoimentos não apenas as referências físicas presentes e relevantes na urbe, mas os valores associados a elas que geralmente se relacionam às práticas religiosas e a devoção católica na cidade, expressando costumes centenários. Estes não são apenas uma forma de expressar sua fé, mas de reverenciar as gerações familiares anteriores, de prosseguir com aquilo que aprenderam e que são gratos, uma vez que representam quem são e suas origens. As manifestações culturais e as relações existentes entre

elas e as diferentes partes da cidade, ligadas por linhas imaginárias que unem as principais referências deste território foram confirmadas nos mapas mentais, reforçando a ideia de que os elementos físicos representam meios de memória capazes de potencializar a difusão de uma cultura; portanto, favorecendo a preservação do patrimônio cultural.

Já ao se contrapor o entendimento da população ao do poder público, se observa que apesar de geralmente existir confluência quanto às referências culturais identificadas por esses agentes, a forma que eles lidam e apreendem o território é bem divergente. Para a população os atributos físicos “históricos” não são o foco, sendo relevantes por representarem os valores, a identidade e as memórias que possuem em seu âmago e que servem de testemunho do contexto cultural ao qual estão vinculados. Já para o poder público, as referências locais parecem ser (ou terem sido durante as últimas décadas) testemunhas de um discurso institucional, que busca representar a cultura nacional de forma pouco fundamentada nas peculiaridades de cada local, vendo tal patrimônio de uma forma genérica e não conforme a apreensão da comunidade. Decisões estas que resultaram, muitas vezes, na falta de compreensão dos indivíduos sobre sua história, gerando desinteresse e a eventual perda da transmissão cultural e das referências simbólicas. Desta forma, a importância em se adquirir uma compreensão semelhante deste território por parte dos diferentes agentes sociais atuantes nele se faz presente, a fim de que os laços sociais ainda existentes, responsáveis por conectar as memórias e a identidade congonhenses ao afeto, e à vontade popular de reforçar suas manifestações culturais, contribuam para que a realidade fortaleça a identidade local, evitando que a segunda esteja à mercê das forças econômicas. Assim, quem sabe, ultrapassar-se-á a busca do olhar humano por uma paisagem harmônica; esta passando a ser não apenas um desejo superficial, mas uma maneira de alcançar principalmente o resgate a si mesmo, às suas origens.

Ao se olhar rapidamente para este conjunto e não se perceber imediatamente seus indícios históricos em meio à descaracterização, o sítio urbano de Congonhas merece atenção por ter crescido de forma quase espontânea. Embora os outros sítios urbanos mineiros tombados pelo IPHAN em 1938 também convivam com certa descaracterização, este lugar apresenta modificações visuais extremamente perceptíveis em sua paisagem que, por vezes, geram questionamentos quanto à permanência dos anseios institucionais ali – muitas vezes encobertos pela miscelânea de tipologias construtivas no espaço urbano. Apesar disso e das diferenças entre os olhares investigados, os principais atributos identificados em 1988 ainda participam das relações sociais, do imaginário popular e, principalmente, ajudam a reforçar as

memórias e a identidade do congonhense. Assim sendo, a reflexão sobre os percursos do poder público neste território no que tange ao seu patrimônio cultural junto a uma aproximação com o olhar dos moradores pode, também, facilitar na atenuação da aparente estigmatização existente com este sítio (inclusive por parte das instituições públicas), tendo em vista que apesar das adversidades o patrimônio cultural congonhense vem resistindo.

As referências culturais congonhenses são reconhecidas tanto por terem sido consagradas pelo tombamento devido ao forte vínculo que mantêm com a história dos colonizadores, quanto por estarem vinculadas à população, devido à conexão com as práticas que cresceram com aquele povo e com seus valores identitários. A partir dos distanciamentos desses discursos, o ambiente construído reflete os anseios populares e os processos culturais vivenciados ali: a heterogeneidade construtiva representando a força econômica que a população e a municipalidade não conseguiram (ou não quiseram) frear, e a presença (física e simbólica) das principais referências urbanas e manifestações culturais ressaltadas no estudo de 1988 como forma de se agarrar às tradições, como referência àquilo que se quer de volta. A fragmentação atual da paisagem demonstra, então, a divergência entre os olhares da população e dos órgãos públicos, além da falta de linearidade e coerência entre o que esses atores sociais almejavam (vinculado ao discurso subjetivo) e fizeram (vinculado ao discurso objetivo).

A paisagem embora fragmentada é, também, aglutinadora. Condição fortalecida, principalmente, pela topografia e pela serra que circunda a cidade – elementos naturais que condicionaram a ocupação original e que, apesar de todas as mudanças nas últimas décadas, contribuem para que várias referências espaciais ainda sejam notáveis pelo local em que foram implantadas, ajudando para que elas sejam reforçadas e rememoradas no imaginário da população, mesmo que de forma menos nítida ao olhar humano que anteriormente e de um menor número de pontos de visada. Condições naturais que mitigam o distanciamento entre o foco do poder público baseado nas igrejas e edificações do entorno e no traçado urbano; e a perspectiva dos habitantes, vinculados às práticas e aos usos sociais vinculados às referências urbanas. Em si, tais olhares se aproximam na dimensão material, mas o distanciamento simbólico provavelmente explica a fragmentação do espaço urbano (principalmente através da ruptura entre os morros pelo centro da cidade). Neste sentido, pode-se inferir também que a negação popular quanto ao que é absorvido conscientemente como patrimônio cultural, pode ser uma forma de rejeição inconsciente às ações do poder público que nunca se aproximou nem informou aos moradores quanto àquele sítio, gerando um aparente desinteresse desses últimos pela urbe.

Cabe mencionar ainda que as ações atuais do poder público indicam a intenção de fortalecer o turismo local, devido ao foco nas requalificações urbanas e na publicidade do patrimônio cultural. Embora seja um ponto colocado e desejado por parte da população (conforme relatos no grupo focal de dezembro 2018), tal processo deve ser feito priorizando a comunidade, de forma cuidadosa, para que sejam evitados problemas típicos em outros contextos tombados e ainda ausentes em Congonhas, como a gentrificação²⁰. Entende-se que o turismo é positivo quando há um processo anterior de conscientização e educação crítica da população quanto à sua história, seus problemas e potencialidades – necessários para e previamente a qualquer ação no âmbito patrimonial. Assim, o turismo deve ser direcionado a partir das necessidades populares, tendo como norteador a difusão e ampliação das condições de preservação deste patrimônio cultural, de forma que as aspirações socioculturais condicionem as aspirações econômicas – e não o contrário, como aconteceu anteriormente.

É fato que os equívocos, a falta de atenção e a indiferença que o poder público e a população lidaram com este conjunto urbano nas últimas décadas são visualizados em sua paisagem. Assim, ignorar o contexto atual e re-selecionar aquilo que se manteve conservado não seria o bastante, sendo necessário se atentar ao sítio pelo que ele é, pelos seus valores etnográficos e paisagísticos – e não por valores que nunca foram peculiares à sua natureza –, para que aquilo que permanece hoje esteja presente no futuro.

Neste contexto, a tão sonhada educação patrimonial parece ser o caminho para o início de um caminhar unificado entre os agentes sociais. O IPHAN priorizando a preservação do patrimônio; o município aprimorando as políticas de planejamento urbano – conciliando-as e subordinando-as ao patrimônio cultural local –; e a população buscando maiores conhecimentos sobre a história da cidade, e se articulando com o intuito de melhorar sua realidade – seja se unindo ao poder público, a outros moradores, etc. –, no sentido de conhecer, difundir e salvaguardar seu patrimônio cultural tendo em vista que ele é capaz de sintetizar, representar, facilitar a compreensão externa e, sobretudo, sustentar as práticas

²⁰ A gentrificação se refere ao processo de recomposição e substituição social em áreas centrais e bairros desvalorizados da cidade através de investimentos públicos e/ou privados que tornam tais locais social, econômico e ambientalmente valorizados. O que, por sua vez, resulta em uma mudança socioespacial ao dificultar a permanência das classes economicamente menos favorecidas e atrair a classe média, contribuindo para o aprofundamento da divisão social no espaço urbano (MENDES, 2014). Disponível em: <<http://ken.pucsp.br/metropole/article/view/16982/15850>>. Acesso em: 15 maio 2019.

sociais locais. Assim, anseia-se para que os valores populares e os valores técnicos se complementem também na prática, confluindo história, preservação e ações conscientes, entendendo o conjunto urbano de forma integral, sustentado e norteado pela identidade e pelos valores atribuídos pela população que, mesmo em constante processo de adaptação, sustenta sua identidade no âmago de sua cultura.

As questões levantadas demonstram o constante conflito entre os discursos explícito (oral) e implícito (simbólico) da população, em meio a um ambiente construído onde as principais referências urbanas identificadas no momento do tombamento permanecem, mesmo que não participem da urbe da forma original, quando materialidade e identidade eram vívidas na cidade. Diferentemente disto, as referências simbólicas convivem com tal conflito, no qual se nota o enraizamento das memórias e da identidade coletivas que, nas gerações mais novas não estão embasadas – uma vez que esses indivíduos geralmente não conhecem a história da cidade e, portanto, parte de sua própria história. Por outro lado, este conjunto urbano convive com as fraturas ocasionadas pela vida contemporânea de distanciamento com o outro e consigo mesmo, pelos questionamentos relacionados ao passado e às tradições em meio à aceleração do tempo (e da vida), ao excesso de informação e a volatilidade das memórias (pelo menos daquelas conscientes). Desta forma, se expressa este conjunto urbano que se fez conflituoso, mas ao mesmo tempo profundo e real, demonstrando o passado e o presente de uma maneira não tão agradável aos olhos; contudo, testemunhando a força das memórias e da cultura que o originou e que ainda participam das vivências sociais.

REFERÊNCIAS

- ANDREOTTI, Giuliana; FURLANETTO, Beatriz Helena. O senso crítico e estético da paisagem. In: RA'E GA, Curitiba, n.24, p.5-17, 2012.
- BRASIL. Casa Civil. *Decreto de Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937*. [Brasília]: Casa Civil, 1937. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm>. Acesso em: 25 jul. 2018.
- BRASIL. Ministério da Cultura. *Processo nº 238-T-41 – Congonhas/MG: Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Congonhas do Campo*. Belo Horizonte: Ministério da Cultura; Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1988.
- BRASIL. Ministério da Cultura; Instituto de Desenvolvimento Municipal S/C Ltda. *Anteprojeto de lei de uso e ocupação do solo do município de Congonhas nas ambiências dos monumentos históricos*. Congonhas: Ministério da Cultura; IDM, 2002.
- CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2014.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio Cultural: conceitos, políticas e instrumentos*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.
- CAUQUELIN, Anne. *A invenção da paisagem*. São Paulo: Martins, 2007.
- CLAVAL, Paul Charles Christophe. Geografia Cultural: um balanço. In: *Revista Geografia*, Londrina, v.20, n.3, p.5-24, 2011.
- CONGONHAS. *Lei nº 43, de 18 de dezembro de 1948*. [Congonhas]: Câmara Municipal de Congonhas, 1948. Disponível em: <<https://congonhas.mg.leg.br/leis/legislacao-municipal>>. Acesso em: 05 jan. 2019.
- CONGONHAS. *Lei nº 48, de 20 de agosto de 1949*. [Congonhas]: Câmara Municipal de Congonhas, 1949. Disponível em: <<https://congonhas.mg.leg.br/leis/legislacao-municipal>>. Acesso em: 05 jan. 2019.
- CONGONHAS. *Lei nº 650, de 01 de outubro de 1975*. [Congonhas]: Câmara Municipal de Congonhas, 1949. Disponível em: <<https://congonhas.mg.leg.br/leis/legislacao-municipal>>. Acesso em: 05 jan. 2019.
- CONGONHAS. *Lei nº 902, de 10 de abril de 1981*. [Congonhas]: Câmara Municipal de Congonhas, 1949. Disponível em: <<https://congonhas.mg.leg.br/leis/legislacao-municipal>>. Acesso em: 05 jan. 2019.
- CONGONHAS. *Lei nº 1.192, de 16 de outubro de 1984*. [Congonhas]: Câmara Municipal de Congonhas, 1949. Disponível em: <<https://congonhas.mg.leg.br/leis/legislacao-municipal>>. Acesso em: 05 jan. 2019.
- CONGONHAS. *Lei nº 1.915, de 15 de julho de 1993*. [Congonhas]: Câmara Municipal de Congonhas, 1949. Disponível em: <<https://congonhas.mg.leg.br/leis/legislacao-municipal>>. Acesso em: 05 jan. 2019.
- CONGONHAS. *Lei nº 2.116, de 31 de outubro de 1996*. [Congonhas]: Câmara Municipal de Congonhas, 1949. Disponível em: <<https://congonhas.mg.leg.br/leis/legislacao-municipal>>. Acesso em: 05 jan. 2019.
- CONGONHAS. *Lei nº 2.243, de 23 de dezembro de 1999*. [Congonhas]: Câmara Municipal de Congonhas, 1949. Disponível em: <<https://congonhas.mg.leg.br/leis/legislacao-municipal>>. Acesso em: 05 jan. 2019.

CONGONHAS. *Lei nº 2.321, de 06 de dezembro de 2001*. [Congonhas]: Câmara Municipal de Congonhas, 1949. Disponível em: <<https://congonhas.mg.leg.br/leis/legislacao-municipal>>. Acesso em: 05 jan. 2019.

CONGONHAS. *Lei nº 2.419, de 05 de julho de 2003*. [Congonhas]: Câmara Municipal de Congonhas, 1949. Disponível em: <<https://congonhas.mg.leg.br/leis/legislacao-municipal>>. Acesso em: 05 jan. 2019.

CONGONHAS. *Lei nº 2.457, de 06 de janeiro de 2004*. [Congonhas]: Câmara Municipal de Congonhas, 1949. Disponível em: <<https://congonhas.mg.leg.br/leis/legislacao-municipal>>. Acesso em: 05 jan. 2019.

CONGONHAS. *Lei nº 2.575, de 29 de dezembro de 2005*. [Congonhas]: Câmara Municipal de Congonhas, 1949. Disponível em: <<https://congonhas.mg.leg.br/leis/legislacao-municipal>>. Acesso em: 05 jan. 2019.

CONGONHAS. *Lei nº 2.694, de 02 de maio de 2007*. [Congonhas]: Câmara Municipal de Congonhas, 1949. Disponível em: <<https://congonhas.mg.leg.br/leis/legislacao-municipal>>. Acesso em: 05 jan. 2019.

CONGONHAS. *Lei nº 2.942, de 12 de março de 2010*. [Congonhas]: Câmara Municipal de Congonhas, 1949. Disponível em: <<https://congonhas.mg.leg.br/leis/legislacao-municipal>>. Acesso em: 05 jan. 2019.

CONGONHAS. *Lei nº 3.291, de 21 de agosto de 2013*. [Congonhas]: Câmara Municipal de Congonhas, 1949. Disponível em: <<https://congonhas.mg.leg.br/leis/legislacao-municipal>>. Acesso em: 05 jan. 2019.

CONGONHAS. *Lei nº 3.536, de 05 de julho de 2016*. [Congonhas]: Câmara Municipal de Congonhas, 1949. Disponível em: <<https://congonhas.mg.leg.br/leis/legislacao-municipal>>. Acesso em: 05 jan. 2019.

CONGONHAS. Secretaria de Cultura. *Nossas marchinhas nossa história: resgate das marchinhas do carnaval de Congonhas*. [Congonhas], 2017. 1 CD.

CONGONHAS TEM HISTÓRIA. *Álbum de imagens 2*. [S.l], 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/congonhastemhistoria/photos/a.761058994029026/761157434019182/?type=3&theater>>. Acesso em: 26 ago. 2017.

CONGONHAS TEM HISTÓRIA. *Passado Presente*. [S.l], 2016. Disponível em: <<https://www.facebook.com/congonhastemhistoria/photos/a.879984162136508/879984468803144/?type=3&theater>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

CUNHA, Arnaldo Marques da. *Minas Gerais, arte colonial*. 2008. Disponível em: <http://www.brasilartesciclopedias.com.br/temas/primeira.html#minas_gerais_arte_colonial.html>. Acesso em: 23 abr. 2019.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. In: *Educar em Revista*, Curitiba, n.24, 2004. p. 213-225.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FISHER, Mônica. *Mariana: os dilemas da preservação histórica num contexto social adverso*. Dissertação de Mestrado em Sociologia urbana. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 1993.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências Culturais: Base para novas políticas de patrimônio. In: *Políticas Sociais: acompanhamento e análise*, n.2, [Brasília], 2001.

FRANÇA, Fábio. *Arte e Paixão*: Congonhas do Aleijadinho. Belo Horizonte: C/ Arte, 2015.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Bens tombados e processos de tombamento em andamento*. 2015. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista%20Bens%20Tombados%20por%20Estado.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

FREITAS, Juliana. *Imaginário e Iluminuras*: memória e desenho de um povo. Congonhas: Edição da Autora, 2012.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GONDIM, Sônia Maria Guedes. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. In: *Revista Paidéia*, Ribeirão Preto, v. 12, n.24, 2003. p. 149-161.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. *Recomendação de Nairóbi*. Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea. 1976. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Nairobi%201976.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2018.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. *Inventário Nacional de referências culturais: manual de aplicação*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. *Referencial estratégico*. 201-. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/314>>. Acesso em: 12 jan. 2019.

MAGALHÃES FILHO, Fernando Silva; OLIVEIRA, Ivanilton José de. *A Utilização de Mapas Mentais na Percepção da Paisagem Cultural da Cidade de Goiás/GO*. *Cultur - Revista de Cultura e Turismo da Universidade Federal do Paraná*, Curitiba, v. 7, n.3, 2013. p. 31-45. Disponível em: <<http://periodicos.uesc.br/index.php/cultur/article/view/324/0>>. Acesso em: 22 maio 2018.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n.49, São Paulo, jun. 2002.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A cidade como bem cultural – áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano. In: MORI, Victor Hugo *et al.* (Org.). *Patrimônio*: atualizando o debate, São Paulo, p.33-76, 2006.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Repovoar o patrimônio ambiental urbano. In: SCHLEE, Andrey Rosenthal (org.). *Patrimônio*: desafios e perspectivas. Brasília: IPHAN, 2017. p.39-51.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa social*: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2009. cap.1, p.9-29.

MOTTA, Lia; THOMPSON, Analucia. *Entorno de bens tombados*. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/ COPEDOC. 2010.

O IPHAN EM MINAS GERAIS – 80 anos de história. 2017. Disponível em: <<http://www.ouropreto.com.br/noticia/2198/o-iphan-em-minas-gerais-80-anos-de-historia>>. Acesso em: 02 out. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). *Sanctuary of Bom Jesus do Congonhas*. 2013. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/en/list/334>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). *Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*. 1972. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001333/133369por.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2018.

PEIXOTO, Nelson Brissac. *Paisagens Urbanas*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2003.

RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem Cultural e Patrimônio*. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; COPEDOC, 2007. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/SerPesDoc1_PaisagemCultural_m.pdf>. Acesso em: 26 set. 2018.

SANT'ANNA, Márcia. *Da cidade-monumento à cidade-documento: A trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990)*. 1995. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995.

SANTOS, José; MARIA, Selma. *Congonhas: a cidade da gente*. Ilustração de Nara Isoda. São Paulo: Olhares, 2018. Nota: os estudantes das escolas municipais de Congonhas são coautores do livro.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SOARES, Rosalvo Braga. *Jacuba corpo e alma*. Belo Horizonte: Graphilivros, 1990.

SOUZA, Dilmara Veríssimo de; ZIONI, Fabíola. Novas perspectivas de análise em investigações sobre meio ambiente: a teoria das representações sociais e a técnica da triangulação de dados. In: *Saúde e Sociedade* da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 12, n.2, 2003. p. 76-85. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010412902003000200008&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 22 maio 2018.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: DIFEL, 1983.

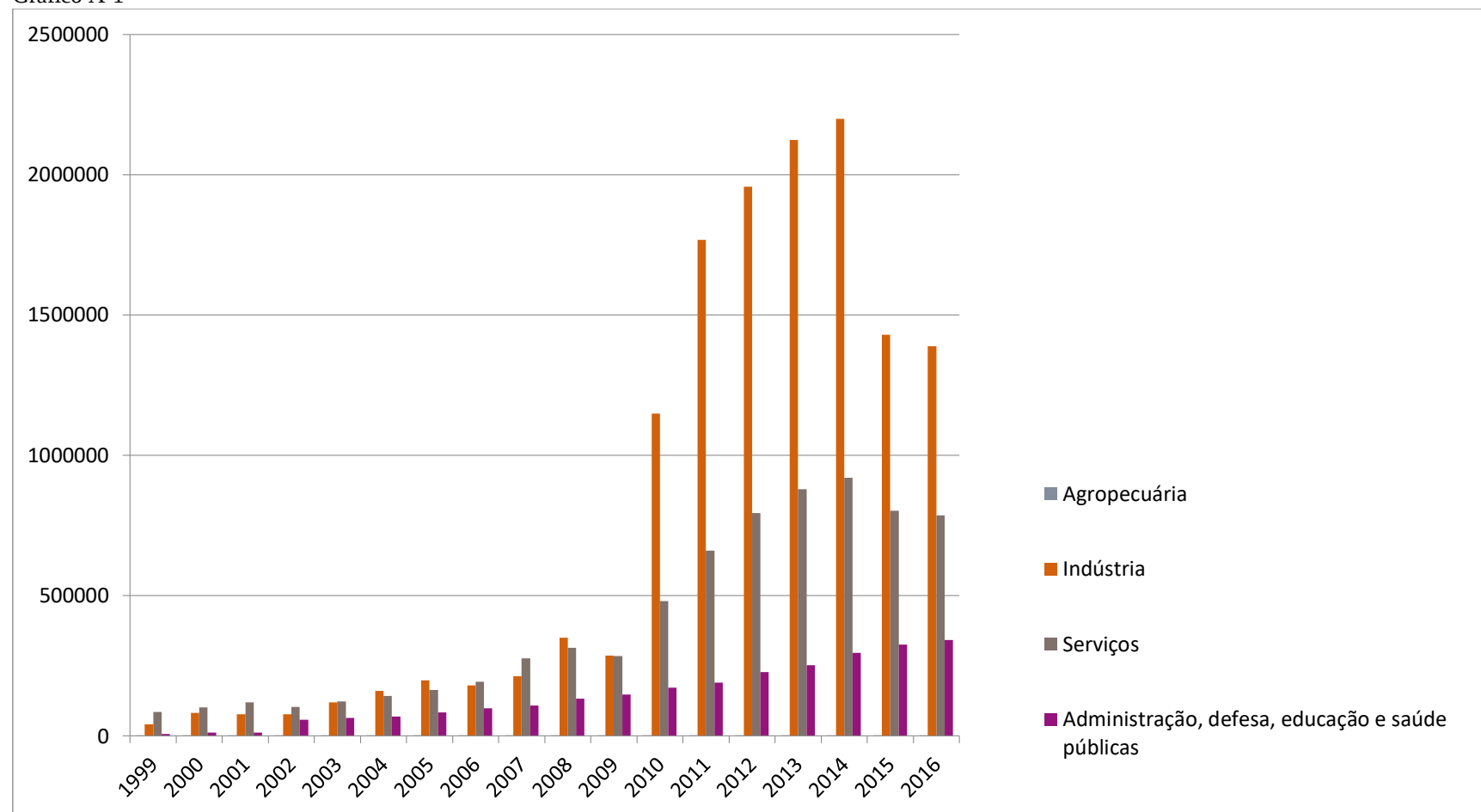
TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. New Jersey: DIFEL, 1974.

VASCONCELLOS, Diogo de. Congonhas. In: VASCONCELLOS, Diogo de. *História antiga das Minas Geraes*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1904. Aditivos, p.373-375.

VEIGA, Luciana; GONDIM, Sônia Maria Guedes. A utilização de métodos qualitativos na Ciência Política e no Marketing Político. In: *Opinião Pública* do Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, v. VII, n.1, 2001. p. 1-15. Disponível em: < <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/5155/1/16930.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2019.

APÊNDICE A – PIB de Congonhas por setor de produção (1999-2016)

Gráfico A-1



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Nota: Informações obtidas a partir de dados (com datas variadas) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

APÊNDICE B – Tabela comparativa dos zoneamentos e parâmetros para as ambiências históricas de Congonhas – IPHAN e PMC

Tabela B-1 – Síntese das diretrizes quantitativas presentes nas leis municipais e estudos do IPHAN

DIRETRIZES QUALITATIVAS						
Material de referência	Descrição	Usos	Características Arquitetônicas			Características Urbanísticas
			Edificações existentes (integrantes do acervo histórico e arquitetônico)	Edificações novas	Edificações não conformes	
			ZPP-1			
	Edificações, obras e monumentos tombados pelo seu valor histórico e cultural, de edificações e elementos paisagísticos do entorno dos bens tombados, e edificações e espaços públicos da época de formação do povoado que apresentam importância histórica e cultural e possuem características originais ou sofreram pequenas alterações, sem descaracterização significativa. Integram, ainda, áreas que estabelecem interação histórica e visual com bens tombados. Compreende o entorno dos monumentos, e deve ser preservada integralmente. Controle de uso, ocupação e intervenções urbanas rigorosos.	Residencial, comercial e serviços (100m²/piso. Acima disso, passar por análise dos órgãos de preservação.	Manter características originais e obedecer diretrizes definidas no Decreto-Lei nº 25/1937, no caso de intervenções. Àquelas que foram descaracterizadas, deverão ter suas características originais como material e inclinação da cobertura, tratamento dos vãos, cor, etc., restauradas. Altura das edificações inseridas em conjunto homogêneo, deve seguir a altura das edificações vizinhas.	Respeitar volumetria máxima sugerida (1 pavimento ou 1 pavimento + porão - 4m); cobertura em telha cerâmica canal ou material cerâmico com mesmo efeito de luz e cor da telha, seguindo ritmo dos telhados das edificações vizinhas. Seguir alinhamento das edificações vizinhas. Outras características, como fachadas, espaços internos, etc., deverão ser contemporâneos.	Não consta	mantidas e, quando possível, recuperadas as características que representam formas de urbanização dos séculos XVIII e XIX, como: a) calçamento de ruas e passeios em pedras; b) baldrames e arrimos em pedra com junta seca; c) iluminação elétrica em postes metálicos e/ou nas fachadas; d) placas (comércio, numeração e nome das ruas) integradas às edificações, em madeira ou ferro pintados; não permitindo placas luminosas, em acrílico ou neon; e) paisagismo com predominância de áreas gramadas, meio fio baixo e caminhos em pedra seguindo calçamento da rua; f) placas e painéis de propaganda são vedados.
Anexo I/1988	Idem Anexo I. Altera só "elementos paisagísticos" que, aqui, consta "a serem tombados" e não do entorno dos monumentos.		Não separa entre existente e nova. Apenas considera cobertura, vãos das fachadas, esquadrias, aberturas, cor, etc.			apenas menciona questões a serem consideradas, sendo elas:
Volume I/1988		Não consta				paisagismo, pavimentação das ruas, iluminação, etc. idem anexo I. Exceto itens c e e: c) iluminação elétrica através de
		Residencial, comercial e serviços não poluentes	Ter suas características arquitetônicas originais preservadas e obedecer aos critérios e procedimentos de intervenção conforme o Decreto-Lei nº 25/1937, e definidos pelo COMUPHAC, IEPHA e IPHAN-13ª SR. As edificações descaracterizadas deverão ser restauradas no que tange ao material e inclinação de cobertura, tratamento dos vãos, cor, etc. A altura das edificações inseridas em conjunto homogêneo, deve seguir a das edificações vizinhas.	Ter cobertura em telha cerâmica canal ou material com o mesmo efeito de luz e cor da telha, seguindo o ritmo dos telhados das edificações vizinhas; observar o mesmo alinhamento das edificações vizinhas ou do conjunto de interesse histórico onde estão inseridas; manter o mesmo ritmo de cheios e vazados nas fachadas; tratamentos externos, espaços internos e outras características arquitetônicas, deverão ser contemporâneas.	As edificações existentes que não se enquadrarem nesta lei, serão consideradas em não conformidade. Por isso, não poderão ser ampliadas, sob pena de sanções previstas na própria lei. Projetos de reforma deverão ser submetidos à análise e aprovação da COPPLAMA, ouvindo ainda o IPHAN.	fiação subterrânea e luminárias adequadas; e) paisagismo com predominância de áreas gramadas, meio fio baixo e caminhos em
IPHAN/2002	Idem ao Anexo I.	órgãos de preservação.	Ter suas características arquitetônicas originais preservadas e obedecer aos critérios e aos procedimentos de recuperação, reforma ou restauração contidos no Decreto-Lei Nº 25, de 30/11/37, e definidos pelo Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Artístico de Congonhas (COMUPHAC), Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG) e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN – 13ª SR).	Cobertura em telha cerâmica canal ou material com mesmo efeito de luz e cor da telha, seguindo o ritmo dos telhados de vizinhos; observar alinhamento das edificações vizinhas ou do conjunto de interesse histórico em que estão inseridas; as características arquitetônicas como tratamentos externos, espaços internos e outras, deverão ser contemporâneas; vedada a construção de avarandado acima do 2º pavimento.	As edificações existentes que não se enquadrarem nesta lei, serão consideradas em não conformidade. Projetos de reforma devem ser submetidos ao COPPLAMA e IPHAN.	pedra ou tijolo cerâmico, seguindo o calçamento da rua. mantidas e, quando possível, recuperadas as características que representam formas de urbanização dos séculos XVIII e XIX, como: a) calçamento de ruas e passeios em pedras; b) baldrames e arrimos em pedra com junta seca; c) iluminação elétrica com fiação subterrânea e luminárias adequadas; d) placas (comércio, numeração e nome das ruas) integradas às edificações, em madeira ou ferro pintados; não permitindo placas luminosas, em acrílico ou neon; e) paisagismo com predominância de áreas gramadas, meio fio baixo e caminhos em pedra seguindo calçamento da rua; f) placas e painéis de propaganda são vedados.
PMC/2004 (Lei nº2.457/2004)	Edificações, obras e monumentos tombados pelo seu valor histórico e cultural, edificações e elementos paisagísticos do entorno dos bens tombados, conjuntos de edificações e espaços urbanos da época da formação do povoado que apresentam importância histórica e cultural e possuem características originais ou sofreram alterações passíveis de restauração, bem como as áreas do entorno dos monumentos e as áreas que estabelecem interação histórica e visual com os bens tombados.	Residencial, comercial e serviços (não poluentes).				
			Idem 2004	Vedado elementos construtivos acima do plano da cobertura; só serão aprovados obras e reformas em imóveis que respeitem a altura dos edifícios circunvizinhos, quando inserido em conjunto de interesse histórico; telha cerâmica com beiral aparente; vedado os avarandados; elementos contemporâneos sobre o plano de cobertura serão analisados individualmente pelo IPHAN e COMUPHAC; manter ritmo de cheios e vazados nas fachadas, conforme edificações vizinhas; o volume de caixa d'água deve estar dentro do limite altimétrico, devendo ser coberto.	As edificações existentes até a regulamentação da lei nº 2.457/2004 que não se enquadrarem nesta lei (2016), serão consideradas em não conformidade. Projetos de reforma devem ser analisados pelo DPHI e IPHAN. Construções existentes antes da lei de 2004 e que necessitem de ampliação vertical, é permitida a construção na projeção do prédio existente, desrespeitando T.O e taxa de permeabilidade.	
PMC/2016	Idem 2004	Residencial, comercial, institucional e serviços (não poluentes).				Idem 2004

Material de referência	Descrição	Usos	Características Arquitetônicas			Características Urbanísticas
			Edificações existentes (integrantes do acervo histórico e arquitetônico)	Edificações novas	Edificações não conformes	
Anexo I/1988 Volume I/1988	Edificações, obras e monumentos tombados pelo seu valor histórico e cultural; edificações e elementos paisagísticos do entorno dos bens tombados, e edificações e espaços públicos da época de formação do povoado, que apresentam importância histórica e cultural e possuem características originais ou sofreram pequenas alterações. Compreende as áreas do entorno dos monumentos, que deverão ser preservados de forma integral, através do controle rigoroso quanto à ocupação do solo e as intervenções urbanas.	Residencial, comercial e serviços - até 100 m² por piso. Acima disso, passar por análise dos órgãos de preservação.	Preservar características originais e obedecer critérios e procedimentos de intervenção do Decreto-Lei nº 25/1937. Aquelas que sofreram descaracterização, deverão ter as características como material e inclinação da cobertura, tratamento dos vãos, cor, etc., restauradas.	ZPP-2 respeitar altimetria de 7,5 m (2 pavimentos) ou altura das edificações vizinhas. A cobertura deve ser em telha cerâmica canal ou material cerâmico com mesmo efeito de luz e cor da telha, seguindo ritmo dos telhados vizinhos. Observar o mesmo alinhamento das edificações vizinhas ou conjunto em que está inserido. as características arquitetônicas como fachadas, espaços internos, etc., deverão ser contemporâneos.	Não consta	Mantidas e, quando possível, recuperadas as características que representam formas de urbanização dos séculos XVIII e XIX, como: a) calçamento de ruas e passeios em pedras; b) baldrames e arrimos em pedra com junta seca; c) iluminação elétrica em postes metálicos e/ou nas fachadas; d) placas (comércio, numeração e nome das ruas) integradas às edificações, em madeira ou ferro pintados; não permitindo placas luminosas, em acrílico ou néon; e) paisagismo com predominância de áreas gramadas, meio fio baixo e caminhos em pedra seguindo calçamento da rua; f) placas e painéis de propaganda são vedados.
	Edificações isoladas ou conjunto de edificações que apresentam importância histórica e cultural e integram a paisagem dos monumentos tombados, abrangendo também os logradouros mais antigos da povoação, pelo valor histórico das edificações que se localizam nesses espaços e por documentarem o tipo de urbanização característico dos séculos XVIII e XIX.	Residencial, comercial e prestação de serviços não poluentes - até 200 m² por piso. Acima disso, deverão passar por análise do IPHAN ou da COPPLAMA.	Manter características originais e obedecer diretrizes definidas no Decreto-Lei nº 25/1937, no caso de intervenções; além das definidas pelo COMUPHAC, IEPHA e IPHAN-MG. Aquelas que foram descaracterizadas, deverão ter suas características originais como material e inclinação da cobertura, tratamento dos vãos, cor, etc., restauradas. Idem 2002	ter cobertura em telha cerâmica canal ou material com o mesmo efeito de luz e cor da telha, seguindo o ritmo dos telhados das edificações vizinhas. Observar o mesmo alinhamento das edificações vizinhas ou do conjunto homogêneo onde estão inseridas. Vedado outro pavimento avarandado acima do 2º pavimento.	As edificações existentes que não se enquadrarem nesta lei, serão consideradas em não conformidade. Por isso, não poderão ser ampliadas, sob pena de sanções previstas na própria lei. Projetos de reforma deverão ser submetidos à análise e aprovação da COPPLAMA, ouvindo ainda o IPHAN.	Mantidas e, quando possível, recuperadas as características que representam formas de urbanização dos séculos XVIII e XIX, como: a) calçamento de ruas e passeios em pedras; b) baldrames e arrimos em pedra com junta seca; c) iluminação elétrica adequada, fiação subterrânea e luminárias adequadas; d) placas (comércio, numeração e nome das ruas) integradas às edificações, em madeira ou ferro pintados; não permitindo placas luminosas, em acrílico ou néon; e) paisagismo com predominância de áreas gramadas, meio fio baixo e caminhos em pedra ou tijolo cerâmico, seguindo calçamento da rua; f) placas e painéis de propaganda não deverão ocorrer. Idem 2002
	Edificações isoladas ou conjunto de edificações que apresentam importância histórica e cultural, e integram a paisagem dos monumentos tombados; abrangendo também os logradouros mais antigos da povoação, pelo valor histórico das edificações que se localizam nesses espaços e por documentarem o tipo de urbanização característico dos séculos XVIII e XIX.	Residencial, comercial e serviços não poluentes.		Quando o imóvel fizer parte de um conjunto de interesse histórico, deve ser observada a altura das edificações deste conjunto, considerando o desnível da rua. A cobertura deve ser em telha cerâmica canal ou material cerâmico com mesmo efeito de luz e cor da telha, seguindo o ritmo dos telhados vizinhos; observar o alinhamento das edificações vizinhas ou do conjunto homogêneo onde estão inseridas; vedado o acréscimo de pavimento avarandado acima do 2º pavimento.	Imóveis considerados não conformes quando da aprovação da lei não podem ser ampliados; projetos de reforma devem ser submetidos a aprovação da COPPLAMA e do IPHAN.	
PMC/2016	Idem 2004	Residencial, comercial, institucional e serviços não poluentes.	manter características originais e obedecer diretrizes definidas no Decreto-Lei nº 25/1937, no caso de intervenções; além das definidas pelo COMUPHAC, IEPHA e IPHAN-MG.	Vedado elementos construtivos acima do plano da cobertura; quando o imóvel estiver inserido em conjunto de interesse histórico, só serão aprovadas obras e reformas que respeitem a altura dos edifícios circunvizinhos, a fim de preservar a harmonia arquitetônica e histórica; deverão ter telha cerâmica com beiral aparente; vedado avarandado; elementos contemporâneos sobre o plano de cobertura serão analisados individualmente pelo IPHAN e COMUPHAC; manter ritmo de cheios e vazados nas fachadas, conforme edificações vizinhas; o volume de caixa d'água deve estar dentro do limite altimétrico, devendo ser coberto.	Imóveis considerados não conformes quando da aprovação da lei nº 2.457/2004, deverão submeter projetos de reforma ao DPHI e IPHAN; edificações existentes antes da lei nº 2.457/2004 e na qual o proprietário deseje ampliar verticalmente, poderá construir sobre a projeção do prédio existente, desprezando T.O e taxa de permeabilidade; havendo demolição da construção, o projeto deverá atender aos parâmetros atuais, salvo demolições parciais necessárias para a abertura de fosso de iluminação e ventilação.	Idem 2002

Material de referência	Descrição	Usos	Características Arquitetônicas			Características Urbanísticas
			Edificações existentes (integrantes do acervo histórico e arquitetônico)	Edificações novas ZP Secundária	Edificações não conformes	
	Edificação isoladas ou conjunto de edificações de importância histórica e cultural e que integram a paisagem dos ambientes tombados. Abrange, também, logradouros mais antigos da povoação, pelo valor histórico das edificações que se localizam nesses espaços e por representarem o tipo de urbanização característico dos séculos XVIII e XIX. Deverão ser preservadas através de controle quanto a ocupação do solo e	Residencial, comercial e serviços - até 200 m² por piso. Acima disso, passar por análise órgãos de	Ter suas características originais preservadas e obedecer critérios e procedimentos nas intervenções, conforme Decreto-Lei nº 25/1937. Àquelas que sofreram descaracterização, deverão ter características originais como material e inclinação da cobertura, tratamento dos vãos, cor, etc.,	Respeitar volumetria máxima de 2 pavimentos ou a das edificações vizinhas, não ultrapassando o máximo de 7,5 m (até o beiral). Cobertura em telha canal ou material cerâmico com o mesmo efeito de luz e cor da telha, seguindo o ritmo dos telhados das edificações vizinhas quando se inserirem em conjunto homogêneo. Conservar o mesmo alinhamento das	Não consta	Mantidas e, quando possível, recuperadas as características que representam formas de urbanização dos séculos XVIII e XIX, como: a) calçamento de ruas e passeios em pedras; b) baldrames e arrimos em pedra com junta seca; c) iluminação elétrica em postes metálicos e/ou nas fachadas; d) placas (comércio, numeração e nome das ruas) integradas às edificações, em madeira ou ferro pintados; não permitindo placas luminosas, em acrílico ou néon; e) paisagismo com predominância de áreas gramadas, meio fio baixo e caminhos em pedra seguindo calçamento da rua; f) placas e painéis de propaganda são vedados.
Anexo I/1988	Intervenções urbanas.	preservação.	restauradas.	edificações vizinhas.		
	Edificações ou conjunto de edificações que apresentam importância histórica e cultural, e integram a paisagem dos monumentos tombados. Abrange também os logradouros mais antigos da povoação, pelo valor histórico das edificações que se localizam nesses espaços e por documentarem o tipo de urbanização característico dos séculos XVIII e XIX - caminhos estreitos e sinuosos, pavimentação em pedra, etc.	Não consta	Apenas menciona como instrumento de controle, sem distinção. Fala da importância de manter as características arquitetônicas originais, citando elementos como a			Apenas menciona como um instrumento de controle, devendo estar
Volume I/1988				cobertura, os vãos das fachadas e as esquadrias.		atento ao paisagismo, pavimentação das ruas e outros.
IPHAN/2002				Não consta esta zona		
PMC/2004				Não consta esta zona		
PMC/2016				Não consta esta zona		
				ZPR		
	Edificações da época da construção da estrada de ferro que se localizam no entorno da Estação Ferroviária, e de edificações do conjunto da Estação - amurada, escadarias, edificações anexas e representativas da arquitetura ferroviária -, que deverão ser preservadas e revitalizadas conforme instrumentos de controle e diretrizes estabelecidas.	Institucional, residencial, comercial e serviços - até 200 m² por piso. Acima disso, análise dos órgãos de	Ter suas características originais preservadas e obedecer critérios e procedimentos nas intervenções, conforme definido pelo	respeitar volumetria de 2 pavimentos (7,5 m) ou a volumetria das edificações do conjunto no qual estão inseridas.	não consta	Não consta
Anexo I/1988	Edificações da Estação Ferroviária, amurada, escadaria, edificações anexas e representativas da arquitetura ferroviária e edificações de entorno da época da construção da estrada de ferro, que apresentam importância histórica e cultural.	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta	Apenas menciona como instrumento de controle, devendo estar
Volume I/1988	Edificações da época da implantação da Rede Ferroviária Federal, localizadas no entorno da Estação Ferroviária, bem como as construções integrantes do conjunto da Estação Ferroviária como amurada, escadarias, edificações anexas e representativas da arquitetura ferroviária, que deverão ser preservadas e revitalizadas.	Áreas parceladas: institucional, residencial, comercial e serviços - até 200 m² por piso. Acima disso, análise do IPHAN e da COPPLAMA I Áreas livres indivisivas, remanescentes: a) praças; b) receber tratamento paisagístico, integrando-se à estrutura urbana local; ou c) destinar-se à implantação de equipamentos coletivos de recreação e lazer.	Ter suas características originais preservadas e obedecer critérios e procedimentos nas intervenções, conforme definido pelo COMUPHAC, SPHAN e IEPHA/MG. Àquelas que sofreram descaracterização, deverão ter suas características originais, como material e inclinação da cobertura, tratamento dos vãos, cor e outras, restauradas.	Ter cobertura em telha cerâmica canal ou outro material com o mesmo efeito de luz e cor da telha, seguindo o ritmo dos telhados das edificações vizinhas. Observar o mesmo alinhamento e a mesma altura das edificações vizinhas ou do conjunto homogêneo onde estão inseridas.	As edificações existentes que não se enquadrarem nesta lei serão consideradas em não conformidade, não podendo ser ampliadas sob pena das sanções previstas na mesma. Projetos de reforma deverão ser submetidos à análise e aprovação da	Não consta
IPHAN/2002			Idem 2002	Deverão obedecer critérios especiais definidos pelo IPHAN e submetidos à aprovação da COPPLAMA; áreas livres indivisivas remanescentes da Rede Ferroviária Federal deverão destinar-se as praças, receber tratamento paisagístico integrado à estrutura urbana local ou destinar-se a implantação de equipamentos coletivos de recreação e lazer; cobertura em telha cerâmica canal ou outro material com mesmo efeito de luz e cor da telha, seguindo ritmo de cheios e vazios, alinhamento dos vãos das edificações vizinhas; seguir altura e alinhamento das edificações vizinhas ou do conjunto homogêneo onde estão inseridas.	COPPLAMA, ouvindo ainda o IPHAN.	
PMC/2004	Edificações da época da implantação da Rede Ferroviária Federal, localizadas no entorno da Estação Ferroviária, bem como de construções integrantes do conjunto da Estação Ferroviária como amurada, escadarias, edificações anexas e representativas da arquitetura ferroviária, que deverão ser preservadas e revitalizadas.	Institucional, residencial e serviços.	Idem 2002		Idem 2002	Não consta
PMC/2016	Idem 2004	Institucional, comercial, residencial e serviços (não poluentes).		Vedado elementos construtivos acima do plano de cobertura; imóveis inseridos em conjunto de interesse histórico só serão aprovados (construção ou reforma) se respeitada a altura dos prédios circunvizinhos, com intuito de preservar a harmonia arquitetônica e histórica; deverão ter telha cerâmica com beiral aparente; a instalação de elementos contemporâneos sobre o plano de cobertura deverá ser analisada individualmente pelo IPHAN e COMUPHAC; manter composição de fachada, proporção do ritmo de cheios, vazios e alinhamentos dos vãos.	Imóveis considerados não conformes quando da aprovação da lei nº 2.457/2004, deverão ter os projetos de reforma submetidos ao DPHI e IPHAN; edificações existentes antes da lei nº 2.457/2004 e que proprietário deseje ampliar verticalmente, poderão ser ampliados sobre a projeção do prédio existente, desprezando T.O e taxa de permeabilidade; havendo demolição da construção, o projeto deverá atender aos parâmetros atuais, salvo demolições parciais necessárias para abertura de fosso de iluminação e ventilação.	Não consta

Material de referência	Descrição	Usos	Características Arquitetônicas			Características Urbanísticas
			Edificações existentes (integrantes do acervo histórico e arquitetônico)	Edificações novas ZPNI	Edificações não conformes	
Anexo I/1988	Áreas verdes, áreas desocupadas e terrenos de topografia acidentada, que integram a paisagem dos monumentos, por serem elementos que, ao mesmo tempo, equilibram e destacam estes monumentos e por constituírem-se em transição entre a ocupação atual e as dos séculos XVIII e XIX.	Compatível com a preservação e proteção dessas áreas. As áreas objetos de projetos especiais como de paisagismo, parques e contenções de encostas, deverão ter seus usos definidos nesses projetos. Deverão ser áreas de preservação permanente, a fim de: atenuar a erosão das terras; formar faixas de proteção ao longo das rodovias e ferrovias; proteger sítios de excepcional beleza ou valor científico ou histórico; asilar exemplares da fauna ou da flora ameaçados de extinção; assegurar condições de bem estar público; preservar mananciais hídricos de superfície e subterrâneos.	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta
	Áreas verdes, áreas desocupadas e terrenos de topografia acidentada, que integram a paisagem dos monumentos de forma determinante e harmônica, pela sua localização, sendo, ao mesmo tempo, elemento que equilibra e destaca os monumentos e conjuntos, além de constituir-se em transição entre a ocupação atual e a antiga (séculos XVIII e XIX).	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta
Volume I/1988	Áreas verdes, áreas desocupadas e terrenos de topografia acidentada, que integram a paisagem dos monumentos, sendo elementos que, ao mesmo tempo, equilibram e destacam estes monumentos e se constituem em transição entre a ocupação atual e aquelas dos séculos XVIII e XIX.	Compatível com a preservação e proteção dessas áreas. As áreas objetos de projetos especiais como de paisagismo, parques e similares, contenções de encostas, deverão ter seus usos definidos nesses projetos. As áreas de vegetação deverão ser de preservação permanente, a fim de: atenuar a erosão das terras; formar faixas de proteção ao longo das rodovias e ferrovias; proteger sítios de excepcional beleza ou valor científico ou histórico; asilar exemplares da fauna ou da flora ameaçados de extinção; assegurar condições de bem estar público; preservar os recursos hídricos de superfície e subterrâneos.	Não consta	Não consta	Quando não puderem se integrar aos projetos mencionados, deverão ser objeto de estudos para viabilizar sua remoção de forma a recuperar o terreno.	Não consta
IPHAN/2002	aquelas dos séculos XVIII e XIX.					
PMC/2004	Idem 2002	Compatíveis com a preservação e proteção das áreas integrantes desta zona.				Não consta
PMC/2016	Áreas verdes, áreas livres e terrenos de topografia acidentada, que integram a paisagem dos monumentos, sendo elementos que, ao mesmo tempo, equilibram e destacam estes monumentos e se constituem em transição entre a ocupação atual e aquelas dos séculos XVIII e XIX.	Compatíveis com a preservação e proteção das áreas integrantes desta zona, relacionadas as atividades de lazer e contemplação.		Idem 2004		Não consta

Material de referência	Descrição	Usos	Características Arquitetônicas			Características Urbanísticas
			Edificações existentes (integrantes do acervo histórico e arquitetônico)	Edificações novas	Edificações não conformes	
Anexo I/1988	Área cuja ocupação urbana, associada à localização e topografia, integram as ambiências dos monumentos históricos.	Residencial, comercial, serviços e industrial de pequeno porte. Edificações com mais de 360 m² e as intervenções urbanas de médio e grande porte, deverão obedecer critérios especiais.	Deverão ter suas características originais preservadas e obedecer aos critérios e procedimentos de intervenção definidos pelo COMUPHAC, IEPHA e SPHAN.	ZPUI deverão respeitar a altura máxima de 2 pavimentos. Tratamento arquitetônico poderá ser livre, respeitando-se a legislação municipal.	Não consta	Não consta
	Volume I/1988	Área cuja ocupação urbana, associada à localização e topografia, integram as ambiências dos monumentos históricos, participando da paisagem destes.	Não consta	Não menciona. Ressalta, apenas, que o controle de ocupação do solo nesta área deve estar focado, principalmente, no que tange à volumetria máxima das edificações e às intervenções urbanas de grande porte.	Não consta	Não consta. Mas menciona a necessidade de controle quanto às intervenções urbanas de grande porte.
IPHAN/2002	Idem 2002	Residencial, comercial, serviços e industrial de pequeno porte não poluentes. Edificações com mais de 360 m² deverão obedecer critérios especiais conforme legislação ambiental, EIV, Plano Diretor	Deverão ter suas características originais preservadas e obedecer aos critérios e procedimentos de intervenção definidos pelo COMUPHAC, IPHAN e IEPHA.	Tratamento arquitetônico poderá ser livre, respeitando a legislação municipal - com exceção da cobertura, que deverá ser em telha cerâmica canal, ou outro material de tonalidade e cor cerâmica. Será permitido o avarandado coberto no último pavimento, como um 3º pavimento, desde que a cobertura obedeça às condições anteriores.	As edificações existentes que não se enquadram nesta lei, serão consideradas em não conformidade, não podendo ser ampliadas, sob penas de sanções previstas nesta. Projetos de reforma devem ser submetidos à aprovação da COPPLAMA, ouvindo ainda o IPHAN.	Não consta
	PMC/2004	Idem 2002	Residencial, comercial, serviços e industrial (pequeno porte e não poluentes).	Deverão ter suas características originais preservadas e obedecer aos critérios e procedimentos de intervenção definidos pelo COMUPHAC, IPHAN e IEPHA.	Tratamento arquitetônico poderá ser livre, exceto a cobertura que deverá ser em telha cerâmica canal ou outro material de tonalidade e cor cerâmica; permitido avarandado coberto como um 3º pavimento.	Não consta
PMC/2016	Idem 2002	Idem 2002	Idem 2004	Vedado elementos acima do plano da cobertura; quando inserida em conjunto de interesse histórico, observar altura das edificações preexistentes; elementos contemporâneos sobre o plano da cobertura serão analisados individualmente pelo IPHAN e COMUPHAC.	as edificações existentes que não se enquadram na lei nº2.457/2004 serão consideradas em não conformidade; projetos de reforma devem ser aprovados pelo DPHI e IPHAN; edificações existentes antes da lei nº 2.457/2004 e que proprietário deseje ampliar verticalmente, poderá construir sobre a projeção do prédio existente, desprezando T.O e taxa de permeabilidade; havendo demolição, passa a valer os parâmetros atuais, salvo demolições parciais para abertura de fossos de iluminação e ventilação.	Não consta
Anexo I/1988	Área central do núcleo urbano de Congonhas, situada às margens do Rio Maranhão, principalmente na sua margem direita.	Residencial, comercial, serviços e industrial não poluentes e de pequeno porte, com área construída conforme C.A.	Deverão ter suas características originais preservadas e obedecer aos critérios de intervenção definidos pelo COMUPHAC, IEPHA/MG e SPHAN.	ZUC Respeitar a altura máxima (4 pavimentos). O tratamento arquitetônico poderá ser livre, respeitando-se a legislação municipal.	Não consta	Não consta
	Volume I/1988	Área central do núcleo urbano, margeando o Rio Maranhão e interligando as zonas anteriores, conformadoras dos dois morros históricos.	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta
IPHAN/2002	Idem 2002	Residencial, comercial, serviços e industrial não poluentes e de pequeno porte.	Manter características originais preservadas e obedecer critérios de intervenção definidos pelo COMUPHAC e IPHAN.	Tratamento arquitetônico poderá ser livre, respeitando legislação municipal, exceto cobertura, que deverá ser em telha cerâmica canal ou outro material com o mesmo efeito de luz e cor da telha. O 4º pavimento poderá ser utilizado como avarandado totalmente coberto, sendo vedado um 5º pavimento como avarandado coberto.	As que não se enquadram nos dispositivos propostos, serão consideradas não conformes, não podendo ser ampliadas, sob pena de sanções previstas nesta. Projetos de reforma devem ser submetidos à aprovação da COPPLAMA, ouvindo ainda o IPHAN.	Não consta
	PMC/2004	Idem 2002	Idem 2002	Idem 2002	Idem 2002	Não consta
PMC/2016	Idem 2002	Residencial, comercial, serviço, institucional e industrial (pequeno porte e não poluentes).	Idem 2002	Poderão possuir tratamento arquitetônico livre, com exceção da cobertura que deve ser em telha cerâmica, ou outro material de tonalidade e cor cerâmica. Vedado quaisquer elementos acima do plano da cobertura; quando inserido em conjunto de interesse histórico, observar a altura das edificações do conjunto; para instalações de elementos contemporâneos sobre o plano da cobertura, deverá ser analisado individualmente pelo IPHAN e COMUPHAC.	As que não se enquadram nos dispositivos propostos quando da aprovação da lei nº2.457/2004, serão consideradas não conformes; projetos de reforma deverão ser analisados pelo DPHI e IPHAN; edificações existentes anteriormente e que necessitem de ampliação vertical, permite-se construir sobre sua projeção, desprezando T.O. e taxa de permeabilidade; havendo demolição, o projeto deve atender aos novos parâmetros, exceto para demolições parciais necessárias para abertura de fossos de iluminação e ventilação.	Não consta
	Idem 2002	Idem 2002	Idem 2002	Idem 2002	Idem 2002	Não consta

Material de referência	Descrição	Usos	Características Arquitetônicas			Características Urbanísticas
			Edificações existentes (integrantes do acervo histórico e arquitetônico)	Edificações novas	Edificações não conformes	
ZEP-1						
Anexo I/1988			Não consta esta zona			
Volume I/1988			Não consta esta zona			
	Centro comercial e de prestação de serviços do núcleo urbano de Congonhas, situado às margens do Rio Maranhão, originário da formação inicial do povoado, onde os logradouros mais antigos se localizam, notadamente o eixo viário da estrada antiga que longitudinalmente ainda corta a cidade, interligando os dois morros do centro histórico e dando acesso às cidades vizinhas. As características urbanísticas da morfologia urbana original foram alteradas e a arquitetura colonial foi suprimida e substituída por	Residencial, comercial, serviço e industrial não	Deverão ter suas características originais	Poderão ter tratamento arquitetônico livre, à exceção da	As edificações existentes que não se enquadram nesta lei	Não consta
			preservadas e obedecer aos critérios de	cobertura, que deverá ser em telha cerâmica canal ou outro		
			intervenção definidos pelo COMUPHAC e	material com o mesmo efeito de luz e cor da telha. Vedada a	serão consideradas em não conformidade, não podendo ser	
				construção de pavimento avarandado acima do último		
IPHAN/2002	edificações mais verticalizadas, de até quatro pavimentos.	poluente e de pequeno porte.	IPHAN.	pavimento.	ampliadas e cabendo sanções previstas nesta.	
PMC/2004	Idem 2002	Idem 2002	Idem 2002	Idem 2002	Idem 2002	Não consta
	Idem 2002	Idem 2002	Idem 2002	Poderão ter tratamento arquitetônico livre, à exceção da	As edificações existentes que não se enquadram nesta lei,	Não consta
				cobertura, que deverá ser em telha cerâmica canal ou outro	serão consideradas em não conformidade. Projetos de	
				material com o mesmo efeito de luz e cor da telha. Vedada a	reforma devem ser analisados pelo DPHI e IPHAN; edificações	
				construção de pavimento avarandado acima do último	anteriores a lei nº 2.457/2004, ainda que em desconformidade,	
				pavimento. Vedado quaisquer elementos acima do plano de	poderão ser ampliadas verticalmente sobre a projeção da	
				cobertura; instalações de elementos contemporâneos sobre o	construção existente, desprezando afastamentos, T.O. C.A. e	
				plano de cobertura devem ser analisadas individualmente pelo	taxa de permeabilidade; havendo demolição, o projeto deve	
PMC/2016				IPHAN, IEPHA e COMUPHAC.	atender aos novos parâmetros, salvo demolição parcial para	
					abertura de fosso de ventilação e iluminação; em edificações	
					com serviços já instalados, o projeto deve considerar tais	
					serviços e a harmonia com o conjunto arquitetônico local.	
ZEP-2						
Anexo I/1988			não consta esta zona			
Volume I/1988			não consta esta zona			
	toda a área ao longo das duas margens do Rio Maranhão e do Rio Santo Antônio, dentro do perímetro das ambiências do acervo histórico, arquitetônico e urbanístico da cidade, formadas pelos fundos dos terrenos na área central de	não consta	esta zona deverá ser objeto de estudos específicos, para remoção das construções precárias e desapropriação daquelas incompatíveis com a implantação de um projeto de			não se aplica
			reabilitação ambiental, paisagística e urbanística das áreas <i>non aedificandi</i> , conforme Lei Federal nº 4.771/65 (Código Florestal), nº 6.766/79 e nº 9.785/99 (parcelamento do			
IPHAN/2002	Congonhas.			solo) e Lei Estadual nº 10.561/91 (Lei Florestal do Estado de Minas Gerais).		
PMC/2004	Idem 2002	não consta		Idem 2002		não se aplica
PMC/2016	Idem 2002			Idem 2002		não se aplica
ZEP-3						
Anexo I/1988			Não consta esta zona			
Volume I/1988			Não consta esta zona			
	Constitui-se de parte da área central onde situam-se,	Prestação de serviços e institucional.	Não consta	Tratamento arquitetônico livre, respeitando legislação	Aquelas que não se enquadram nesses dispositivos, serão	Devem ser mantidas as características urbanísticas dos espaços
				municipal, exceto a cobertura, que deverá ser em telha	consideradas não conformes, não podendo ser ampliadas, sob	públicos existentes para circulação do pedestre, integrando-os as
	predominantemente, edifícios destinados ao uso institucional			cerâmica canal ou outro material de tonalidade e cor cerâmica.	pena das sanções previstas nesta. Projetos de reforma	áreas livres dos lotes liberados pela taxa de permeabilidade. Nos lotes
					deverão ser submetidos à aprovação da COPPLAMA, ouvindo	onde estão edifícios públicos, os muros de divisa devem ser retirados,
IPHAN/2002	relacionado ao Governo Municipal.			Vedado avarandado coberto como um 3º pavimento.	ainda o IPHAN.	integrando-as aos espaços públicos circundantes através de jardins,
PMC/2004	Idem 2002	Idem 2002	Não consta	Idem 2002	Idem 2002	largos e passeios para pedestres.
	Constitui-se de parte da área central onde situam-se,	Residencial, comercial, serviços e institucional.	Não consta	Quando fizer parte de conjunto de interesse histórico, deve ser	As edificações existentes quando da aprovação da lei	Não consta
				observada a altura das edificações deste conjunto; para as	nº2.457/2004 e que não se enquadram nesta lei, serão	
				instalações de elementos contemporâneos sobre o plano da	consideradas em não conformidade. Projetos de reforma	
				cobertura, os casos devem ser analisados individualmente pelo	devem ser analisados pelo DPHI e IPHAN; edificações	
				IPHAN e COMUPHAC; a cobertura deve ser em telha cerâmica	anteriores a esta lei poderão ser ampliadas verticalmente	
				com beiral aparente ou outro material de tonalidade e cor	sobre a projeção da construção existente, desprezando T.O. e	
				cerâmica; vedada a construção de avarandado em imóveis cuja	taxa de permeabilidade; havendo demolição, o projeto deve	
PMC/2016	institucional.			frente esteja inserida na ZPP-2.	atender aos novos parâmetros, salvo demolição parcial para	
					abertura de fosso de ventilação e iluminação.	

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Tabela B-2 – Síntese das diretrizes quantitativas presentes nas leis municipais e estudos do IPHAN

DIRETRIZES QUANTITATIVAS								
Material de referência	Volumetria	T.O.	C.A.	Tx. Permeabilidade	Afast. Frontal	Afast. Lateral	Afast. Fundos	Diretrizes parcelamento
ZPP-1								
Anexo I/1988 - Zoneamento das ambiências do conjunto arquitetônico e urbanístico	1 OU 1+porão (4m até beiral) - medidos acima do nível da rua e considerando desnível da rua.	0,5/0,6*	1	não consta	não consta	não consta	não consta	não consta
Volume I/1988 - Uso e ocupação do solo de Congonhas nas ambiências dos monumentos históricos	1+porão	n.e.	n.e.	não consta	n.e.	n.e.	n.e.	n.e.
IPHAN/2002 - Anteprojeto de lei de uso e ocupação do solo do município de Congonhas nas ambiências dos monumentos históricos	2 pavimentos (7,5 m até beiral) - medidos acima do nível da rua. Vedado acréscimo de avarandado acima do 2º pavimento.	0,5/0,6*	1	0,3	alinhamento vizinhos ou 3m / vedação	0,00/1,50 m (com abertura)	5,00 m	
PMC/2004 (Lei nº2.457/2004)	2 pavimentos (7,5 m até beiral). Quando inserido em conjunto de interesse histórico, observar altura das edificações vizinhas.	0,5 lotes>300m² (testada >10m) 0,6 lotes<300m² (testada <10m)	1	0,3	alinhamento vizinhos (quando em conjunto homogêneo) ou 3m (com muro de 1,80m - mínimo)	0,00/1,50 m (com abertura)	5,00 m	não consta
PMC/2016 (Lei nº3.635/2016)	2 pavimentos (7,50 m até beiral e 10,00 m até cumeeira).	0,5 lotes>300m² lotes<300m²	0,6 1	0,3	observar o alinhamento originário das ocupações conforme a região, inclusive da antiga edificação que possa ter existido no imóvel. Para edificações de esquina, considerar duas frentes.	0,00/1,50 m (com abertura)	5,00 m / lote de esquina poderá ser igual a zero, sem abertura de vãos.	não consta

Material de referência	Volumetria	T.O.	C.A.	Tx. Permeabilidade	Afast. Frontal	Afast. Lateral	Afast. Fundos	Diretrizes parcelamento
ZPP-2								
Anexo I/1988	2 pavimentos (7,5m até beiral) - medidos acima do nível da rua e considerando o desnível da rua.	0,5/0,6*	1	não consta	não consta	não consta	não consta	não consta
Volume I/1988					não consta esta zona			
IPHAN/2002	2 pavimentos (7,5m até beiral) - medidos acima do nível da rua.	0,5/0,6*	1	0,3	alinhamento vizinhos ou 3m / vedação	0,00/1,50 (com abertura)	5,00 m (acréscimos integrados à edificação)	não consta
PMC/2004 (Lei nº2.457/2004)	2 pavimentos (7,50 m até beiral).	0,7 lotes > 300m² e testada > 10m 0,8 lotes < 300m² e testada < 10m	2 x T.O. (1,4 ou 1,6)	0,15	alinhamento vizinhos (conjunto homogêneo) ou 3,0 m / muro de vedação de 1,80 m (h)	0,00 / 1,50 m (com abertura)	vedado edificação na divisa; anexos deverão ser integrados ao volume existente com pelo	não consta
PMC/2016 (Lei nº3.635/2016)	2 pavimentos (7,50 m até beiral e 10 m até cumeeira, medidos pelo nível médio da rua).	0,7 lotes > 300m² lotes < 300m²	0,8 idem 2004	0,15	observar alinhamento vizinhos; lotes de esquina considerar duas frentes, conservando alinhamento dos vizinhos.	0,00 / 1,50 m	5,00 m, exceto lotes de esquina (0,00 m sem abertura)	não consta
ZP Secundária								
Anexo I/1988	2 pavimentos (7,5m até beiral) - medidos acima do nível da rua	0,5/0,6*	1	não consta	alinhamento vizinhos (conjunto homogêneo) ou 3,0 m / muro de vedação 1,80 m (h)	0,00 / 1,50 (com abertura)	não consta	não consta
Volume I/1988	2 pavimentos	n.e.	n.e.	não consta	n.e.	n.e.	n.e.	n.e.
IPHAN/2002					não consta esta zona			
PMC/2004 (Lei nº2.457/2004)					não consta esta zona			
PMC/2016 (Lei nº3.635/2016)					não consta esta zona			
ZPR								
Anexo I/1988	2 pavimentos (7,5m até beiral) - medidos acima do nível da rua	0,5 - Respeitar artigo 3º da Lei Federal nº6.766/79; não ocupar áreas com declividade > 30%.	1	não consta	não consta	não consta	não consta	não consta
Volume I/1988	2 pavimentos	n.e.	n.e.	não consta	n.e.	n.e.	n.e.	n.e.
IPHAN/2002	2 pavimentos (7,5m até beiral) - medidos acima do nível da rua	0,5	1	0,3	alinhamento vizinhos	0,00/1,50 m (com abertura)	igual a faixa <i>non aedificandi</i> que margeia o rio	não consta
PMC/2004 (Lei nº2.457/2004)	3 pavimentos (9,00 m até beiral) - medidos acima do nível da rua	0,8	2,4	0,15	alinhamento vizinhos	inferiores a 1,50 m não poderão possuir abertura de vãos	manter faixa <i>non aedificandi</i> relativa a margem do Rio Maranhão integrante	
PMC/2016 (Lei nº3.635/2016)	3 pavimentos (9,00 m até beiral e 12,00 m até cumeeira) - medidos do nível médio da rua	0,8	2,4	0,15	alinhamento vizinhos	0,00 / quando inferiores a 1,50 m, não poderão possuir abertura de vãos	manter faixa <i>non aedificandi</i> relativa a margem do Rio Maranhão integrante da ZEP-2; demais	

Material de referência	Volumetria	T.O.	C.A.	Tx. Permeabilidade	Afast. Frontal	Afast. Lateral	Afast. Fundos	Diretrizes parcelamento
ZPNI								
Anexo I/1988	não se aplica não consta	0,1 deverá respeitar as restrições do art. 3º Lei nº 6.766/79. Deverão ser objeto de preservação, através de instrumentos de controle de sua ocupação e proteção.	não consta não consta	não se aplica não se aplica	não se aplica não se aplica	não se aplica não se aplica	não se aplica não se aplica	lote mínimo de 2.000 m². não consta
Volume I/1988	residencial e/ou usos relacionados a atividades de lazer e recreação.	0,1 I deverá respeitar as restrições do art. 3º Lei nº 6.766/79	0,2	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica	As áreas livres indivisas que não forem objeto de projetos especiais, deverão obedecer à Lei nº 6.766/79 e 9.785/99 e outras, além dos seguintes critérios: a) lote mínimo de 2.000 m², não sendo permitido desmembramento de lotes; b) obras de urbanização cujos encargos serão por conta dos loteadores serão definidas pela COPPLAMA, observando leis pertinentes.
IPHAN/2002								Áreas livres indivisas que não forem objeto de projetos especiais deverão obedecer Leis Federais nº6.766/79 e 9.785/99, e demais leis municipais, além do Estatuto da Cidade no que tange aos critérios de parcelamento, ocupação e uso do solo.; lote mínimo de 2.000m², não sendo permitido desmembramento.
PMC/2004 (Lei nº2.457/2004)	idem 2002	0,1	0,2	não se aplica				
PMC/2016 (Lei nº3.635/2016)	não consta	não consta	não consta	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não consta
ZPUI								
	2 pavimentos / 7,5 m (até o beiral) - medidos no nível da rua.	0,5. Edificações comerciais podem ter até 0,8 no 1º pav.	1,0 a 1,5**	não consta	3,00 m ou alinhamento da rua	0,00/1,50 m	não consta	As áreas indivisas a serem parceladas, deverão respeitar as restrições da Lei Federal nº 6.766/79, além dos seguintes: a) na margem esquerda do Rio Maranhão e vertente do morro Alto Maranhão: lote mínimo de 2.000 m² e T.O. máxima de 0,1; b) margem direita do Rio Maranhão: lote mínimo de 360m² e T.O. máxima de 0,5.
Anexo I/1988	não consta, mas ressalta a importância de controla-la.	não consta	não consta	não consta	não consta	não consta	não consta	não consta
Volume I/1988								

Material de referência	Volumetria	T.O.	C.A.	Tx. Permeabilidade	Afast. Frontal	Afast. Lateral	Afast. Fundos	Diretrizes parcelamento
	2 pavimentos / 7,5 m (até o beiral) - medidos acima do	0,5. Edificações comerciais podem ter	1,0 a 1,5 **	0,1	3,00 m	0,00/1,50 m (com	3,00 m (acréscimos	As áreas indivisas a serem parceladas, deverão respeitar as restrições da Lei Federal nº 6.766/79 e outras, além dos seguintes: a) na margem esquerda do Rio Maranhão e vertente do morro Alto Maranhão: lote mínimo de 2.000 m²; obras de urbanização cujos encargos fiquem por conta do loteador, definição da COPPLAMA, observando leis federais; b) margem direita do Rio Maranhão: lote mínimo de 360 m², não permitindo desmembramento; obras de urbanização cujos encargos fiquem por conta do loteador, definição da COPPLAMA, observando leis federais.
IPHAN/2002	nível da rua.	até 0,8 no térreo.				abertura)	edificação)	As áreas indivisas a serem parceladas, deverão respeitar as restrições da Lei Federal nº 6.766/79 e outras, além dos seguintes: a) na margem esquerda do Rio Maranhão e vertente do morro Alto Maranhão: lote mínimo de 2.000 m²; obras de urbanização cujos encargos fiquem por conta do loteador, definição da COPPLAMA, observando leis federais; vedado remembramentos; T.O. máxima de 0,2; C.A. máximo de 0,4; apenas usos residencial, comercial, serviço não poluentes; b) margem direita do Rio Maranhão: lote mínimo de 360 m², não permitindo desmembramento; obras de urbanização cujos encargos fiquem por conta do loteador, definição da COPPLAMA, observando leis federais; T.O. máxima de 0,7; C.A. máximo de 1,4; obedecer afastamentos estabelecidos para esta zona; permitido os usos residencial, institucional, comercial, serviço e industrial de pequeno porte e não poluentes.
PMC/2004 (Lei nº2.457/2004)	2 pavimentos (7,50 m até beiral, acima nível da rua)	0,7 / 0,8 (no térreo quando destinada aos usos comercial e serviços)	1,4 (residencial) / 1,5 (uso comercial, serviço, industrial)	0,1	3,00 m	0,00/1,50m (com abertura de vãos)	Vedado edificação na divisa; anexos deverão fazer parte do corpo da edificação, mantendo afastamento mínimo de 3,00 m.	As áreas indivisas a serem parceladas, deverão respeitar as restrições da Lei Federal nº 6.766/79 e outras, além dos seguintes: a) na margem esquerda do Rio Maranhão e vertente do morro Alto Maranhão: lote mínimo de 360 m²; obras de urbanização definidas por lei municipal nº2.622/2006 e lei federal; T.O. máxima de 0,7; C.A. máximo de 1,0; apenas usos residencial, institucional, comercial, serviço e industrial de pequeno porte não poluentes; b) margem direita do Rio Maranhão: lote mínimo de 360 m²; obras de urbanização serão definidas pela lei municipal nº 2.622/2006 e lei federal; T.O. máxima de 0,7; C.A. máximo de 1,4; obedecer afastamentos estabelecidos para esta zona; permitido apenas usos residencial, institucional, comercial, serviço e industrial de pequeno porte e não poluentes.
PMC/2016 (Lei nº3.635/2016)	3 pavimentos (9,00 m até beiral e 12,00m até cumeeira, medidas acima do nível da rua)	0,8	2,1	0,3	alinhamento (quando inseridas em conjunto homogêneo) ou 3,00 m. Lotes de esquina: considerar duas frentes conservando alinhando edificações vizinhas; admite um terceiro alinhamento, normal à bissetriz do ângulo formado (comprimento variando entre 2,5 e 4,5m) pelos dois alinhamentos vizinhos.	0,00 / quando inferiores a 1,50m não poderão haver aberturas	3,00 m (exceto esquina, que poderá ser de 0,00m - sem abertura).	As áreas indivisas a serem parceladas, deverão respeitar as restrições da Lei Federal nº 6.766/79 e outras, além dos seguintes: a) na margem esquerda do Rio Maranhão e vertente do morro Alto Maranhão: lote mínimo de 360 m²; obras de urbanização definidas por lei municipal nº2.622/2006 e lei federal; T.O. máxima de 0,7; C.A. máximo de 1,0; apenas usos residencial, institucional, comercial, serviço e industrial de pequeno porte não poluentes; b) margem direita do Rio Maranhão: lote mínimo de 360 m²; obras de urbanização serão definidas pela lei municipal nº 2.622/2006 e lei federal; T.O. máxima de 0,7; C.A. máximo de 1,4; obedecer afastamentos estabelecidos para esta zona; permitido apenas usos residencial, institucional, comercial, serviço e industrial de pequeno porte e não poluentes.

Material de referência	Volumetria	T.O.	C.A.	Tx. Permeabilidade	Afast. Frontal	Afast. Lateral	Afast. Fundos	Diretrizes parcelamento
ZUC								
Anexo I/1988 Volume I/1988	4 pavimentos / 15 m	0,6 / 1,0 (uso comercial,	1,0 a 3,0**	não consta	1, 3 e 4º pav.: 3,00 m 2º pav.: 0,00 ou	não consta	1º pav. (comercial): 0,00m 2º pav.: 0,00 ou 3,00m demais	não consta
		térreo e 1º pav.)			3,00 m***		pav.: 3,00 m***	
	4 pavimentos	n.e.	n.e.	não consta	n.e.	n.e.	n.e.	n.e.
IPHAN/2002	4 pavimentos (15 m até	0,6	2,4	0,2	3,00 m	conforme art. 99	não consta	áreas indivisas a serem objeto de parcelamento, devem obedecer Leis Federais nº 6.766/79 e 9.785/99, leis de licenciamento ambiental e legislação municipal, observando, no que couber, Estatuto da Cidade. Lote mínimo de 360 m², sendo vedado desmembramento; obras de urbanização cujos encargos serão dos loteadores, definidas pela COPPLAMA e observando leis federais citadas; T.O., C.A., usos e afastamentos estabelecidos para a zona; permitido remembramento dos lotes desde que não ultrapassem 720m².
	beiral) - medidos acima do							
	nível da rua.							idem 2002
PMC/2004 (Lei nº2.457/2004)	4 pavimentos (15,00 m até beiral) - medidos acima do nível da rua.	0,8	3,2	0,2	alinhamento vizinhos	conforme art. 99	não consta	
PMC/2016 (Lei nº3.635/2016)	4 pavimentos (15,00 m até	0,8	3,2	0,2	Alinhamento vizinhos. Lotes de	Conicionados à	1,50 m, exceto lotes	Áreas indivisas a serem objeto de parcelamento, devem obedecer Leis Federais nº 6.766/79 e 9.785/99, leis de licenciamento ambiental e legislação municipal, observando, no que couber, Estatuto da Cidade. Lote mínimo de 360 m², sendo vedado desmembramento; obras de urbanização cujos encargos serão dos loteadores, definidas pela Lei nº2.622/2006 e observando leis federais citadas; T.O., C.A., usos e afastamentos estabelecidos para a zona; permitido remembramento dos lotes desde
	beiral e 18,00m até				esquina: considerar duas frentes, conservando alinhamento dos	testada do		
	cumeeira, medidos do nível				vizinhos; admite concordância de dois alinhamentos em um terceiro, que	imóvel,	de esquina (0,00 sem	
	médio da rua. Permite				deve ser igual à bisetritz do ângulo formado (comprimento variável entre	obedecendo o art.		
	edificar sobreloja).				2,5 e 4,5m), com forma livre.	99.	abertura de vãos).	que não ultrapassem 720m².

Material de referência	Volumetria	T.O.	C.A.	Tx. Permeabilidade	Afast. Frontal	Afast. Lateral	Afast. Fundos	Diretrizes parcelamento
ZEP-1								
Anexo I/1988					não consta esta zona			
Volume I/1988					não consta esta zona			
IPHAN/2002	3 pavimentos (12,00 m até beiral) - medidos acima do nível da rua.	0,8	2	0,1	alinhamento (0,00 m)	0,00 ou conforme art. 99	igual a faixa <i>non aedificandi</i> , correspondente à margem do rio Maranhão, integrante	Não será permitido o parcelamento do solo relativamente a loteamento, desmembramento ou remembramento.
PMC/2004 (Lei nº2.457/2004)	3 pavimentos (12,00m até beiral) - medidos acima do nível da rua.	não consta	não consta	0,1	não consta	não consta	não consta	Idem 2002
PMC/2016 (Lei nº3.635/2016)	3 pavimentos (12,00 m até beiral e 15,00 m até cumeeira, medidos acima do nível da rua).	não consta	não consta	0,1	não consta	não consta	não consta	Idem 2002
ZEP-2								
Anexo I/1988					não consta esta zona			
Volume I/1988					não consta esta zona			
IPHAN/2002					não consta			
PMC/2004 (Lei nº2.457/2004)					não consta			
PMC/2016 (Lei nº3.635/2016)					não consta			
ZEP-3								
Anexo I/1988					não consta esta zona			
Volume I/1988					não consta esta zona			
IPHAN/2002	2 pavimentos (7,50 m até beiral) - medidos acima do nível da rua.	0,5	1	0,3	3,00 m, exceto as voltadas para a ZPP-2, que deverão manter afastamento igual a 0,00 m.	3,00 m	3,00 m	não consta
PMC/2004 (Lei nº2.457/2004)	2 pavimentos (7,50 m até beiral) - medidos acima do nível da rua.	0,5	1	0,3	Idem 2002	Idem 2002	Idem 2002	não consta
PMC/2016 (Lei nº3.635/2016)	2 pavimentos (7,50 m até beiral e 9,00 m até cumeeira, medidos do nível médio da rua).	0,7	1	0,3	Idem 2002	Idem 2002	Idem 2002	não consta

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

LEGENDA:

n.e: não é mencionada diretriz quantitativa, apenas fala que determinado parâmetro é um instrumento de controle – possivelmente deixando para a Prefeitura Municipal de Congonhas (PMC) definir.

Observação: Parâmetros máximos permitidos – exceto taxa de permeabilidade, que é a mínima a ser aplicada.

*Variação conforme a testada do lote, e em casos de terrenos de esquina.

**Variação conforme o uso e, ocasionalmente, à área do terreno (quando o uso é industrial).

***Estabelecido apenas para usos comercial, serviços ou misto. Varia conforme o número de pavimentos.

APÊNDICE C – Mapa comparativo das poligonais sugeridas pelo IPHAN em 1988 e 2002

Mapa C-1: Diferenças entre as poligonais das ambiências dos monumentos históricos de Congonhas apresentadas no estudo de 1988 e no Anteprojeto de Uso e Ocupação do solo para as ambiências dos monumentos históricos de Congonhas, em 2002.



Nota: Delimitações aproximadas, a partir da observação dos materiais originais.
Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

APÊNDICE D – Síntese das informações presentes no estudo de 1988, por volume

Tabela D-1 – Organização sucinta de informações do estudo de 1988, por volume.

Volume	Assuntos
Anexo I	a) Objetivo do trabalho; histórico do município; evolução urbana da cidade; identificação dos bens integrantes do acervo histórico, arquitetônico e paisagístico (a partir da definição de três áreas de estudo, que formam o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico) (mapa 1); b) Delimitação deste acervo (em três áreas pertencentes ao conjunto, além da área das ambiências desses conjuntos) (mapa 2); c) Zoneamento das ambiências do conjunto em sete áreas (mapa 3); intervenções urbanas (ANEXO E); mapas; d) Anexo I (algumas leis municipais); e) Anexo II (sobre a Estação Ferroviária e patrimônio no distrito de Lobo Leite); f) Anexo III (descrição perimétrica do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Congonhas, por setor do mapa 2).
Anexo II	Documentação fotográfica: a) O povoado e sua vida no final do século XIX até a década de 70 do século XX: Estação Ferroviária; Rio Maranhão e a ocupação de suas margens; Seminário e antigas Romarias (Basílica); Secretaria de Jubileu; máquina a vapor anterior à ferrovia; Praça Dr. Mário R. Pereira; rua Feliciano Mendes; antiga ponte sobre Rio Maranhão; igreja da Matriz; Praça Dom Helvécio; Santuário; Ladeira Bom Jesus; Jubileu; antiga casa do Barão de Congonhas e rua de mesmo nome (Matriz-Rosário); Romaria; Serra da Moeda; Praça Dom Helvécio; Praça Dom Silvério; rua do Aleijadinho; Hotel do Santuário; b) Evolução de pontos da cidade – fotos comparativas: antes e depois da ferrovia da rua Padre João Pio; Santuário, Beco dos Canudos; c) Tomadas visuais de pontos referenciais urbanos (1987): a partir do Morro Maranhão (Santuário, Matriz, Rosário e Serra da Moeda); da PMC (Santuário e igreja São José); da igreja do Rosário e Praça Sete de Setembro (Santuário e Ladeira Bom Jesus); da igreja Matriz (Santuário, igreja São José e Ladeira Bom Jesus); da BR040 (Santuário, Morro Maranhão e rodoviária); da Romaria (Santuário e colégio – FAFIC); do Santuário (igreja Matriz); d) Congonhas e seu acervo (1987): Santuário (igreja, 12 profetas, jardim dos Passos, Capela dos Milagres, relógio do sol); alameda, escadaria e balaustrada (entre Santuário e Romaria); Torreões do antiga Romaria; (atual) FAFIC; Secretaria do Jubileu; adros laterais da Basílica; (atual) Casa da Ladeira; Beco dos Canudos; rua Feliciano Mendes; casario da rua Bom Jesus; rua do Aleijadinho; igreja São José; igreja Matriz; Praça Dom Silvério; Praça Sete de Setembro; Colégio Nossa Senhora da Piedade; travessa Caetés e entorno da Matriz; conjunto rua José Júlio e entorno da Matriz; chalé rua Padre João Pio; rua Barão de Congonhas e muro de pedra na mesma; igreja do Rosário; conjunto da Estação Ferroviária (escadaria, promenade, balaustrada, edifício sede, conjunto arquitetônico); fotos do distrito de Lobo Leite. e) Perímetros de tombamento: poligonal com pequenas variações tanto do mapa 1 quanto do 2 e 3.
Volume I	Ver tabela D-2

Tabela D-2 – Documentos presentes no volume I (1988) referentes à última etapa do estudo e análises do mesmo, dispostos em ordem cronológica.

Data do documento	Assunto	Folha
22/12/1987	Ofício da arquiteta Susana (7ª regional SPHAN/FNPM) à Jurema (coordenadora de proteção SPHAN/FNPM), enviando o material “Uso e Ocupação do solo nas ambiências dos monumentos históricos de Congonhas” (3ª etapa)*, explicando as etapas do trabalho e solicitando análise do setor jurídico.	8
sem data (anexo ao ofício de 22/12/1987)	*O estudo passa, a partir de então, a ser aludido como plano. Zonas de Preservação Diferenciada - Congonhas/MG – texto preliminar (3ª etapa). Propõe zoneamento em seis manchas.	9-21
18/01/1988	O diretor da 7ª regional SPHAN/FNPM encaminha ofício à Coordenação de Proteção solicitando agilidade na análise do material enviado tanto pela coordenação quanto pelo setor jurídico, e informa que o material fora aprovado pelo prefeito de Congonhas.	22
24/02/1988	O diretor da 7ª regional SPHAN/FNPM encaminha ofício à Coordenação de Proteção, junto ao material denominado de “Uso e Ocupação do solo nas ambiências dos monumentos históricos – Congonhas/MG” que complementa o material enviado inicialmente.	26
sem data (anexo ao ofício de 24/02/1988)	Uso e Ocupação do solo de Congonhas nas ambiências dos monumentos históricos – nota preliminar	27-50
28/03/1988	O arquiteto da Coordenação de Proteção envia à responsável pelo setor, suas considerações sobre o material de Congonhas.	24-25
07/04/1988	Coordenação de Proteção envia à Coordenação Jurídica o material para análise e discussão, uma vez que a primeira entende ser necessário alguns ajustes (conforme considerações do ofício de 28/03/1988)	23
31/05/1988	Relatório da reunião sobre delimitação do tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da cidade de Congonhas/MG	62-64
03/01/1989	Ofício da arquiteta Susana (que participou da elaboração do estudo) ao diretor da 7ª regional SPHAN/FNPM, encaminhando dois volumes (texto e documentação fotográfica) do material “Uso e	52-53

	(continua) Ocupação do solo nas ambiências dos monumentos históricos – Congonhas/MG”. Diz que o plano delimita as zonas de tombamento e poligonal de entorno, definindo diretrizes de uso e ocupação para cada uma delas. Informa, ainda, que o estudo extrapolou o âmbito de atuação do SPHAN, uma vez que sugeriu intervenções urbanas que podem ser de interesse da prefeitura, além de mencionar sobre o cadastramento* que vinha sendo realizado dos imóveis nas zonas de preservação rigorosa, que poderiam favorecer o detalhamento de diretrizes nestas áreas. *Não foram localizadas nenhuma outra informação sobre o referido cadastramento no restante do trabalho.	
30/01/1989	O diretor da 7ª regional SPHAN/FNPM encaminha ofício ao secretário do SPHAN/FNPM, junto ao material “Uso e Ocupação do solo nas ambiências dos monumentos históricos – Congonhas/MG”, para análise e deliberação. Informa que a intenção é adequar a realidade da cidade ao seu tombamento, a partir de normas e critérios objetivos que norteiem a análise e aprovação de projetos naquele contexto urbano. Sugere o envio do material ao Conselho Consultivo do SPHAN.	51
17/02/1989	Ofício da arquiteta Susana ao secretário do SPHAN encaminha folha (nº 32) substitutiva.	54
04/04/1989 (ofício 7ª regional SPHAN-PMC) 07/04/1989 (ofício 7ª regional SPHAN-SPHAN)	Ofício diretor da 7ª regional SPHAN/FNPM ao secretário do SPHAN/FNPM, encaminhando documento enviado para o prefeito de Congonhas, sobre a implantação do estudo e necessidade de acompanhamento do município nos projetos e obras dentro da área de proteção, conforme diretrizes do estudo – citando casos de obras em andamento não comunicadas ao SPHAN/FNPM. Explicita a vontade de uma ação integrada entre as esferas, tanto no que se refere à conscientização da população quanto à necessária assistência profissional habilitada à todos os que precisarem intervir em imóveis na área protegida, incluindo a prefeitura. Ressalta ao secretário do SPHAN sobre a importância em se instalar um escritório técnico na cidade, assegurando a viabilidade do estudo.	55-57
19/04/1989	Informação não legível	59
10/07/1989	A equipe técnica da Coordenação de Proteção envia à sua coordenadora ponderações e análises sobre o material “Uso e Ocupação do solo nas ambiências dos monumentos históricos – Congonhas/MG”.	65-68
09/08/1989	A Coordenação de Proteção envia ao secretário do SPHAN/FNPM as considerações integrais de seus técnicos, elencando os principais pontos identificados, capazes de comprometer os resultados pretendidos pelo estudo. De forma geral, são eles: o entendimento que o tombamento de 1941 não se efetivou; a fragmentação do núcleo histórico; normas urbanas que não distinguem áreas tombadas das áreas de entorno. Logo, recomendam a revisão do estudo.	69-84
09/10/1990	Despacho da Coordenadora Geral de Preservação de Bens Culturais e Naturais/FNPM. Devido ao impasse entre os pareceres da 7ª	85-85v

	(continua) regional e da Coordenação de Proteção, foi sugerida nova reunião, partindo da delimitação da área tombada em 1941, a fim de definir um zoneamento que estabeleça a proteção rigorosa para os elementos não afetados em sua essência pelo crescimento desordenado, que proponha possíveis reformulações para àqueles que sofreram descaracterização em suas características fundamentais; além da definição das áreas de entorno (transição entre área de proteção rigorosa e as demais, sendo um elemento integrador). Sugere que a revisão seja feita de forma integrada entre a regional e a área central do SPHAN. Ressalta a importância da continuidade de um trabalho conjunto entre SPHAN e prefeitura.	
1/08/1991	Gabinete do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC) encaminha à Coordenação de Proteção o processo IPHAN nº 238-T-41, junto a dois volumes anexos para análise.	86
25/10/1991	O Departamento de Proteção encaminha ofício à Chefe de Divisão que informa o retorno do estudo “Uso e Ocupação do solo nas ambiências dos monumentos históricos – Congonhas/MG”. Material reenviado sem os ajustes solicitados em reunião de 31/05/1988; além das revisões pedidas pelo Setor de Bens Naturais e Urbanos (10/07/1989), pela Coordenação de Proteção (09/08/1989) e pela Coordenação Geral (09/10/1990). Como não se sabe se tais pareceres foram encaminhados à regional, sugere-se o reenvio dos mesmos, para correções e prosseguimento do estudo.	87-89
25/10/1991	Ofício da Chefe de Divisão à diretora do Departamento de Proteção, informando sobre a decisão do ofício anterior (também de 25/10/1991) e solicitando o envio dos documentos mencionados nele para a regional.	90-91

OBS.: As páginas 58, 60, 61 não referem-se diretamente às questões do estudo em questão

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Nota: Informações obtidas em BRASIL, VOLUME I, 1988.

APÊNDICE E – Tabelas sínteses das abordagens durante os grupos focais

Tabela E-1 – Síntese das abordagens no Grupo Focal realizado em dezembro de 2018 – 6 participantes

1. Quais são as referências culturais da cidade?	. Alameda das Palmeiras, Basílica como um todo, igrejas (de forma geral); . Santuário, Romaria, alameda, rua Bom Jesus; . Romaria, Beco dos Canudos, Cine Teatro Leon; . Igrejas e entorno das obras; Basílica; . Parque da Cachoeira;
2. Como você define a área entre a Basílica, a Matriz e o Rosário, passando pela área central?	. Como se fossem partes distintas; o que se sente na Basílica e naquele entorno é maravilhoso; . Há harmonia entre as partes, embora sejam diferentes; . As revitalizações no centro foram benéficas, apesar de separar a área comercial da colonial (da Praça Dom Helvécio até a Basílica); . As características construtivas são muito mescladas entre essas áreas, para ter um entendimento contínuo, teria que reconstruir e adequar algumas fachadas; mas a situação “ainda tem conserto” – no entorno da Igreja Matriz, por exemplo; já na ligação desta à Igreja do Rosário é mais complicado; . Descaracterizada; deveria expandir o tombamento além da Ladeira Bom Jesus e do entorno da Igreja da Basílica para outras partes da cidade. A rigidez nas questões arquitetônicas que existem na Ladeira, deveria acontecer no entorno da Igreja da Matriz; . O arredor da Igreja do Rosário já está descaracterizado; . A área central e a que liga a Matriz e o Rosário rompem a ideia de cidade histórica. A revitalização central quebrou a compreensão do que é histórico devido às características contemporâneas adotadas. Além disso, falta interesse dos proprietários em restaurar suas casas, devia existir a possibilidade de alguma parceria público-privada; . População entende que apenas quando a extração de minério reduzir, a população e o governo irão valorizar o patrimônio. . Falta o aconchego e o mofo de Ouro Preto, que Congonhas não tem. <u>Outras questões discutidas:</u> - Todos concordam quanto à importância de uma educação patrimonial que estimule o senso crítico da população; - Todos associam o patrimônio cultural e o que é “histórico” à arquitetura realizada no período colonial; - O IPHAN estava aqui, mas com outro foco; o que rege em Ouro Preto é diferente; - Devido à mineração, a questão do patrimônio em Congonhas é um problema menor, já que ele irá sobreviver além da população; - Muitas famílias dependem da atividade mineradora; - Falta educação patrimonial, a população não conhece sobre sua própria história. Deveriam ser ensinados assuntos relacionados à cidade nas escolas; - A prefeitura depende não só das mineradoras, mas, também, do patrimônio (embora ela pareça não saber disso). Há necessidade de reduzir as influências da cultura global generalizante, valorizando mais as peculiaridades da cultura local; - É necessário fazer parcerias público-privadas para revitalizar as áreas descaracterizadas. O poder público não aproveita o

	(continua) patrimônio (culturalmente e financeiramente) devido à facilidade de arrecadar verba com a atividade minerária, resultando em um desequilíbrio. Os governantes deveriam pensar a cidade a longo prazo, o que não acontece; - O poder público não sabe informar à população sobre a importância em se preservar o patrimônio, por isso a população associa tal preservação a um castigo; - O processo de preservação começa na decisão das pessoas. Por isso a importância de uma formação educacional com senso crítico. Conhecer a história da cidade é conhecer e cuidar da própria casa; “está na hora de cada um tomar conta do seu pedaço”.
2.1. O que é patrimônio cultural para você?	. Santuário e seus arredores; . Igreja da Matriz e casas no entorno; . Rua Bom Jesus, Rua Padre João Pio; . Ladeira Bom Jesus; . Igreja do Rosário.
3. O que você acha que dá e tira a vida da cidade? (costumes, tradições, edificações, festividades, etc.)	<u>Pontos positivos:</u> . Existem coisas pontuais como a música, o teatro e o congado; mas não há atividades que envolvam um grande número de pessoas. <u>Pontos negativos:</u> . A falta de perspectiva do mundo tira a vida da cidade. As pessoas nascem e crescem acreditando que a vida é aquilo: nascer, crescer, trabalhar nas mineradoras e morrer. É preciso trazer coisas novas para estimular a imaginação das pessoas, para que elas deixem de acreditar que a única alternativa é trabalhar nas mineradoras. <u>Outras questões discutidas:</u> - O poder público deveria investir mais na área cultural, mas se voltam mais para aquilo que dá voto; - Deveriam estimular os moradores a ficarem na cidade nos finais de semana, ajudando a preservar o município e a criar o interesse por ele.
4. Quais as atividades devem ser estimuladas e inibidas na cidade?	<u>Atividades a estimular:</u> . Ensino ligado à música; . Buscar atividades típicas da cidade de interior, de aproximação entre as pessoas; . Educar a população sobre a cidade – história, cultura, turismo, etc.; . Atividades que deem perspectiva de futuro para as pessoas, principalmente para os jovens. <u>Outras questões discutidas:</u> - Hoje, com o mundo globalizado, o conhecimento está disponível em todas as áreas. Mas a vocação da cidade atualmente tem sido a formação de pessoas para a mineração e a siderurgia. Antigamente se voltava muito para o desenvolvimento dos grupos musicais, do esporte, do teatro; mas “a população mesmo fazia as coisas, não esperava de ninguém e as coisas aconteciam”.
5. Como acham que a população, as mineradoras e o governo lidam com o patrimônio cultural	<u>População:</u> . A população acha que o IPHAN está aqui para atrapalhar; . A população não conhece o patrimônio local; não é educada e não o valoriza;

local?	(continua) . Apenas uma pequena parcela da população que cresceu junto à Basílica, conhece e busca preservar o patrimônio cultural da cidade. <u>Poder público:</u> . Há muitas potencialidades na cidade e uma boa receita, mas são mal direcionados; . O sistema político é muito antigo; as ações do governo precisam ser racionalizadas; . Daria para investir em muitas coisas, pois a receita da cidade é boa, mas mal gerenciada. Há um completo desinteresse; os próprios políticos usam o patrimônio focado no marketing; . O governo faz politicagem, deveria fazer uma política de verdade. O foco é na exploração e não no desenvolvimento (políticos e mineradoras) – sempre houve muito fanatismo e uma visão muito limitada por parte dos políticos. <u>Empresas mineradoras:</u> . As empresas geralmente fazem marketing, exceto quando há alguma ação determinada pelo Ministério Público; . Não há um verdadeiro interesse das empresas pela cidade.
6. Como definem Congonhas?	. Acolhedora; . Faltam espaços que permitam o convívio, mas a relação entre as famílias ainda possibilita que isso aconteça; . A população é muito miscigenada / diversificada, as pessoas não têm uma características próprias que permitem defini-las; . Muitos congonhenses se destacam (na música, por exemplo, citou-se Wando e o violonista Marcus Vinícius). . “Como minha casa”; . As pessoas que mudaram sempre retornam para visitar; . “Pedra preciosa ainda não lapidada”, “um ouro ainda não encontrado”; . Congonhas não teve força, em meio à chegada de pessoas de fora, para manter a essência da cidade – o que reduziu a presença de algumas características interioranas; . Os congonhenses são caridosos, tem boa vontade.

Tabela E-2 – Síntese das abordagens no Grupo Focal realizado em janeiro de 2019 – 7 participantes

1. Quais são as referências culturais da cidade?	. Santuário; . Romaria; . Todas as igrejas; . Igreja da Matriz de Nossa Senhora da Conceição; . Igreja de Nossa Senhora do Rosário; . Estação Ferroviária; . Parque da Cachoeira; . Carnaval (de rua – anos 70 aos 90).
2. Como você define a área entre a Basílica, a Matriz e o Rosário, passando pela área central?	. Acreditam que o tombamento é restrito à Basílica e ao seu entorno, incluindo a Ladeira Bom Jesus; . Não acha bonita. Hoje em dia está mais vistosa, mas não considera bonita; . As ruas Bom Jesus e Padre João Pio precisam ter seus calçamentos arrumados. <u>Outras questões:</u> - O IPHAN hoje olha mais para Congonhas, porque antes não olhava não; - Deveriam ter utilizado os recursos do [extinto] Programa Monumenta para revitalizar a Ladeira Bom Jesus, criar barzinhos na via para as pessoas curtirem essa área; - Citam falta de infraestrutura adequada aos turistas na cidade (restaurantes, guias, etc.); - A cidade não pensa e vive o turismo de forma expressiva, e deveria pensar; - Conversaram sobre pastiches no âmbito do patrimônio cultural, visando a ampliação do turismo em algumas cidades; - Citam o aqueduto existente nas proximidades do Santuário e a pedreira de onde acreditam terem sido retiradas as pedras sabão a partir das quais foram confeccionados os profetas; - Citam antigas fábricas de doces e de tinta que existiram na cidade (no bairro Praia); - Deveriam existir banheiros públicos na cidade, como acontece nas cidades turísticas bem estruturadas; - Citam ausência de cestos de lixo na cidade; - Entendem que a população é mal educada para um convívio social adequado (suja e depredam a cidade); - Conversam sobre os congestionamentos no trânsito da cidade – na área central.
3. O que você acha que dá e tira a vida da cidade? (costumes, tradições, edificações, festividades, etc.)	<u>Pontos positivos:</u> . Semana Santa; . Congado; . Jubileu; . Festival da Quitanda; . Festa de Nossa Senhora d’Ajuda (distrito do Alto Maranhão); . Deveria voltar a ter o carnaval como antigamente – escolas de samba. <u>Pontos negativos:</u> . Poeira do ar; . Alto tráfego de veículos.

4. Quais as atividades devem ser estimuladas e inibidas na cidade?	<u>Atividades a estimular:</u> . Todas àquelas que estejam relacionadas às tradições da cidade; . Criar atividades culturais constantes na Romaria (durante todo o ano); . Adquirir com a Arquidiocese de Mariana peças sacras não utilizadas e relacionadas à fé e à religiosidade da cidade, para serem expostas dos museus locais; . Difundir o Museu da Imagem e Memória. <u>Atividades a inibir:</u> . Atividades que resultem na poluição atmosférica – advindas da extração do minério; . Congestionamento no trânsito. <u>Outras questões:</u> - Os comércios na cidade não vão para frente, pois a população não frequenta as coisas daqui, consumindo nas cidades vizinhas; - Citam o estudo que mensura a qualidade do ar na cidade – existem três equipamentos: nos bairros Basílica, Matriz e Jardim Profeta.
5. Como acham que a população e o governo lidam com o patrimônio cultural local?	<u>População e poder público:</u> . Tem apego ao patrimônio cultural, mas não o protegem; . Não há um consentimento / uma visão comum entre os agentes locais sobre o assunto; . Não pensam em desenvolver a cidade pelo turismo, e muitas cidades ganham dinheiro assim.
6. Como definem Congonhas?	. Melhorou bem de um tempo para cá; mas pode melhorar mais, ainda falta lazer para os moradores; . Tem uma receita boa como nunca antes, mas é preciso melhorar a qualidade de vida dos moradores; . Cobram caro para ir ao Parque da Cachoeira e muitos moradores não conseguem curtir o lugar.

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

APÊNDICE F – Tabela síntese das entrevistas semiestruturadas (etapa 1A)

Tabela F-1 – Síntese das informações coletadas na etapa 1A das entrevistas semiestruturadas

ID ENTREVISTADO	1. LEMBRANÇAS (LOCAIS DA CIDADE)	2. LEMBRANÇAS (IMATERIAL)	3. CONSTRUÇÃO IMPORTANTE (demolida ou existente)
1	<u>antes</u> : praças no bairro Boa Vista e adro da igreja Matriz. <u>Hoje</u> : Praça JK.	<u>Lenda</u> : homem do saco fazia sabão com crianças (vizinho da avó).	<u>Demolida</u> : antigo bar do Buda. <u>Existente</u> : Igreja da Basílica, Cine Teatro Leon .
3	<u>antes</u> : Romaria, Passos da Paixão, brincava na rua (casa da avó e vizinhança), carnaval (nas arquibancadas da rua Marechal Floriano).	não mencionadas.	<u>Demolida</u> : Casa do avó, antiga casa de parentes (na rua Marechal Floriano).
4	<u>antes</u> : rodoviária. <u>Hoje</u> : rodoviária, igreja (evangélica).	<u>Costumes</u> : reunia muito com a família e o padre José Bosco (de Jeceaba) para comer galinhada.	<u>Existente</u> : antiga casa do Zé Arigó.
5	<u>antes</u> : rua da avó (rua Bom Jesus), Santuário, adro da Matriz, roça no Maranhão (distrito). <u>Hoje</u> : não frequenta quase nenhum local público.	<u>Costumes</u> : família reúne em datas comemorativas e nas férias.	<u>Demolida</u> : casas na Ladeira Bom Jesus. <u>Demolida parcialmente</u> : antiga Secretaria da Fazenda (só há fachada frontal; era bonito, no centro da cidade, podiam ter preservado);.
6	<u>antes</u> : cinema; futebol; escola; viveu Congonhas intensamente em épocas mais remotas. <u>Hoje</u> : não sai muito (casa-trabalho); restaurante no Museu de Congonhas.	<u>Costumes</u> : manifestações religiosas (participava como figurante da encenação na Semana Santa); teatro (Luiz Paulo e Wenseslau).	<u>Demolida</u> : Casarão na JK em alvenaria de pedra, recentemente demolida. <u>Existente</u> : Escola Estadual Barão de Congonhas.
7	<u>antes</u> : a cidade era mais limpa; as pessoas se conheciam; os vizinhos eram como parentes. Frequentava o Clube Esportivo; Rádio Congonhas; casas das amigas; escola (Piedade); cinema (no tempo dos padres Redentoristas). <u>Hoje</u> : não se conhece ninguém; há muita gente estranha; o trânsito é ruim; não há bons bares. I Pessoas: Antônio Goiabada (andava com um pedaço de goiabada na caixinha de colombo; a família era caricata); Mário Balança; tia Vick e tia Ana (irmãs) e dona Mimi, que cuidavam dos preparativos da Semana Santa; médica e artista plástica francesa Helena Bazev (que fez o painel na antiga Rádio Congonhas). Em meados da década de 60 a cidade era muito animada por causa do Zé Arigó. Nesta época, Congonhas começou a mudar - intensificou o comércio devido ao grande número de turistas. Depois que Zé Arigó morreu (1971), o comércio da cidade enfraqueceu totalmente (hotéis, farmácias, lojas, turismo). Logo depois se ouviu falar da CSN e na Mineração da Fábrica (atual Vale); mas a população não dava importância para isso.	<u>Costumes e casos</u> : só haviam igrejas católicas na cidade; se lembra dos padres Redentoristas. Menciona que a Rádio Congonhas foi criada unicamente para divulgar a devoção ao senhor Bom Jesus, o que há algum tempo não acontece.	<u>Demolida</u> : casa do Barão de Congonhas (atual Supermercado Milagres). <u>Existente</u> : Romaria.

ID

ENTREVISTADO	1. LEMBRANÇAS (LOCAIS DA CIDADE)	2. LEMBRANÇAS (IMATERIAL)	3. CONSTRUÇÃO IMPORTANTE (demolida ou existente)
	<u>antes</u> : adro do Santuário; Ladeira e rua Bom Jesus (brincavam de pique esconde), Romaria, ruas próximas à Fortunata. <u>Hoje</u> : Basílica 11 (Santuário e arredores).	<u>Costumes</u> : escola de samba (lembra da Jacuba, escola para a qual a vó costurava e entrevistada desfilava); novena de Natal entre vizinhos; lenda da noiva da FAFIC; Maria Cavadeira; Jubileu	<u>Existente</u> : prédios na parte histórica da cidade (Romaria, Casa da Ladeira, FAFIC, Secretaria do Jubileu); antiga Rádio Congonhas; antiga na esquina da rua Bom Jesus com Paulo Arges.
	<u>antes</u> : adro do Santuário e jardim dos Passos, Parque da Cachoeira (quando ainda era natural, antes do parque), igreja da Matriz (adro antigo), coreto no bairro Dom Oscar, igreja do Rosário, Romaria (na década de 1990, após sua reconstrução). <u>Hoje</u> : 12 Santuário e Basílica.	<u>Costumes</u> : seresta e serenata (década de 60); footing na esquina dos aflitos; cinema (matinê, 1ª e 2ª seções); final de semana ia a missa e ao cinema; passeava no campo do Ideal; ia à cachoeira (no caminho, havia o banheiro dos padres).	<u>Demolida</u> : casarios bonitos nas ruas Bom Jesus e Feliciano Mendes; casa na rua Barão de Congonhas (em arruinamento); Hotel Cantuária (demolido, onde é Brasa Gril e Banco do Brasil; abrangia a padaria Santo Afonso, armazém do Sr. Lavínio, restaurante Riviera); casas antigas onde é escola Oscar Weinschenk; antigas casas no início da rua Barão de Congonhas. <u>Existente</u> : Beco dos Canudos; Estação Ferroviária.
13A	<u>antes</u> : Parque da Cachoeira; cinema. <u>Hoje</u> : Basílica e Romaria.	<u>Lenda</u> : noiva da FAFIC.	<u>Demolida</u> : antiga casa da Tia Vichy (rua Padre João Pio); casarão na Avenida JK em alvenaria de pedra.
13B	<u>antes</u> : Parque da Cachoeira, quadra que aconteciam os torneios de futebol de salão, cinema e igrejas em geral. <u>Hoje</u> : Basílica, Romaria.	<u>Lenda/caso</u> : homem que cuspiu fogo e punha medo nas madrugadas.	<u>Demolida</u> : casarão na Avenida JK em alvenaria de pedra; casa da Tia Vichy; casarios antigos.
	<u>antes</u> : clubes dançantes (Esportivo, Ideal, Escola Técnica); carnaval (de clube e de rua); festas religiosas (Semana Santa, Jubileu, festa da Padroeira). <u>Hoje</u> : bares; restaurantes; reuniões familiares.	<u>Lenda</u> : noiva da FAFIC. <u>Caso</u> (real): cruz do Feliciano Mendes.	Antiga Secretaria da Fazenda (restou apenas a fachada frontal); alguns outros foram reconstruídos (Romaria) ou "repaginados" (prefeitura, biblioteca).
	<u>antes</u> : clubes dançantes; cinema (funcionava diariamente); igrejas; cachoeira (quando ainda era natural, antes do parque); brincava 17 na rua. <u>Hoje</u> : igrejas.	<u>Costumes</u> : Jubileu; carnaval de rua e nos clubes (antes e durante as escolas de samba haviam bonecos grandes, com perna de pau); crianças brincando na rua.	<u>Demolidas</u> : cooperativa da CSN em frente ao atual Santander (era um armazém para os funcionários e quando precisava usar o telefone, era lá que as pessoas iam); casas no início da rua Bom Jesus e Travessa Fortunata; antiga cadeia (onde é o supermercado Damata); antigos casarões onde é o Fórum. <u>Existente</u> : casarão do sr. Vital (esquina com rua Aleijadinho); casa atrás da igreja da Matriz (do século XIX).

ID

ENTREVISTADO 1. LEMBRANÇAS (LOCAIS DA CIDADE)

2. LEMBRANÇAS (IMATERIAL)

3. CONSTRUÇÃO IMPORTANTE (demolida ou existente)

antes: clubes dançantes; cinema. Hoje: geralmente não frequenta locais públicos.

Costumes: festa no Maranhão (Nossa Senhora d'Ajuda); nadar no banheiro dos padres (caminho da cachoeira, próximo ao Palmital); jogar futebol no campo do Ideal e da Chacrinha; carnaval de rua e nos clubes; nadar e andar de barco no Rio Maranhão; ir no antigo povoado de Casa de Pedra (cinema, clubes, igreja); caçar passarinho nos arredores da Matriz quando era vegetado (próximo ao hospital atual).

Demolidas: antigo trilho da central (de bitola estreita, que passava próximo à atual prefeitura, antes da década de 1960); primeira delegacia (após a ponte da rua Padre Antônio Corrêa - atualmente destinado à escola de música); fábrica de talco na rua Marechal Floriano; fábrica de tinta próximo ao atual ginásio poliesportivo. Existente: antigas casas do Zé Arigó na rua Bom Jesus.

19 antes: Basílica. Hoje: geralmente não frequenta locais públicos.

Costumes: gincanas na Praça Dom Helvécio na década de 1990.

Existente: as igrejas, o Santuário, a Romaria.

antes: Parque da Cachoeira; adro da igreja da Basílica. Hoje: Museu de Congonhas e arredores do Santuário.

Costumes: Jubileu (subir ladeira, assistir missa e descer ladeira).

Existente: Santuário, prefeitura, antiga Secretaria da Fazenda, biblioteca, Romaria e os prédios que remetem às construções "históricas", mais antigas.

antes: Cine Leon; Clube Esportivo e Ideal; esquina dos aflitos (rua Marechal Floriano com rua Padre Antônio Corrêa). Hoje: geralmente não frequenta locais públicos.

Pessoas: Maria Cavadeira (andava com um objeto com função de bengala), Antônio goiabada, sr. Geraldo Morcego, Curinga, Raimundo jiló (trabalhou no cemitério de Nossa Senhora da Conceição), etc. Costumes: Jubileu; congado (maio); carnaval (era muito bonito e organizado); festas das igrejas; 7 de setembro (todas as escolas participavam); festa no Maranhão (da padroeira Nossa Senhora d'Ajuda).

Demolidas: casas em pau a pique na rua Feliciano Mendes; casas na rua Marechal Floriano; casa da Tia Vichy; casarão em alvenaria de pedra na Avenida JK; casa da dona Lili Shweber (atual Tony's Calçados). Existente: antigo Hotel do Jucão (em arruinamento).

ID ENTREVISTADO	4. CONTATO VIZINHOS	5. O QUE É PATRIMÔNIO CULTURAL DE CONGONHAS?	5.1 2º MAIOR SÍMBOLO DA CIDADE	6. SÍNTESE CIDADE I CIDADE IDEAL
1	hoje: nome dos vizinhos colados, sem maior contato - exceto uma (encomenda ovo caipira) I vizinhos da avó (pessoas +velhas) ficam na rua conversando. Mas, no geral, as pessoas estão mais reservadas.	Basílica I Parque da Cachoeira I Prefeitura I Cine Teatro Leon I igrejas (de forma geral) I Romaria I prédios entorno Santuário (Cova do Daniel, Secretaria do Jubileu, Fortunata) I Beco dos Canudos I Rádio Congonhas I Biblioteca Pública		<u>hoje</u> : excelente cidade, embora pudesse ser melhor pela grande receita proveniente da mineração. Cidade que acolhe, família mora nela. <u>Ideal</u> : desenvolvida e, ao mesmo tempo, sustentável; acolhedora; bonita; com economia diversificada (não focada na exploração).
3	quando era pequeno frequentava casa dos vizinhos, brincava na rua I hoje as coisas mudaram, pela vida mesmo; reúnem mais em casa atualmente.	igrejas (todas: Basílica-conjunto, São José, Matriz, Rosário, Lobo Leite) I Estação Ferroviária I Prefeitura I Cine Teatro Leon I cruz (Morro Maranhão - antes tinha uma luz na cruz, vista a noite de vários pontos da cidade) I "Itacolomy" (antigo carregamento de vagões, atual CAT - Central de Atendimento do Turista) I mineradoras (principalmente mina de Casa de Pedra) I Romaria I Alameda das Palmeiras	(2º) Romaria e (3º) Museu de Congonhas	<u>hoje</u> : acolhedora; passa ar de tranquilidade, paz. <u>Ideal</u> : educação melhor; limpa e bem cuidada; que reconheça a cultura local; com praças onde moradores possam se encontrar e conversar; mais qualidade de vida; melhores condições de saúde.
4	os vizinhos são gente boa; conversam; se ajudam; sempre foi assim.	igrejas, principalmente a Basílica I casas antigas que não podem destruir (só com ordem da prefeitura)	(Rodoviária?); UPA (praia)	<u>hoje</u> : acha que precisa melhorar muita coisa, o asfalto (que vivem arrumando/refazendo). Já teve a época boa, agora vive aqui porque tem que viver, mas não gosta. Antes o que o cidadão precisava tinha (médico, dentista, comida para as crianças). <u>Ideal</u> : mais respeito e amor ao próximo.
5	contato é tranquilo, mas não tem muito contato, quase não existe. Quando era criança que tinha mais contato, devido ao próprio convívio de criança.	igreja (Santuário) I Parque da Cachoeira I igreja da Matriz I igreja São José I acha todas as igrejas católicas (inclusive dos distritos) muito bonitas I Romaria I Museu de Congonhas I Museu da Imagem e Memória I [sem ser edificação]: Festival da Quitanda	Romaria	<u>hoje</u> : tem tudo para ser uma cidade linda. Não que não seja, mas peca muito. Deveria incentivar (obrigar) moradores da Ladeira a cuidar, incentivar rede hoteleira (que melhorou) e restaurantes. Falta governar e saber investir direito. Pois dinheiro acha que não falta. Acha que cidade não perde culturalmente para Ouro Preto, embora haja muita diferença entre as realidades. <u>Ideal</u> : administrar de forma à fazer sobressair a cultura local.
6	sempre foi tranquilo, mas distante.	todo o conjunto escultórico (Santuário) e arquitetônico (poucas casas e prédios ainda preservados) da cidade I o que considera mesmo: jardim e adro Basílica; igrejas São José, Matriz, Rosário, Nossa Senhora d'Ajuda (Maranhão) e Nossa Senhora da Soledade (Lobo leite).	Romaria e Igreja da Matriz	<u>hoje</u> : gosta muito da cidade, viveu aqui e tem amigos aqui; cidade boa para se viver, apesar do pó da CSN. <u>Ideal</u> : sem poeira da CSN; sem o trânsito exagerado.

ID ENTREVISTADO	4. CONTATO VIZINHOS	5. O QUE É PATRIMÔNIO CULTURAL DE CONGONHAS?	5.1 2º MAIOR SÍMBOLO DA CIDADE	6. SÍNTESE CIDADE I CIDADE IDEAL
	mudou muito. Hoje cada um fica dentro da sua casa, com medo; pois tem muita gente estranha na cidade que mora perto, que não tem educação. Contato é cordial, mas 7 distante.	igreja São José I rua Bom Jesus I Beco dos Canudos I Santuário (igreja e capelas, exceto jardim - pois não é antigo)	igreja da Matriz e do Rosário; igrejas de forma geral	<u>hoje</u> : não gosta de cidade histórica, pois o progresso é muito difícil. Principalmente quando se vive do turismo, pois turismo não dá voto. Logo, os prefeitos daqui nunca ligaram para o turismo - o turismo religioso os padres são velhos, não tem condições; o povo poderia ajudar (compara Congonhas com Aparecida do Norte). aqui só tem o Jubileu. e a Rádio Congonhas, por exemplo, foi feita para fazer propaganda do Sr. Bom Jesus e não proclama a devoção ao santo. <u>Ideal</u> : uma cidade que tivesse ônibus mais confortáveis; lazer para os jovens e idosos; mais vigilância sanitária no comércio. Que fosse uma cidade (a não ser a parte histórica) mais cuidada - transporte coletivo adequado, ruas mais largas [referências às requalificações no centro que induzem à redução do uso de veículos].
	mudou muito. Tinha contato (há uns 23 anos), os vizinhos se ajudavam (não tinha muito infraestrutura no bairro). Os moradores mais antigos permanecem ainda, mas bairro cresceu e diversificou a vizinhança; família da entrevistada não frequenta muito casa de vizinhos; surgiu pontos comerciais no bairro - fatores que contribuíram para mudança. Já na casa da vó (Ladeira), casas sem muro, direto na rua, há mais contato - sempre estão na janela e, quando passam alguém, conversam; maior contato visual; mais clima de entrocamento entre 11 vizinhos.	Basílica (FAFIC, Santuário, Romaria, Ladeira, São José, toda a área); Parque da Cachoeira.	Parque da Cachoeira (Congonhas é conhecida pelo parque e pelo Santuário); mineração (até mais que o parque).	<u>hoje</u> : cidade tranquila; agradável de morar - exceto quanto à poluição e mineração, que deixam local sempre com aspecto sujo. Teve aumento populacional, mas não acha que isto impactou na rotina da cidade, exceto no que tngae ao trânsito na área central. <u>Ideal</u> : cidade sem essa poluição e com infraestrutura melhor (transporte, expandir área comercial para outro lado, deixar essa parte central para área cultural, que deveria ser mais explorada, com cinema, teatro - cidade tem berço, mas não sabe aproveitar).
12	<u>antes</u> : era família; todos unidos; compartilharam tudo; parava para conversar, sentava na porta. <u>Hoje</u> : mais ou menos igual cidade grande; segue o fluxo da vida; todo mundo sem tempo, coisas da vida moderna.	Santuário; Hotel Colonial; Beco dos Canudos; Romaria e alameda; igrejas (Matriz, São José, Rosário); Seminário.	Romaria	<u>hoje</u> : cidade que quer ser grnade, mas não tem estrutura. Tem transtornos do trânsito, da má informação, o povo não é muito bem educado. <u>Ideal</u> : cidade de interior tinha que ter programas de serenata; locais com barzinhos na ladeira para conversar, locais que permitam parar.

ID ENTREVISTADO	4. CONTATO VIZINHOS	5. O QUE É PATRIMÔNIO CULTURAL DE CONGONHAS?	5.1 2º MAIOR SÍMBOLO DA CIDADE	6. SÍNTESE CIDADE I CIDADE IDEAL
13A	<u>antes</u> : tinha mais convívio; crianças brincam na rua, vai na casa do outro com frequência. <u>Hoje</u> : com o tempo e a idade isso vai se perdendo.	Basílica; Romaria; Parque da Cachoeira; igrejas.	Romaria	<u>hoje</u> : cidade feia; mal administrada. <u>Ideal</u> : comércio melhor; mais faculdade; melhor infra-estrutura de saúde e lazer; menos feia (fisicamente) e que se preocupasse mais com a aparência da cidade;
13B	<u>antes</u> : bricava muito na rua (pique, parque no Jubileu, circo). <u>Hoje</u> : como mora na área central, já tem poucos vizinhos, grande parte sendo ponto comercial.	igrejas; Ladeira; Romaria; distritos (Alto Maranhão e Lobo Leite).	Romaria	<u>hoje</u> : cidade rica e mal administrada. <u>Ideal</u> : com mais infra-estrutura de lazer, cultura, turismo, saúde, comércio; que respeite mais o meio ambiente; acessível; que valorise seu patrimônio.
14	<u>antes</u> : como trabalhava só ficava em casa a noite. <u>Hoje</u> : tem convivência muito melhor; rezam e saem juntas; concretizam nas casas umas das outras.	Santuário; Romaria; Parque da Cachoeira; prédios no "estilo da época" ou bem conservados; calçadas de pé-de-moleque; igrejas; entorno do Santuário (hotel e seminário); Colégio Nossa Senhora da Piedade.	Parque da Cachoeira; montanhas de minério de ferro que circundam a cidade (que já estão cheias de "degraus". Uma riqueza que traz trabalho, mas muita preocupação também, por causa da falta de segurança das barragens).	<u>hoje</u> : temos que aceitar a cidade como ela pôde ser construída (entre montanhas, ruas íngremes, difícil acesso); mas temos também que marcar nosso tempo (ruas largas, casas modernas que não prejudiquem a visão do "histórico"). <u>Ideal</u> : que as ruas fossem mais bem conservadas; que as ruas não fossem estreitadas [referente às requalificações urbanísticas na área central a partir de 2012], priorizando os automóveis; melhor conservação do rio e das casas (deveriam ser acabadas).
17	<u>antes</u> : conversavam e se ajudavam. <u>Hoje</u> : raro conversar, as vezes quando encontra na rua.	Santuário e as igrejas, prédios do Seminário (FAFIC e Secretaria do Jubileu); Estação Ferroviária.	prédios do Seminário (FAFIC e Secretaria do Jubileu).	<u>hoje</u> : cidade boa para morar; calma apesar de ter violência; se pode andar tranquila e a pé para a maioria dos lugares; tem pouca diversão para as crianças. <u>Ideal</u> : gosta como é.
18	<u>antes</u> : tinha contato, conversava muito, um ajudava o outro. <u>Hoje</u> : há muito pouco contato.	Santuário; Romaria; Estação Ferroviária.	nada	<u>hoje</u> : não acha boa devido ao comércio fraco, falta recursos (tudo que precisa é necessário ir para outra cidade); cidade não progrediu muito. <u>Ideal</u> : local com infraestrutura melhor.
19	<u>antes</u> : era melhor, mais fácil, mais acessível, pois tinha mais contato. <u>Hoje</u> : ninguém tem tempo de conviver.	Semana Santa.	Romaria	<u>hoje</u> : cidade com potencial; gostosa de se viver, mas também tem violência (que acontece em densidade significativa e não era assim; observa que é feita principalmente pelos próprios moradores, e não por pessoas de fora); agora está um pouco movimentada, mas nada que prejudique sua evolução. <u>Ideal</u> : mais arborizada, bonita e segura.

ID ENTREVISTADO	4. CONTATO VIZINHOS	5. O QUE É PATRIMÔNIO CULTURAL DE CONGONHAS?	5.1 2º MAIOR SÍMBOLO DA CIDADE	6. SÍNTESE CIDADE I CIDADE IDEAL
	<u>antes</u>: brincava na rua com as crianças vizinhas, a cidade era mais tranquila. <u>Hoje</u>: não há contato, só 23 cumprimenta.	Santuário, Parque da Cachoeira, Museu da Imagem e Memória, Museu de Congonhas ("museu novo"), museu de mineralogia.	Romaria	<u>hoje</u>: acha que a cidade perdeu muitas referências históricas devido à atividade mineratória; a imagem que tem é muito ligada à poluição e muita exploração proveniente das mineradoras, pouco voltada ao turismo. <u>Ideal</u>: melhorar a gestão, mais investimentos no turismo, nas potencialidades da cidade (Parque da Cachoeira, obras do Aleijadinho), comércios bons adequados
	<u>antes</u>: eram muito próximos; os terreiros das casas eram interligados por portões; compartilhavam os produtos das criações e quitandas (assadas nas padarias após o "expediente do pão"). <u>Hoje</u>: "cada um por si"; com a correria da vida é raro o momento que se consegue conversar com o vizinho; as crianças não brincam 24 mais na rua.	igrejas (Matriz, Bom Jesus, São José, todas); cinema; Romaria; Alameda das Palmeiras; museus (Imagem e Memória e de Congonhas); prédios do antigo seminário; as festas religiosas (comemorações dos padroeiros das igrejas, Jubileu); Festival da Quitanda; Festival de Inverno.	Parque da Cachoeira.	<u>hoje</u>: pequena; com vários estabelecimentos de ensino; com cinema (apesar de não funcionar); com peças teatrais; com variedade de comércio razoável; lazer precário; sem tratamento de esgoto para todos; mas é uma cidade acolhedora e boa de se viver. <u>Ideal</u>: com infraestrutura; bons ensinos; transporte público bom; todos trabalhando visando o desenvolvimento da cidade (principalmente os políticos), fazendo tudo em benefício do povo (sem o "toma lá dá cá"); com menos poluição por parte das empresas e mais reflorestamento.

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

APÊNDICE G – Tabela síntese das entrevistas semiestruturas (etapa 1B)

Tabela G-1 – Síntese das informações coletadas na etapa 1A das entrevistas semiestruturadas

ID ENTREVISTADO	1.1B O QUE SE DESTACA NA IMAGEM?	2.1B SIGNIFICADO DA IMAGEM	3.1B SENSAÇÃO AO VER A IMAGEM
	presença de prédios com 2 pavimentos; descentralização da Ladeira; falta de netureza atualmente; diferença da Basílica e Beco dos Canudos	cidade cresceu sem se preocupar em manter natureza e história, saindo do estilo original.	nostalgia [imagética]; vontade de voltar ao passado; sensação de que eram "bons tempos"
	facilidade de identificar o patrimônio da cidade, como a Igreja [Basílica], as igrejas [Basílica e São João] a Fortunata. Na imagem em preto e branco não vê grandes construções, nas laterais já se vê prédios sem padronização, que poluem a paisagem.	perda de identidade (prédios "sem pé nem cabeça; antes era tudo colonial, mais padronizado; mais arborizado). Sente mais a presença de mata no preto e branco do que no colorido.	descontrole; crescimento desordenado. Não deveria ter esse tipo de construção (prédios), pelo menos nessa parte da cidade.
	bem diferente; prefere antigamente. Era mais cuidada; as ruas eram limpas.	lembranças boas. Até o Jubileu antigamente era mais forte; hoje tem muito roubo. Antes tinha barraca em quase toda cidade, hoje é só do São José para cima; tem muita bagunça.	assustadora a diferença, tudo por causa da ambição e ganância. Antes tinha muito verde. Acha que não deveriam ter asfaltado as ruas, que resulta em muito calor e poeira para a cidade. Não tem mais cheiro de terra quando chove, só se tiver no terreno.
	Congonhas antiga e Congonhas nova. A mata, a praça do São José não existia. O verde próximo à Basílica - começou a reduzir com a construção da praça (sem necessidade) e demolição de casas.	não concorda com praça na subida do São José (a partir da demolição de praticamente um lado da rua, e que serve para uso de drogas e estacionamento de carros; não recebe manutenção correta).	saudade de ver a rua Bom Jesus como era antes, com casas [associa imagem de 1898 à do final do século XX]. Sensação de reconhecimento (familiaridade).
	6 exuberância da Basílica, o ponto mais alto da foto.	dois momentos de Congonhas.	gostaria de voltar no tempo para ver a antiga Congonhas.
	as palmeiras, a igreja apagada (Basílica que, mesmo em uma foto apagada, é realçada); a igreja São José. Acha errado ter casas modernas em ruas como a rua Bom Jesus.	acha errado casas modernas na Ladeira. Gostaria que as casas antigas tivessem sido preservadas.	tristeza, parece que teve uma guerra; e que a poeira da CSN tampou a cidade - que às vezes não é vista devido à poeira.
	os prédios que foram construídos e descaracterizam a parte histórica; poluição visual; grande contraste em relação às edificações originais, que deveriam ter sido preservadas, uma vez que o adro é visto de vários pontos da cidade - se estivessem sido preservados, seria uma visão melhor (acha que preocuparam com isso muito depois, tarde).	o adro é maravilhoso, mas no caminho você não imagina; deveriam ter preocupado em manter o padrão construtivo original.	nostalgia(ainda dá para lembrar de algumas coisas). Tristeza (de ver as mudanças, de saber que a população não tem a consciência de manter a história da cidade. Dificilmente a gente contempla, foi pouco explorado essa mentalidade de preservação/conscientização; os trabalhos na escola se voltavam para a história, para a figura do Aleijadinho, não para a noção de preservação.
	12 região da Basílica chama a atenção, o céu.	Basílica é o pedaço maravilhoso de Congonhas; a alameda também é muito bonita, completa o Santuário, traz uma tranquilidade; lembra da música d infância "se essa rua fosse minha eu mandava ladrilhar".	Basílica: paz; mistério. Foto toda: falta de harmonia; de zelo; parte pouca cuidada, depredada.
13A	antes tinha mais área verde e havia menos construções.	mostra a evolução da cidade.	tristeza.
13B	havia mais área verde.	perda de área verde.	contraste entre o passado e o presente.
	14 Alameda das Palmeiras, o estilo colonial, a tranquilidade na paisagem.	remete aos momentos de lazer, de alegria com os familiares; o antes e o agora, de ver que a cidade evoluiu mas não perdeu suas características básicas.	"Porque ela está feia assim?"; antes tinham mais bom gosto na arquitetura, a estética das construções merecem elogio até hoje, eram detalhistas, caprichosos; a cidade cresceu mas "não fizeram nada mais bonito".
	as palmeiras se sobressaem à igreja da Basílica, mas o olho foi direcionado para a igreja.	"apesar de tudo, a fé do povo que ainda resiste"; nas cerimônias do Jubileu se percebe que a fé prevalece.	cidade muito feia; casas inacabadas.

ID ENTREVISTADO	1.1B O QUE SE DESTACA NA IMAGEM?	2.1B SIGNIFICADO DA IMAGEM	3.1B SENSÇÃO AO VER A IMAGEM
18	Palmeiras (na alameda) - algumas foram suprimidas.	cidade mais atualizada, com prédios em volta. Antes eram só casas velhas, só tinha a Ladeira, agora está melhor.	lembrança da antiga subida (Ladeira).
19	a igreja da Basílica.	remete às lembranças da infância.	nada
23	predominância de área verde, em contraste à densidade construtiva atual.	significa que as coisas mudaram, a cidade cresceu; mas continua a igreja [da Basílica] "lá em cima bonitinha". Mudança que é natural.	processo natural de crescimento da cidade: "a cidade cresceu, evolui e virou isso" (deixou de ser "um tanto de mato e no meio do mato, igrejas" para ter comércio, construções, "vida").
24	o crescimento da cidade.	vista parcial da cidade, pois já cresceu muito; mostra a parte da igreja principal (da Basílica) e a Romaria; mostra a mistura de tipologias construtivas (modernas e antigas).	saudade do tempo em que só via o caminho da igreja (da Basílica), o formato do traçado urbano nessa área parecia um ponto de interrogação.

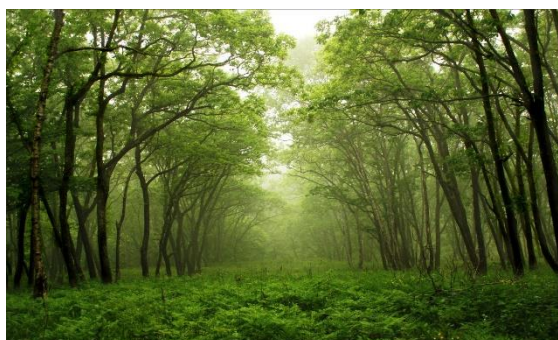
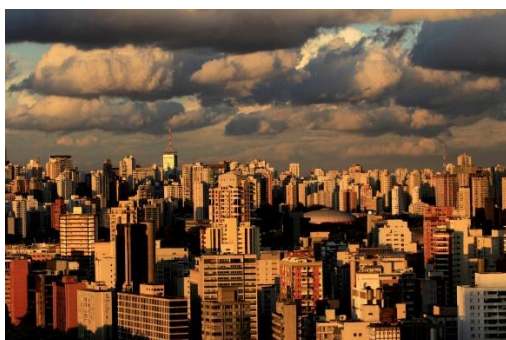
Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Apêndice H - Tabela síntese das entrevistas semiestruturadas (etapa 2)

ENTREVISTA 2 – FOTOS COMPARATIVAS – 16 entrevistados

Os destaques em cinza nas tabelas referem-se às figuras associadas às tradições originais de Congonhas, seja pelas características construtivas seja pela forma de vida. Em branco, estão as figuras associadas aos ambientes significativamente modificados pelas atividades da vida contemporânea.

1. Cidade x floresta | Mundo ideal: preservação ou progresso?



Fonte: <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,cidade-de-sao-paulo-chega-a-12-milhoes-de-habitantes,10000072909>. Acesso em: 25 out. 2018.

Fonte: <https://www.elo7.com.br/painel-floresta-g-frete-gratis/dp/7BFA6A>. Acesso em: 25 out. 2018.

Análise (síntese): Os entrevistados associaram a floresta à presença de ar puro, tranquilidade, beleza visual, melhor qualidade de vida.

	Geral	Escolaridade		Idade			
		sem 3º grau completo	com 3º grau completo	>60 anos (7)	de 41-59 anos (3)	de 26-40 anos (5)	<25 anos (1)
1 Cidade	7 (44%)	4 (50%)	3 (38%)	3 (43%)	2 (67%)	2 (40%)	1 (100%)
2 Floresta	9 (56%)	4 (50%)	5 (62%)	4 (57%)	1 (33%)	3 (60%)	-

2. Cidade colonial x cidade high-tech | local para se viver, forma de vida



Fonte: <https://www.viajali.com.br/olinda/>. Acesso em: 25 out. 2018.



Fonte: <https://www.visitdubai.com/pt/travel-planning/getting-around-dubai>. Acesso em: 25 out. 2018.

Análise (síntese): Na 1, a presença de vegetação é associada à cidade de interior. A ideia de progresso e do desenvolvimento das ciências sendo citados por quem prefere a high-tech.

	Geral	Escolaridade		Idade			
		sem 3º grau completo	com 3º grau completo	>60 anos (7)	de 41-59 anos (3)	de 26-40 anos (5)	<25 anos (1)
1 Colonial	12 (75%)	6 (75%)	6 (75%)	4 (57%)	3 (100%)	4 (80%)	1 (100%)
2 High-tech	4 (25%)	2 (25%)	2 (25%)	3 (43%)	-	1 (20%)	-

3. Traçado urbano retificado x traçado urbano orgânico | percepção da cidade



Fonte: <http://www.ryscarquitectura.com.br/arquitetura-nas-cidades-cidades-planejadas/>. Acesso em: 25 out. 2018.



Fonte: <http://arquitetofala.blogspot.com/2011/12/arquitetura-moderna.html>. Acesso em: 25 out. 2018.

Análise (síntese): Traçado retilíneo é associado à monotonia; mas também à organização e melhor infraestrutura; enquanto o orgânico à uma melhor qualidade de vida (e ar puro).

	Geral	Escolaridade		Idade			
		sem 3º grau completo	com 3º grau completo	>60 anos (7)	de 41-59 anos (3)	de 26-40 anos (5)	<25 anos (1)
1 Retificado	2 (12%)	1 (13%)	1 (13%)	1 (14%)	-	1 (20%)	-
2 Orgânico	14 (88%)	7 (87%)	7 (87%)	6 (86%)	3 (100%)	4 (80%)	1 (100%)

4. *Fast food* x comida mineira (quitanda) | tradições, memórias



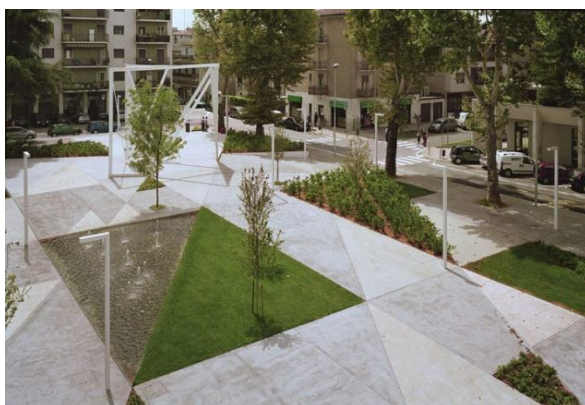
Fonte: <https://ionline.sapo.pt/592495>. Acesso em: 25 out. 2018.

Fonte: <https://catracalivre.com.br/gastronomia/7-lugares-para-se-deliciar-com-os-quitutes-mineiros/>. Acesso em: 25 out. 2018.

Análise (síntese): A comida mineira é associada às memórias (a casa da vó e a infância); enquanto o *fast food* é associado à praticidade (necessária na via atual).

	Geral	Escolaridade		Idade			
		sem 3º grau completo	com 3º grau completo	>60 anos (7)	de 41-59 anos (3)	de 26-40 anos (5)	<25 anos (1)
1 <i>Fast food</i>	7 (44%)	4 (50%)	3 (38%)	2 (29%)	2 (67%)	2 (40%)	1(100%)
2 Comida mineira	9 (56%)	4 (50%)	5 (62%)	5 (71%)	1 (33%)	3 (60%)	-

5. Praça moderna x praça tradicional | memórias e associações à vida em cidade do interior de Minas Gerais



Fonte: <https://www.hometeka.com.br/inspire-se/mobiliario-urbano-16-projetos-de-parques-e-pracas-pelo-mundo/.html> Acesso em: 25 out. 2018.



Fonte: https://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-g303534-d3180983-Reviews-Praca_Dante_Alighieri-Caxias_Do_Sul_State_of_Rio_Grande_do_Sul.html Acesso em: 25 out. 2018.

Análise (síntese): A praça tradicional é associada à liberdade e maior convívio com as pessoas e com a natureza. A praça moderna foi associada ao visual mais limpo.

	Geral	Escolaridade		Idade			
		sem 3º grau completo	com 3º grau completo	>60 anos (7)	de 41-59 anos (3)	de 26-40 anos (5)	<25 anos (1)
1 Moderna	1 (6%)	1 (13%)	-	-	1 (33%)	-	-
2 Tradicional	15 (94%)	7 (87%)	8 (100%)	7 (100%)	2 (67%)	5 (100%)	1 (100%)

6. Vila x casa de condomínio | forma de se relacionar em comunidade



Fonte: <https://pt.depositphotos.com/35028069/stock-photo-colorful-houses-village-square-in.html>. Acesso em: 25 out. 2018.



Fonte: <http://blog.mocamboimoveis.com.br/condominio-ou-casa-em-bairro/>. Acesso em: 25 out. 2018.

Análise (síntese): A vila é associada a uma vida mais calma, acolhedora, próxima à natureza e às pessoas; as construções remetem às coloniais, que possuem “história”. O condomínio é tido como visualmente mais leve, acessível, livre e confortável.

	Geral	Escolaridade		Idade			
		sem 3º grau completo	com 3º grau completo	>60 anos (7)	de 41-59 anos (3)	de 26-40 anos (5)	<25 anos (1)
1 Vila	10 (62%)	4 (50%)	6 (75%)	3 (43%)	2 (67%)	4 (80%)	1 (100%)
2 Condomínio	6 (38%)	4 (50%)	2 (25%)	4 (57%)	1 (33%)	1 (20%)	-

7. Altura das construções: horizontal x vertical | forma de vida e de se relacionar; qualidade de vida



Fonte: <https://exame.abril.com.br/brasil/100-cidades-pequenas-que-dao-um-show-em-infraestrutura/>.
Acesso em: 25 out. 2018.

Fonte: <https://ecotelhado.com/ecotelhados-podem-ser-obrigatorios-em-predios-em->

Análise (síntese): A cidade horizontal é associada à vida no interior, a proximidade com os vizinhos, mais área verde e aconchego. A vertical é associada à “vida na capital” e à modernidade.

	Geral	Escolaridade		Idade			
		sem 3º grau completo	com 3º grau completo	>60 anos (7)	de 41-59 anos (3)	de 26-40 anos (5)	<25 anos (1)
1 Horizontal	13 (81%)	7 (87%)	6 (75%)	7 (100%)	1 (33%)	4 (80%)	1 (100%)
2 Vertical	3 (19%)	1 (13%)	2 (25%)	-	2 (67%)	1 (20%)	-

8. Cidade aparentemente homogênea x cidade heterogênea | estética e porte da cidade (interior ou capital)



Fonte:

https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/especiais/horadoplaneta/noticias/?uNewsID=44762 . Acesso em: 25 out. 2018.

Fonte:

<https://www.guiadoturismobrasil.com/cidade/MG/540/pouso-alegre>. Acesso em: 25 out.

Análise (síntese): A homogeneidade construtiva foi associada à harmonia visual, ao aconchego e valorização de pontos importantes (igreja e serra), além de se associar à preservação da serra, ao ar puro e à limpeza. A heterogeneidade é associada à infraestrutura mais completa, à liberdade e a um ambiente mais evoluído.

	Geral	Escolaridade		Idade			
		sem 3º grau completo	com 3º grau completo	>60 anos (7)	de 41-59 anos (3)	de 26-40 anos (5)	<25 anos (1)
1 Homogênea	11 (69%)	6 (75%)	5 (62%)	6 (86%)	1 (33%)	3 (60%)	1 (100%)
2 Heterogênea	5 (31%)	2 (25%)	3 (38%)	1 (14%)	2 (67%)	2 (40%)	-

9. Telhado cerâmico x telhado metálico | características construtivas tradicionais de Congonhas



Fonte: <https://www.alamy.pt/foto-imagem-vista-sobre-o-centro-historico-de-praga-na-republica-checa-a-partir-do-telhado-do-clementinum-170587300.html>. Acesso em: 25 out. 2018.



Fonte: <https://pt.depositphotos.com/11934913/stock-photo-developing-city.html>. Acesso em: 25 out. 2018.

Análise (síntese): Os telhados cerâmicos foram associados à ambientes mais alegres, bonitos e acolhedores, sendo mais bonito visualmente. Telhados metálicos foram associados à sujeira e poluição, à ausência de ordem.

	Geral	Escolaridade		Idade			
		sem 3º grau completo	com 3º grau completo	>60 anos (7)	de 41-59 anos (3)	de 26-40 anos (5)	<25 anos (1)
1 Cerâmico	15 (94%)	7 (87%)	8 (100%)	6 (86%)	3 (100%)	5 (100%)	1 (100%)
2 Metálico	1 (6%)	1 (13%)	-	1 (14%)	-	-	-

10. Shopping x ar livre | estilo de vida (moderno ou tradicional), atividades de lazer



Fonte: <https://www.passeiodasaguasshopping.com.br/lojas/>. Acesso em: 25 out. 2018.



Fonte: <https://www.google.com.br/imgres?imgurl=http%3A%2F%2Fcdn.abcdoabc.com.br%2FParque-Estremelique-sa-1.jpg&imgrefurl=http%3A%2F%2Fwww.abcdoabc.com.br%2Fsanto-andre%2F>. Acesso em: 25 out. 2018.

Análise (síntese): O shopping é associado à diversão e à modernidade, onde se vê pessoas diferentes. A praça é associada ao ar puro, contato com as pessoas e com a natureza, mais alegre.

	Geral	Escolaridade		Idade			
		sem 3º grau completo	com 3º grau completo	>60 anos (7)	de 41-59 anos (3)	de 26-40 anos (5)	<25 anos (1)
1 Shopping	7 (44%)	4 (50%)	3 (38%)	1 (14%)	2 (67%)	3 (60%)	1 (100%)
2 Ar livre	9 (56%)	4 (50%)	5 (62%)	6 (86%)	1 (33%)	2 (40%)	-

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

APÊNDICE I - Tabela síntese das entrevistas semiestruturadas (mapas mentais)

Figura I-1 – Mapa mental do entrevistado ID 1



Figura I-2 – Mapa mental do entrevistado ID 3



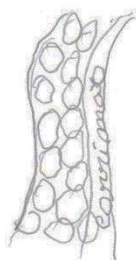
Figura I-3 – Mapa mental do entrevistado ID 4

Basílica falta guarda
 para evitar o roubo -
 falta mais polícia para ruas para
 deter os viciados -
 que ~~compre~~ falta gliterica para
 Idosos falta clinica para dependente
 quimico - bonganhas lugar muito bon
 de morar - mais falta melhorar muito
 Educação - Mais creche mais saúde
 pe pudesse voltar os anos 83 até -
 88 seria tudo de bom

Figura I-4 – Mapa mental do entrevistado ID 6

Basílica e ex-votos
 Museu Romano
 jardim Bunda Brava c/ os Passos
 da Paixão
 Ladeira que liga a Basílica à
 matriz
 Museu da Imagem e Memória
 matriz de São José Operário
 matriz de M. S. da Conceição
 Edifício M. S. da Piedade
 Capela de M. S. do Rosário

Figura I-5 – Mapa mental do entrevistado ID 7



As ruas da Basílica foram feitas
para pessoas que não conheciam
calçados nos pés e precisa-se de um
continuo pois até em Ouro Preto já tem.

Figura I-6 – Mapa mental do entrevistado ID 11

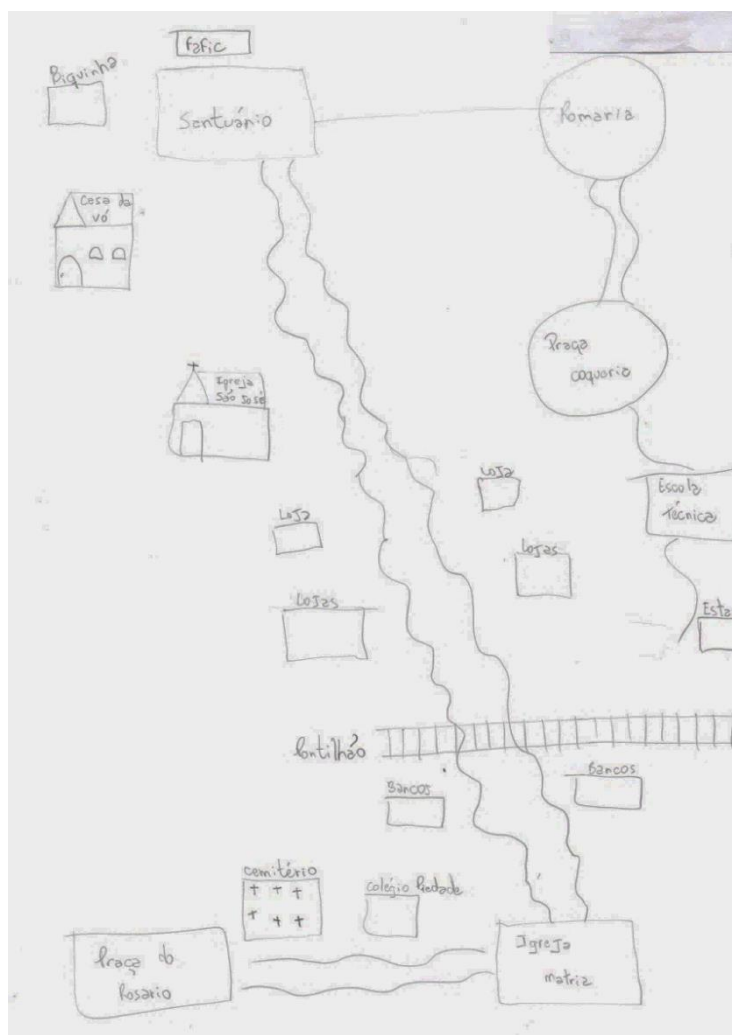


Figura I-7 – Mapa mental do entrevistado ID 12

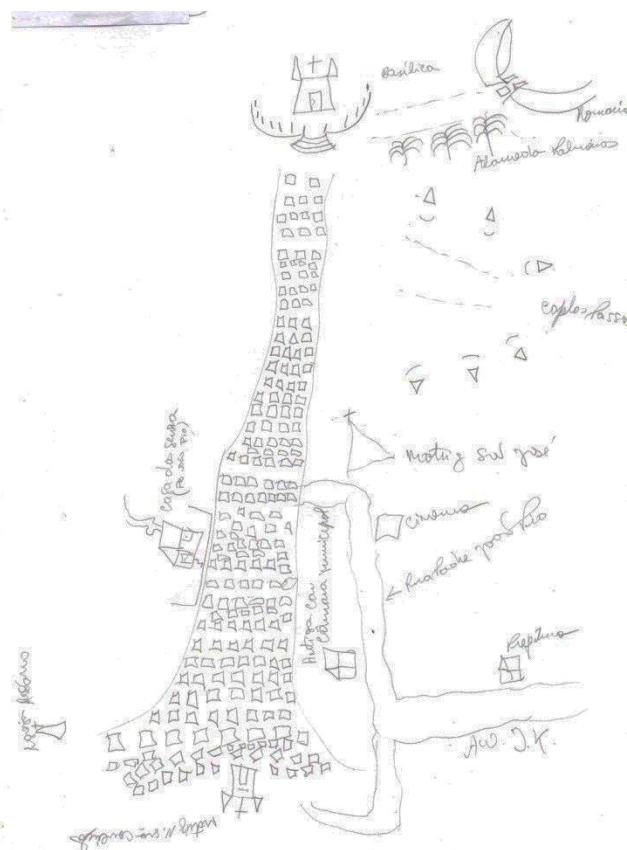


Figura I-8 – Mapa mental do entrevistado ID 13 A

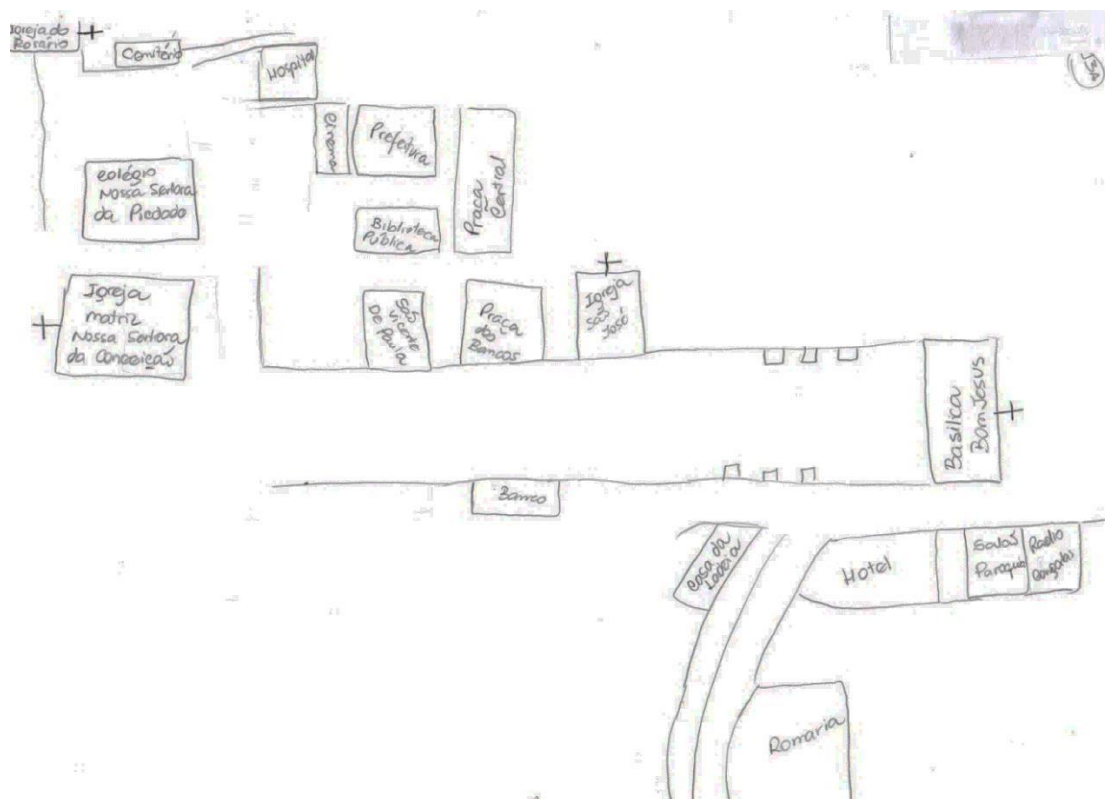


Figura I-9 – Mapa mental do entrevistado ID 13 B (frente)

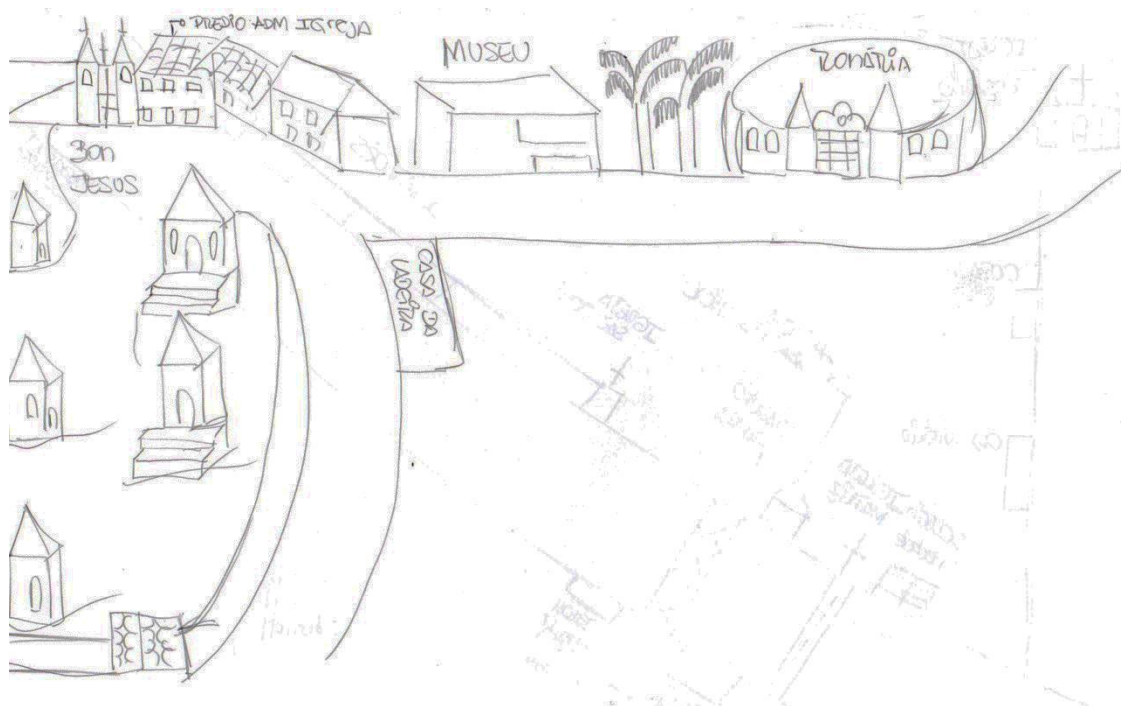


Figura I-10 – Mapa mental do entrevistado ID 13 B (verso)

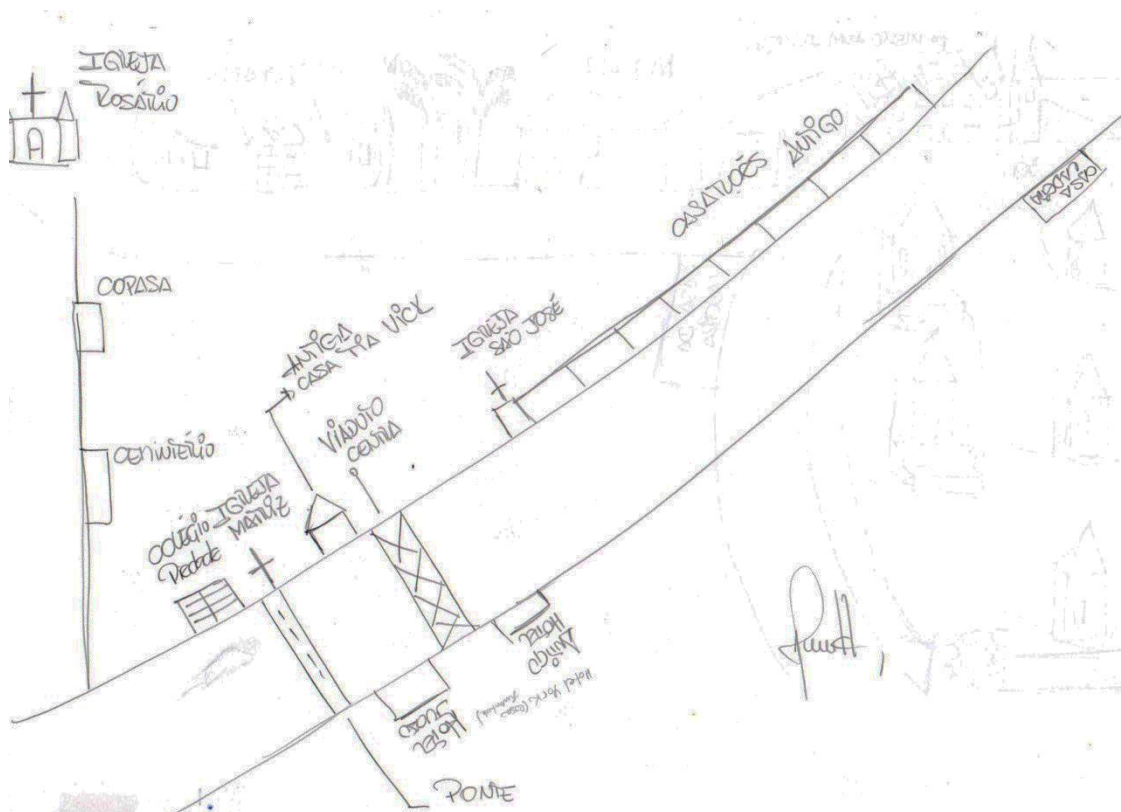
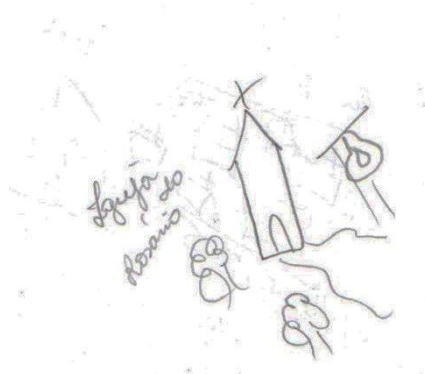


Figura I-11 – Mapa mental do entrevistado ID 14 (verso)*



*Ver figura 12, parte frontal do mapa mental.

Figura I-12 – Mapa mental do entrevistado ID 17

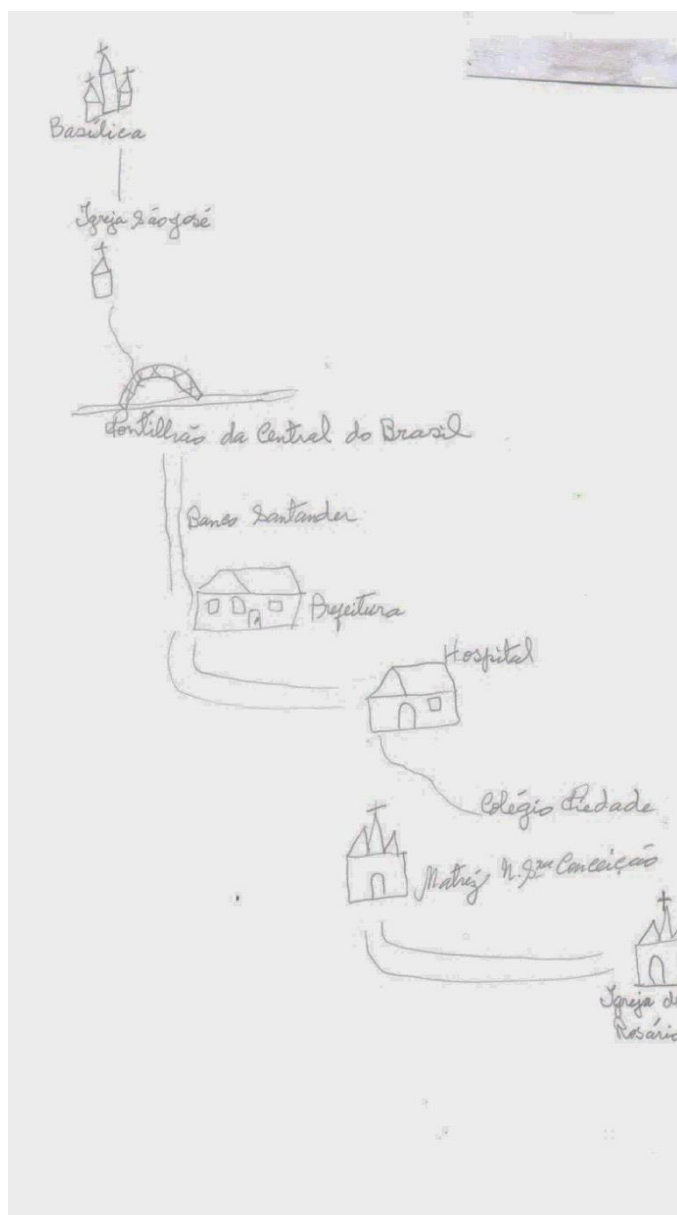


Figura I-13 – Mapa mental do entrevistado ID 18

COLEGIO
 BASILICA
 HOTEL,
 PASSOS DA PAIXÃO
 IGREJA SÃO JOSÉ
 PONTE DA CENTRAL
 PONTE SOB RIO MARANHÃO
 IGREJA DA MATRIZ
 COLEGIO PIEDADE
 CIMITARIO
 COPASA
 IGREJA DO ROSARIO

Figura I-14 – Mapa mental do entrevistado ID 19

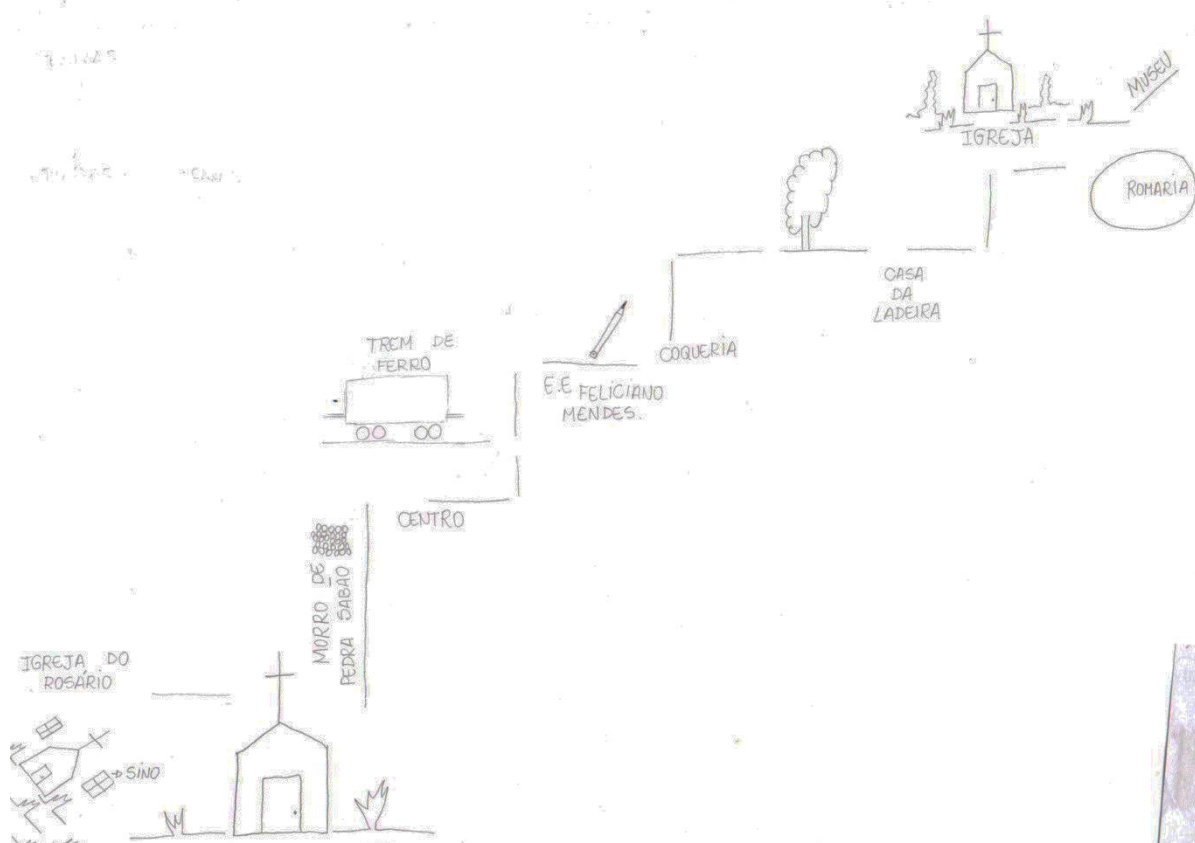


Figura I-15 – Mapa mental do entrevistado ID 23

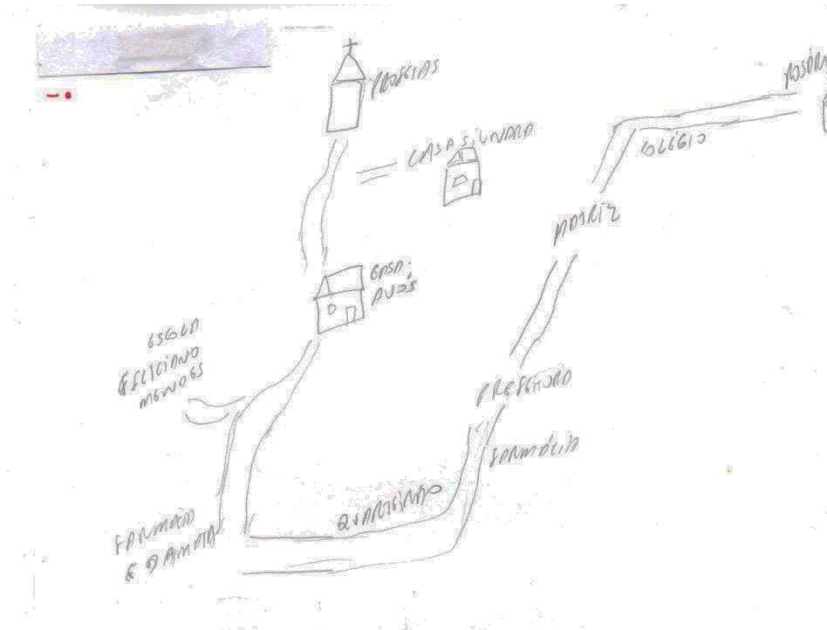
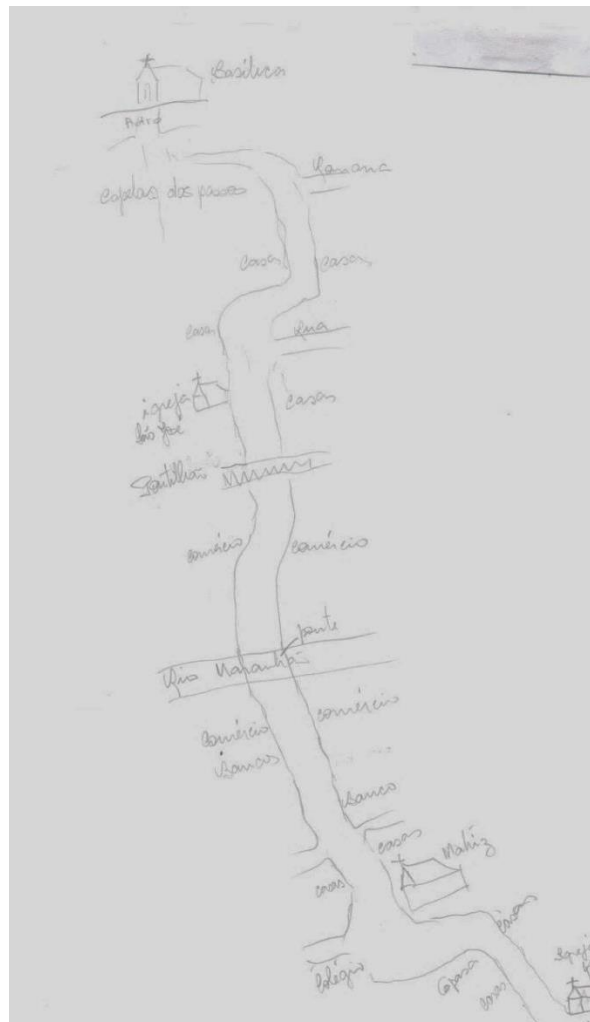


Figura I-16 – Mapa mental do entrevistado ID 24



APÊNDICE J - Comparativo das principais* referências urbanas citadas nos materiais pesquisados

Tabela J-1: As principais referências urbanas citadas nos materiais pesquisados nesta pesquisa

Referências urbanas	IPHAN (1988)	FREITAS (2012)	Congonhas da gente	Marchinhas de carnaval	SOARES (1990)	Oficina HQ	Entrevistas		
							Grupos focais	1A	Mapas mentais
Planta Congonha	x	x	x		x	x			
Traçado em cruz	x								
Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos	x	x	x	I	x	x	x	x	x
Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição	x	x	x		x	x	x	I	x
Igreja Nossa Senhora do Rosário	x	x	x		x	x	x	I	
Igreja São José	x	x	x			x		I	x
Rio Maranhão	x	x	x		x				x
Estação Ferroviária	x	x				x	x	x	x
Topografia acentuada/marcante	x				x				x
Casarios dos séculos XVIII e XIX	x	x	x					x	
Vias de ocupação original do município	x				x		I		I
Montanhas / serra	x	x	x		x	x			x
Rua Padre João Pio	x	x					x		x
Rua Bom Jesus e/ou Ladeira Bom Jesus	x	x	x		x		x	x	x
Romaria	torreões					x	x	x	x
Igrejas nos distritos do Alto Maranhão e Lobo Leite	x	x	x						
Museu de Congonhas (inaugurado em 2015)			x			x		x	
Praça JK	x				x		x		
Palmeiras		x	x		x		x	x	x
Associação física e visual entre Santuário e igreja da Matriz	x				x				x
Associação à história da cidade com o ciclo do ouro	x		x		x	x			
Jubileu	x	x	x	x	x	x	x		
Semana Santa	x	x			x		x		

(continua)

Congado / Folia de Reis	x	x	x		x		x		
Festa de Nossa Senhora da Conceição	x			x	x		x		
Festa de Nossa Senhora do Rosário	x				x				
Religiosidade, fé e atividades afins	x	x	I	x	x	x	x	x	x
Atividade extrativista / mineração	x	x	x			x			
Antigo carnaval de rua / escolas e blocos de carnaval		x		x	x		x		
Pessoas ilustres da/ relacionadas à cidade		x	x	x	x	x		I	

LEGENDA:

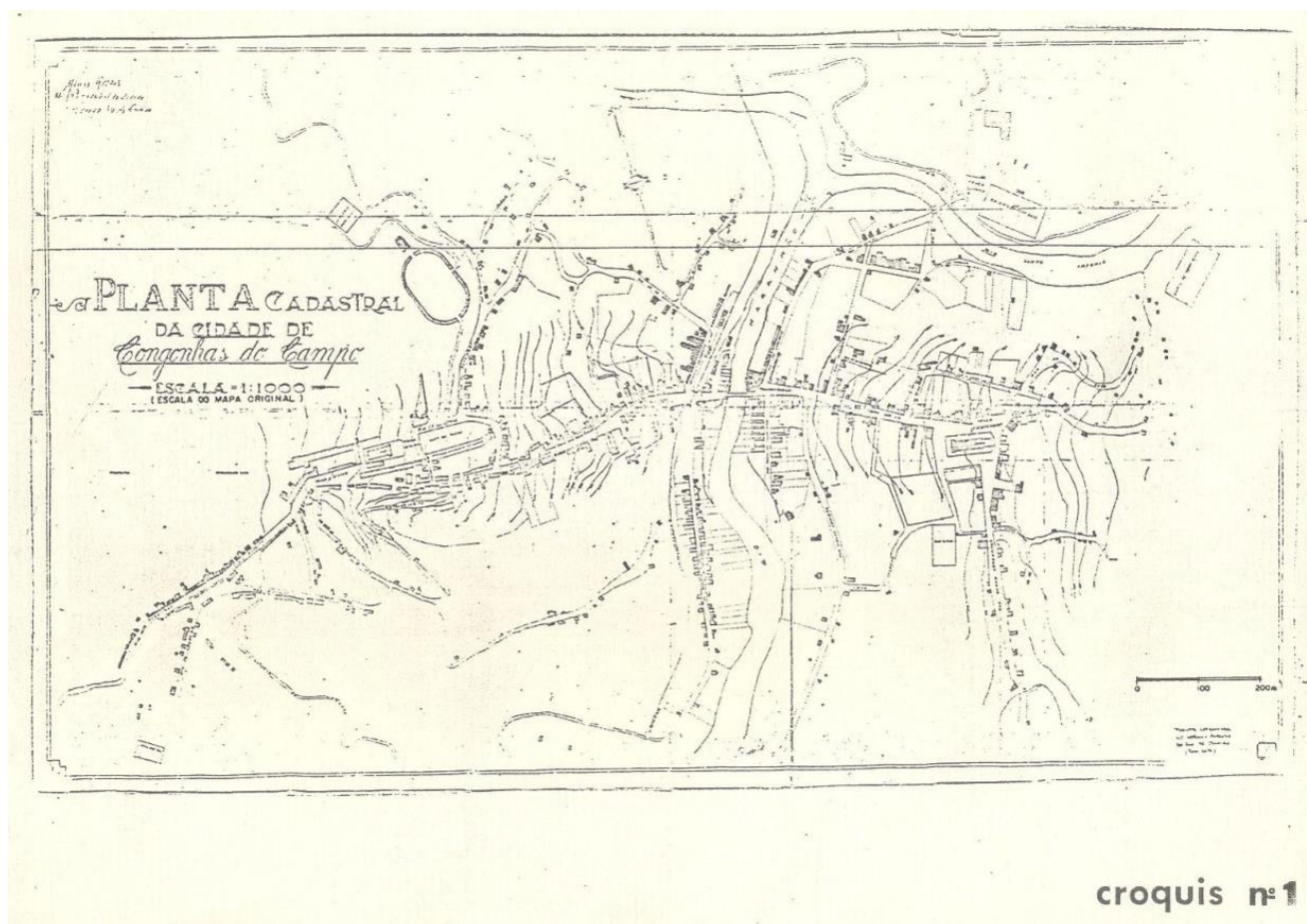
I: citado indiretamente, por algum aspecto associativo ou de forma generalizada.

*Pontos referenciados em três ou mais materiais pesquisados, com exceção da Festa de Nossa Senhora do Rosário (citada diretamente apenas duas vezes).

Fonte: Elaborado pela autora, 2019

ANEXO A – Mapa cadastral de Congonhas

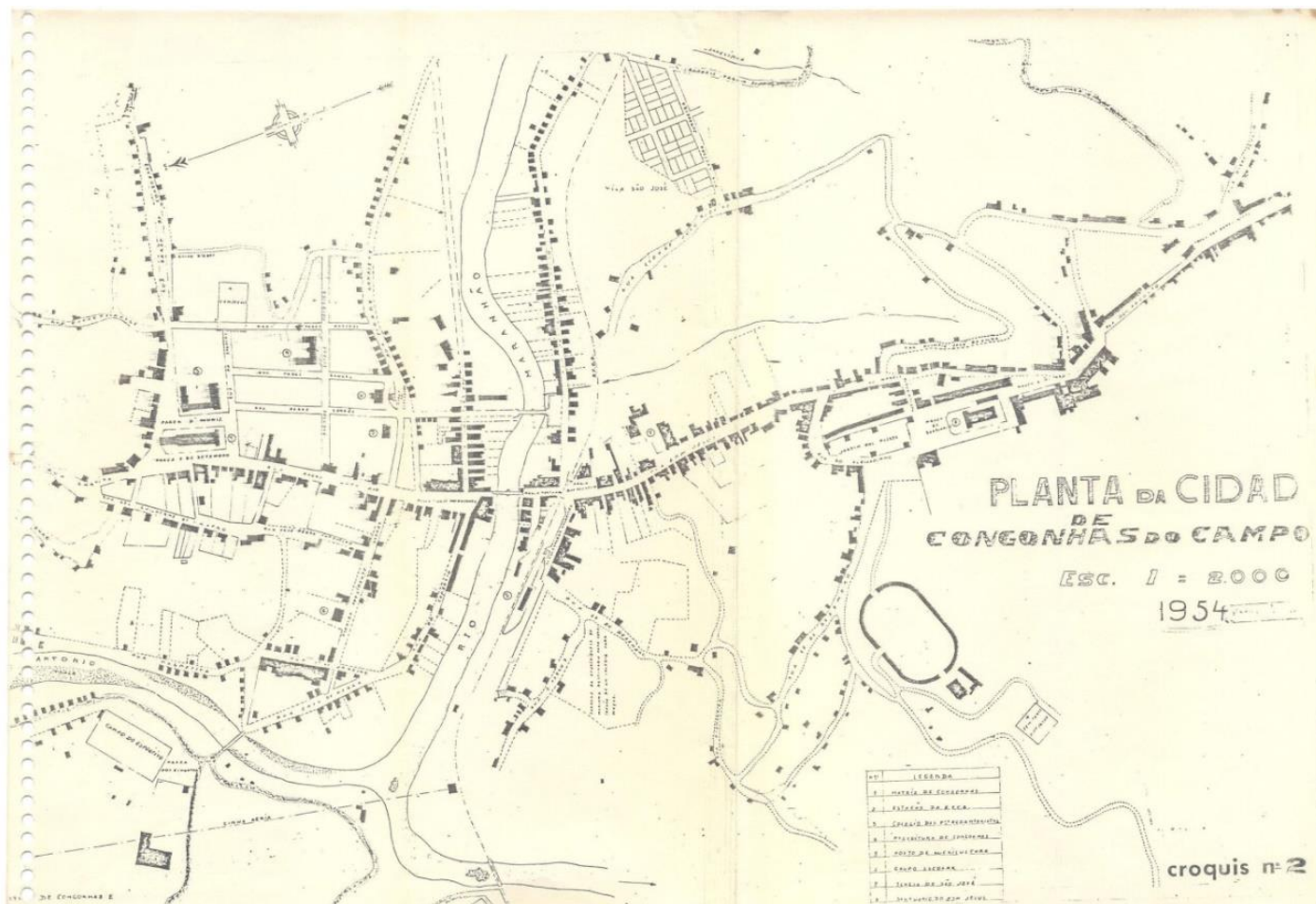
Mapa A-1 – Mapa cadastral de Congonhas



Fonte: BRASIL, 1988, ANEXO I, p. 26.

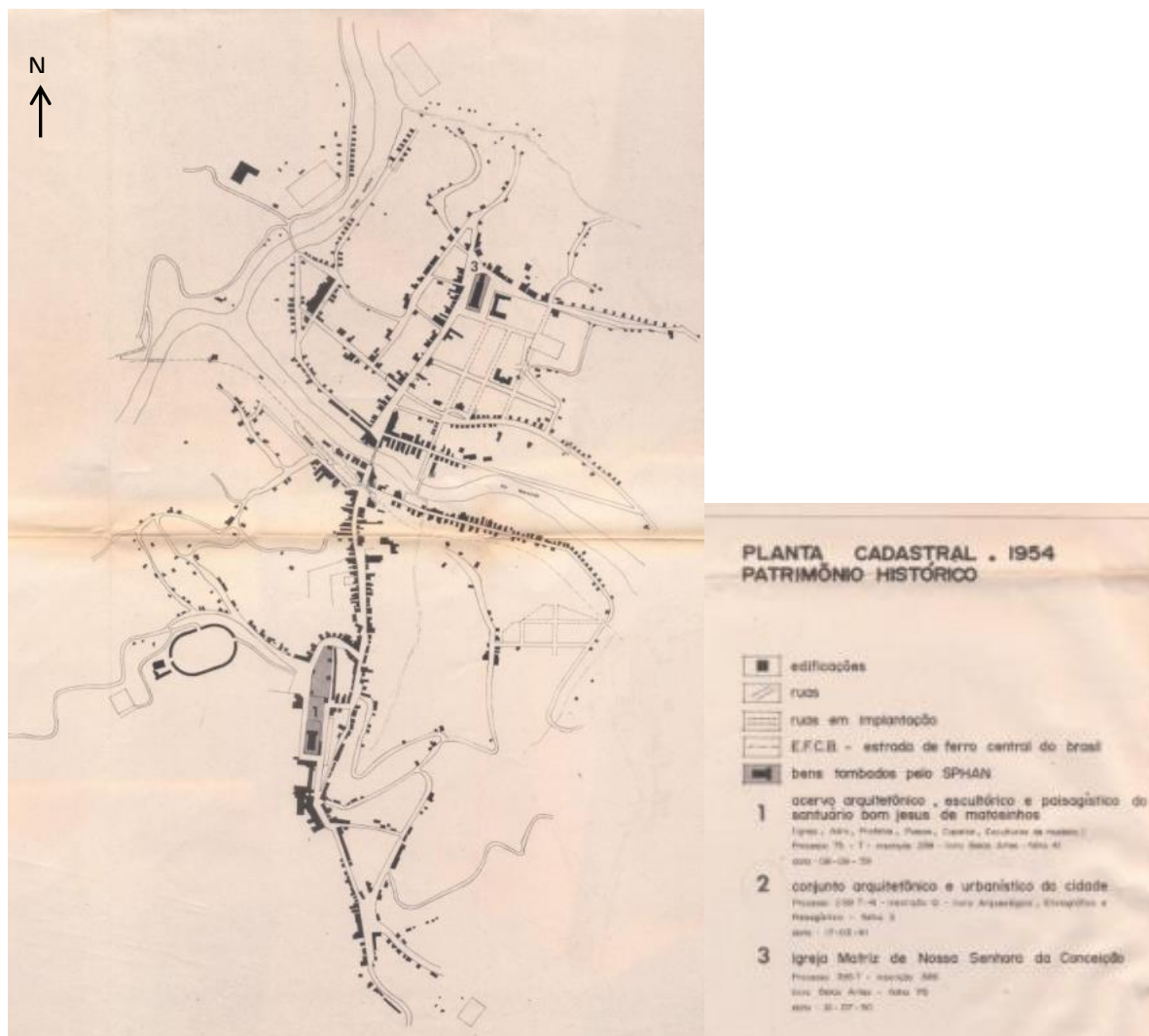
ANEXO B – Planta de Congonhas (1954)

Mapa B-1 – Planta de Congonhas (1954)



Fonte: BRASIL, 1988, ANEXO I, p. 28.

Mapa B-2 – Planta de Congonhas em 1954, com distinções feitas durante o estudo da Fundação Nacional Pró-Memória em 1988



Fonte: BRASIL, 1988, ANEXO I, p. 95. Adaptado pela autora.

ANEXO C – Estrutura urbana de Congonhas (1988)

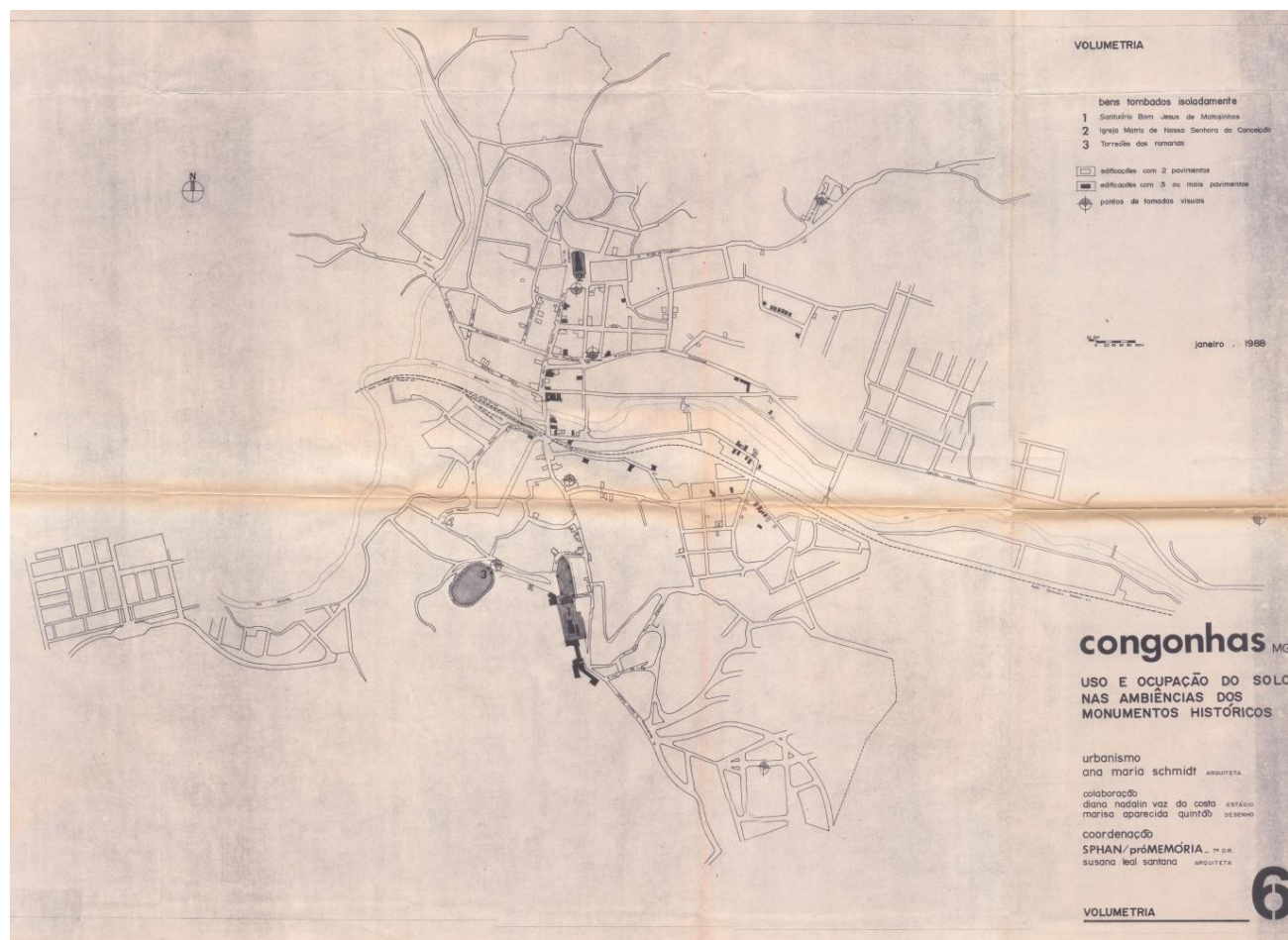
Mapa C-1 – Estrutura urbana (1988)



Fonte: BRASIL, 1988, ANEXO I, p. 97.

ANEXO D – Estudo de volumetria na área das ambiências históricas de Congonhas (1988)

Mapa D-1 – Estudo de volumetria



Fonte: BRASIL, 1988, ANEXO I, p. 98.

ANEXO E – Intervenções urbanas propostas no estudo de 1988

INTERVENÇÕES URBANAS PROPOSTAS NO ESTUDO DE 1988 (BRASIL, 1988, p.89-91 - ANEXO I)

- Projeto paisagístico para as áreas entre os Passos do Santuário e Torreões das Romarias, incluindo alameda amurada, balaustrada e escadarias. Deverá ser estudada a possibilidade de suprimir elementos descaracterizantes identificados, como por exemplo, o sobrado de 2 pavimentos e o banheiro público existentes da área.
- Projeto paisagístico em área desocupada entre a Rua Feliciano Mendes e Basílica. Deverá ser estudada a desapropriação da área, tornando-a *non aedificandi*.
- Projeto de Parque Urbano na área correspondente ao talvegue e terrenos acidentados, impossibilitados de ocupação pela Lei Federal Nº 6766/79, situados próximos ao Santuário.

Este projeto objetiva dotar o conjunto do Santuário e a cidade, de área pública destinada ao lazer e ao turismo, como também ao lazer cotidiano dos moradores de Congonhas, diversificando, assim, as possibilidades de uso dos espaços urbanos nessa região. Além disso, a implantação do parque visa à proteção ambiental através da contenção das encostas e da preservação da cobertura vegetal existente nas áreas consideradas críticas, pela análise do quadro natural (item 2), por constituírem-se de solos frágeis, sujeitos à erosão e deslizamentos.

- Projeto Paisagístico, abrangendo adro e praça da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição.
- Projeto de Restauração da Capela de Nossa Senhora do Rosário, após estudo de viabilidade.
- Projeto de Desenho Urbano na área compreendida pela Estação Ferroviária e entorno e a parte comercial próxima. Este projeto objetiva integrar a área da Estação à cidade. Nesse sentido, ele deve compreender o redesenho da região, contendo propostas relativas ao trânsito, às travessias do rio e da linha do trem, desapropriações mínimas necessárias e tratamento para as margens do Rio Maranhão.
- Projeto de Restauração do prédio e áreas da Estação Ferroviária, incluindo: edificações características da arquitetura ferroviária, edificações da época da implantação da estrada de ferro no entorno, além da escadaria na Rua Victor Freitas, amurada e acesso na Av. Governador Valadares.

- Projeto de recuperação e drenagem nas áreas sujeitas à erosão ou com declividade acidentada, visando à sua proteção ambiental.
- Projeto de Tratamento Paisagístico para a área onde se situa a caixa d'água da Rua Barão de Congonhas.
- Estudo de proteção ambiental para as áreas florestais remanescentes e a Serra da Moeda, por integrarem a paisagem da cidade e acevo, e constituírem-se em patrimônio ambiental a ser preservado.
- Estudo de recuperação e revitalização do patrimônio arquitetônico e urbanístico do distrito de Lobo Leite.

Mapa E-1 – Localização das intervenções urbanas propostas no estudo de 1988



Fonte: BRASIL, 1988, ANEXO I, p. 100.

ANEXO F - Doze questões sugeridas por Stevens (1996 *apud* COSTA, 2012, p. 158) que nortearam a análise das discussões durante os grupos focais

1. Com que afinidade o grupo aderiu às questões apresentadas para discussão?
2. Por que, como e quando foram trazidos os problemas relacionados acima?
3. Quais declarações permitiram conflitos?
4. Quais foram as contradições na discussão?
5. Que experiências comuns foram expressas?
6. Formaram-se alianças entre os membros do grupo?
7. Houve algum participante cujo ponto de vista foi silenciado?
8. Houve uma visão particular dominante?
9. Como o grupo resolveu as divergências?
10. Que temas produziram consenso?
11. Quais interesses estão sendo representados no grupo?
12. Como foram tratadas as emoções?